GEOGRAFIA ESTÉTICA DE FORTALEZA

Raimundo Girão



BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

RAIMUNDO GIRÃO

GEOGRAFIA ESTÉTICA DE FORTALEZA

2ª. Edição

1979

PREFÁCIO À SEGUNDA EDIÇÃO

Ao escrever o prefácio desta segunda edição de "Geografia Estética de Fortaleza", animou-me principalmente o desejo de fundamentar o interesse do Banco do Nordeste em patrociná-la. É que este volume de Raimundo Girão, pelo que representa como contribuição histórica, mereceu ser incluído no programa de reedições de livros de autores nordestinos, em boa hora encetado pelo BNB. De resto, o objetivo precípuo desse programa é não só divulgar obras esgotadas ou inéditas de literatura criativa, mas também enriquecer a bibliografia especializada com trabalhos que espelhem acontecimentos vividos pelo Nordeste e encerrem a reflexão dos estudiosos em torno dos nossos problemas.

"Geografia Estética de Fortaleza" é por demais conhecida e dispensa apresentações. Releva porém ressaltar que transcende os limites da província pra transmitir ao leitor interessado uma visão abrangente dos aspectos históricos e da ambientação físico-humana dentro da qual nasceu e se desenvolveu Fortaleza, cidade que cresce a passos largos, hoje terceiro polo sobre o qual se assenta o desenvolvimento da Região. Trata-se, pois, de leitura obrigatória para todos quantos queiram ampliar seu cabedal de informações sobre a cidade banhada pelo "verdes mares bravios."

O preâmbulo de Martins Filho e o capítulo introdutório sobre o significado da expressão *Geografia Estética* confirmam nossa asserção e servem igualmente para dar idéia do alcance do livro de Girão, o qual se não possuísse outros méritos, teria pelo menos o de demonstrar expressivamente que o homem é o agente ou fator geográfico por excelência. Ao focar a gênese e formação histórica de Fortaleza, Girão também nos diz muito do valor da gente cearense, revelando pontos-chaves de ontem que nos ajudam sobremaneira a conhecer e entender o hoje.

A orientação por que se norteou o renomado historiador cearense foi a melhor possível, seja escafandrando fatos históricos ou confrontando seus estudos e os dados da extensa pesquisa, seja extraindo deles as ilações devidas, para vivificar este painel rememorativo, valorizado por uma prosa amena de quem conhece o ofício de bem escrever.

Estas as reflexões que me ocorrem à guisa de introdução. Que os leitores usufruam o máximo deste mergulho no passado da cidade que os fortalezenses aprederam a amar.

NÍLSON HOLANDA
Presidente do BNB

A primeira edição de GEOGRAFIA ESTÉTICA DE FORTALEZA é de 1959, e por ela se responsabilizou a Universidade Federal do Ceará, que, vencida a sua fase de implantação (iniciou as suas atividades em 1955), de logo passou a elaborar o seu programa editorial, abrangendo não somente a publicação de trabalhos de seus professores, pesquisadores e artistas, como a tiragem de obras inéditas ou esgotadas de autores cearenses. Foi este livro de nossa autoria o primeiro a sair compondo a Biblioteca de Cultura da mesma Universidade, o que, obviamente, nos honrou e envaideceu. A tiragem de pronto se esgotou, e foi preciso que decorressem vinte anos para que se pensasse em reeditá-la. E isto se deve à clarividência da direção do Banco do Nordeste do Brasil S.A., cada dia mais empenhado tanto na divulgação de ensaios e estudos relacionados diretamente com as suas finalidades técnicas, como na de obras destas mais distantes, porém de indiscutível proveito para o incentivo dos escritores que, com os seus originais prontos, e na mor parte de alto valiemento, não dispõem de meios materiais para vê-los circulando impressos e sendo lidos e apreciados.

O atual presidente do BNB, o Economista Nilson Craveiro de Holanda, teve oportunidade de ler Geografia Estética de Fortaleza *e julgou de acerto fazê-la reviver para nova leitura, na verdade cheia de aspectos que interessam ao conhecimento melhor da evolução sócio-econômico-cultural da capital cearense. E daí, esta edição, que, salvo pequenos retoques elucidativos e o acréscimo de um novo capítulo, reproduz o conteúdo da anterior.*

Poderia o autor meter-se ao esforço de atualizá-la, trazendo no écran *de suas páginas os fatos e coisas que decorreram desde 1959 até hoje, 1979, num espaço de tempo correspondente a vinte anos, precisamente. Achou melhor, no entanto, deixar o livro tal qual era, pois a atualização desses fatos e coisas exigiria, efetivamente, um desenvolvimento que, afinal, resultaria noutro livro.*

Daquele ano para cá a cidade cresceu vertiginosamente, diz-se até que inchou, *sob as mais variadas feições pelas quais se registam a expansão urbana e as modificações sociais que engendram a vida de uma grande urbe em disparado progresso.*

Bem se poderá dizer que dentro dessas duas décadas a cidade mudou, *vestiu outra roupagem, ampliou-se horizontalmente, aumentou vertical-*

impostas pela mais lógica e imprescindível interjunção dos diversos setores da Capital.

A administração seguinte, e que agora termina o seu mandato (Evandro Ayres de Moura — Luís Nogueira Marques) soube dar continuidade a esta nova filosofia do tratamento da Cidade como um organismo vivo e complexo, sempre crivado de problemas e exigências que só os bem intencionados e hábeis gestores públicos sabem resolver e atender, tendo em mira a ação das organizações privadas, que, tomadas de incontidas ânsias, a toda hora lançam, no conjunto da cidade, realizações às vezes surpreendentes, de bom gosto e ousadas criações, empenhadas todas numa incontida especulação imobiliária.

De modo que a Cidade, hoje, se mostra, como na realidade é, uma aglomeração humana moderna, com as mazelas e aflições com que estas infelizmente as caracterizam, e com as belezas e os confortos com que as contrabalançam. Fortaleza está neste ritmo de não parar e, no seu caminho, escolher o melhor, a fim de que constitua, cada vez mais, a felicidade dos seus moradores e a atração dos turistas que, em todo o Brasil, procuram novidades e paisagens diferentes para satisfação de sua curiosidade e o melhoramento de sua cultura espiritual. A velha Fortaleza de Nossa Senhora d'Assunção, antigo forte Schoonenborch, e a nova Catedral, inaugurada em 22 de dezembro de 1978, são, uma ao lado da outra, dois símbolos significativos do início e o termo atual da Cidade, que vê e ouve, a todo instante, o verde e o rugido dos "mares bravios" que José de Alencar tão genialmente soube colocar nos corações cearenses.

Fortaleza, 10.3.79

Raimundo Girão

Com a publicação desta *Geografia Estética de Fortaleza*, de Raimundo Girão, também a Imprensa Universitária atinge a segunda fase de vida que toda a Universidade do Ceará ora atravessa. Na primeira, que abrangeu o triênio encerrado em 1958, os problemas administrativos tiveram inegável predominância sobre os de ordem cultural e, de certo modo, propositadamente, quase todas as iniciativas levadas a efeito neste último setor revestiram a flexibilidade não raro assistemática de verdadeiros tateios experimentais.

Graças a essa orientação, de cujo acerto alguns chegaram a duvidar, dispomos agora - para as atividades de ensino, pesquisa e expansão cultural - das instalações mínimas indispensáveis à execução de planos objetivamente postos à prova. O mesmo ocorreu com a Imprensa Universitária, que alcançou esta segunda etapa definitivamente equipada e, ao mesmo tempo, organizada em bases que lhe vão rapidamente assegurando a desejável auto-suficiência econômico-financeira.

O seu programa editorial foi todo ele revisto e ampliado, prevendo não somente a edição de trabalhos originais dos nossos professores, pesquisadores e artistas como a tiragem de obras inéditas ou esgotadas dos grandes autores cearenses do passado. A sua *Biblioteca de Cultura*, que surgira nos albores da Universidade, foi subdividida em três séries intituladas *Documentário*, *Estudos e Pesquisas* *Literatura*, ficando a tarefa de seleção a cargo de comissões integradas por nomes de reconhecido valor, pertencentes aos quadros universitários ou indicados por outras insitituições que se ligam ao desenvolvimento cultural da região.

Dentro, assim, do novo critério estabelecido, e após haver transposto as sucessivas barreiras que se lhe interpunham, o livro do dr. Raimundo Girão credenciou-se a inaugurar brilantemente a nova fase da Biblioteca de Cultura. O autor prescinde certamente de apresentação, figura que é das mais conhecidas nos meios intelectuais do País, graças a obras que lhe hão granjeando o aplauso unânime da crítica especializada; e discorrer sobre Fortaleza é, para ele, desenvolver sob ângulos sempre novos o grande tema que tem sido para assim dizer o *leitmotiv* de toda a sua vida.

Mas a Fortaleza desta *Geografia Estética* já não é apenas "a princesa vestida de baile" de seus trabalhos anteriores; é mais, ou talvez menos, do

que isto, em que pese ao adjetivo "estético" tão brilhantemente definido no capítulo introdutório. Ela é aqui o objeto de uma análise percuciente que faz do livro um misto de documentário, estudo e interpretação dos seus aspectos históricos, sociológicos, geográficos e urbanísticos. Daí, aliás, ter sido necessário promover reuniões conjuntas de todas as comissões de seleção para decidir sobre a exata classificação da obra dentro da Biblioteca de Cultura.

Seja como for, mesmo quando procede "cientificamente", Raimundo Girão nunca sufoca o artista que traz dentro de si; e esta característica é muito bem ilustrada por um episódio ocorrido na Comissão de Estudos e Pesquisas, durante a primeira reunião em que este órgão examinou os originais da *Geografia Estética de Fortaleza*. Quando alguém, reconhecendo embora o muito de investigação que o livro encerra, estranhou que o autor sempre apresentasse os fatos e as idéias "literariamente", um outro membro da Comissão teve esta feliz resposta: "Se ele escreve bem é porque pode."

É isto exatamente a *Geografia Estética de Fortaleza:* um livro escrito com o rigor de quem "pesou, mediu e contou" os dados da realidade para, reinterpretando-os numa síntese integrativa, iluminar muitos ângulos desconhecidos do desenvolvimento de nossa cidade; com a ternura de quem devotou grande parte de sua vida a essa cidade agora transfigurada em tema; e com a graça e a leveza de estilo próprias a quem "escreve bem porque pode."

Fortaleza, agosto de 1959
ANTÔNIO MARTINS FILHO
Reitor

1 - Existe uma Geografia Estética.

Exatamente essa através da qual *sentimos* a Geografia Física e a Geografia Humana. Essa, que é o *espírito* de ambas, o reino da sensibilidade na Geografia.

2 - A Geografia Física é a paisagem natural, o estudo da superfície do Globo, com as suas belezas e os seus abismos, o poema das florações primaveris e o desencanto das terras agrestes. É a paisagem do Éden antes do sexto dia: sem o Homem. São as florestas equatoriais, as savanas, as caatingas, os campos gerais; é a jungle asiática; são as estepes, as pradarias e os pampas; é a calvície glacial das paragens árticas e antárticas; são as montanhas, os vales, os rios, as cachoeiras, os lagos, os mares mansos ou tempestuosos. É o mundo fauniano em miríade de espécies, do protozoário ao mamute.

É tudo como Deus fez, apenas deformado pelos desgastes telúricos, pelas chuvas, pelas convulsões vulcânicas, pela fúria dos ventos. Tudo, menos o Homem, tal como devia ser antes que chegasse o Adão da hipótese bíblica. É o grande Paraíso Terreal dos Continentes, o mágico espetáculo, obra infinitamente bela, trabalhada pelo Infinito Divino, esplendente de majestades e de biologia, em extravagante mistura de minerais, vegetais e animais, convivendo, adaptando-se, amando-se ou destruindo-se na ferocidade da sobrevivência, supremo esforço de todos os seres.

O sistematizado conhecimento e a distribuição de tudo isso em regiões naturais modela a Geografia, ciência velha que, valendo-se dos progresso da Biologia e da Meteorologia, constantemente se renova segundo leis mais definidas e lógicas, graças, notadamente, às idéias de Ratzel na Alemanha, de Paul Vidal de la Blache e Jean Brunhes na França, e de Giusppe Ricchieri na Itália.

Preocupa-a agora não só "o universo e seus habitantes", senão também "o universo em relação aos seus habitantes". Não mais se limita a localizar os fenômenos e os fatos, porém ao lado da localização os distribui no espaço, em conjunto, considerando as correlações existentes entre eles. Como salienta Delgado de Carvalho, "a Geografia deixou de ser um estudo estranho ao homem."

3 - Mas a paisagem natural não estaria completa, seria como que um *vasto silêncio*, se não fora a presença do Homem. O Criador preparou o cenário admirável para que vivesse e dominasse a sua melhor criatura.

Inteligente, dotado de razão, capaz de sabedoria, de senso moral e sentimento religioso, capaz de inventar e de trabalhar, construindo ou destruindo, sobre ser a cerâmica mais perfeita de Deus, é o Homem um agente ou fator geográfico por excelência. "Ativo e passivo, ele é, ao mesmo tempo, os dois. Porque, conforme a frase bem conhecida, natura non nisi parendo vincitur" — como escreve De la Blache.

"Estudando a ação do homem sobre a Terra — são, ainda, palavras suas — e os estígmas que já imprimiu na sua superfície uma ocupação tantas vezes secular, a geografia humana persegue um duplo objetivo. Ela não tem somente que fazer o balanço das destruições que, com ou sem a participação do homem, tão singularmente reduziram, desde os tempos pliocenos, o número das grandes espécies animais. Ela acha, também, num conhecimento mais íntimo das relações que unem o conjunto do mundo vivo, o meio de prescrutar as transformações atualmente em curso e aquelas que é permitido prever. A esse respeito, a ação presente e futura do homem, já agora dono das distâncias, armado de tudo o que a ciência põe a seu serviço, ultrapassa de muito a ação que os nossos longínquos avós puderam exercer." (1)

Como fator geográfico, modifica o Homem, constante e intensamente, a crosta da Terra, a paisagem física, introduzindo-lhe alterações das mais diversas feições. Influindo sobre o meio ambiente e dele recebendo influências, surgem entre um e outro relações complexas e tão intrincadas que, por muito tempo, não permitiram estabelecer uma separação nítida do que na realidade fosse a exata posição dele, Homem, como agente geográfico.

4 - Sentia-se que era indispensável distinguir, em bases científicas, a natureza e resultantes daquelas alterações sofridas pela paisagem em face das próprias forças naturais daquelas outras suportadas em face do trabalho humano. Só mais recentemente, pôde-se alcançar esse desiderato cultural. Surgiu a Geografia Humana.

Os primeiros passos mais firmes, deu-os Friedrich Ratzel, já senhor das contribuições pioneiras de Montesquieu, de Humbolt e Peschel, no tocante a essa reciprocidade de influências: Natureza-Homem e Homem-Natureza.

Em sua *Anthropogeographie*, Ratzel (1822-1891), efetivamente, encarou o problema sob o ponto-de-vista científico, mediante exposição e conclusões que, mais tarde, a norte-americana Ellen Semple divulgou, aliás de maneira mais compreensiva e clara. Todavia, não chegou o naturalista germânico a uma conceituação plenamente aceitável da Geografia Humana. Ateve-se mais ao lado antropológico ou etnológico da questão, esquecendo o seu caráter essencialmente geográfico. O próprio nome - *Antropogeografia* não serviu para designar a nova ciência, pois mais adequadamente foi aplicado a outra, à que estuda as influências do meio sobre o homem e vice-versa.

Foi o citado Vidal de la Blache, com a justa concepção do "homem fator geográfico", que forneceu elementos a outro francês - Jean Brunhes para, conforme acentua o Prof. Amorim Girão, num conceito novo do estudo das relações do homem com a terra, fazer corresponder um nome também novo - *Geografia Humana*, preferível, sem dúvida alguma, ao de *Antropogeografia.*" (2)

---

(1) *Boletim Geográfico* do Conselho Nacional de Geografia, abril de 1944, p. 25.

(2) *Geografia Humana*, Porto, Portucalense Editora, S.A.R.L., 1946, p. 25.

O que se tem em mira na Geografia Humana não é qualquer estudo do *Homem*, seja como ser vivo, seja em relação à sua ecologia, e sim, tão unicamente, o conhecimento do que, na paisagem natural ou superfície terrestre, resultou das atividades construtivas ou destrutivas do homem. Ou, em linguagem mais técnica, segundo o mesmo Brunhes, do que resultou dessas atividades através de fatos essenciais: seja a ocupação improdutiva do solo (casas e caminhos), seja a conquista na ordem vegetal e animal (culturas e pecuária), seja a exploração ecônomica (devastação de vegetais e animais e a extração de minerais). Para obter ou realizar alterações no meio físico, tem o homem — é necessário no entanto reconhecer — de valer-se dos próprios elementos que o referido meio lhe proporciona. Não é ele um onipotente. "Não somos autômatos fatalmente dirigidos, mas não somos também autônomos caprichosamente arbitrários" — é a forma de Brunhes.

Houve quem pretendesse confundir a Geografia Humana com a Ecologia do Homem, isto é, as recíprocas relações entre este e a Natureza. A idéia, entretanto, não se coaduna com as finalidades da ciência de Jean Brunhes, pois que, a rigor, nada mais seria do que uma especialização ou capítulo da Ecologia em geral, definida por De la Blache como a ciência das mútuas relações de todos os organismos que vivem num único e mesmo lugar e a sua adaptação ao meio que os rodeia.

Foi, porém, o Prof. Leôncio Urabayen, de Navarra, Espanha, quem, de modo mais clarividente, soube dar definição bem ajustada à Geografia Humana: nem só o homem, nem só o meio, nem os dois conjuntamente hão de preocupá-la, e sim aquilo a que ele chamou *precipitados geográficos*, entendidos estes como a variedade de obras materiais, de resíduos que as reações verificadas entre o meio e o homem vão depositando sobre a epiderme terrestre. O Professor espanhol reduz a duas classes ou grupos essas obras materiais que Brunhes dividira em três, pois exclui as "explorações animais", que não têm caráter permanente, devendo ser jogadas, por isso, fora do campo da Geografia Humana.

Os dois grupos são: 1) obras materiais de ocupação do solo (casas e caminhos), e 2) obras materiais de exploração do mesmo solo (produtos vegetais e animais). Somente esses precipitados geográficos hão de caracterizar a Geografia Humana, confinada, assim, à sua natureza geográfica. Se extravazasse dessa confinação, procurando o Homem como objeto de suas cogitações, a Geografia Humana transformar-se-ia em antropológica ou sociológica. (3)

— Ficaram, desse modo, convenientemente separadas e determinadas as noções de Geografia Física e Geografia Humana. Aquela, a Geografia da Criação, a Geografia de Deus. "La science des lieux, non celle des hommes" — de Vidal De la Blache. Esta, a Geografia do Homem, a Geografia Natural modificada, estilizada por ele. Dir-se-á, mais tecnicamente: a ciência dos precipitados geográficos, a Geografia física humanizada, a Geografia do artificial.

---

(3) Ver Amorim Girão, obr. cit., ps. 32-34.

Porém, a despeito de afastadas conceitualmente, ambas, a rigor, se integram num conjunto indestrutível, porquanto não poderá haver Geografia Humana sem a Geografia Física. A ação do "fator geográfico" pressupõe a paisagem física, a base na qual ele imprime o selo das suas remodelações, da sua manipulação construtora ou destruidora.

Não se poderia, senão em volumes e volumes, descrever a quantidade e a qualidade de tais precipitados ou vestígios, tal a amplitude e persistência das atividades do homem desde o seu aparecimento histórico, como *Homo Sapiens*.

Baste, aqui, o parnorama, a ecúmena dos dias atuais, enriquecida de realizações, obras e monumentos que são o orgulho das civilizações ou, melhor, da Civilização: o mundo físico transfigurado, pontilhado de precipitados geográficos, dos quais, por certo, os mais evidentes são as cidades, verdadeiro acúmulo deles. De obras materiais e de obras espirituais. Um organismo, com o corpo e uma alma palpitante de vida.

Seja, porém, a cidade ou o campo, o conjunto das combinações do ambiente físico e da ação do homem — Geografia Natural e Geografia Humana — pode cair aos nossos olhos ora indiferentemente, ora provocando em nós uma emoção, um amorável interesse, maior ou menor.

Ambas têm vida, movimento e encerram beleza; e, assim igualmente, o conjunto compósito. Pode este abrir-se à nossa contemplação sem fazer vibrar as nossas fibras artísticas, mas, por outro lado, pode também arrebatar-nos, falando-nos intimamente à alma.

5- Surge, nestas alturas, a Geografia Estética.

A paisagem em si, ou a já humanizada, vale então em nós como expressão de arte. Já é mais do que ela própria, porque nos vem acrescida de uma sedução, de um vigor diferente, que nos agrada e satisfaz.

Poderíamos definir a Arte dizendo-a uma força nova, indefinível, que nos tira da indiferença contemplativa e nos aquece da frieza do indiferente, até percebermos que estamos diante do Belo. Da beleza natural, objetiva, ou da beleza subjetiva. Da beleza das coisas ou da beleza dos sentimentos e abstrações criadoras.

Quando, na realidade, sentimos a beleza exterior, nas suas irradiações múltiplas, passamos a sentir esteticamente as coisas. As coisas e tudo que engendra a paisagem trazem dentro de si, imanentemente, a essência do Belo, umas mais, outras menos. E esta essência, que é uma energia, um atributo, um espírito, vem-nos ao sensório estético numa telegrafia ou ressonância que o *corpo* das coisas, por si só, não nos transmite. Desde Platão, sabemos que "o corpo é um túmulo."

A questão é sabermos contemplar interessadamente as coisas, a paisagem, a fim de que ela tenha para nós enlevo ou fascínio emocional, provoque um arrebatamento estético. A fim de que seja uma obra-prima, e não só as figuras, os objetos que a compõem.

Foi sentindo desta forma, olhando as coisas para além do corpo, pra bem dentro delas que John Ruskin, um místico da Beleza, costumava afirmar: "para mim, as pedras sempre foram pão."

De Leibnitz, tamém conhecemos: "A harmonia do universo estende-se de nós para as coisas e das coisas para nós." Alguém escreveu um livro sobre "A Alma das Coisas."

Existe em nós, como um sexto sentido, uma intuição da Arte, do Belo, com a qual chegamos a "ouvir e entender estrelas." "Se não tivéssemos em nós o sentimento da Beleza, consideraríamos úteis os edifícios, os jardins, as vestimentas e os trajes, mas nunca os consideraríamos belos" — é a afirmação de Francis Hutcheson, que os sensualistas ingleses tanto seguiram e que, porventura, inspirou o estupendo Kant.

Eis porque os nossos olhos podem ver, os ouvidos ouvir, muito mais do que indiferentemente estiveram a ver e ouvir, ao contemplar uma paisagem. Esse *muito mais* estará à conta do nosso sentimento estético, que nos conduz a ver essa paisagem em festa e adornos, cheia de conteúdo surpreendentemente animado. As montanhas serão mais azuis, as árvores mais verdes, as cascatas mais sinfônicas, se as contemplamos dominados pelo sentimento de estética, que todos temos em mais forte ou mais fraca dosagem.

Não foi despido desse sentimento que Alencar viu e contou os mares bravios de sua terra natal. Se o tivesse esquecido, o mar ter-lhe-ia sido igual aos outros, roncando, monótono, contra os rochedos ou deslizando, rasos, nas areias da praia.

Tais como a outras coisas, as cidades, que são paisagens do mais colorido efeito, podem ser contempladas com indiferenças ou com amor: correndo a vista sobre as ruas, os jardins e as outrs pecularidade, só para vê-los turisticamente ou ao influxo doutra intenção qualquer; ou demorando o olhar na simpática significação que pode realmente ter cada avenida, cada edifício, cada ângulo.

Se é certo que as cidades são expressões geográficas, também o é, portanto, que existe a Geografia Estética das cidades — aquela que as estuda como uma paisagem emocionalmente observada e sentida, e não simplesmente tocado o observador de mera curiosidade, ou mesmo de preocupações científicas, dissecantes.

A Geografia Estética ensina a amar a Terra, conhecendo-a melhor pelo que a terra tem de mais belo, admirando-a e louvando-a — bem definiu Moacir M.F. Silva. (4)

E a Geografia Estética de uma cidade será, como consequência, a que ensina a amar a cidade na admiração das suas belezas e encantos, na apreciação artística e espiritual de tudo o que ela possa ofertar de natural, de humano, de sentimental nos seus palácios e casebres, nos seus recantos de toda sorte, nas suas praias, nas suas vias, nas suas pontes, nos seus parques, nos seus monumentos, nas suas relíquias, nas suas luzes, na graça das suas cachopas, nos costumes e hábitos de sua gente, na sua cultura mental, no seu folclore, na singularidade, enfim, do seu complexo urbanístico, social e político.

---

(4) *Boletim Geográfico*, cit., março de 1944, p.6.

1 — O ROSTRO HERMOSO

Foi o pacto de Tordesilhas, assinado em *1494* que veio fazer o Brasil colônia lusa e não castelhana.

Avançara o célebre tratado para 370 léguas, em vez de *100,* a oeste do arquipélago africano do Cabo Verde, a área das expansões marítimas portuguesas no Ocidente, aliviando de dificuldades sérias a Cúria Papal, que não sabia safar-se dos apuros criados pelas exigências de D. João II, forrado que se julgava, e muito certo, pelas outorgas de bulas firmadas por anteriores pontífices de Roma.

O novo meridiano demarcador deu causa a que navegadores de Espanha, penetrando, deliberadamente ou não, aquela área oceânica e deparando desconhecidas terras e ilhas, delas não se apossassem, embora as houvessem na realidade descoberto.

É o caso de Vicente Yanez Pinzón e de Diego de Leppe que, dominados pelo pensamento da época — *el levante por el poniente* — se aventuram, como inúmeros outros nautas, a viagens de conquista de riquezas e especiarias, procurando as Índias em caminho mais curto, com os seus navios emproados para o sol-por.

Desde *1492,* Colombo rasgara marivilhosa estrada no líquido ignoto e misterioso, ofertando aos povos da Europa, sem o saber, um novo Continente. O descobrimento efetivo deste novo campo de cogitações e esperanças, até ali apenas suspeitado, constituiu, efetivamente, "a maior revolução que um só homem produziu na humanidade. O triunfo de Colombo, que seus contemporâneos não souberam compreender e quase desdenharam, representa o fim da Idade Média e o nascimento da Idade Moderna. Antes de Colombo, os homens tinham as vistas voltadas para o Oriente; depois dele, dirigiram suas ilusões para o Ocidente. Colombo modificou a marcha do mundo." (1)

No arrastão colombiano meteu-se logo, com impaciência, tudo quanto era embarcação européia. Entre incontáveis, saíram, em flotilha, as de Pinzón, em começos de dezembro de 1499, do porto de Cádis (Palos), e em

---

(1) *História das Américas*, publicada sob a direção de Ricardo Levene, ed. brasil., dirigida por Pedro Calmon, de W.M. Jackson, Inc., 1947, v. 3, p. 84.

fins de janeiro ou princípios de fevereiro do ano seguinte podiam acalmar-se de tantas aflições e percalços sofridos, diante de um promontório ignorado, na Sul-América, o qual naquele momento foi chamado Cabo de Santa Maria de la Consolacion. Desembarcados o comandante, o escrivão da frota e alguns marinheiros, abasteceram os navios de lenha e água, mas não conseguiram parlamentar com os nativos hostis, apontando-lhes as suas frechas em ameaça. Sobretudo, a terra era inóspita e, por esse motivo, prosseguiram a rota, *entre poente e norte.* Velejando durante um dia, ancoraram perto de um pequeno rio, numa região "emoldurada de montanhas verdes, que se erguiam a certa distância do mar." Fincaram nesse lugar uma cruz e continuaram a viagem, acompanhando a costa.

Por muitas razões, entende Varnhagen ser o Santa Maria de la Consolacion "a chamada ponta de Mucuripe, vizinha do Porto da Capital da província do Ceará", e não o Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco, como acreditaram e ainda acreditam vários historiadores e geógrafos. "Que o cabo primeiro descoberto por Pinzón não pode haver sido o de Santo Agostinho — assevera — passamos a provar com toda a evidência. Depuseram judicialmente vários dos tripulantes que a mencionada flotilha, desde as ilhas de Cabo Verde, tomou o rumo de susudoeste, e qualquer nauta entendido sabe que, com tal rumo, nenhum barco de vela viria ter ao Cabo de Santo Agostinho. Demais: o próprio Pinzón declarou que, desde o primeiro cabo por ele descoberto, seguiu navegando pelo rumo de loeste-a-noroeste, rumo em que, segundo sua afirmativa, corria aí a costa; o que não poderia ter lugar partindo do Cabo de Santo Agostinho, pois, logo um pouco para o norte dele, a costa pende antes para leste e não para loeste. Além disso; contra uma tal interpretação, a favor do Cabo de Santo Agostinho, militam não só a confrontação do número de léguas nesta viagem navegadas pelo dito Pinzón, que oficialmente (Navarrete, 3, pág. 82) foram computadas em seiscentas, como também o testemunho dos cartógrafos antigos, Juan de la Cosa e Diogo Ribeiro. Aquele, no seu célebre mapa feito no próprio ano de 1500, situa o "cabo descoberto por Pinzón," muito a loeste da terra que aí se diz "descoberta por Portugal" (Porto Seguro); e todos sabemos que o Cabo de Santo Agostinho fica bastante a leste dessa terra. E Diogo Ribeiro, em 1529, indicou o descobrimento de Pinzón para loeste do Cabo de S. Roque, e não para o sul." (2)

Capistrano de Abreu, sem melhores fundamentos, contrariando Varnhagen, esposa a identidade do Santa Maria de la Consolacion, com o Santo Agostinho. Dedu-lo de considerações em torno do rumo com que partiu Pinzón da ilha de Santiago, a principal do arquipélago do Cabo Verde; mas Pompeu Sobrinho, ilustre geógrafo e historiador cearense, refuta os raciocínios de Capistrano com tamanha vantagem, que os reduz a nenhuns. Muito se lucrará com a leitura da argumentação de Pompeu, no seu livro *Proto-História Cearense.* (3)

---

(2) *História Geral do Brasil,* 3ª ed. integral, Cia. Melhoramentos de S. Paulo, 1947, v. 1, p. 80.

(3) Editora Instituto do Ceará, Fortaleza, 1946, ps. 18-22.



Praia do Iate Clube Cearense no Mucuripe

Do mesmo modo, prova ele a incoerência do parecer do Barão do Rio Branco, com base em indicação do piloto Diogo Ribeiro, segundo o qual o primeiro ponto de contato de Pinzón com a terra americana do sul fora a ponta do Calcanhar, no Rio Grande do Norte. Primeiramente, indica a dificuldade que teria o nauta espanhol de alcançá-la, em virtude dos arrecifes, baixios e parcéis que a circulam, protegendo a costa continental contra a ação do mar, sendo certo que a ponta do Calcanhar já se acha um pouco dentro do canal de S. Roque, onde é perigosa a navegação dos pilotos que não o conhecem bem. Em segundo lugar, impossível teria sido às caravelas de Pinzón avistar aquela ponta, muito baixa e pouco perceptível, antes de ter divisado outros lugares mais ostensivos. Se Pinzón entrasse no citado canal pelo norte, teria visto a ponta de Santo Cristo ou o Morro Branco, visível a 18 milhas do mar; e se tivesse entrado pelo sul ou pelo canal dos Touros, de logo daria com a ponta da Gameleira, visível a 16 milhas. Ainda mais: o Calcanhar só é notável porque assinala o ponto de inflexão do litoral, de maneira que nunca os antigos navegadores o classificariam como cabo. (4)

Excluídas, assim, as hipóteses relacionadas com o cabo de S. Agostinho, ao qual o respeito à autoridade de Capistrano ainda conserva presos alguns espíritos, e com a ponta do Calcanhar, que nunca apresentou maior consistência, o que se tem de fazer é aceitar que Pinzón descobriu o Brasil tocando as praias do Ceará.

O mencionado Pompeu Sobrinho, longa e proficientemente, chega à conclusão de que o Santa Maria de la Consolacion nada mais é do que a Ponta Grossa ou Jabarana, situada no Município de Aracati. Teria sido naquele árido local, dominado pela majestade do promontório próximo, que as quatro caravelas de Pinzón lançaram ferro, num mar que lhe pareceu "turvo e esbranquiçado." Assim como a de que a segunda paragem desse nauta, na qual demorou e plantou uma cruz, é a enseada do Mucuripe, protegida pelo cabo que foi denominado Rostro Hermoso e é o atual Mucuripe.

E não é conduzido por mero espírito de novidade que o austero sábio cearense faz estas afirmações. Pelo contrário, o que o move é uma convicção tirada, com absoluto critério, da leitura e confronto crítico de documentos, depoimentos, mapas e opiniões mais que abalizados.

Para Varnhagen, esse Rostro Hermoso seria a ponta de Jeriquaquara, ao extremo norte do Ceará, entre as barras dos rios Camucim e Acaraú, e, para demonstrá-lo, estende-se em exposição muito interessante, (5) porém não exata.

Colocado, afinal, entre a convicção de Pompeu Sobrinho (Santa Maria de la Consolacion = Ponta Grossa ou Jabarana e Rosto Hermoso = Mucuripe) e a de Varnhagen (Santa Maria de la Consolacion = Mucuripe, e Rostro Hermoso = Jeriquaquara), não temos dúvida em inclinarmo-nos para aquela, em vista da segurança e lógica de demonstração que nos proporciona o culto e saudoso Presidente Perpétuo do Instituto do Ceará.

Seja como for, preferida qualquer de ambas, o certo e indubitável é que,

(4) *Obr. cit.*, ps. 22-23.

(5) *Obr. cit.*, ps. 80-81.

no Ceará, o homem europeu sentiu, a primeira vez, a terra e o céu brasileiros, dois meses antes que o tivesse feito Pedro Álvares Cabral, com a sua armada pomposamente embandeirada, diante da enseada baiana de Santa Cruz.

Foi, com efeito, nas areias aracatienses que, de primeiro, esteve Pinzón, e foi no Rostro Hermoso, perto da embocadura de um pequeno rio (o Pajeú), que o corajoso espanhol, em fevereiro de 1500 (talvez no dia 4), cavou o chão do Brasil e ergueu aos ventos americanos a cruz assinaladora de sua passagem.

Esse cruzeiro simbólico foi visto e atestado por outro explorador de Castela — Diego de Leppe, não muitos dias depois. Este é que deu o nome de Rostro Hermoso ao Mucuripe. Leppe é testemunho de inconcusso valor.

Estudando minuciosamente cópia autêntica do afamado planisfério de Juan de la Cosa, na parte referente à costa nordestina, identifica Pompeu Sobrinho, com bastante convencimento, os diversos acidentes geográficos aí consignados, a partir da ponta do Calcanhar. Depois de aludir à ponta do Iguape (*punta del medano*), encontra, adiante da baía deste mesmo nome, uma saliência, *sem dúvida* a ponta do Mucuripe, que não traz inscrição, mas visivelmente abriga uma pequena enseada, imediatamente a leste, em face da qual se lê: "rº de se sallo una cruz" (rio em que se achou uma cruz). "À esquerda — convém transcrever as palavras do intérprete — porém muito próximo da ponta, dentro da enseada, abre-se a embocadura desse rio que nasce numa lagoa no interior das terras, o qual se não pode identificar com absluta segurança, dada a pequena escala do Mapa. Se é o Marajaitiba, ou Japeú do século seguinte (hoje Pajeú), está bem situado; se é o rio Ceará, muito mais caudaloso que aquele, devia abrir-se um pouco adiante, no extremo ocidente da enseada. Mas também pode ser o atual riacho Papicu ou Maceió, que despeja imediatamente ao pé da ponta do Mucuripe e na realidade *nasce de uma lagoa*, que tem o mesmo nome. Em favor deste, militam a posição e a lagoa que lhe dá origem; em apoio do segundo, invoca-se a extensão e capacidade, mais consentâneas com a figura do mapa; finalmente, o primeiro oferece a circunstância favorável de estar entre os outros dois, no fundo de uma enseada que permitia boa ancoragem."

E termina: "No caso de o rio figurado ser o Pajeú, teria sido a atual Praia de Iracema o lugar onde Pinzón plantou a cruz que Leppe, cerca de um mês depois, ainda achou; mas se é o Papicu, a cruz foi erguida mesmo na Ponta do Mucuripe, de certo um pouco dentro da enseada, em lugar abrigado (onde atualmente se encontra o Iate Clube). Esta parece ser a hipótese mais plausível, em vista do desenho do mapa e das circunstâncias fisiográficas da região." (6) Há, no entanto, opiniões divergentes...

Alguns historiadores lusitanos, ciosos da prevalência do descobrimento cabralino, negam, entretanto, as excursões de Pinzón e Leppe ao Brasil.

Deles, o mais obstinado e, porventura, o mais erudito é o Prof. Duarte Leite, que sustenta serem meras patranhas e contradições as afirmativas de Vicente Yenez, em 1501, ao cronista e cartográfo Pedro Martir d'Aghiera e

(6) *Obra cit.*, ps. 96-97.

reveladoras do notável cometimento.

Mas Pompeu Sobrinho esquadrinha, uma a uma, as contestações do referido escritor, jogando-as por terra com facilidade, tal como o faz quanto a pretensões francessas de uma prioridade, que "há muito passaram para o domínio lendário" (7). Êste assunto se encontra fartamente ventilado na referida obra *Proto-História Cearense.*

Na beira-mar cearense, monótona, indigente de recortes, sem avanço agressivo de promontórios maiores, nem o acolhimento franco de baías mais fundas, o Mucuripe foi sempre visado pelos navegantes e procurada a sua angra como refrigério das jornadas e dos navios das armadas d'El-Rei ou de flibusteiros ladrões.

A molduração que a uma e outra dá a serrania azul não longínqua, parece contribuía para a atração reconfortante, e em torno do trecho da orla marítima imprensada entre as fozes dos rio Pacoti e Ceará, com o Cocó e Pajeú de permeio, se processou a concentração de fatos e acontecimentos que enredam quase de modo exclusivo a história da colonização do Ceará até o fim do século XVII. Isto é, até que começasse a ocupação total da Capitania, metidos so povoadores rios-acima, no mais ipíco dos patamografismos, em busca das últimas rechãs do sertão.

O topônimo-Mucuripe-aparece pela primeira vez, na cartografia brasileira, figurando no mapa das Capitanias de 1574; é, portanto, o mais antigo dos nomes indígenas em nossa nomencultura geográfica.

Escreveu-se, então, *Macorie*, forma que se converteu, através dos tempos, em Macoripe, como está na *Relação do Siará*, de Martim Soares Moreno (1618) e na *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador (1627), em *Macuriba*, como escrevia Matias Beck, no seu *Diário*, e noutras modalidades, enfim, mais resultantes da ortografia em que vinha escrita. *Moccouru*, em pronúncia portuguesa *Mocuri*, é a que registram em francês os holandeses Hendrich Hendricksen Cap e Claes Adriassen Cluyt, que estiveram na enseada famosa vários dias, comerciando e entendendo-se com os índios, em 1600.

A denominação é túpica e, etimológicamente, não tem sido fácil explicá-la. Se Mocoripe ou Mocuripe, equivaleria, qual sugere Teodoro Sampaio, a água ou rio dos mocós- *Mocó. r. y. pe.* considerando-se mocó, o roedor *Cavia rupestris,* semelhante ao coelho, muito encontradiço na região nordestina. Informa Paulino Nogueira, no seu *Vocabulário Indígena* (1887), que os antigos moradores do lugar ainda guardavam "a tradição da abudância desse animalejo que aí existiu" (8). Se Mucuripe, seria rio ou água das mucuras ou cassacos-*mucura. y. pe,* hipótese muito fragíl, dada a inexistência de mucuras, no lugar.

José de Alencar interpeta o nome como decorrente de *mo. coribe-* fazer alguém alegre: *corib* alegrar e *mo* partícula ou abreviatura do verbo *monhang* fazer, explicação um tanto poética. Não será de omitir outra

(7) Relativamente à viagem de Alonso de Hojeda, não há como insistir na sua demonstração. É fora de controvérsia, hoje, que ela não atingiu qualquer ponto da costa brasileira. Quando muito, chegou, no Atlântico Sul, às marés das Guianas.

(8) *Rev. Inst. do Ceará* (R.I.C.), v. 1, ps. 351-352.

sugestão de Teodoro Sampaio: *mucuri.pe* nos mucuris, sendo mucuri uma árvore de grande porte encontrada perto do mar, conforme Gabriel Soares. Pompeu Sobrinho estuda minuciosamente a origem da palavra, sem contudo adotar, como a verdadeira, qualquer das interpretações (9).

Mais certo seria dar ao Mucuripe o nome de *Cabo da Saudade*. Ao dobrá-lo, quem deixa a terra tem cheia a alma das tristezas, ao perder de vista os acenos do comovente adeus das despedidas, talvez para nunca mais. Ao dobrá-lo, quem chega com o coração fremente de alegria, é ali que começa a matar as saudades que guardava, já tendo aos olhos, numa indefinível ânsia de atingi-la, a cidade em debuxo ao longe. E sentindo que novamente vai pisar as alvejantes praias, aperta mãos amigas, há quanto tempo não tocadas, e trazer ao peito e aos lábios, em transbordante efusão de abraços e beijos, aquelas criaturas mais queridas, mais amadas, que a gente não esquece nunca. Cabo da Saudade, sim, ao mesmo tempo "crepúsculo do coração" nos que chorando saem, e "clarão enorme que nos ilumina", quando venturoso retornamos.

A enseada do Mucuripe era, em verdade, o encoradouro de Fortaleza: aí é que desciam ferro os iates, as sumacas, brigues, polacas e chalupas, entretendo as permutas, deixando e levando mercadorias.

Martim Soares, na sua aludida *Relação*, descreve-a como "uma grande enseada muito quieta para navios de 400 e 500 toneladas que era antigamente porto dos franceses." Para Beck, ela se apresentava "uma baía assaz cômoda, com capacidade para grandes navios fundearem"

Em junho de 1801, porque piratas gauleses, de tão audaciosos, houvessem fundeado a duas léguas ao sul do Mucuripe, o Governador do Ceará, Bernardo Manuel de Vasconcelos, mandou levantar, como proteção ao porto, três baterias de pedra e cal, sendo uma delas plantada junto ao ancoradouro. Não tendo chegado em tempo as peças requisitadas ao Arsenal Real do Exército, o astuto governante ordenou se guarnecesse uma das fortalezas como uma peça de ferro e com peças de madeira, pintadas de preto as duas outras, para o fim de *intimidar o inimigo, supondo verdadeiras as forças aparentes* (10). Não foi inutilmente que se armou essa fortificação, porquanto logo no mês de agosto, no dia 21, as suas baterias sustentam vitoriosamente sério tiroteio com um bergantim, fato que se reproduz nos dias 4 e 5 de setembro, igualmente com a vitória das mesmas baterias.

Mais tarde, estabelecera-se o costume de dar aviso aos que se aproximavam do Mucuripe, vindos do Sul, disparando-se da antiga fortificação um tiro de canhão, que era respondido por outro, na cidade. O acidente verificado no preparo de um desses tiros, de que resultou sairem mutilados dois soldados, obrigou se desprezasse tal costume, passando os avisos a serem feitos por meio de sinais.

Um precário farol havia sido instalado, em 1846, na ponta do Mucuripe, mas em 29 de julho de 1872, em comemoração do aniversário da Princesa Isabel, outro foi ali inaugurado, em latitude sul de 3º45'10" e a

---

(9) *R.I.C.*, v. 59, ps. 192-199.

(10) Barão de Studart, *Datas e Fatos*, Fortaleza, Tipografia Studart, 1896, v. 1, p. 446.

38°35'9'' de longitude oeste de Greenwich, com luz visível a quatro léguas, de minuto a minuto. Os engenheiros Júlio Álvaro Teixeira de Macedo e Luís Manuel de Albuquerque Galvão, ajudados pelo maquinista Trubuel, fizeram a montagem do material chegado no ano anterior, remetido pelo Dr. Zózimo Barroso, em comissão do governo, em Liverpool.

Depois de quase intermináveis discussões, avanços e recuos que deram bem um índice de desmoralização da nossa engenharia hidráulica e da administração confiada ao Ministério das Obras Públicas, veio, afinal, a ser localizado no Mucuripe o porto da capital cearense.

A falta de cais acostável, forçando os navios a permanecerem longe de terra e os passageiros e cargas submetidos aos incômodos de um desembarque que em lanchas e botes entestando um mar revolto, por muito tempo valeu como óbice às visitas de transuentes à cidade, em detrimento desta. Relembre-se como desembarcavam as pessoas, nos braços ou sobre os ombos de catraieiros ou, depois de construída a ''ponte metálica'', a pular, em salto perigoso, apenas amparados pelos lancheiros, das embarcações oscilantes sobre as ondas aos batentes de uma escada não menos inqueta.

Ficaram temidos e objeto de acres e, às vezes, jocosos comentários tais malabarismos. Os ''verdes mares bravios'' nem sempre serenavam para que o barco ligeiro deslizasse à flor das águas... Num dos capítulos seguintes veremos a história desse porto.

2 — A PAISAGEM

A primeira cena do penoso drama da colinização cearense teve o seu palco na região litorânea e sublitorânea, compreendida entre o mar e as serranias de Maranguape e Aratanha e, de poente a nascente, do rio Ceará ao rio Pacoti. Região de forma aproximadamente quadrangular, jaz sobre a base do chamado Triângulo de Fortaleza (1) e volta-se para o sul, numa extensão média de trinta quilometros, abrangendo, atualmente, todo o Município de Fortaleza e algumas partes dos de Caucaia, Maranguape, Pacatuba e Aquirás.

Oferece aspecto biofisiográfico característico e curioso; e, para melhormente individualizá-lo, seria bastante dizer que o território consta de uma planície com ligeira inclinação para o norte, crivada de lagoas rasas, drenada, na sua parte central, pelo pequeno rio Cocó e, lateralmente, pelos tributários da vertente oriental do rio Ceará e os da vertente ocidental do Pacoti.

A *facies* peneplânica não é perturbada senão muito de leve por algumas discretas ondulações — cômoros ou dunas de areias movediças ao longo da praia atlântica e morros e *altos* esparsos, modestos e insulados. Os riachos, em geral não perenes, são numerosos e serpenteiam em todos os sentidos, derivando quase sempre de lagoas e ipueiras, muitas destas já aumentadas de capacidade, por terem sido barrados os seus sangradouros ou pela constante retirada de barro para diversas finalidades.

Como se disse, o grande dreno da região é o rio Cocó, que lhe corre ao centro e se reforça com uma série de afluentes, entre os outros o Coaçu, o Água Fria, o Gavião, o Pedregulho, o Maritacaca, o Timbó e o Monguba. Na citada vertente do Pacoti — os afluentes Tapuio e Jacundá, e na do Ceará — o Maranguapinho, chamado Tangueira às nascentes, do qual são reforços os riachos Alagadiço Grande, Jenipabu, Tatumundé, Vavaú e Urucutuba.

Bastante rica, a limnografia ostenta, além da grande lagoa da Precabura, próxima da barra do Pacoti, outras de menor porte, como as de Messejana, Parangaba, São Jorge, Porangabuçu, Mondubim, Sapiranga, Paupina, Maraponga, Paçaré, Jenibaú, Pedras, Pajuçara, Mingau, Jibóia, Maracanaú, Jaçanaú, Jandragoeiras, Capuã, Jenipapo... Tais lagoas acumulavam, quase sempre, no seu leito, fartos depósitos de argila preta e humosa,

(1) *R.I.C.* v. 51 p. 152.

contendo diatomita, os quais, com certa dose de argila, têm sido explorados desde os tempos primitivos para a fabricação de excelente tijolo branco, leve, poroso e — como qualidade preciosa — mau condutor de calor. Mais recentemente, tem-se desenvolvido a sua extração para fins exportáveis.

Os serrotes ou elevações mais destacáveis, não contando com as serras fronteiras, são o Itatinga, o Ancori, o Bolo, o Jabuti, o Cararu e os altos da Serrinha, da Mucunã e o do Jenibaú.

A região goza de clima ameno e agradável. Elevada é a sua pluviosidade, comparável a de certos trechos das serras altas, com a média, na Capital, de 1.400 milímetros de precipitação anual, temperatura média de 26°C. e umidade relativa, conforme a estação, de 70 a 80. Ótima, portanto, a temperatura sensível.

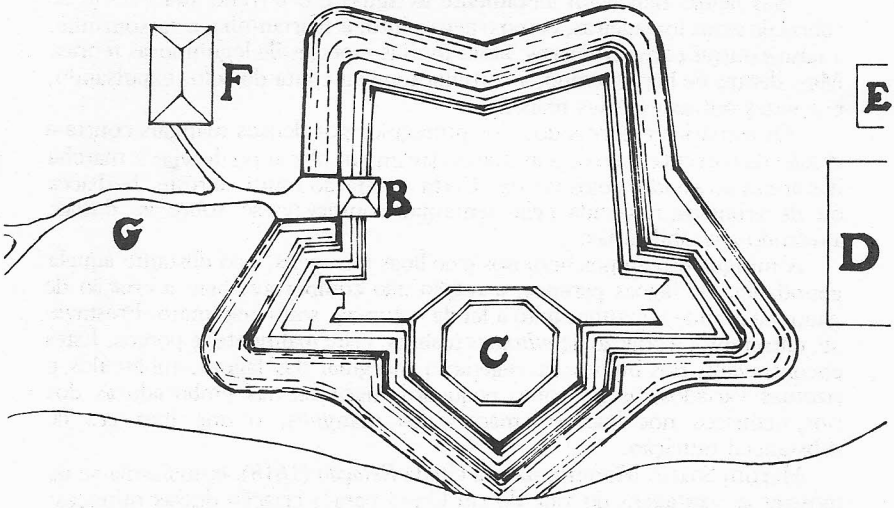
O regime das chuvas e a umidade do ar proporcionam o desenvolvimento de vegetação permanente, viçosa, que muda de aspecto só por efeito da natureza do solo. Decorrência da decomposição superficial do terreno terciário costeiro, compõe-se este solo, principalmente, de areias que formam tabuleiros planos, mais ou menos profundos, com importantes afloramentos de argilas negras (barro preto) e, por denudações, de argilas vermelhas ou amareladas (barro vermelho). Nos sopés das montanhas, o solo coluvial, algo profundo e pedregoso, somente se encontra bem caracterizado a oeste e sudoeste, circundando as serras do Camará, Maranguape e Aratanha.

No leito maior dos rios e riachos, que as águas recobrem nas estações das chuvas, aparecem os depósitos de aluvião fluvial, longitudinalmente cortados pelo leito menor, às vezes até o terreno argiloso ou primitivo subjacente. O solo aluvial, areno-argiloso ou argilo-arenoso, é bastante fértil, formando ora várzeas mais ou menos vastas, não raramente salitradas, ora excelentes *coroas*, que ostentavam uma flora driática vigorosa e magnífica, bem cedo, infelizmente, destruída pelo machado e a foice, com a abertura de campos para *roçados*.

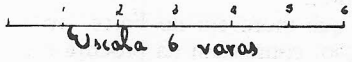
Quase toda essa área estava, de princípio, coberta por densa vegetação, baixa e fechada, só aberta nas várzeas, onde o carnaubal dominava, ou ainda domina, o panorama florístico. Vegetação alta e relativamente portentosa nas elevações, morros e serrotes ou em baixadas de solo humoso e nas *coroas* dos rios, com árvores másculas, como o pau-d'arco, o pau-pombo, o jatobá, o oitizeiro, a almécega, o juazeiro.

Nos sítios de solo seco, menos férteis, nos tabuleiros estendiam-se os pequenos bosques de sabiá, unha-de-gato, canela-de-veado, mororó, capa-bode, pau-ferro, por entre os quais se alteavam copados cajueiros de grossos e rugosos troncos, mulungus e jenipapeiros. Onde, nesse terreno, emergem os bancos de areia, formando tabuleiros, vivem cajueiros bravos com as suas folhas de lixa, e crescem os manipuçás, as moitas de murici, o araticum, a murta, a guabiraba, a ameixa do mato. E por entre o manto desta cobertura agreste espontam as pequenas árvores de pau-paraíba, embiriba, as leitosas janagubas, os toréns ou umbaúbeiras, a cajazeira e outras espécies semelhantes, porém menos típicas. Onde o solo se mostra argiloso, se de barro preto, repontam clareiras expostas à erosão, com escassa cobertura de ervas; se de barro vermelho, predominam as touceiras de coco babão (catolé).

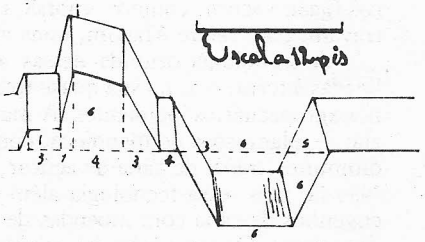
O FORTE SCHOONENBORCH



A - O forte Scoonenborch situado no monte Marajaitiba dentro das trincheiras revestidas de paliçadas
B - Alojamento do Sr. Beck em cima do portão
C - O armazem guarnecido de paliçadas
D - O antigo armazem chamado quartel
E - O antigo alojamento do Sr. Beck
F - O antigo armazem
G - O novo caminho aberto para a praia afim de transportar os viveres para cima do monte



Este é o perfil do forte Schoonenborch em 28 de Abril de 1649



A vegetação arbórea ou arbustiva, contantemente verde, prevalecente no complexo botânico, era quase única, pouco deixando à proliferação herbácea que, aqui, ao contrário do sertão, nem sempre se estiolava e cedo desaparecia na estação seca. As espécies de gramíneas, de modo especial representadas pelo capim gengibre, invadiam os *abertos*, os pequenos campos, ao lado de algumas luguninosas crucíferas e sinanterâceas, algumas de folhagem olífera.

Nas lagoas baixavam lentamente as águas e o terreno {da vazante se cobria de ervas forrageiras, como o pega-pinto, a marianinha, a vassourinha, a salsa e outras convolvuláceas, afora muitas espécies de leguninosas tenras. Mas, dentro de breve tempo, a coronha tomava conta do solo, expulsando, por vezes outras espécies mais úteis.

Os estuários e barras dos rios protegidos por densos mangais contra a erosão da corrente fluvial, e as marés davam em obstar ou desviar a marcha das areias arrastadas pelos ventos. Certa vegetação muito agreste, herbácea ou de arbustos, retorcida pela ventania, conservava-se sobre as dunas, ajudando a estabilizá-las.

À míngua de campos herbosos e de boas forragens, não obstante aquela abundância de lagoas perenes, a região não comportava bem a criação de gados de grande tamanho, feito à lei da natureza, solto pelo mato. Prestava-se, entretanto, à criação de *miunças* (cabras, principalmente) e porcos. Estes encontravam, nos bulbos da vegetação marginal das lagoas, tubérculos e rizomas variados, assim como pequenos mariscos nas embocaduras dos rios, maluscos nos *ipus* e lamaçais dos mangues, o que lhes era de substancial nutrição.

Martim Soares Moreno, na sua citada *Relação* (1618), entusiasma-se ao mostrar as vantagens do vale do rio Ceará para a criação dessas miunças: "para pastos de todo gado são estas (terras) as melhores que hei visto, porque as porcas parem 4 vezes cada ano e muitos leitões de cada vez e com frutas e mariscos dos rios se fazem que donde se deitam se não podem levantar; ali tive cabras que pariram duas vezes cada ano 2 e 3 cabritinhos, as cavalgaduras se dão grandemente..."

As principais preocupações dos colonos que moravam no Forte, ou nas suas proximidades, à sua sombra e proteção, consistiam na procura e obtenção da substência e na defesa contra os índios. Alguns mais ousados adquiriram terras e procuravam exprorá-las, introduziam animais domésticos (gado vacum, equinos, cabras, ovelhas, porcos e galinhas), que encontravam, com refere Martim, bons elementos para rápida multiplicação.

A tecnologia oriunda dessas atividades tão primitivas, íntimamente ligadas à terra, era, na sua quase totalidade, baseada nos recursos naturais e nos agropecuários incipientes. A matéria prima não excedia ao que se produzia: — plantações de mandioca, com que se fabricava a farinha-de-pau, ou diminutos tratos de cana-de-açúcar, com que se preparavam as rapaduras. Não ia, pois, essa tecnologia além do trabalho das casas-de-farinha e dos engenhos-de-cana com moendas de madeira (geralmente, a maçaranduba das serras). O mais vinha das atividades extrativas, da caça e da pesca, que exigiam o preparo de redes e armadilhas de variados tipos. As redes e certas partes das armadilhas eram feitas , totalmente ou em parte, com fios de algodão, saídos dos fusos tangidos pelos dedos das mulheres. A pesca no mar

reclamava balsas, que logo se foram transformando em jangadas, de começo por merceneiros vindos de Pernambuco, mas sem demora utilizados pelas mãos hábeis dos filhos da terra. Eram estas mesmas mãos que se tornavam peritas na construção de moendas e almanjarras para os engenhos e de *caititus* e prensas para as farinhadas.

Não se fundiam metais, mas ferreiros trabalhavam o ferro batido, importado do Reino, através do Recife: fabricavam pregos, argolas, ganchos e peças elementares para aqueles mecanismos, dobradiças e fechaduras de enormes chaves, para portas e baús.

Madeiras nativas forneciam meios para o conserto de embarcações e até armação de pequenos barcos. Faziam-se com elas carros de bois e seus apetrechos, alguns móveis grosseiros, portas e janelas. O madeiramento das casas era, via de regra, tirado do estípite da carnaúba, a qual também proporcionava a palha das cobertas e muitos artefatos de irrecusável serventina. Tijolos e telhas eram raros, importados em muitos casos, pois o produto local não era bom, apesar de haver, por toda parte, ótima argila para esse tipo de cerâmica.

Para a manutenção prpriamente humana, além dos recursos da flora e d a fauna, cultivavam os primeiros colonos, preferencialmente, a mandioca, que os tupis tanto estimavam, o milho, o feijão, a cana-de-açúcar, bananeiras e coqueiros da Bahia. Da flora autóctone, aproveitavam o caju, o jenipapo e outras frutas, além de certos tubérculos (carás). Da fauna, — o mel de abelha, os mariscos e crustáceos dágua doce (pitus). A caça trazia-lhes o jacu, psitacídeos diversos, nambus e cordonizes, marrecas, patos, galinhas-dágua, flamengos e columbídeos vários. Tatus — o verdadeiro, o bola e o peba — eram um regalo. Mais dificilmente, os ungulados — queixadas e caititus. Dos roedores — o mocó, o preá, o punaré. Os veados representavam boa e apreciada contribuição. Na linguagem de Soares Moreno, "são tantos como cabras e qualquer soldado com o seu arcabuz os mata facilmente."

A pesca marítima e a dos rios e lagos eram, talvez, recurso mais valioso. No mar, pescava-se a cavala, o camurupim, a cioba, a serra, o mero, a cocoroca, o ariacó, o cangulo. De água doce, nessa região, quase somente os acarás, a curimatã, a traíra, a terrível piranha, as piabas, os muçus e os cascudos. Nas águas salobras, a famosa curumataí e o pema. As minhocas oligoquetos e os sapinhos, jias e caçotes eram as iscas prediletas para os anzóis. Landuás e tarrafas, as malhas mais usadas. De varinhas de madeira, os quixós e gangorras ou covos.

Contrariavam, entretanto, os esforços criadores dos habitantes da incipiente e pobre Colônia numerosos fatores negativos. Até ali, as secas não mereciam grande importância, o que se explica pela natureza da biofisiografia regional e a escassez da gente humana e dos animais domésticos. Piores eram as cobras venenosas — cascavéis, jararacas. Os carrapatos (ixoxídeos) em certos anos, como praga perigosa, dizimavam os pequenos rebanhos de bovinos. As onças e guarás não poupavam as ovelhas e cabras; e raposas, guaxinins e cassacos faziam o tormento dos galinheiros. E a precariedade ou ausência de recursos técnicos agravava tudo. O empirismo das mezinhas, garrafadas e rezas conseguia muito pouco.

Nessa paisagem, assim incoloridamente descrita, falta o risco do riozinho que os holandeses vieram a chamar de *Marajaik* e mais tarde se denominou também *Ipojuca, Telha* e, ultimamente, *Pajeú*. É um ribeiro nascido de uns olho-dágua nem cinco quilômetros distantes do Oceano, com o seu vale de nem duzentos metros de largura.

Inexpressivo dentro no quadro físico, já de si era quase indigente de encanto expressional. Mas o riozinho foi escolhido para dominar e condicionar o assento de um fortim, germe de uma aglomeração humana. Deu ele a chave da solução que urgia encontrar-se, em determinado momento e sob a pressão de determinadas circunstâncias.

Bem ou mal, viu-se preferido ao rio Ceará (150 km) e ao rio Pacoti (120 km), muito mais caudalosos e de ribeiras férteis, que a estratégia flamenga cuidadosamente mediu e ponderou, mas não pôde levar em conta. O seu mérito foi este de ter atraído a *localização* de uma grande cidade do futuro, e isso não é pouco.

Como toda corrente flúvia, o Marajaik tinha tributários. *Tinha*, pois já não os tem, desaparecidos sob a ação dos aterros e outros fatores de modificações da topografia, à semelhança do que vem acontecendo com ele próprio, reduzido que se acha a um simples rio histórico. Assim como o diminuto Ipiranga, de "margens plácidas."

Eram dois, ambos da margem esquerda, esses afluentes. O primeiro, mais à foz, emanava das baixadas da *Lagoinha* (Praça Capistrano de Abreu) e do *Campo da Amélia* (Praça Castro Carreira). Se restaurado o seu curso, ver-se-ia que secionava obliquamente a Rua Senador Pompeu, cortando terreno no encontro desta com as Rua São Paulo, Barão do Rio Branco e Major Facundo, ali por onde ainda se encontra o sobradão de frisos azuis de azulejo que pertenceu ao Dr. José Lourenço de Castro e Silva, e serviu de sede ao Tribunal de Apelação. E, atravessando a Rua Floriano Peixoto, vinha continuar seu leito pelo antigo Beco do Inglês ou do Mercado, hoje Rua Crato, para, enfim, derramar as suas águas no Pajeú, bom ao lado, sul da Praça da Sé, quase na esquina da Rua Conde d'Eu com aludida Rua. A estrada da Jacarecanga — informa Brígido — cortava o vale desse afluente, que se conservava sempre úmido. "No grande inverno de 1839, ainda se estabeleceu uma corrente, que permaneceu algumas semanas." O outro afluente era o córrego do Garrote, que nascia na elevação da atual Praça Clóvis Beviláqua, atravessava a Rua Senador Pompeu, corria ao longo da Avenida Duque de Caxias, lançava-se na Lagoa do Garrote (Parque da Liberdade, atualmente) e daí se despejava no seu principal.

O mesmo Brígido aventura-se a uma hipótese: "Se fora lícito penetrar nos domínios da ciência e ocupar-nos de um passado pré-histórico, explicaríamos o fato de, por toda parte, se encontrar água da melhor qualidade, perfurando o solo da cidade; mostraríamos que, primitivamente, estiveram em absoluta continuidade, formando um só e extenso banhado, lagoas, ribeiros e colinas, de que temos falado; em princípios, eram massas ingentes de areia, sopradas, dia e noite, pelo rijo sueste, a levantarem constantemente o fundo desse banhado; depois as ilhotas, que emergiam e se dilatavam sem cessar. Um dia, as águas divididas e subdivididas se acharam reduzidas a duas únicas parcelas, e continuava a aluvião; nuvens de areia corriam sempre pela superfície do solo! O âmbito dos dois reservatórios foi diminuin-

do mais e mais e chegou a vez das águas se escaparem das suas prisões pelos dois córregos indicados. Eram estes, pois, ainda obra do vento! Rondando mais à direita ou mais à esquerda, ele tinha consentido nessas depressões do solo, que separavam as duas colinas do *Taliense* e da *Misericórdia*, para vir sobre sobre elas oportunamente. Ia assim mais adiantada a obra da natureza, quando sobreveio o homem e disse: pára!''

A lombada ou colina do *Taliense* é a elevação que tem a sua eminência no chamado *quarteirão sucesso*, na Rua Barão do Rio Branco, entre as ruas Guilherme Rocha e Liberato Barroso. Aí ao tempo em que escreveia Brígido, funcionava o Teatro Taliense. Com a retificação do *grade* das ruas, essa colina não mais vem à vista, porém, até não muito recuado tempo, estiveram aos olhos de todos as célebres *calçadas altas*, resultantes de cortes ou rebaixamentos do terreno, para a passagem dos calçamentos. Calçadas, como refere o cronista João Nogueira, estreitas, desiguais e perigosas. ''Não permitiam as amplas rodas de calçadas, tão dos nossos hábitos, e vários transeuntes levaram ali boas quedas.'' Na Rua Senador Pompeu havia dessas calçadas, no quarteirão em que morava o fogoso jornalista, a casa que se transformou no Fortaleza-Hotel. E ainda é possível observar a pronunciada diferença de nível entre a pavimentação e o piso das casas do ''lado do sol'', da citada Rua Senador Pompeu, na quadra que se aperta entre as ruas Guilherme Rocha e Liberato Barroso. Calçadas altas na Rua Senador Alencar, entre a Barão do Rio Branco e a Senador Pompeu, as gerações que não são muito jovens as alcançaram.

A colina da *Misericórdia* é a Marajaitiba, a em que se acham a fortaleza, o Quartel da 10ª Região Militar, o Passeio Público, a Santa Casa, e o Centro de Turismo. Aquela que o visitante inglês Henry Koster viu como ''uma montanha de areias.''

Outra colina estende-se ao sul do córrego do Garrote, com o ápice topográfico na Praça Clóvis Beviláqua. Eis porque ali colocaram os reservatórios do serviço oficial de águas. Antes, em 1867, foi por lá, mais ao sul, que instalaram as caixas dágua da ''Ceará Water Works Co., Ltd.'', com o seu abastecimento por meio de chafarizes.

Ainda se há de considerar, como elevação interessante, o planalto ou outeiro da Prainha, à margem direita do Pajeú, alargando-se até a barranca ou descida para o mar. O Seminário Arquiepiscopal veio a ser construído quase na extrema dessa barranca. Em baixo, estavam os trapiches e a alfândega velha: era a *Prainha.* As águas do oceano batiam na encosta do planalto, diz-nos Brígido, baseado em segura tradição. Nas faldas dessa ladeiras é que os holandeses encontraram um arraial de índios, aliás muito bem indicado no mapa de 1649, que nos legaram.

Mais para oeste, o morro do Croatá, em cujo sopé foram construídas as instalações da Estrada de Ferro, e ao sul, à margem direita do riacho do Garrote, o Alto do Pimenta, em cujo declive começou o Boticário Ferreira a levantar, sem poder concluir, uma igrejinha, que teria a inovação de N. Senhora das Dores, e onde mais tarde se ergueu a igreja do Sagrado Coração de Jesus.

Por fim, a elevação da Aldeota, somando ao todo sete, para que se possa afirmar que, tal qual Roma, a cidade de Fortaleza haveria de montar-se sobre sete colinas.

3 — O CASTELO DE SCHOONENBORCH

As cidades formam-se pela utilização das vantagens físicas da paisagem e sua adaptação às necessidades do homem. E o uso de tais vantagens ou elementos fornecidos pela natureza começa com a convergência de interesses humanos em determinado *local* e em dada *situação*. São considerados, em geografia, o primeiro como o trato ou quadro topográfico em que se processa uma fixação dêmica, e a segunda como a posição do referido local em concordância ou relação com o meio circundante ou cercadura geofísica.

A origem da Capital cearense é o forte ou castelo, levantado pelos holandeses na enseada do Mucuripe, localizado na foz do riacho Pajeú com o duplo fim de defesa e de centro de irradiação das providências ligadas à exploração de minérios de prata na serra da Itarema (hoje Taquara), contraforte da de Maranguape.

Anteriormente, os primeiros vestígios ou precipitados de geografia humana, no Ceará, haviam-se verificado na embocadura do rio desse nome, a menos de dez quilômetros a noroeste do córrego pajeuano.

Vindo da Paraíba com a intenção de conquistar a região, Pero Coelho de Sousa erigiu ali uma fortificação, muito singela, que denominou forte de São Tiago, e, de acordo com os seus planos, seria a defensão do núcleo populacional a formar-se com o título evocativo de Nova-Lisboa, sede da capitania que, também muito evocativamente, deveria chamar-se Nova-Lusitânia.

O desastre da expedição de Pero Coelho concorreu para que o São Tiago se desmantelasse, ficando imprestável. A crônica da *bandeira* coelhina chega-nos como a de uma tragédia, cheia de perigos, combates guerreiros, sofrimentos e mortes, para escrever, na sucessão histórica do Ceará, a primeira triste página dos seus martírios clímicos. Talvez lhe coubesse melhor o título de Fundador do Ceará.

Em 1611, Martim Soares Moreno, que fora soldado de Coelho de Sousa, voltou à região e afoitamente tentou assegurar a posse portuguesa, construindo, no mesmo lugar do de Pero Coelho, outro forte ou presídio que, em homenagem ao santo do dia de seu começo (20 de janeiro), tomou o nome de São Sebastião. A história de Moreno edifica-nos pela bravura do moço luso, pelo engenho e arte com que soube conquistar a simpatia e a colaboração dos índios e pelos seus feitos valorosos nas lutas em que se empe-

nhou até a velhice, em benefício do seu país e do seu rei. Não foi senão com absoluta justeza, em relação aos fatos da vida gentil e gloriosa de Martim, que o genial Alencar fê-lo o *Guerreiro Branco*, amante da virgem Iracema, numa admirável simbolização a traduzir, com as filigranas da ficção, o encontro das duas civilizações tão díspares, nesta parte ardente do Mundo Americano.

"Fiz um forte de madeira com as suas guaritas e casas de soldados, dentro a sua Ermida onde se disse Missa, e onde estão 20 soldados que, como são tão poucos naqueles desertos, não podem fazer mais que sustentar-se ali dentro" — escreveu Martim na sua *Relação*.

E nem sustentar-se ali dentro puderam, porque, de tanto esquecidos da Metrópole, não possuíam quaisquer meios mais prontos para oferecer resistência eficaz aos holandeses que os atacaram em 1637, surpreendendo-os e aprisionando-os. Varnhagen teve informações de documentos para dizer-nos que a pequena praça de Martim Soares não ia além de uma aldeia de ranchos, com quintais de vara e uma igreja; e, além dos índios, uns vinte soldados que faziam a guarnição de um forte quadrado, com quartéis e armazéns dentro, flanqueado por dois pequenos baluartes também quadrado, nos dois ângulos diametralmente opostos." (1)

Apossados dessa pobreza, souberam os holandeses algo melhorá-la; indispuzeram-se com os nativos, aos quais não pagavam os serviços. Não aguentando mais as humilhações, a indiada atacou-os de súbito, massacrou-os e arrebentou o forte (1644), reduzindo-o a um silêncio que seria perpétuo. Nunca mais serviria de nada aquele "quadrado, com os seus quartéis e armazéns", senão de pungente relembrança de aspirações tão amargamente desfeitas, como as que alimentaram o pensamento de Pero Coelho e de Martim Soares.

A terra do Ceará sentiu, de novo, o vácuo da ausência do homem branco. O ameríncola, ao menos por algum tempo, iria outra vez respirar desafogado da opressão de um guante por demais incômodo à sua liberdade natural.

Fenecera aqui a ocupação européia. Desaparecera o tênue vestígio ou precipitado geográfico que, no curso de tantos anos, mal conseguira manter em pé.

Novamente, porém, retornariam os flamengos, agora acossados pela falta de moedas no cofre da Companhia das Índias Ocidentais. Recorreriam à exploração de minas, onde houvesse o ouro ou a prata.

Do Ceará, as notícias eram que esta última se guardava abundantemente na montanha Itarema, não longe de Mucuripe, uma daquelas serras que "ainda azulam no horizonte."

Como salienta João Ribeiro, "a avidez da Companhia das Índias havia perdido o Brasil. A hânsea mercenária e bolsista faltava o sentimento político delicado dos interesses morais; faltava-lhe o Império."

Ainda, porém, tiveram tempo de mandar ao Ceará uma esquadra de soldados, marinheiros e operários, para tentarem o enriquecimento urgente e salvador.

---

(1) *História das Lutas com os Holandeses no Brasil*, S. Paulo, Edições Cultura, 1943, p. 171.

A expedição vinha sob a responsabilidade de Matias Beck, experimentado e aventureiro, preposto da Companhia. A parte militar cabia ao major Joris Garstman (2), que fora o comandante da primeira invasão holandesa de 1637. Ao todo, 287 homens. Era a mais séria e prolongada tentativa deste gênero que faziam os Grão-Senhores, como observa Alfredo de Carvalho.

Acolheu-os a enseada Mucuriba (Mucuripe), talvez no mesmo ponto em que Pinzón erguera a cruz de 1500. Entre esperançosos e desconfiados, chegaram ao meio dia de 2 de abril. O ano era o de 1649.

De como auscultaram e examinaram as coisas da praia e o alvoroço dos indígenas; de como com estes se entenderam e afinal desembarcaram, — di-lo Beck no seu minucioso *Diário*, infelizmente só conhecido em retalhos. (3)

Agora em terra, era urgente resguardar tudo: homens, armas e bagagens, e não se perdeu minuto. À improvização dos abarracamentos seguiu-se aquilo que era mais indispensável — a construção de uma fortaleza de proteção. Contra os índios, talvez; contra inimigos do mar, porventura.

Ao amanhecer de 9, depois de chegarem a terra as ferramentas, machados e foices, o Comandante João Maes já ordenava se limpasse o terreno no sítio em que havia de levantar-se a fortificação, escolhido desde a manhã de 7.

A 10, o engenheiro Ricardo Caar "traçou o risco da fortificação, cuja construção foi diligentemente começada por duas esquadras, consitindo ao todo em 40 soldados, que serão revezados por ternos de esquadras até ser terminada a obra."

O sítio assim preferido era o monte ou duna chamada Marajaitiba ou Marajaituba na linguagem tupi, formada a palavra de *marajá*, palmeira, e *tiba* ou *tuba*, sufixo designativo de quantidade ou abundância. A palmeira ali existente era o catolé ou coco-babão (*Syagrus picrophylla*, Barb. Rodr).

Ao sopé do monte deslizava o riacho Marajaík (rio das palmeiras), que Matias Beck viu como um "rio dágua fresca e doce", certamente porque decorria abril, o mês das águas mil, e para ele apresentava a vantagem de poder ser bem defendido pela fortificação. Além disso, o morro estava contíguo à praia, defronte do porto, onde ficavam surtos os navios da expedição, "de modo a podermos facilmente receber por mar os nossos víveres e munições."

Militarmente estratégico e topograficamente favorável, mostrava-se, desse modo, aquele lugar eleito. Dois fatores mais que importantes para justificar a escolha, embora à falta de outro melhor: "é para lamentar não havermos encontrado lugar mais próprio para aqui erguer a nossa fortificação" — consigna o *Diário*.

---

(2) Sobre a grafia *Gartsman*, ler Carlos Studart Filho — *Estudos de História Seiscentista*, Fortaleza, Tipog. Minerva, 1959. p. 98.

Ler ainda, sobre esse militar flamengo, *Aspectos do Domínio Holandês no Ceará*, de José Aurélio Câmara, Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1957, p. 7.

(3) Pode ser lido na R.I.C., n. 17 (1903), ps. 331-405, e em *Tricentenário da Vinda dos Portugueses ao Ceará*, Fortaleza, Tip. Minerva, 1903, ps. 334-417.

Este juízo, todavia, não foi pacífico. Resultou de confrontos cansativos. Beck, Maes e outros oficiais visitam o local do antigo e destruido forte, na Barra do Ceará, e verificam "ser a entrada do porto muito perigosa para nele penetrar qualquer embarcação, e ainda mais perigosa para dele sair." Sobretudo, "achava-se a velha fortificação situada num outeiro a tal distância do rio, que a sua guarnição poderia ser facilmente privada dágua."

Não havia como embrenhar-se por esses estorvos. Só encontravam um jeito: ficar onde começaram a instalar-se, no Marajaík.-

Na pesagem, venceriam os fatores geográficos mais fortes. O monte Marajaitiba tinha, ao sopé, rio dágua fresca e doce, ao passo que o outeiro do Siará estava distante do rio. Em frente ao Marajaík, bem ou mal, os navios estavam livres para entrar e sair, enquanto no Siará a barra, soterrada, não se prestava a essa manobra indeclinável.

Foram esses dois fatores os elemntos essenciais de fixação do núcleo, futura cidade. O precipitado-embrião para nunca mais seria arrancado dali.

Morreram duma vez a Nova-Lisboa e o São Sebastião, o desejo de Pero Coelho e o de Martim Moreno. Ainda resistiram por lá algumas casinholas de índios — a Vila Velha, mais tarde transferidos para a Aldeota, perto do Schoonenborch.

Este nome era o do governador holandês do Recife e com ele havia de firmar-se, por alguns poucos anos mais, o domínio flamengo no Ceará.

Para sempre, o Schoonenborch liquidara o valimento e prestígio do Siará dos primeiros dias da exploração. Se algumas estacas dele ficaram, cobriram-nas as areias, as boliçosas dunas, que têm sido o sudário de muitas intenções da geografia humana.

Algumas telhas e peças de artilharia, carregadas em carro pela praia, vieram para o Marajaitiba, consolidando-lhe a prevalência.

No dia 22, somente não se achavam prontos, na construção de Beck, o portão e duas baterias. "Tudo em completo estado de defesa" — afirmava ao chefe o Comandante Maes. Podia, assim, considerar-se concluído aquele forte de cinco pontas, com os seus parapeitos, fossos e o mais.

Seria o resto o *fervet opus* das organizações vivas, em agitações incessantes para materializar objetivos ou sonhos.

A luta pelo mineral furtivo: cada hora, uma esperança ou um desalento.

São bem de imaginar os ímpetos de Beck, querendo vencer as negaças da montanha toda em buracos e procurando manter-se numa região que lhe oferecia pouco, revestida de terras em que só a mandioca, nada exigente, se desenvolvia com alguma vantagem.

A interrupção do *Diário* de Beck, infelizmente, não permite fazer cálculo preciso das angústias daqueles homens enfiados no trabalho estafante, persistente, de tornar produtivo o improdutivo.

Sabe-se, no entanto, que bem cedo foi necessário aumentar o fortim e os armazéns, pensando-se novamente em mudá-lo para o rio Ceará: "o forte atualmente é pequeno demais e incapaz de conter a tropa" — lá está no mesmo *Diário*.

"Em companhia do major Gartsman, de Henrique Balthus van der

Meulen, do engenheiro Ricardo Caar e de seis soldados, fui ao velho forte Siará, chamado São Sebastião, a fim de ver se ali não se encontraria barro próprio para H.B. van der Meulen fabricar tijolos e telhas, e examinar se o nosso forte não ficaria ali mais bem situado'' — registra Beck.

Mas, ''depois de demorada inspeção — conclui — o major Gartsman aprovou a construção do forte aqui por achar-se em melhor situação do que o antigo.''

Projetou-se a ampliação do Schoonenbroch, mas só as obras prosseguiram depois de aprovadas pelo conselho de guerra, reunida toda a oficialidade. Com a ampliação, ganhar-se-ia ''espaço bastante para a construção duma padaria e alojamentos para prateiros dentro do forte'', que ''ficaria em muito melhores condições de defesa, o que na realidade consistia, por si só, um motivo suficiente para que o aumento proposto fosse aprovado.''

Mas a capitulação geral dos holandeses no Recife (janeiro de 1654) veio aliviar Matias Beck das enormes penas que o martirizavam.

Qual da vez anterior, não tinham sabido os flamengos captar a estima dos aborígines, cujo ânimo, ao mesmo tempo, era trabalhado pela instigação de brasileiros e portugueses, por via de emissários nativos.

Chegara-se ao extremo de recolherem-se os da expedição ao interior do forte, com o fim de escaparem ao ódio dos *brasilianos*, cujo intento, já agora, era eliminá-los um a um e ficarem senhores exclusivos da região. Muitos dos retardatários perderam a vida aos tiros de flecha daquela gente enfurecida.

''Apoderando-se os Brasilianos das várzeas, de todas as nossas roças, frutas da terra, negros e todos os nossos bens, mantinham-nos de tal modo bloqueados em nossa fortaleza que teríamos caído, inevitavelmente, em suas mãos assassinas, em virtude da fome, se não aprouvesse ao Senhor Deus salvar-nos misericordiosamente. Fizera eu conduzir boa parte de meus cavalos, vacas, porcos e outros gados para lugar seguro, bem perto da fortaleza e sob a proteção dos nossos canhões e, em seguida, os fiz matar para nos servirem de alimento, o que nos conservou a vida até o momento em que, pela providência e a graça de Deus, um barco novo da Companhia, que eu mesmo fizera construir e antes fora enviado ao Recife, retornou, para nossa grande alegria, carregado de víveres.''

''Com este barco chegou, também, um português, com trezentos e catorze de seus soldados, tendo servido de comboio ao dito barco, e, então, recebemos também cartas do alto governo com as capitulações concernentes ao acordo e condições que acabavam de ser concluídas com o Mestre-de-Campo-Geral português, ordenando-nos que nos conformássemos com isso.''

Beck e Gartsman entregam a praça, em 20 de maio de 1654, ao Capitão-mor nomeado, Álvaro de Azevedo Barreto, e retiram-se para a ilha de Barbados.

A transcrição da carta que o primeiro escreveu dali, em 8 de outubro, aos Altos Senhores da Companhia ofereceria a revelação de quão dramático e comovedor foi o fecho do domínio holandês no Ceará: ''vivi, desde o ano de 1649 até o ano de 1654 no meio de grandes dificuldades e privações, como para minha enorme tristeza acabo de descobrir agora, de numa vã esperança ter passado meu tempo no Siará, cercado de uma população selvagem,

bárbara e perigosa, tanto de Brasilianos como de Tapuias; e quando chegava a vislumbrar a probabilidade de um bom e vantajoso resultado, neis que recebo a mais deplorável das notícias.'' São palavras suas, que deixam ver-lhe nalma o travo das decepções irremediáveis.

Pintaram, assim, os loiros filhos da Neerlândia, no Ceará, ''o cenário do derradeiro sonho flamengo, que a rendição da campina do Taborda surpreendeu e findou'' (Câmara Cascudo).

Mas, do sonho dorido restou o Schoonenborch calvinista, que a posse lusa batizou, catolicamente, de Nossa Senhora d'Assunção, invocação com que a Virgem passou a ser venerada, tendo a sua imagem exposta ao culto dos soldados e dos moradores do vilarejo, na ermidazinha ali construída sem demora.

Azevedo Barreto, também sem demora, consertou a fortaleza. Depois de construído o dito forte, parece que não o haviam reparado mais, foi a sua impressão. ''Fundado sobre paus enterrados a espaços e outros atravessados por dentro, em formato pentagonal'', achava-se tudo meio apodrecido.

Não se cogitou mais do *Siará*, esquecido para todo o sempre. O Marajaitiba é que iria ser ribalta onde se ensaiaria o épico de uma aglomeração humana em busca de um destino difícil.

O forte de Nossa Senhora continuou a sua existência precária, sofrendo remendos, até que em 1816 se transformou, de fato, numa fortaleza, graças à vontade do Governador Manuel Inácio de Sampaio, o futuro Visconde de Lançada, e ao projeto do engenheiro Silva Paulet.

''Informem Montem me deserere Carinae:
Nunc arcem magnam respectu longe pavescunt.

. . . . . .

Muris me fortem reddunt civília dona;
Armis me fotem faciunt dispendia regis.''

Em língua vernácula:
''As naus escarneciam de mim quando era um nonte informe; Agora que sou uma grande fortaleza de longe tomam-se de respeito.

. . . . . .

Os donativos dos cidadãos me tornaram forte pelas muralhas; E os despendios reais me fazem forte pelas armas.''

Mais que tudo, daria o nome à cidade - *FORTALEZA*.

4 — A DANÇA DO PELOURINHO

O grupo urbano que se arrumava em volta do forte de Nossa Senhora não sabia crescer. Desaparecera o motivo que inspirara a sua origem: a exploração da prata.

Além disso, a sua posição geográfica ou situação local, em verdade, não era a melhor: "é para lamentar — lembramos as palavras de Beck — não havermos encontrado lugar mais próprio para aqui erguer a nossa fortificação." Não havia perto os veeiros para catas, não aflorava o massapê suculento para os canaviais de açúcar, sobre não correr nenhum rio de grande curso que levasse ao sertão. Não havia fontes, nem contrastes mais eloqüentes. Nada que lembrasse o soberbo.

Viveu sempre desajudada da Metrópole a nascente concentração humana e de si mesma, chumbada àquelas carências, mal podia ir prosseguindo em lerdo crescimento vegetativo.

E se era assim tão imprópria a situação *local,* que, segundo Camile Julian, representa o fator ou elemento de "formação" das cidades, não mais favorável era a situação *regional,* o *changing environment,* o quadro natural circundante, do qual mais diretamente resultam os fatores de "progressão ou crescimento" delas. (1)

As atas do Conselho Ultramarino acham-se refertas das lamúrias dos Capitães-mores do Ceará, solicitando meios e medidas para a mais elementar sustentação da pequena e distanciada Colônia. Nem sequer se encorajavam eles a trazer as famílias, que não haviam de jogá-las, sujeitas a mil percalços, em lugarejo tão mísero, perdido no litoral descampo.

Reles assim, restringia-se a aldeia a uma função quase exclusivamente militar, tudo girando em torno dos comandantes do presídio, os quais, sem qualquer pronto corretivo, constantemente se excediam no desempenho do seu mister, cometendo abusos de toda ordem.

Até que, em 1697, passadas mais de quatro décadas da nova posse portuguesa, despertou o Rei do seu letargo, mandando perguntar, em Carta de 11 de setembro, ao Governador de Pernambuco, que modo de governo tinha o povo do Ceará quanto à justiça e se nele havia Juiz Ordinário.

Provocara a indagação o Capitão-mor Pedro Lelou, em carta de 20 de

(1) Ver *Estudo Geográfico das Cidades,* de Pierre Monbeig, no Boletim Geográfico, cit., outubro de 1943, p. 8.

agosto do ano anterior, dando conta a S. Majestade de que já existiam ali mais de duzentos moradores, "sem ministros nem ofícios que lhes decidissem as dúvidas e sentenciassem as causas, que tudo entre eles era confusão."

Daí, como resposta real, a Carta de 13 de fevereiro de 1699, que ordena se crie a vila do Ceará, a fim de "atalharem-se parte das insolências que costumam cometer os Capitães-mores" e, ao mesmo passo, "administrar-se melhor a justiça."

No teor mesmo da citada Carta: "Governador da Capitania de Pernambuco: Havendo visto o que informastes (como se vos tinha ordenado) sobre a forma que há de governo no Ceará, representando-me ser conveniente e acertado mandar se elejam oficiais da câmara, juizes ordinários, como há no Rio Grande, para assim se atalharem parte da insolências que costumam cometer os Capitães-mores, e se administrar melhor a justiça, dando-se-lhe também o nome de vila ou cidade a povoação por o não ser ainda, e consideradas as vossas razões de que será muito conveniente o que nelas apontais — Fui servido resolver que se crie a vila do Ceará e que tenha oficias de câmara e juiz ordinário, na forma que mandei praticar com muitas terras do sertão da Bahia, para por este meio se evitarem muitos prejuízos que até agora se experimentavam por falta de terem em seu governo, aqueles moradores do Ceará, modos de justiça; do que vos aviso para que nesta conformidade ponhais em execução, o que por esta vos ordeno.' A criação da vila daria à povoação os foros da vida civil e política, pois que à câmara, corporação eleita pelo voto popular, incumbiria a administração da coisa pública, confinada ao âmbito da militança a ação dos Capitães-mores.

Tocava-lhe regularmentar as feiras, os mercados e o trânsito; a construção de estradas, pontes e calçadas; fiscalizar a construção dos edifícios e o exercício do comércio e arborização das ruas e praças, e muita coisa mais relacionada com o bem comum, inclusive representar em benefício deste às autoridades superiores e ao mesmo Rei. Os oficiais da Câmara, também chamados vereadores ou camaristas e às vezes senadores, deviam ser homens probos e dedicados ao dever do cargo. Eram chamados "homens bons."

Quanto à Justiça, era esta confiada a Juízes Ordinários, eleitos juntamente com a Câmara, servindo cada um deles durante um ano, gratuitamente.

No ato da instalação das vilas erigia-se, na praça principal, o pelourinho, que simbolizava a jurisdição municipal.

Tem-se por mais certo virem os pelourinhos do direito que Roma concedia a algumas cidades para se organizarem municipalmente, podendo levantar, no foro ou praça, a estátua de Mársias ou Sileno, com a mão erguida, símbolo da liberdade burguesa (2). Com o desaparecimento do politeísmo, ter-se-ia substituído o deus frígio por uma coluna ou pilar, que foi tomando, através das eras, as mais variadas formas. Por muito tempo

(2) Consulte-se *Pelourinhos e Forcas do Distrito de Castelo Branco*, de Jaime Lopes Dias, Lisboa, Livraria Ferin, s.d., ps. 11-23.

serviu de poste de expiação pública, lembrando o *pilori*, com uma gaiola na parte superior onde, parece, se expunham os criminosos. "Aliada à força sinistramente erguida num monte isolado, não longe da igreja, o pelourinho ajudava, dentro da povoação, a manter a segurança social, castigando pelo ridículo ou servindo-se da flagelação."

Nos primeiros tempos de Portugal, eram executadas no pelourinho as penas impostas pelos almotacés, autoridades judiciárias que entendiam com a limpeza das vias, edifícios, açougues, padarias, oficiais mecânicos, pesos e medidas, obedecido certo limite de jurisdição.

Esse destino punitivo dos pelourinhos, que também se denominavam picotas, explica a razão de estarem, em geral, dotados de corrente de gargalheira e algemas. A muitos, eram levadas mulheres de vida airada e aí lhes cortavam os cabelos, seguindo-se a sua expulsão, do povoado, a toque de caixa. A eles amarrados, sofriam castigos os escravos desobedientes ou viciados. Nunca serviam, entretanto, para execução da pena de morte.

Perderam, depois, os pelourinhos o caráter infamante, passando a significar o princípio da autoridade, a autonomia civil da cidade ou vila.

O da vila do Ceará, a ser instalada com o nome de São José de Ribamar, teria que sofrer inúmeras mudanças de localização, até que definitivamente se efetivasse, no caso, a decisão de Matrópole. Verdadeira dança do pelourinho...

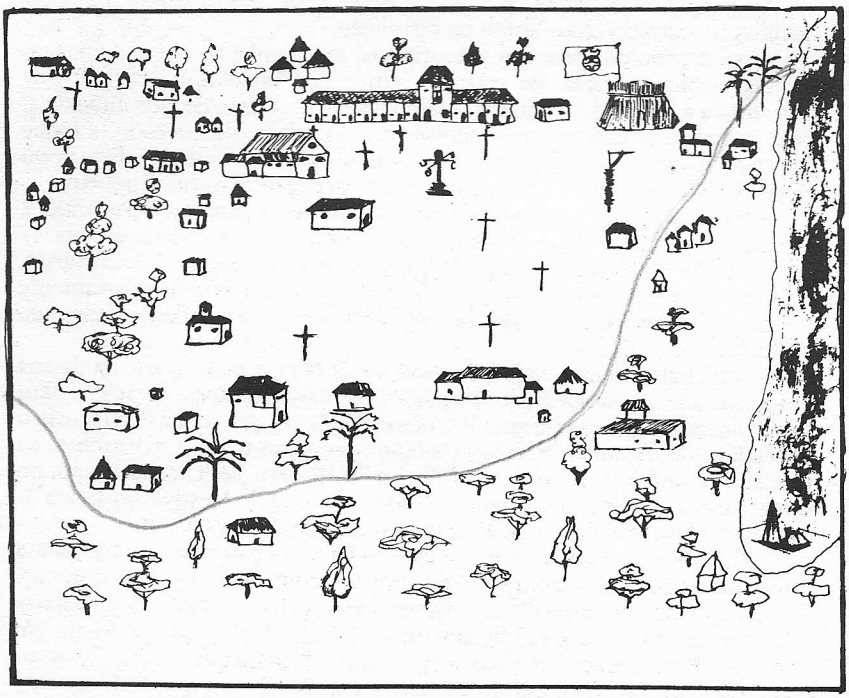
Com efeito, muito custou à povoação da Fortaleza a conquista da sua promoção a vila, a despeito dos termos claros da Carta Régia de 1699: "Fui servido resolver que se crie em vila o Ceará". *Ceará* era como se conhecia o povoado do Marajaitiba, trazido o topônimo, como as telhas e os canhões, da barra do rio onde esteve o forte de Martim Soares. Até bem pouco tempo, no sertão, ainda era habitual dizer-se: "vou ao Ceará", "estive no Ceará", querendo expressar que se ia à capital ou nela se demorara.

Mas não estiveram por aquela clareza os três camaristas eleitos para a novel Câmara, assim como os dois juízes ordinários e o procurador. Desígnio menos defensável conduziu-os à estranaha resolução de instalar a vila no arraial do Iguape (25 de janeiro de 1.700). A alegação consistiu em que este local parecia o mais conveniente, conquanto várias fossem, confessam eles, as opiniões, no tocante à escolha do em que efetivamente devia ser fundada a mesma vila.

Defrontava desse modo o núcleo da fortaleza com o seu primeiro rival.

Entretanto, a solução Iguape não recebeu guarida da parte do Governador de Pernambuco, que determinou ao Capitão-mor do Ceará, Francisco Gil Ribeiro, fundasse a vila no local "em que atualmente assiste essa pequena povoação", o que de fato se deu, fazendo-se a fundação "junto da fortaleza, debaixo das armas dela", com o juramento e posse dos oficiais da Câmara (25 de maio).

Dias antes (15 de maio), porém, já haviam estes enviado ao Rei o seu protesto contra a preferência dada à fortaleza, "por ser o lugar muito inconveniente, máximo por causa do porto ser pouco capaz", quando era certo que na Capitania se encontrava "outro lugar a que chamavam Iguape, junto do qual existiam muitas terras para lavra e muitas águas de abundância e pescarias e o porto fácil para poder entrar e sair embarcações."



Planta (desenho) de Fortaleza em 1726, do Capitão-mor Manuel Francês.

Decide-se agora a Câmara pela mudança da vila para a barrra do rio Ceará (1702), onde esteve o fortim de S. Sebastião, lugar que se dizia escolhido pelo Capitão-mor e pelo Vigário João de Matos Serra.

Daí, em 1706, volta o pelourinho para junto da fortaleza de N.S. d'Assunção, não sem que a Câmara recém-efeita invista contra essa deliberação, alegando que a antecessora havia sido coagida pelo Capitão-mor. Especialmente, considerava que o "lugar é de ladeira abaixo, ladeira acima, sem haver perto dela conveniência para pastos, e de verão se bebe água de cacimba e ruim, má conveniência para os barcos;" ao passo que "na Capitania se acha um lugar chamado Aquirás, com boa planície, sítio alegre, boa água permanente, rio de peixe e pouca distância da barra do Iguape, adonde podem tomar porto com todo o sossego os mesmos barcos."

Terceiro rival entra, assim, em cena, pondo em desepero a gente do vilejo da fortaleza. Continuava-se a explorar, não resta dúvida, como argumento, a pobreza do seu *changing environment*.

Em 1713, a Câmara volvia ao assunto, dirigindo-se ao Capitão-mor, Francisco Duarte de Vasconcelos: "agora vemos o pelourinho junto da fortaleza e não encontramos nos livros de registro Ordem Régia, ou do Governador de Pernambuco, autorizando esta última mudança."

A resposta do Capitão-mor não foi outra, senão, que já encontrara a vila situada na fortaleza e, por isso, cumpria à Câmara aí conservá-la. Até "porque as armas da fortaleza serviam para a segurança dos moradores e estes para a daquelas."

Tudo isso acontecia no desconhecimento da Ordem do Rei, datada de 30 de janeiro de 1711, pela qual foi transferida a vila "para o lugar chamado Aquirás". Só em abril daquele ano de 1713 chegava dita Ordem à ciência da Câmara, trazida por uma carta do Governador de Pernambuco, a fim de ser devidamente cumprida.

Ainda os moradores do núcleo da fortaleza, com o seu incansável advogado, o Vigário João de Matos Serra, apelam para que se não efetive a determinação até segunda manifestação daquela mesma autoridade.

Não foram algumas, e sim muitas as ameaças e contra-ameaças dos grupos interessados nessa mudança ou na conservação, pelo que o Capitão-mor acabou submetendo o caso ao Governador de Pernambuco; e este, pela carta de 17 de maio, exige se cumpra a vontade real, sem mais delongas e sob pena do emprego da força armada.

Instala-se, então, definitivamente no Aquirás (27 de junho), a Vila de S. José do Ribamar do Ceará Grande: diante "dos senadores (camaristas) e o Reverendo Vigário e mais Povo que presente se achou foi celebrada e repetida dita aclamação, mandando se levantasse o Pelourinho, o que logo se fez incontinente com muita prontidão sem que houvesse contradição, dúvida ou repugnância de pessoa alguma".

Como nota curiosa, consigne-se que, a seguir, a Câmara "acordou comprar uma vaca e dois alqueires de farinha para dar em pagamento aos índios que transportaram o arquivo."

Mas, não corria sequer um mês, e assaltam os índios (anacés, jaguaribaras, paiacus e outros) a recente vila, praticam roubos e inúmeras mortes (cerca de 200, dizem as crônicas), vendo-se forçada a Câmara a refugiar-se na fortaleza, a convite do Capião-mor.

São agora os moradores do Aquirás, comungando o pensamento dos da fortaleza, que imploram ao Rei a volta da vila para esta última (1720), sem resultado, porquanto D. João ordena "que infalivelmente se cumpra a minha Ordem sobre a dita Vila ser no Aquirás, sendo entendido que do contrário me haverei por muito mal servido de vós."

Conquanto assim terminante a disposição de S. Majestade, não arrefeceu o entusiasmo dos habitantes do Marajaitiba, no seu trabalho de ver situada ali a vila desejada. Outras reivindicações endereçam à Metrópole, sendo mais incisiva a do próprio Capitão-mor Manuel Francês: "Também acho que é muito contra o serviço de Deus e de Sua Majestade conservar a vila do Aquirás, cuja não é senão pelo nome, porque nela não há mais que uma casa de carnaúba que serve de Câmara e duas palhoças donde moram os escrivães, isto em um tabuleiro sáfio, cuja vila foi pedido a Sua Majestade e pusesse aí por conveniência particular de alguns e bem se verifica que havendo já tantos anos não cresceu povoação nenhuma por ser a situação tão incapaz" (1722).

Não pôde o Capitão-mor convencer o Rei. Preferiu este que se mantivesse no Aquirás a vila disputada, embora deliberasse, conciliatoriamente, fosse criada outra na fortaleza: "Fui servido resolver por Resolução minha de nove do presente mês e ano (março de 1725) em consulta de meu Conselho Ultramarino que a vila dos Aquirás se conserve e que haja também outra junto a fortaleza para que ajudem os seus moradores a defensão dela e estes a tenham também por asilo." Insinua o Padre Serafim Leite que teriam influído, para essa régia decisão, os jesuítas de Pernambuco. (3)

(3) *História da Companhia de Jesus*, Rio, Imp. Nacional, v. III, p. 78.

5 — EM CÂMARA LENTA

Deu-se a solene inauguração desta nova vila em 13 de abril de 1726.

"Manuel Francês Capitão-mor da Capitania do Ceará Grande, a cujo está o governo dela, por Sua Majestade que Deus guarde etc. Porquanto Sua Majestade que Deus Guarde me manda por sua real ordem que haja uma nova vila nesta fortaleza de Nossa Senhora da Assunção do Ceará Grande para aumento desta Capitania e defesa da dita Fortaleza, em cumprimento de dita real ordem fundo e crio esta Vila em nome d'El Rei nosso Senhor, para o que nomeio a Vossas Mercês por juízes e mais oficiais do senado da Câmara, para que como bons e fiéis vassalos administrem justiça aos moradores desta vila e cuidem de seu aumento e do bem comum, guardando em tudo as ordens e fiel vassalagem ao dito Senhor, agradecendo-lhe a mercê de os honrar com esta mercê, como também em nome do dito Senhor lhe consigno por termo da vila por extrema — do riacho da Piracubura (Precabura) até a Serra da Ibiapaba e todo o território da parte da fortaleza, ficando outra maior parte para a vila do Aquirás para que se conserve e aumente conforme Sua Majestade manda". Eis o principal do teor da ata que se lavrou então.

Em carta que, no dia seguinte, mandou à Câmara do Aquirás, comunicando a inauguração, afirma o Capitão-mor haver feito, no mesmo instante desta, levantar o pelourinho, "que eu mandei fazer", o que faz supor que a coluna desse aludido monumento era de madeira, sendo certo que estava montado em base de alvenaria, com dois batentes superpostos. (4)

Achava-se colocado o pelourinho na Praça do Conselho, em frente à porta principal da igreja-matriz, dela distante 50 passos. Provisão de 16 de novembro de 1818 mandou transfiri-lo para a Praça da Carolina, providência por que se insiste noutra Provisão, datada de 31 de março do ano subseqüente, (5) sendo razão da insistência o fato de já constituir a sua presença incômodo ou estorvo ao trânsito, dado o maior movimento da população da vila.

Assim expusera a Câmara, um ano antes, e por intermédio de um seu procurador, à Mesa do Desembargo do Paço, no Rio de Janeiro, a qual, ouvindo o Procurador da Coroa e o Governador da Capitania, que nada opusera, deferiu o pedido, "apesar de ser uma regra geralmente seguida de que não se devia mudar o Pelourinho como um efeito de inovação indiscreta."

Ao tempo da mudança, mostrava-se muito estragado, quase imprestável; (6) e na Carolina acabou dos dias, talvez como acabou o da vila de Baturité, completamente destruído, no dia em que foi jurada ali a independência do Brasil. (7) O certo é que a vetusta coluna já havia perdido a significação do seu simbolismo, com essa Independência e a vila na posse vaidosa do galardão de cidade — *Cidade da Fortaleza da Nova Bragança*, denominação que lhe deu a Carta Imperial de 17 de março de 1823, mas que nunca realmente prevaleceu.

---

(4) Sobre todos esses acontecimentos ligados à final localização da vila de Fortaleza, deve ser lido o trabalho de J. Perdigão de Oliveira, na *R.I.C.* v. 1, ps. 103-203.

(5) *Datas e Fatos*, ct., ps. 507 e 508.

(6) *R.I.C.* v. 22, p. 32.

(7) *Idem*, v. 3, p. 32.



Imagem de Nossa Senhora d'Assunção

Se pretendêssemos periodizar a evolução histórica de Fortaleza, teríamos que deixar com o ato da inauguração da Vila, em 1726, o fim do *primeiro período* — o da formação do aglomerado, já em ponto de aparecer com aquelas características de que se servem os escritores da geografia humana para definir ou conceituar o que seja uma cidade.

A partir daí, então, abrir-se-ia o *segundo período*, cujo termo coincidirá com a execução do Alvará régio de 19 de janeiro de 1799, que, tornando independente a Capitania do Ceará e permitindo o seu comércio direto com Portugal, mandou a dirigi-la Governandores probos e sensatos, confinando isto o *terceiro período*. Neste, o agrupamento do Pajeú ensaiou vôos de certa renovação, notadamente com as idéiais e obras urbanísticas do Engenheiro Silva Paulet. Um *quarto período* compreender-se-ia entre o meado do século passado, quando se observa a interferência de mais influentes fatores de progresso material e cultura, e o movimento revolucionário de 1930, etapa em que a urbe, consoante a fórmula de R. Mounier, já é, de fato, o complexo de uma multiplicidade de grupos sociais distintos. Daí para cá a cidade, evidentemente, entra *noutro período*, acelerando a marcha em procura da sua *realização* como capital moderna, com um surpreendente índice de crescimento urbanístico e apresentando, dignos da melhor nota, novos padrões arquiteturais e novas atividades sociais e econômicas.

Durante o segundo desses períodos, isto é, aquele em que, alcançados os foros políticos, experimenta a pequena Vila anular os óbices dos seus determinismo geográfico, bem se poderá dizer que a capital cearense mal se espreguiçava, sem ânimo a qualquer surto mais audacioso, fosse em extensão, fosse em profundidade. Tudo devagar, como filme passado em câmara-lenta.

Ao lado dos de caráter político-administrativo, estritamente ligados ao homem, para tanto haviam de concorrer os fatores geográficos de sua situação, vale dizer, mais precisamente, de sua posição relativamente ao conjunto regional ou quadro natural, onde ela se encontra.

Primeiramente, é de considerar-se que nenhuma alteração sofreu o criminoso descaso da Coroa referentemente aos interesses da Colônia do Ceará Grande. Nunhum benefício lhe vem de Lisboa, que pudesse concorrer para o melhoramento material ou espiritual da vila, tão enfaticamente assim

proclamada por Manuel Francês, com o grito três vezes repetido: — "Viva o proderosíssimo Rei D. João o Quinto Nosso Senhor", na ocasião em que plantava o pelourinho simbolizante.

Entristece lançar a vista sobre a correspondência oficial da época, acervo empoeirado e silencioso de quantas reclamações e pedidos dirigiam a Câmara e os Capitães-mores, no intuito de demover da sua atitude de frieza a emprerrada burocracia do Monarca. Isso, quando na realidade as reclamações chagavam ao destino: mais de uma Ordem Régia, como a de 31 de agosoto de 1728, teve com assunto a falta de recepção das cartas idas do Ceará para o Conselho Ultramarino e vice-versa.

Doutra parte, embora houvessem amortecido as acesas tricas nascidas da rivalidade entre o povo da Fortaleza e o do Aquirás, ainda por todo o resto do século perdurariam as desavenças, agora decorrentes do absurdo de ser sede da autoridade dos Capitães-mores governadores a primeira daquelas vilas e, incongruentemente, residir na outra o Ouvidor, chefe da destribuição da Justiça.

Por cima de tudo isso, impedindo ainda mais qualquer avanço, entrava em jogo o erro de origem da criação mesma das Câmaras, às quais se atribuia apenas minguada fonte de réditos, nunca bastante para as despesas com funcionários e com os empreendimentos materiais, fossem os de mais urgência, como estradas, pontes, aguadas, etc.

"O único patrimônio que aqui têm as Câmaras — escrevia em 25 de junho de 1789 o Ouvidor Costa Dias e Barros à Rainha — consiste no talho das carnes, que arrematam sempre por preços certos a quem melhor donativo oferecer a favor das mesmas; o qual nunca é suficiente para as sobreditas despesas". Tinha antes esclarecido que a suma indigência em que as encontrara provinha da "omissão e incúria com que foram criadas estas vilas, não se lhes estabelecendo logo os suficientes e sólidos patrimônios."

Em face de tal debilidade tributária, cosntantemente viviam as Câmaras a recorrer às chamadas *fintas,* que consistiam numa cotização forçada dos donos de fazendas de criar, cada qual obrigado a certa contribuição, destinada a cobrer gastos com determinado serviço público. Medida em si antipática e às vezes impraticável, como se deu, em 1799, com a Câmara da Fortaleza, que se escusou, perante a Metrópole, de não lançar a finta ordenada para custear a vinda, ao Ceará, "de um médico, um cirurgião e de hidráulicos e topógrafos", em virtude do estado lastimoso em que o povo se encontra, ainda em consequência da grande seca de 1790-1793. No ano antecedente, a sua receita não passava, ridículamente, de 96$128 anuais. Em 1786, fora de 125$290.

Deu isso margem a que, limitando-se quase exclusivamente a riqueza econômica da Capitania à criação de gado e achando-se a vilazinha da capital numa região nada propícia à indústria pastoril, outras aglomerações do interior se desenvolssem mais fovorávelmente, arrebatando-lhe o cetro da primazia.

Icó, vila de 20 de outubro de 1736, logo conquistou brazão de capitânea da mais povoada das ribeiras o médico Jaguaribe, com intenso movimento

(1) Ofício de 1 de janeiro, na R.I.C.

comercial, pois servia de entreposto às trasações do sertão do Ceará e Piauí com Pernambuco, que era o centro destribuidor do Nordeste.

Sobral, tipo bem caracterizado da "cidade de entroncamento", dada a suaprivilegiada situação entre os sertões do norte e as charqueadas do Acaraú, também aumentou e poliuse, logrando a categoria de vila, em 1773.

Aracati, cuja ereção é de 10 de fevereiro de 1748, graças às condições especiais de seu porto em relação ao Recife e à Bahia, avantajou-se a todas trasformando-se em agitado empório, fartamente alimentado pela indústria das carnes secas, ou *carne do Ceará,* saidas das suas *oficinas.* Nesta se abatiam, por ano, até 25.000 bois, abundoso manacial de abastecimento daqueles dois importantes centros consumidores.

Estabelecendo paralelo entre Aracati e Fortaleza, o Governador Bernardo Manuel de Vasconcelos, em 1800, realçava: "A sua numerosa população (do Aracati), o comércio bem estabelecido e tratado com algum sistema, a civilidade, a polidez de seus habitantes fazem desta vila assaz recomendável, juntando a isto um agradável e regular arquitetura nas suas casas, e no grande número delas os donos possuem avultados cabedais; ao passo que a vila da Fortaleza é um montão de areia profundo, apresentendo, dos lados, pequenas casa térreas, encontrando-se nesta classe a muito velha e arruinada casa dos governadores. A riqueza dos seus moradores está depositada em mão de dois ou três, os quais são reputados muito abastados por possuirem 25 a 30 cruzados, dos quais parte consiste em algumas roças de mandioca, outra muito tênue em dinheiro e resto em dúvidas, umas pouco seguras e outras dependentes ainda da decisão das leis e de opiniões forenses. A falta absoluta de todas as coisas de primeira necessidade, é o que constantemente se experimenta, é só com dificuldade e com enfadonho incômodo se podem haver e de distância de conco a mais léguas." (2)

Nas esferas oficiais, o miserismo não era menor:os funcionários ganhavam ninharia, a tirar pelo Governador, que percebia 400$000; anualmente; os soldados da guarnição do forte andavam descalços e seminus, porque só lhes era pago o soldo com enormes atrasos, isto mesmo em gêneros, nunca em dinheiro.

Ainda como fator político, ha de ser apreciada a sujeição do Ceará ao governo de Pernambuca, tolhendo-lhe a expansão comercial e, consequentemente, o progresso material. No Capítulo seguinte estudaremos melhor este ponto.

No entanto, eram os fatores geográficos que respondiam, em maior soma, pela lentidão de crescimento da vilarejo da Marajaitiba. Deixamos nas linhas gerais o retrato do quadro, bem estampado na tela que compõe o Capítulo A PAISAGEM, deste trabalho.

Repita-se que o solo, o revestimento vegetal e a fauna da região circunjacente não davam, com efeito, melhor alento ou ajuda ao labor produtivo do homem. As atividades da caça e pesca não ultrapassavam as lindes de lastimável primarismo. Na mata pobre não se encontravam as madeiras de lei com que se pudesse montar qualquer indústria compensado-

(2) Ver *História Econômica do Ceará*, de Raimundo Girão, Fortaleza, Ed. Instituto do Ceará, 1947, p. 165.

ra. De sua vez, o chão arenoso recusava-se a uma agricultura mais larga e capaz de lastrear riqueza substancial, garantidora de uma vida econômico-social mais refinada. A falta de pastagem não estimulava o criatório, exatamente quando este, já no seu apogeu pelos sertões, construía a típica *civilização do couro*.

Do lado do mar, as revoltas ondas, quebrando na praia vã, sem cais nem trapiches, mostravam-se como seria ameaça à vinda de mercadorias e efeitos exógenos, tão necessários à existência não deixava seus variados aspectos. Cidade marítima não deixava de ser, mas com um oceano carracudo e muito pouco amigo.

Talvez só o clima, estável e ameno, entrasse naquele conjunto como índice positivo? Tem-se idéia gráfica da penúria da Vila de Nossa Senhora d'Assunção, olhando a planta rascunhada, em 1726, pelo Capitão-mor Manuel Francês e por ele enviada a Lisboa, como demonstração de seus serviços. É interessante documento encontrado pelo Padre Serafim Leite e incluído, a título, na sua obra admirável-*História da Companhia de jesus no Brasil*.

Sugestiva a leitura desse mapa, feita pelo ilustre jesuíta:

"Em cima do mapa, no ângulo direito, está a Fortaleza, com a bandeira portuguesa (branca e o escudo ao centro) e 3 peças de artilharia visíveis, uma a disparar. E o forte e o regato, uma casa assombradada, e entre o regato o mar, outras. A seguir à Fortaleza, na mesma linha, para o interior, uma casa pequena e depois a Casa da Câmara, com 12 portas e outras tantas janelas. Em frente da Câmara e do Forte, a praça com so símbolos municipais, coincidindo o pelourinho com a frente da Câmara e a força com a da Fortaleza. Do lado oposto da Praça, no ângulo sul, junto ao arroio, na margem esquerda, dele, no cotovêlo que faz antes de se lançar no mar, a Casa dos Pes. da Companhia, assim escrito em cima dela; e por baixo: Fez de novo o Capm. Mor.

As casas de Fortaleza, eram então, cobertas de telhas e outras de palha, indicando-se a telha a tinta vermelha. A Casa da Companhia,, encimada por uma cruz, é de telha. No ângulo superior esquerdo da Praça, em frente à Câmara, um pouco ao lado, a capela ou igreja de São José de Ribamar, com a nota: "reedificou o Capm. Mor." No lado oriental da praça, as moradias, e mais algumas do outro lado, entre o regato e o mar. Aqui e além, árvores e palmeiras. Na parte sul do mapa, uma pequena enseada, com um navio ancorado. É *Mucuripe*. O regato é o *Pajeú*. Junto deste regato, naquela casa, moravam, pois, os Pes., enquanto se debatia qual seria melhor, se ficar em Fortaleza, ou ir para Aquirás." (3)

No mais, eram casebres de taipa, desgarrados aqui e ali. Talvez montassem a 500 os seus habitantes.

Se outras plantas fossem descobertas, alusivas à Fortaleza do restante da centúria 17, pouco mais se encontraria que porventura as diferençasse daquela.

---

(3) V. 3, cit., p. 77.

Escoados mais de 80 anos, eram assim que Henry Koster, visitando-a, descreveria Fortaleza (1809):

"A vila de Fortalexa do Ceará é edificada sobre terra arenosa, em formato quadrangular, com quatro ruas, partindo da praça e mais outra, bem longa, do lado norte desse quadrado, correndo paralelamente, mas sem conexão. As casas têm apenas o pavimento térreo e as ruas não possuem claçamento; mas, nalggumas residências há uma calçada de tijolos diante. Tem três igrejas, o Palácio do Governador, a Casa da Câmara e prisão, Alfândega e Tesouraria. Os moradores devem ser uns mil e duzentos.

Fortaleza, de onde esta Vila recebe a denominação, fica sobre uma colina de areia, próxima às moradas e consiste num baluarte de areia ou terra, do lado do mar, e uma paliçada enterrada no solo, para o lado da Vila. Contém peças de canhão de vários calibres, apontados para muitas direções. Notei que a peça de maior força estava voltada para a Vila. A que estava montada par o mar não tinha calibre suficiente para atingir um navio no ancoradouro comum. O armazém da pólvora está no outro ponto da colina e é visto do porto. Não é muito para compreender-se a razão de preferência dada a este local. Não há rio nem cais e as praias sãs más e de acesso difícil. A s vagas são violentas e o recife oferece proteção bem diminuta aos navios, viajando ou ancorados perto da costa. A fundação antiga estava localizada a três léguas ao norte, sobre um pequeno riacho e só existe a ruína do velho Forte. A costa é escarpada, determinando uma ressaca perigosa para os barcos que procuram ancoragem perto do litoral. Um navio estava descarregando durante minha estada. A carga consistia principalmente em pequenas sacas de farinha de mandioca. A canoa se aproximava o mais possível da terra, sem encalhar, e os sacos eram transportados na cabeça dos carregadores. Deviam pô-los no solo passando através das vagas e quando uma delas os alcançava, molhava-os completamente. Poucos sacos chegaram à praia inteiramente enxutos, apesar dos cuidados para que a farinha não fôsse danificada. O porto é exposto e mau. Os ventos são sempre do sul e de leste. Fossem mais variados, e seria raro um navio chegar à costa. Os recifes formam uma cadeia completa, a considerável distância da praia, sendo visíveis nas marés baixas. Próximos à costa, os recifes correm mais rasteiros que na direção de Pernambuco, oferecendo essa pequena vantagem do Ceará, pois dão uma certa proteção aos barcos no ancoradouro. O local parece-me profundo por causa desta vantagem, insignificante é verdade, porque as rochas são muito inferiores às formadoras do litoral íngreme de Pernambuco. A cadeia de recifes segue paralelamente à praia, por um quarto de milha, tendo duas aberturas, uma acima e outra abaixo da.

As embarcações menores podem vir ancorar entre elas e a praia, mas um navio maior deve ficar ao norte ou ao sul da Vila, numa dessas aberturas acima ou abaixo delas. A abertura do norte é preferível.

Um navio, vindo do norte, se deve dirigir à Ponta do Mucuripe, a uma légua ao sul da Vila e onde há um pequeno forte, e, isto feito, poderá ir diretamente ao ancoradouro. Quando aparece um navio, o Forte da Vila arvora uma bandeira branca num mastro muito alto. Ao norte da Vila, entre o recife e a costa, há um rochedo chamado Pedra da Velha, que é visto, mesmo do mar alto, pela rebentação das vagas sôbre êle. Deixados o porto, o

navio pode passar entre o rochedo e a costa, evitando os baixios entre essa rocha e os recifes. Os edifícios públicos são pequenos e baixos, mas limpos e caiados, e perfeitamente adaptados aos fins a que se propõem. Não obstante a má impressão geral, pela pobreza do solo em que esta Vila está situada, confesso ter ela boa aparência, embora escassamente possa este ser o estado real desta terra.

A dificuldade de trasnportes terrestres, particularmente nessa região, a falta de um porto, as terríveis secas, afastam algumas ousadas esperanças no desenvolvimento de sua prosperidade. O comércio do Ceará é limitado e provávelmente não tomará grandes impulsos. Os longos créditos que se é obrigado a conceder aos negócios locais, fecham os cálculos de rápidos pagamentos como estão habituados os comerciantes inglêses.'' (4)

Sete anos depois, outro viajante, o francês L. A. Tollnare, fazia-lhe este debuxo: ''A cidade do Ceará, capital da capitania do mesmo nome, não contém mais de 1.100 a 1.200 habitantes; o seu porto é péssimo, o ancoradouro não oferecendo as mesmas garantias que o de Pernambuco, porque o recife de pedra, submerso na preamar, permite que as vagas venham bater nas embarcações .

Ainda em 1816, assinalava o Ouvidor Rodrigues de Carvalho, na sua *Descrição Geográfica da Capitania do Ceará,* a pobreza da Vila, com o seu comércio de pouco vulto, muito menor que o Aracati. ''O solo é de areia solta, o tijolo, cal e madeiras são caros, e tudo concorre para ser dispendiosa a edificação.''

''Mediocre Vila de Nossa Senhora d'Asssunção, aliás Vila do Forte, por causa de um que a defende'' é a referência que mereceu de Aires do Casal, na *Geografia Brastlica.*

(4) *Viagens ao Nordeste do Brasil*, trad. de Câmara Cascuuo, Rio, Comp, Editôra Nacional, 1942, p. 164

6 — DECRETO AUSPICIOSO

A Ordem Régia de 1699 concorrera para dar a Fortaleza os valores da vida política, emprestando-lhe, além da militar, a função administrativa.

Mas cem anos ainda foram necessários a que outra Ordem viesse convocá-la para a *função comercial*. Assinou-a D. Maria 1ª, "Rainha Fidelíssima Nossa Senhora, Amor e Delícias do Povo, guiada pela sua inata beneficência."

"Considerando os inconvenientes que se seguem, tanto ao meu Real serviço como ao bem dos povos, da inteira dependência em que os governos e as capitanias do Siará e da Paraíba se acham do Governador Geral da Capitania de Pernambuco, que pela distância em que reside não pode dar com prontidão as providências necessárias para a melhor economia interior daquelas capitanias", — ordenou S. Majestade a separação, com o Decreto de 17 de janeiro de 1799.

Separação, de modo expresso, "em tudo o que diz respeito a propostas de oficiais militares, nomeações interinas de ofícios e outros atos do governo". Exceto naquilo atinente à "defesa interior e exterior das três capitanias e à polícia interior das mesmas."

A sujeição a Pernambuco, efetivamente, estiolava o Ceará. Juntava-se este àqueles outros fatores humanos, já referidos e que tanto agravavam a ação negativa dos fatores geográficos.

Notadamente quanto ao comércio com o Reino, comércio que era forçada a Capitania a fazer, caudatàriamente, por intermédio do porto do Recife.

Em discurso proferido na ocasião em que se instalava a Junta de Fazenda do Ceará (1 de outubro de 1799), o Escrivão, Bento Targini, de modo muito claro salientava que "O Ceará, envolto no denso manto da dependência de Pernambuco, não aparecia à face do trono senão como um sertão da grande Atlântida, árido, inculto e agreste, residência de brutos e feras, habitado por bandidos e régulos incapazes de polícia, de aproveitamento e de comércio. Clamavam, em vão, os tesouros das suas preciosidades naturais, derramadas nas capitanias vizinhas; as capitais delas, onde se embarcavam para a Europa os principais artigos da produção e da riqueza do Ceará, roubavam-lhe a glória da fertilidade da indústria e da cultura, e, portanto, não se animava pelo ministério da metrópole o agricultor e a Colônia."

"Os gêneros de exportação desta província — continua Targini — são levados à praça de Pernambuco por uma enfadonha e arriscada navegação que equivale à desta Colônia em diretura à capital (Lisboa); pagam em frete quase igual ao que pagariam sendo da mesma forma levados a Portugal, e o lucro, que na metrópole devia encontrar, fica em mãos de negociantes de Pernambuco, que têm sabido tirar, pela experiência, o melhor partido possível da falta de navegação e comércio direto. Dobrados fretes, dobradas comunicações e triplicadas despesas evaporam o lucro do triste agricultor, ou lhe diminuem ao ponto de não poder trocar os produtos das suas fadigas e das suas lavras pelos gêneros importados da metrópole, precisos á manutenção dela e que são objetos essenciais do cosumo desta Colônia." "Eis aqui — concluía — a causa física do lento progresso da agricultura, da indolência e miséria do Ceará." (1)

Convencida dessas razões, foi que a Rainha acrescentou no seu aludido decreto: "Igualmente determino que do Siará e da Paraíba se possa fazer um comércio direto com o Reino, para o que se estabelecerão, em tempo e lugar convenientes, as bases de arrecadação que forem precisas e se darão as outras providências que a experiência mostra, para a comunicação imediata e o comércio da dita capitania com este Reino."

1 A primeira de tais providências foi a acertada nomeação de Bernardo Manuel de Vasconcelos para o cargo de Governador do Ceará. Recaía a designação real em velho servidor e fiel Chefe de Esquadra que, empossando-se em setembro daquele ano de 1799, daria tudo o que estivesse em si para que se concretizassem os desejos de D. Maria.

De fato, muito realizou Bernardo de Vasconcelos na sua curta governação, pois faleceu no exercício de suas funções, em 8 de setembro de 1802

Embaraçavam-lhe o trabalho de estabelecer esse comércio direto, não só os perigos da travessia dos mares, ainda visitados de piratas, como, e principalmente, a enraizada usança de transacionar com o Recife, da qual os próprios comerciantes cearenses tiravam os mais gordos proveitos. Os lucros eram sempre certos, porque se, em essência, o alto preço das aquisições seriamente prejudicava o produtor ou o consumidor, a eles isso pouco importava, visto como incluíam, no montante das vendas, os seus ganhos e comissões.

Conluiados aos do Recife, tudo envidavam para burlar a medida régia, chegando não raro às hostilidades. Insistiam na velha prática de mandar por terra os seus cavalos e bois às feiras pernambucanas, fazendo voltar, por via marítima, artigos e panos para as suas lojas. Por mar, enviavam os produtos armazenados em Fortaleza e no Aracati, esperando pacientemente as monções favoráveis. (2)

Bernardo Manuel deu início a diversos melhoramentos na Capital, abrindo estradas para ligá-la ao interior, estimulando a plantação do arroz, proibindo com atos severos a devastação das matas, obediente à Ordem Régia de 9 de novembro de 1797, bem como preservando cuidadosamente as madeiras de lei.

---

(1) Ver *História Econômica do Ceará* de Raimundo Girão, cit. ps. 165 e segs.

(2) R.I.C., v. 24, p. 173.

Antes de falecer, com alegria comunicava para Lisboa: "Na vila da Fortaleza se verificam cada vez mais os efeitos que têm produzido as Augustas e Paternais ordens tendentes ao aumento do comércio e população, pois que visivelmente se conhece o adiantamento destes três objetos, emanados todos, sem dúvida, da independência que S. Majestade houve por bem conceder a esta capitania da imediata subordinação de Pernambuco, pois é certo que dos progressos do dito comércio tem resultado um bom número de casas de que a mesma vila se vê acrescentada, chegando ao todo 16, todas térreas, as quais ficarão acabadas até julho e estariam antes se houvesse artífices suficientes para este fim." (3)

Devem-se-lhe, outrossim, a instalação da Junta de Fazenda, e a das baterias levantadas no Mucuripe, com o nome de Forte de São Bernardo.

Não teve, porém, o dedicado governante a satisfação de ver entrar no porto da Capital o primeiro navio diretamente chegado da Europa, com escala apenas na Ilha da Madeira.

Só em 10 de março de 1803, de fato, aportou no Mucuripe a escuna Flor do Mar, à qual se seguiu, em 2 de dezembro, a polaca Felicidade, já estando o governo confiado a uma Junta Provisória, a que sucedeu João Carlos Augusto de Oeynhausen, o futuro Marquês do Aracati.

A nomeação de João Carlos é bem a confirmação das novas preocupações da Coroa pela distante Colônia, tal a sua projeção como militar ilustre e homem de Estado. Depois de governar o Ceará, governou Mato Grosso. Mais tarde, como senador, representou a Província cearense; mas, readquirindo a nacionalidade portuguesa, pois nascera em Lisboa, foi despachado governador para Moçambique, onde faleceu em 28 de maio de 1838.

Ao Ceará, chegou em 11 de novembro de 1803 e não desmereceu, antes honrou a correção, interesse e inteligência com que se portaram os governantes anteriores e o fariam os dois subseqüentes.

Na sua gestão é que do porto do Aracati saiu em primeira viagem para Lisboa o navio Cobra, transportando um carregamento de algodão.

A Fortaleza outros navios chegavam, assegurando as permutas, livres da interferência de Pernambuco.

Maior impulso, no entanto, teriam essas trocas em virtude do Ato que franqueou os portos do Brasil às nações amigas, em 1808. É quando se verificaram as negociações com a Inglaterra.

Destas, pioneiro é o rico português Antônio José Moreira Gomes, desde 1777 estabelecido em Fortaleza e grande propulsor e financiador do plantio do algodão. Sua é a galera Dois Irmãos que destinava a Londres, em 4 de fevereiro de 1809, abarrotada da valiosa malvácea, confiado o barco ao seu futuro genro José Antônio Machado, mais tarde seu continuador e figura de eminência na vida comercial, social e política da cidade.

A João Carlos Oeynhausen sucedeu, empossando-se em 21 de junho de 1808, o fidalgo da Casa Real, Luís Barba Alardo de Meneses, a quem daria o Barão de Studart o título de "benemérito do Ceará." João Brígido

(3) R.I.C. v. 28, p. 350.

manifesta idêntica opinião, dizendo-o, incontestavelmente, "o homem de governo de mais capacidade e iniciativa que Portugal enviou ao Ceará, e melhor cogitou do seu progresso ou mais contribuiu para ele." (4)

Apaixonavam-no as coisas da administração da Capitania, a ponto de com elas identificar-se integralmente. Koster, nas suas já mencionadas impressões, conta-nos como Barba Alardo costumava "aludir ao que pertencia aos indivíduos da Província como se a ele pertencesse, dizendo *meus navios, meu algodão,* etc"

Adianta-se nas negociações com os ingleses a firma Barroso, Martins, Dourado & Carvalho, estabelecida em Londres e que se apressa em abrir filial na capital cearense, mandando para cá o sócio Lourenço da Costa Dourado, que acabou radicando-se ao meio, prestando-lhe excepcionais serviços.(5)

Quando a história do comércio brasileiro merecer divulgação, reaparecerá o nome deste precursor das trocas diretas — assim a ele se refere Câmara Cascudo, anotando o citado Koster.

Mais adiante estudaremos esta influência britânica no comércio e na sociedade de Fortaleza.

Quem agora se coloca na série dos Governadores é Manuel Inácio de Sampaio, nomeado em 7 de maio de 1811.

Administrou a Capitania, de 19 de março de 1812 a 12 de janeiro de 1820. Foi o administrador mais inteligente e enérgico do Ceará Colonia, segundo Studart.

Soube enfrentar os potentados da terra e mostrou-se corajoso vigilante na manutenção do poder real, durante a revolução de 1817. Na defesa do regime não faltou a sua atuação pronta, porventura excessiva, razão por que muitos o têm olhado como um tirano. Acusado de haver jogado, em masmorra infecta, os Alencares responsáveis por aquele movimento republicano, teve cabal defesa na serena apreciação de um deles— o Dr. João Franklin de Alencar Nogueira, que lhe faz a devida justiça. (6)

São, portanto, errôneos os dizeres de uma inscrição em mármore existente no subeterrâneo da fortaleza de N.S. d'Assunção, filhos de falsa tradição ou, conforme o Barão de Studart, do "amor ao mistério e da simpatia que gera nas almas o valor infeliz".

Inteligente e ilustrado, transformou seu Palácio num salão de tertúlias literárias, chamadas *outeiros*, atraindo para elas os poucos intelectuais da cidade.

Proporcionou à Capital diversos melhoramentos essenciais, sendo o mais notável e reconstrução da fortaleza, em alvenaria e nos modelos adequados às exigências militares da época, situando-a no exato local em que se encontrava o velho forte dos holandeses.

Instalou a alfândega e organizou inteligente plano de um correio terrestre, iniciataiva que,brilhantemente,se objetivou e mereceu a aprovação da Real Erário, em Provisão de 18 de agosto de 1820. Ficou dessa forma, Fortaleza ligada por um serviço postal a todo o interior e, mais logo, às

(4) *Ceará Homens e Fatos*, ct. 1919 p. 433

(5) *Hist. Econômica do Ceará*, cit., p. 236.

(6) R.I.C. v. 42, p. 106.

Capitanias vizinhas. Até então, as malas eram conduzidas por "positivos" ou por pessoas de confiança. Ao próprio Koster, ao voltar para o Recife, fora confiada uma delas — uma sacola de seda Carmim com a correspondência oficial, o que lhe dava direito, em caso de necessidade, de requisitar cavalos durante a viagem, a fim de não haver demora na entrega.

Para facilitar o abastecimento dágua, mandou construir chafarizes em pontos diversos da vila e sobreleva em méritos, no seu governo, a construção do Mercado Público, centralizando as pequenas permutas que eram feitas desordenadamente, nas lojas e vendas. As obras desse Mercado foram planejadas pelo seu Ajudante de Ordem, o Engenheiro Tenente-Coronel Anrônio José da Silva Paulet, e executadas pelo administrador das Obras Reais, Antônio Simões Ferreira de Farias. Tiveram ajuda substanciosa dos comerciantes Lourenço da Costa Dourado e Antônio José da Silva Castro. Concluiram-se em 12 de setembro de 1818, havendo começado em 1815.

Depois de oito anos de excelente gestão, no Ceará, foi Sampaio transferido para o governo de Goiás. Voltando a Portugal, tomou parte, como liberal, nos combates de D. Pedro contra D. Miguel, recebeu o título de Visconde de Lançada (1849) e a mercê de um lugar de Conselheiro de Capa e Espada no Conselho Ultramarinho. Nasceu em 8 de agosto de 1778 e faleceu em 7 de agosto de 1856. Em família, tinha o apelido de Pina.

Substituiu-o Alberto Rubim, cuja administração durou apenas de 13 de julho de 1820 a 3 de novembro de 1821, dia em que foi deposto pela tropa de linha. Fechou-se pela violência a ciclo dos Governadores, entes mesmo que tivesse execução o Decreto de 29 de setembro daquele último ano, criando nas Capitanias as Juntas Governamentais. Rubim, "timorato e impotente", transferiu o cargo a um governo provisório, presidido por Francisco Xavier Torres, comandante da Infantaria. Tinha a patente de Capitão de Mar e Guerra.

Era essa inesperada deposição o prelùdio de longa fase de intranquilidade e encontros armados, que confrangeria profundamente o coração cearense, pulsando ao ritmo dos mais duros choques traumáticos provocados pelas reinvidicações libertárias, de envolta com um animoso e desventurado republicanismo: as lutas da Independência, as da Revolução do Equador e as da rebeldia caudilhesca de Pinto Madeira.

7 — A DISCIPLINA URBANÍSTICA

Urbanismo é disciplina, é diretriz. Tanto na sua forma de delineamento ou desenho de cidades a construir, de pré-cidades ou, mais tecnicamente, *cidades criadas*, como na remodelação e nos traçados de expansão das cidades já feitas. Ou sejam aquelas chamadas *cidades espontâneas*, que nascem de um natural ou quase inconsciente domínio do homem sobre certo sítio ou paisagem e se vão desenvolvendo mais ao sabor da influência dos fatores geográficos.

Sendo um organismo vivo ou, como diria Corbusier, uma criação, um composto humano de proteção e trabalho, com inúmeras e complicadas funções a desempenhar, não devem as cidades crescer sem as modelagens e as correções que a ciência urbanista sabe impor, a fim de carrear o crescimento urbano para um sentido adequado e lógico, ou para erradicar defeitos ou anomalias danosas a esse crescimento, sempre com o civíco objetivo de encontrar melhores condições de vida para o aglomerado habitante.

Tanto as cidades espontâneas, como as cidades criadas que vieram a desvirtuar-se no seu traçado, precisam de cuidado na manutenção daquelas condições de vida, e esse trabalho cabe ao urbanista, com a sua habilidade de *médico*, às vezes de *cirurgião*, de ortopedista, a endireitar membros ou amputar excrescência, restaurando a anatomia para que a fisiologia se processe normalmente.

Daí o conceito de Thomas Adams de ser urbanismo uma ciência, uma arte e uma política, preocupando-se em orientar o desenvolvimento material dos agrupamentos humanos em harmonia com as necessidades sociais e econômicas.

Concentração demográfica oriunda do arraial que aos poucos se justapôs ao forte de Schoonenborch, Fortaleza é bem o tipo de uma cidade espontânea, de desenvolvimento ligado muito mais aos fatores mesológicos do que aos humanos, crescendo ao tirante dos mais acentuados daqueles fatores— o ribeiro Pajeú, com a sua "água doce", o seu pequeno vale fresco, as suas barrancas e as suas sinuosidades.

De logo surgiu a *praça* ou fórum, com a indefectível igreja, o indefecteível pelourinho e a força: a Fé, a Autoridade e a Justiça. Ao longo do curso do riacho, aproveitando as ribanceiras altas, sucederam-se as casas

que constituíram a primeira rua, a de mais movimento, a Rua da Matriz, continuada por outra — a Rua dos Mercadores, onde o comércio, principalmente, se fazia. Essas duas vias públicas, na nomencultura de hoje, são as ruas Conde d'Eu e Sena Madureira.

No meio da praça — a praça do Conselho, erguia-se a matriz, em cuja frente fincaram o pelourinho. Um tanto ao lado, a *polé*. Mais junta à fortificação, procurando o poente, a viela, que veio formar a Rua da Fortaleza, depois Rua da Misericórdia, atual Rua Dr. João Moreira. Outra, saída na mesma direção, fazia a Travessa da Matriz, que *travessa* eram todas as ruas que tivessem o desenvolvimento leste-oeste. Essa da Matriz cedo desapareceu, quando foi necessário trazer até a Praça a Rua das Flores, hoje, Rua Castro e Silva.

Por trás da igreja (situada onde se acha a Catedral), ficava o sítio de Antônio Francisco da Silva, rico negociante, um dos ascedentes da família Albano, sítio que pertenceu aos Mendes Guimarães, também ricos de mercancia e prestígio social, depois, a Arquidiocese, ali o seu Palácio, vulgarmente conhecido por Palácio do Bispo, e hoje é o Paço Municipal.

Acompanhando a cerca de aludido sítio, para o sul, esboçava-se a Rua das Almas (Rua S. José) e, mais adiante, saindo da ilharga da matriz, a Rua do Sampaio (mais tarde Rua Nova do Outeiro e Rua Governador Sampaio). Do lado norte do Largo, o sítio do naturalista João da Silva Feijó, cuja casa foi residência da família Franklin do Amaral, depois dos herdeiros de João Câmara, tendo frente para a Av. Alberto Nepomuceno e o n. 235.

Posteriomente, entre essa casa e a Praça, foram construídos os prédios, um em que funcionavam a Capitania dos Portos e o Departamento de Expansão Econômica do Estado.

Até muito perto do meado do século passado, havia, defronte do pelourinho, um renque de casas, antiga morada dos Capitães-mores, desde Manuel Francês. Demolidas, deram margem a que se formasse o Largo da Matriz, mais tarde denomindo Praça Caio Prado, onde se encontra a estátua de Pedro II.

Do lado do Quartel da Força de Linha, para o sul, abria-se a Rua do Quartel ou da Cadeia, assim também denominada porque esta se encontrava instalada nos baixos do mesmo quartel.

Tudo isso, em 1816, era pouco mais do que a fotografia da vila caída aos olhos de Koster: "edificada sobre terra arenosa, em formato quandrangular, com quatro ruas partindo da praça e mais outra bem longa ao norte (*ou sul?*) desse quadro, correndo paralelamente, mas sem conexão."

Daquele primeiro ano é a *Descrição Geográfica Abreviada do Ceará,* da autoria do Ouvidor Rodrigues de Carvalho, com este retrato de Fortaleza: "A vila é pobre, seu comércio de pouco vulto, ainda que o porto é sofrível, apesar de ser uma enseada; mas como só as imediações do termo até a serra da Uruburetama, parte do termo do Aquirás e parte do termo da vila de Monte-mor-o-Novo se surtem da Fortaleza, o comércio é muito menor que o do Aracati. Não há uma só de sobrado e as terras são muito inferiores. O solo é de areia solta; o tijolo, a cal e madeira são caros, e tudo concorre para ser muito dispendiosa a edificação. A casa da Câmara estava arruinada e não havia Cadeia, servindo-se as autoridades civis de uma cadeia militar, o que

dá motivo a uma infinidade de contradições e etiquetas, que se não podem emendar, em muito detrimento da expedição das dependências criminais'' (1).

Muito acanhada, assim, a capitalzinha, quando acompanhando o Governador, por ela começou a interessar-se o Tenente Coronel de Engenheiros, Antônio José da Silva Paulet.

Era português de descedência francesa e, tendo iniciado a carreira militar na Armada lusa, transferiu-se mais tarde para o Real Corpo de Engenheiros. (2) Decreto régio, de 17 de dezembro de 1811, promoveu-o a Tenente-coronel e, a Coronel, Manuel Inácio de Sampaio.

Chegaram ambos, ao Ceará, este como Governador e Paulet como seu Ajudante de Ordens, em 1812. Tomaram posse dos cargos no dia 29 de março e formaram um duumvirato que Fortaleza nunca deverá esquecer.

Além dos vários serviços e obras que projetou e executou, avulta, em favor do reconhecimento da cidade a Silva Paulet, a elaboração do plano urbanístico, da mais alta ressonância para o seu progresso. Como já tivemos ocasião de escrever, o que, de fato, mais realce dá à rica folha de serviços do governo de Sampaio é a traça desse engenheiro para a metodização urbanística da vila, que se ia adensando e expandindo sem um plano corretivo e diretor, à semelhança do que aconteceia com todas as vilas e cidades da Colônia. O trabalho de Paulet, dentro das concepções do urbanismo coevo, foi de benefícios incontestáveis. Com efeito, comparando-se aquele quadro de ruazinhas mal retificadas e edificadas, de que nos fala Koster, com a regularidade dos alinhamentos que se seguiram à interferência do Ajudante de Ordens de Sampaio, não se poderá deixar de reconhecer que o seu plano, a um só tempo de remodelação e ampliação, tirou, providencialmente, da desordem para uma orientação lógica a pequena capital, exatamente na fase de ressurgimento, que ela ensaiava desde o tempo de Bernardo Manuel de Vasconcelos.

A tendência era o povoado acompanhar as tortuosidades do centrismo pajeùano. Submisso às voltas da ravina é que ela continuaria a aumentar.

Foi, portanto, indispensável que a visão de Silva Paulet e o poder de vontade dos administradores municipais que lhe sucederam, tirasse aquele povo do seu torpor, obrigando-o a uma ordem nova das coisas. Corrigindo na sua planta, quanto possível, os erros existentes, o esclarecido engenheiro desprezou o sentido velho do crescimento da vila e, de modo resolutó, puxou-o para o estilo quadrangular, que a tanto se prestava a natureza relativamente plana do terreno.

---

(1) *R.I.C., v. 12, p. 5.*

(2) Deixando o Ceará, com Sampaio, em 1820, no ano seguinte, pela Carta Régia de 9 de dezembro foi nomeado Comandante das Armas do Ceará, mas não assumiu o posto. Voltando a Portugal, tomou parte nas lutas entre D. Pedro e D. Miguel. Foi, antes, em 1829, condenado à morte, porém escapou à punição.



Governador Sampaio

Agira Silva Paulet por solicitação dos camaristas e ordem do Governador, que o incumbiu de "levantar a plantar desta vila, incluindo nela o contorno da nova Fortaleza de N. S. d'Assunção, e à vista dela propor à Câmara o plano de edificação que lhe parecer mais adequado."

A inspiração seguida, isto é, a das cidades ortogonais, ou, mais particularmente, em retângulo ou xadrez, com as ruas cortando-se em ângulo de 90 graus, era na epóca, ainda quando não havia tomado corpo a ciência urbanística, o modelo mais aconselhado e dominante — como as cidades hispano-americanas.

Idéias desta ordem dominaram o século passado, — comenta o Engenheiro Sabóia Ribeiro —, porque os alinhamentos e os ângulos retos eram os mais convenientes para o traçado das ruas e construção dos prédios, sobretudo se levarmos em conta a pouca importância que o tráfego urbano representava para a cidade. No Brasil avultam exemplos de tal traçado, sendo de notar que o de Fortaleza é, inconstetàvelmente, o melhor; e isto se deve ao retardamento do progresso da cidade quando, no início do século passado, os acontecimentos históricos lhe criavam um clima favorável. (3)

A primeira rua em linha reta, baliza das futuras que se desdobrassem de norte a sul, do mar para o sertão, fez-se a partir da fortaleza, tomando-se como referência a Praça da Carolina e aproveitando-se os arruados como Rua das Belas, Rua da Pimtombeira e Rua da Alegria, correspondendo, os três, à Rua da Boa Vista, atual Floriano Peixoto, compreendidos, respectivamente, o primeiro entre a mesma fortaleza e a Rua S. Paulo, o outro daí até o lado sul da Praça do Ferreira, e o terceiro deste ponto ao diante.

A Praça da Carolina (4) fora o resultado do reajuste e alinhamento do pátio ou campo situado ao norte e ao poente da Casa que serviu de morada aos Governadores e onde, após 1809, por troca com o prédio do chamado Palácio da Luz, teve sede a Câmara Municipal, que a vendeu a Vitoriano Augusto Borges. Aí funcionou a famanaz Comissão Militar presidida pelo Cel. Conrado Jacó de Niemeyer, autora do julgamento dos revolucionários de 1824 e do fuzilamento de vários deles. Também aí esteve a Junta da Fazenda. Era um edifício construído com frente para a Rua da Matriz, Rua de Baixo ou Conde D'Eu, na parte alta da barranca, em nível bem acima do *grade* da rua. O aproveitamento daquela espaçosa área se fez de modo a deixar-se, por detrás da casa da Câmara, um vasto pátio ou terreno, cercado até a Rua das Belas (Boa Vista). Com os tempos, nele foi construído o Mercado Público, e toda a sua extensão se acha hoje lastimàvelmente tomada pelos prédios dos Correios e Telégrafos, Banco do Brasil e Palácio do Comércio.

Da Rua das Belas saíam duas outras *travessas:* uma, que ia à procura do Matadouro (cujo local é hoje ocupado pelo Palacete Guarani, sede de uma das agências do Banco do Estado do Ceará (BEC). Na esquina norte dessa

---

(3) R.I.C., v. 69, p. 230.

(4) Assim batizada desde 1817, em homenagem à Arqui-Duquesa Maria Carolina Leopoldina, por ocasião de seu casamento com D. Pedro I.

travessa, que recebia o nome de Rua das Hortas (hoje Rua Senador Alencar) o português Manuel Nunes de Melo, por antonomásia *Dedo-duro,* construiu um prédio para a sua casa comercial e por ele se dava o alinhamento da mesma travessa.

No cruzamento da Rua das Belas com a travessa que vinha da Rua dos Mercadores (e se chamava Travessa das Belas e, depois, Travessa da Tesouraria, em virtude de achar-se a Tesouraria Geral em prédio que ocupava toda a parte norte do Largo de Palácio, hoje Praça General Tibúrcio), o Capitão Joaquim José Barbosa edificou um sobrado, hoje substituido pela casa comercial Casa Blanca, pelo qual se alinhava dita travessa, mais tarde Rua da Assembléia e atualmente Rua S. Paulo, nome dado em homenagem ao grande Estado sulista.

No trecho da citada Rua da Boa Vista, então denominada Rua da Pitombeira, Francisco José Pacheco de Medeiros, por alcunha — *Pachecão,* erguera outro sobrado (1825), o primeiro de tijolo e telha a levantar-se em Fortaleza (onde teve sede a Intendência Municipal e hoje demolido), e pelo seu lado sul é que faziam os alinhamentos da Travessa Municipal (Rua Guilherme Rocha). Na outra esquina desta, com a Rua da Palma (Major Facundo), outro sobrado se levantou, de propriedade do Comendador José Antônio Machado, o pioneiro, na cidade, das edificações de mais de dois andares. O seu *oitão* ajudava os citados alinhamentos da Travessa Municipal, e a frente — os da aludida Rua da Palma. Esta, com o nome de Rua Nova d'El-Rei, teve início em 1814, graças ao interesse do boticário Bernardo José Teixeira. A denominação de Rua da Palma, adotada em 1842, foi mudada em 1879, em homenagem ao Major João Facundo de Castro Meneses, político de marcado prestígio, assassinado em sua própria residência, a 8 de dezembro de 1841.

Com as construções desses sobrados, rasgava-se o preconceito de que o terreno da cidade não suportava edificações de mais de um andar. Até então as casas se enfileiravam monotonamente justapostas, estreitas e achatadas, construídas de taipa — madeira amarrada a cipós, com enxameio de barro — mostrando duas águas sós, de telha vã caindo para trás e para a frente, em beira e bica ou beira e sub-beira, paredes lisas, raras com platibandas ou frontões, sem arabescos decorativos, sem frisos, sem colunatas, sem azulejos, sem coisa alguma que acusasse o menor gosto arquitetural. O resto, a mor parte, eram tugúrios de palhas, mocambos míseros, dispersos à toa, onde, no mais extremo desconforto, a pobreza fragilmente se resguardava da soalheira, naquele ardente lençol de areias brancas, que em compensação espelhavam doces luares argentinos, fazendo noitadas deliciosas e românticas. Os ensaios do emprego de tijolos foram feitos primeiramente, segundo narram as crônicas, na atual Rua Governador Sampaio.

A corporação comunal tomou a peito a orientação de Paulet e fê-la respeitar, afiançando a beleza póstera do conjunto dêmico, tão sujeiro às vicissitudes da má posição regional.

O boticário Antônio Rodrigues Ferreira seria o maior e melhor garante desse respeito. Repete-se, e com razão, que foi ele o nume tutelar da cidade e porisso merece, não resta dúvida, capítulo bem destacado na evolução urbana da capital cearense. Desde 1843, quando, passando à presidência da

Câmara, neste cargo permaneceu até falecer em 1859. Durante esse tempo uma preocupação superior foi-lhe constante e invencível — o aformoseamento da urbe que lhe fora confiada.

Assim como Sampaio teve Paulet, teria Ferreira o seu grande auxiliar o Engenheiro Adolfo Herbster, cuja ação diretiva e técnica vai constituir o melhor instrumento de disciplinação no crescimento de Fortaleza. A história de Herbster completará, por força, o capítulo que se dedicar ao Boticário.

Antes de Herbster, em 1850, a mandado da Câmara, levantou uma planta da cidade o arruador e cordoador do Município, Antônio Simões Ferreira de Farias. Esse mapa era simples desenho cartográfico, precisamente como o que, em 1856, organizou o Padre Manuel do Rego Medeiros, que terminou Bispo de Pernambuco.

Aludido desenho mostra-nos que a cidade já se definira integralmente no esquema projetado por Silva Paulet. A Rua da Boa Vista (nos sucessivos trechos: Ruas das Belas, da Pimtombeira e da Alegria) aparece retificada, seguida paralelamente, rumo sul, pelas Ruas da Palma (Major Facundo), Formosa (Barão do Rio Brando), Amélia (Senador Pompeu), Patrocínio (General Sampaio), esta última apenas esboçada. Cruzando-as perpendicularmente, vêem-se as *travessas* do Quartel (Dr. João Moreira), das Flores (Castro e Silva), das Hortas (Senador Alencar), das Belas (São Paulo), Municipal (Guilherme Rocha), Formosa (Liberato Barroso), Amélia (Pedro Pereira), Alegria (Pedro I), onde se acabavam as edificações.

A Rua do Quartel ou Rua Larga, ao lado leste da Carolina, não se achava completamente traçada; e a travessa das Flores ainda não atingira a Praça da Sé, o que somente se deu em 1859, com o sacrifício da travessa da Matriz.

À direita do Pajeú, o começo da Rua do Sampaio (Governador Sampaio) a esse tempo chamada Rua do Norte; e, na praia, algumas construções que formariam as ruas do Chafariz (José Avelino) e da Alfândega (Dragão do Mar).

É evidente o contraste entre a *cidade antiga,* tipicamente *topográfica* (espontaneamente topográfica) e a *cidade nova*, que aumentava obediente à geometria, ao traçdo ortogonal retangular. Flagrante maior tem-se, observando a primeira planta de Herbster, datada de abril de 1859, mês em que falecia o Boticário Ferreira. *Planta exata da Capital do Ceará* é, em verdade, o excelente retrato da cidade ainda sem maiores vôos. Evidencia-se, por esse exame, que o conjunto urbano não pudera vencer as *areias* que o cercavam. O núcleo edificado, para oeste, não ia além da atual Rua Senador Pompeu. A casa de residência deste ilustre homem público, localizada na esquina em que, por muitos anos, esteve a Padaria Palmeira e onde hoje se levanta um novo prédio demorava, dizia-se então — em "lugar um tanto ermo e perigoso". Para o sul morriam as ruas, já bastante rarefeitas, na atual Pedro Pereira. *Distante,* na Praça Clóvis Beviláqua dos dias atuais, achava-se o matadouro. Somente através de caminhada suarenta, era possível chegar à Lagoa do Garrote, que um dia se havia de tranformar no Parque da Liberdade (Cidade da Criança). Ao lado direito do Parque, nenhum progresso apreciável.

O citado Senador Pompeu no seu *Ensaio Estatístico* publicado em 1863 calculava que a população da cidade, inclusive os subúrbios, ocupados por palhoças, seria de 16 mil habitantes. Apenas 960 casas de tijolo e telha, ocupando únicamente oito ruas "muito direitas, espaçosas e calçadas". Mas oito já eram as suas praças, "sendo notáveis três, que então plantadas de arvoredos, existindo nelas cacimbas públicas."

Outra planta levantou Herbster em 1875, calendo esta como plano de expansão da urbe. As linhas do enxadrezamento vão longe. Para leste, até a Rua da Aldeota (hoje Nogueira Acioli); para sul, até a rua dos Coelhos (Domingos Olímpio), e para oeste até as Praças Gustavo Barroso e Paulo Pessoa. Alguns arruados mal dispostos aqui e ali tiveram de desaparecer para que prevalecessem os alinhamentos das quadras ou *quarteirões* projetados. Sómente não mataram estes a rua que se fizera ao longo da estrada de Messejana (Av. Visconde do Rio Branco), porque a necessidade dessa artéria, para o transporte dos abastecimentos vindos dos *tabuleiros* do Ceará, era mais vital que os desejos artísticos do urbanista.

Os cuidados de Herbster levaram-no a elaborar, em 1888, já aposentado das funções, nova planta diretora, ampliando e consolidando ainda mais o enxadrezamento o desenvolvimento e a remodelação da cidade, mas por muitos administradores municipais injustificadamente desprezadas com enormes prejuízos a um progresso mais conforme às regras de estilização urbanística. Os erros acumularam-se, infelizmente.

De lá para cá, só em 1932 é que novamente se pensaria, com disposição de fazer, na elaboração de um plano de urbanização. Prefeitos municipais realizadores como Guilherme Rocha, Ildefonso Albano e Álvaro Weyne ajardinaram preças e construiram obras, porém foram alheios a qualquer pensamento em favor da sistematização imprescindível.

O Prefeito Tibúrcio Cavalcanti fez sentir, no Relatório apresentado, em setembro de 1932, à Interventoria Federal, a *necessidade inadiável* de ser adotado tal plano e consultado um urbanista a respeito.

Mas ao seu sucessor— o Dr. Raimundo Girão (1933-1934) é que tocaria a oportunidade de contratar o urbanista e raciocinar em termos decididos na solução do problema.

Fê-lo sem temores, depois de estudar demoradamente a matéria, indo mesmo ao Recife e a João Pessoa, a fim de sentir e ver de perto o que se estava fazendo naquelas duas capitais relativamente aos seus respectivos planos de urbanização.

Submetido o caso ao conhecimento e decisão do Conselho Consultivo, orgão competente para sobre ele opinar, não hesitou o Prefeito Raimundo Girão em desprezar o parecer contrário do referido Conselho. Os *considerandа* do Decreto com que contratou o arquiteto Nestor de Figueiredo dão o índice da coragem de sua deliberação.

Há interesse em conhecer o teor desse Decreto (n. 108, de 30 de agosto 1933), para o que remetemos o leitor à *Rev. do Instituto do Ceará*, v. 57 p. 210.

Achava-se em regular execução o contrato quando deixou o cargo o Prefeito Girão; e sucedeu, dentro em breve, que outro adoministrador da Edilidade houve por acertado suspendê-la interrompendo os trabalhos respectivos. Até que o Prefeito Raimundo de Alencar Araripe repôs o

contrato em sua virtual vigência (1943). Anteriomente já havia restaurado a Comissão do Plano da Cidade (Decreto n. 450, de 31 de março de 1939), extinta por aquele citado administrador.

Apesar disso, não pôde concretizar-se o Esboço Nestor de Figueiredo, iniciado em momento mais que próprio à sua fácil objetivação, porque, então, a parte periférica da cidade se constituía quase toda de terrenos baldios ou de construções sem valor apreciável. Tudo à mão.

Depois, veio elaborar novo Plano Diretor urbanístico o Dr. J. O. de Sabóia Ribeiro, que resumiu as suas idéias em judicioso Memorial Justificativo apresentado à Prefeitura, em 1947. (5)

Muito mais difícil seria agora conseguir a remodelação da cidade e impor modelo à sua expansão! O Plano Sabóia Ribiero, tecnicamente, era digno de todos os elogios, mas não fora a resultante de estudos mais aprofundados, mais realistas, das possibilidades econômicas da Cidade, além de ter surgido, no tocante à sua adoção oficial, com um grave erro de origem. Foi tornado obrigatório *ex-abrupto,* mediante um apressado Decreto-lei, sem transitar pelos crivos purificantes da Comissão do Plano da Cidade. Forçava-se, apriorísticamente, a obrigatoriedade de muitas soluções impossíveis, por sobre-modo avançadas ou atrevidas, como se um trabalho dessa espécie dependesse tão somente dos devaneios do arquiteto ou da vaidade do governador do Município, ansioso por ligar o seu nome a obra de tanto mérito e importância.

Morreu por ter nascido inviável, esta segunda tentativa de urbanização de Fortaleza. Morreu pela carência de ponderação no seu ajustamento à realidade e, principalmente, porque lhe faltou o indispensável, lento e seguro preparo de uma *consciência* ou mentalidade geral, que o garantisse contra as insólitas reações que os Planos de cidade necessariamente provocam.

Em relação a tais Planos, as cidades são como os enfermos: recusam terminantemente os remédios ou as intervenções cirúrgicas que os vão salvar.

---

(5) R.I.C., v. 69, cit., ps. 215-243.

8 — O BOTICÁRIO E HERBSTER

Assim como na majestosa aquarela física se alteiam montanhas e se agigantam árvores sobressaindo na mataria, também nas coletividades humanas há indivíduos que rompem o nível comum e se transformam em expoentes, em líderes, em *condottieri,* seja no campo das letras e das ciências, seja no das armas, dos negócios, ou da política.

Uns já nascem feitos, nascem príncipes ou têm pai alcaide, ao passo que outros alcançam os pináculos em escaladas difíceis, galgando empeços, criando, pouco a pouco, em torno de si, um halo de respeito, veneração e fascínio. Exatamente estes últimos são os que pedem tudo a si próprios e nada aos demais; os que — no conceito de Sêneca — não chegam a tais posições por mero acaso. São os que têm debaixo dos pés um lastro de sólida consistência.

Também é de Sêneca: "Nunca a fortuna põe o homem em altura tal que não precise de um amigo." E isto bastaria para patentear a personalidade e a atuação do Boticário Antônio Rodrigues Ferreira.

João Brígido, corrosivo, às vezes, em suas apreciações, conheceu pessoalmente o Boticário e, tolerante, faz-lhe o perfil.

"Fisicamente, era Ferreira de estatura regular, muito magro, carcomido, ao que parece, da pulmonar, o que fez transferir-se do Rio de Janeiro para esta cidade. De todo agradável, amistoso e fagueiro, mas repentista e, em certos momentos, seu mau-humor lhe produzia vontade tirânica. às vezes se mostrava odiento, e quando interrompia suas hostilidades com algum doente chamado para salvá-lo em alguma moléstia, fazia-o com o maior interesse e delicadeza, sem por isso voltar a bons ofícios para com ele. Desse modo teria procedido com o Major Facundo de Castro, seu inimigo, cuja família o chamou, num caso de séria doença. Como não houvesse médico e o Boticário gozasse de geral confiança em assunto de medicina prática, foi com desvelo que tratou o enfermo; mas, restabelecido este, foi-lhe a mulher render-lhe os agradecimentos, dizendo que seu marido, dali por diante, se incluiria na lista de seus amigos. Ao que o farmacêutico respondeu que não aceitaria amizade com Facundo."

Noutras ocasiões, tornava-se brincalhão. Na epóca dos intrudos carnavalescos, muito em moda, punha à sua porta uma tina dágua, na qual fazia mergulhar a quem passasse, fosse, embora, mister mandar trazer à força o



O Boticário Ferreira

transeunte. Depois, dava-lhe a beber um bom cálice de vinho de ananás, uns filhozes a comer e fazia-lhe outros agrados.

Por essas e outras e, notadamente, pelos seus gestos de caridade desafetada, veio a fruir de larga popularidade, um dos esteios do seu enorme prestígio político.

É provável que o seu biótipo configurasse um leptossômico de Kretschmer, portanto um temperamento esquizóide, com aspectos de um gliscróide. Um longilíneo, na classificação de Berardinelli.

A apreciação caracterológica de seu grafismo, conquanto deduzida de texto não bastante extenso, e principalmente de assinatura, muito expressiva, aposta no documento examinado, revela traços interessantíssimos de sua personalidade psíquica.

Confiamos a Th. Pompeu Sobrinho o estudo de citado documento do punho do Boticüario — um recibo de 14$340 provenientes de medicamentos fornecidos por sua farmácia, datado de 20 de setembro de 1837 — e temos o parecer do ilustre e erudito experto, baseado em modernos psicólogos, entre os quais Muñoz Espivalt, Pampia Azorey, Max Pulven e Marco Marchesan. *In verbis:*

"*Documento analisado* — Um recibo com a data de 20/9/1837, escrito e firmado pelo Boticário Ferreira (Antônio Rodrigues Ferreira), dado ao Sr. Frederico José Pereira, na importância de 14$340, valor de medicamentos aviados para o seu irmão Antônio Joaquim Pereira. O documento consta de 6 linhas e parte de uma indicativa do valor do recibo, afora a assinatura, cujos dois primeiros nomes são as abreviações então usadas para Antônio (An°) e Rodrigues (Roiz).

Examinada a escrita começando pela assinatura ou firma e em seguida estudando o texto, chega-se aos seguintes resultados:

Assinatura. I — Quanto à posição em relação ao texto: a) situação no extremo do papel à direita, a pequena distância do texto, não na direção da última linha deste. Significação (Muñoz): personalidade que sabe cumprir as normas sociais, com fundo moral apreciável, procurando harmonizar os seus interesses pessoais com os da coletividade no seio da qual vive. II — Quanto à forma: não apresenta expansões para os lados, equilibrando-se numa justa proporção entre os diversos *campos*. Significação: 1) equilíbrio psíquico e concentração das faculdades em determinado objetivo; 2) legível e normalmente traçada. Significação: em geral, segurança de consciência dos seus méritos. III — Quanto à estrutura das palavras: assás regular, modo normal, sem nenhum exagero e até mesmo com evidente sobriedade. Significação: reações imparciais, sentido do justo e moderações no procedimento. IV — Quanto à direção e dimensões: a) reta, ligeiramente ascedente. Significação: circunspecção e reflexão judiciosa. Socieabilidade franca e espontaneidade; b) altura média do corpo das letras minúsculas (3 e 4mm). Significação: sobriedade e conformação; c) quanto a excesso, apenas ligeiramente sobrealçadas algumas letras, sobretudo o F maiúsculo. Significação: independência de espírito, certa indisciplina, orgulho e vaidade (tudo isto em grau moderado e discreto).

Texto e assinatura I) — Grafismo: a) apreciávelmente anguloso. Significação: firmeza, tenacidade; b) regular, limpo, claro e igual. Signifi-

cação: equilíbrio mental, firmeza, lucidez, eqüanimidade e sinceridade; calma e ponderação, pouca emotividade; c) espontâneo e natural. Significação: naturalidade e por vezes certa independência; d) velocidade da escrita: moderada. Significação: calma, prudência; e) direção dos traços, tendências sinistrógiras. Significação: reserva discreta, instinto de conservação acentuado, atividades moderadas, surtos de egoísmo não exagerados; f) pressão no traçado, traço de 1/4 a 1/2 mm. de espessura. Significação: certo vigor no comportamento, energia e vitalidade; g) escrita com traços afilados, o que significa certa agressividade e impaciência; h) escrita ligada (letras nas palavras). Significação: lógica; i) inclinação das letras. Ligeira inclinação para a direita. Significação: sensibilidade; j) margens do texto. Larga à esquerda. Significação: algum sendo artístico, regularidade e perseverança. Ordenação; k) ligação das letras: observam-se algumas ligações. Significação: pensamento harmonioso, tendência para analisar excessivamente os acontecimentos; l) barras dos tt. longas, cortando amplamente as hastes, finas e horizontais. Significação: predisposição à ofensiva; m) impressão de conjunto. Escrita naturalmente cuidada e ordenada; sóbria, comedida. Significação: ordem, precisão e pontualidade, ao lado de uma boa dose de lealdade. Espírito de economia, prudência e reserva. Movimentos por vezes inopinados e até mesmo desordenados, contrariando eventualmente hábitos naturais.

Em resumo, pode-se afirmar que o Boticário Ferreira era um homem honesto, bom e bem intecionado, social, de conduta harmoniosa e objetiva. Ordinariamente firme, tenaz, enérgico e austero, mas ao mesmo tempo calmo, ponderado e, comumente, de moderada emotividade. Cioso dos seus direitos e amizades, perseverante, lógico e prudente. Não obstante esta qualidade normais preponderantes, digamos mesmo características, o seu bom equilíbrio psíquico, eventualmente devia experimentar surtos de impaciência, manifestações de egoísmo reserva auto-estimação e ímpetos de agressividade, podendo também, em circunstâncias especias, demonstrar uma sensível e passageira queda de austeridade.''

Escreveu Brígido não se saber se Ferreira era farmacêutico de carta, ou de balcão, onde adquiriu conhecimentos práticos;em todo caso, ele sabia a arte de manipular os remédios do tempo, que eram limitados, porque muitos vinham preparados da Europa.

E acrescenta: ''Veio recomendado ao português Manuel Caetano de Gouveia, ou se recomendou a este por qualquer circunstância; o que é verdade vem a ser que não manteve mais relações com o pai e mesmo a ele mostrava muita aversão, chegando a preteri-lo de sua herança, de sorte que instituiu sua herdeira unisersal a uma menina que criara com grande amor e desvelo.''

Aí está onde, na pintura, o pincel de Brígido encarregou, talvez para dar mais chiste à sua crônica, publicada no seu jornal *Unitário* e da qual estamos aproveitando.

Com efeito, devia saber o cronista aquilo que, tentando ligeira biografia do Boticário, escreveu Paulino Nogueira na *Revista do Instituto do Ceará*, no volume de estréia, 1887.

Nasceu Antônio Rodrigues Ferreira em Niterói, capital da então Província do Rio de Janeiro, e foram seus genitores o homônimo Antônio Rodrigues Ferreira e Marcolina Rosa de Jesus.

Comprometido em questão de terras, foi obrigado o pai a deixar sua cidade e refugiar-se em país do Rio da Prata, ali demorando muitos anos, sem dar notícias.

Presume-se, com bom fundamento, que a mãe tivesse falecido por esse tempo e que, vendo-se praticamente órfão, houvesse o filho por bem procurar ocupação noutra parte. Empregou-se, na Corte, em uma farmácia francesa, cujo proprietário era exaltado prosélito do partido liberal, fato que valeu ao empregado, já bem afeito ao mister do emprego, ser recrutado e preso, o que não era razão de estranheza naqueles dias de anormalidade seguintes à dissolução da Assembléia Constituinte.

"Felizmente a violência durou pouco — são ainda palavras de Paulino Nogueira. O General 'Catete, amigo do moço farmacêutico, fê-lo evadir-se pela grade da prisão, tão magrinho era, e refugiar-se a bordo de um navio mercante, que estava a largar para o Recife. O comandante a quem havia sido recomendado fê-lo, por sua vez, ao negociante português daquela praça, Manuel Gonçalves da Silva, que o acolheu benevolamente em sua casa. Por felicidade sua, achava-se igualmente hospedado na mesma casa o negociante e cônsul português nesta praça (Fortaleza), Manuel Caetano de Gouveia, que com ele simpatizou, convidando-o; e trouxe-o para seu caixeiro. Foi a fortuna de ambos; mal pensava Gouveia que trazia em sua companhia um homem superior, que lhe havia de ser tão útil e amigo."

Ao Ceará chegaram, em 1825, encontrando a vida da Província em amarga desarticulação, provocada pela seca e pelas lutas políticas da República do Equador, ainda ensopada a terra sem umidade com o sangue revolucionário dos heróis fuzilados no Campo da Pólvora (Passeio Público).

Uma coincidência impeliria, mais tarde, o jovem Ferreira para a maior estima de Gouveia: quase a morrer de parto a mulher deste, eis que, esgotados os parcos recursos da medicina naquele tempo e naquela cidade pobre, é o antigo caixeiro de farmácia do Rio de Janeiro quem, pondo à obra, afoitamente, os seus conhecimentos, salva enfermo tão querido.

Não foi difícil, em face disso, conseguir-se-lhe licença especial para o exercício da profissão, dada pelo Protomedicado do Recife, graças aos empenhos do Comandante das Armas, Conrado Jacó de Niemeyer, e do mesmo Gouveia que, à sua custa, mandou vir da capital pernambucana os objetos indispensáveis ao sortimento de uma botica.

Instalou-se esta com o nome de Farmácia Ferreira, na casa de três portas, no largo da Feira Nova, assim chamado porque aí se reuniram semanalmente os feirantes, e dessa casa nunca se mudou, até falecer o dono. Daí, então, passou a botica ao poder, sucessivamente, de Antônio Teixeira Bastos Leal (por pouco tempo), de Pedro Nogueira Borges da Fonseca, Artur Augusto Borges e modificada a denominação para Farmácia Galeno, às mãos de Ildebrando Rego. Fechou-se, afinal, ainda com esta denominação, quando era seu proprietário Joaquim Studart da Fonseca.

"O Boticário foi logo convertido em médico, e é verdade universalmente atestada que nenhum outro lhe levava vantagem. Aumentava-lhe a procura, além da confiança, a certeza de ele nada levar a ninguém pelos curativos, nem mesmo aos pobres pelos remédios, sobretudo em caso de gravidade. Sua popularidade crescia por atos constantes de benemerência; e a musa, sempre expressiva em seus conceitos, celebrizou-o em sua gratidão com a característica alcunha de - Ferreira *Boticário*, com que aliás, se lisonjeava." (1)

Por outro lado, — voltemos a citar João Brígido — "a sua botica era fora de cancelos, um lugar de palestra para quem não tivesse o que fazer e, ao canto, estava um gamão para quem quissese divertir-se na calçada. A sua farmácia estava à disposição dos amigos e a sua proteção não tinha reservas, ainda mesmo em se tratando de crimes gravíssimos de natureza política."

Instrui-nos o vigoroso cronista sobre o que têm sido as boticas de todas as vilas ou cidades pequenas, mesmo ainda hoje ponto de reunião de alguns inveterados palradores para comentário de toda sorte, para tesourar a vida do próximo, para as trocas de idéias e assuntos os mais diversos, para pescar boatos e nutrir mexericos, tudo a fazer do Boticário o alvo não dessas *causeries* entre inicentes e maldosas, como também da gratidão, ou da ingrtidão, da gente vilareja.

Fortaleza não fugia à regra e teve as sua boticas famosas, principalmente esta do Ferreira e as que, mais ou menos a ela contemporâneas, pertenceram a Antônio Paes da Cunha Mamede e a Antônio Elói da Costa.

Antes destes, a crônica da cidade registra a influência doutro boticário — Bernardo José Teixeira, de renome ligado mais ao seu interesse em rasgar novas ruas para o crescimento da vila, do que propriamente às habilidades de técnico do gral. Foi ele quem, de fato, concorreu para abrir-se, em 1814, através de casebres, a Rua Nova d'El-Rei, depois de 1842 chamada da Palma e, de 1879 em diante, Rua Major Facundo, tendo sido por isso louvado pela Câmara como benemérito.

Em 1813, havia movimentado, com a ssinatura dos moradores locais, o alinhamento e edificação da viela conhecida como Rua Nova do Outeiro, que recebeu o nome de Rua do Sampaio conseguindo-o da mesma Câmara, em vereação de 31 de julho.

Bernardo Teixeira foi proprietário do sítio onde o Presidente Alencar construiu o açude Pajeú, que se tornou agradável logradouro, preferido, nos seus passeios, pela "gente boa da terra". Dele, conforme Brígido, conserva a tradição triste memória, relacionada com o fato de haver intentado, em defesa de limites das suas terras, demanda judicial contra a administração dos bens do padroeiro São José, chegando a recorrer para o Tribunal da Bahia. "Achava-se em Lisboa, quando soube que tinha tido confirmação a setença proferida em favor do Santo Patriarca. Tomado de remorsos, suicidou-se. O oficial de Justiça que citou o Santo, conhecido por Pedro Mentira, morreu de lepra, em razão deste enorme pecado" — escreve Brígido. O que, porém, se encontra nos documentos é que Bernardo Teixeira era homem civilizado, boticário e pessoa de estima da cidade.

A Farmácia Mamede, instalou-a o aludido Antônio Paes, em 8 de

(1) Paulino Nogueira, *Vida de Antônio Rodrigues Ferreira*, na R.I.C., v. 1, p. 18.

dezembro de 1842. Havia chegado ele ao Ceará em 16 de março desse ano e nascera na vila de Cameira, Portugal.

Em 13 de setembro de 1837, diplomara-se Antônio Paes em Farmácia, com o título assinado pelo Físico-mor do Reino. Emigrando para o Brasil, localizou-se na Paraíba, mudando-se depois para Fortaleza, onde morreu, exatamente no dia em que comemorava o seu 101º aniversário.

A sua botica abriu portas a Rua Formosa (Barão do Rio Branco), sob a responsabilidade da firma Mamede & Filho. Em 1867, já uma drogaria, passou aos filhos Catão e Antônio Paes, que a transferiram para a Rua da Palma (Major Facundo), local onde até recentemente se achou, guardado o nome primitivo. Desaparecido o segundo Antônio Paes, a Catão coube dirigi-la, até falecer, recaindo então a gerência em Mário Mamede e, por fim, em 1925, a José Mário Borges Mamede. Muito conceituada pela manipulação de produtos de sua própria fórmula, a Mamede, entretanto, não foi sala política, como a do Ferreira e a Teodorico.

Esta começou com o pernambucano Antônio Elói da Costa, em dezembro de 1821. Além de farmacêutico, dava-se Elói aos negócios de tipografia, editando jornais. Sua, por aquisição a Francisco Luís de Vasconcelos, foi a Tipografia Patriótica, na qual se imprimia o Correio da Assembléia Provincial, orgão da facção liberal, posto em circulação em 1835 e, em 1843, transformado no Vinte e Três de Julho. "Liberal de idéias avançadas — informa-nos Paulino Nogueira — era um batalhador da imprensa, no Ceará, que lhe deve guardar o nome com muita estima. Mais de uma vez afrontou com desassombro a ira dos poderosos. Nunca conseguiram fazer calar o jornal a que ele emprestava seu valioso concurso. Sofreu, por isso, agressão material, da qual resultou a inabilidade quase completa do braço direito para a função natural." (2)

De tal agressão — esclarece o Barão de Studart — foi outor o famigerado Joaquim Ferreira de Jacarandá, que "quase debaixo das varandas do Palácio atacou Elói, espancando-o e lhe quebrando uma mão, ato de ferocidade tanto mais revoltante quanto era esse homem incapaz de qualquer defesa pelo seu estado de valetudinário. No dia seguinte Jacarandá era mimoseado com uma patente de oficial e dois meses de soldo adiantado." (3)

Diplomando-se o filho, Antônio Teodorico da Costa (1850), a este foi confiada a Farmácia, que a ela se dedicou durante 32 anos. Continuando a orientação política do pai, veio o novo Elói a figurar entre os chefes liberais de maior prestígio. Foi presidente da Câmara e Deputado provincial (1864-65 e 1880-81) e mereceu as comendas de Oficial e Comendador da Ordem da Rosa (1882). Como Vice-presidente, duas vezes governou a Província. Também exerceu a cátedra do Liceu do Ceará.

Um dos filhos — José Elói, também diplomado e, como o pai, vereador da Câmara e Deputado em vários quadriênios, sucedeu-lhe no estabelecimento, tal como havia de fazê-lo, mais tarde, com a morte deste em 24 de

(2) R.I.C., v. 42, p. 46 — Nota.

(3) *Para a História do Jornalismo Cearense*, Fortaleza, Tip Minerva, 1924, p. 26.

maio de 1919, o neto Alberto Elói, numa continuidade de quatro gerações, somente quebrada em 1946, com o transporte do negócio a terceiros adquirentes.

Gustavo Barroso relembra como, na sua meninice, lhe causara forte impressão a Farmácia Teodorico, a casa comercial mais antiga da Cidade, contemporânea do Brasil-Reino, funcionando numa casa pequena e baixa e, sobre o balcão dois enormes frascos com água colorida de amarelo e azul. Entre as portas que dão para a rua, um banco de pau preto, em que a freguesia espera o aviamento das receitas. Nas paredes, quadros com os diplomas dos farmacêuticos.

E, mais saudoso ainda, recorda a fogueira de Santo Antônio, que os Teodoricos nunca deixaram de acender e nunca mais arderà...(4)

A Farmácia Teodorico, qual a do Ferreira, estava na Rua da Palma e servia de gostoso refúgio aos dirigentes e aos espoletas do partido, nas suas troças e picuinhas de toda hora contra os adversários, como na apreciação de fatos que o vidro de aumento da maledicência ampliava até o escândalo. E tudo isto subia de tensão, quando qualquer acontecimento mais grave da politicalha arrastava os mais graduados ao terreno das retaliações pessoais ou ao feroz assassínio, como aconteceu ao Major Facundo, chefe liberal, morto a tiros, na sua residência, à noite, em momento despreocupado, ao lado de sua esposa (8 de dezembro de 1841).

Mas, *revenons à nos moutons.*

Aquele retrato do Boticário Ferreira, pincelado por Brígido, na verdade não contém as melhores tintas, pois não apresenta as exatas facetas do homem público, do chefe de um grupo partidário, cioso da sua responsabilidade, porém ordeiro e sem ambições de cargos ou de riqueza monetária; do homem, ao contrário, espontâneamente simples e amigo daqueles a quem a fortuna se esquecia de amparar.

De tão divulgados, os favores do farmacêutico levaram-no à evidência da vida pública, a contar de sua nomeação para suplente de delegado de polícia na Capital, em 1842. Nesse ano, recebeu o mandato de vereador, em condições um tanto forçadas, mas explicáveis em face da exaltação momentânea jogando-se os *caranguejos*, em virulenta represália, contra os liberais e pagando-se, talionicamente, o mal com o mal.

Ninguém seria mais leal à sua facção, nem mais solícito: a sua nova posição de Presidente da Câmara, para a qual fora eleito em 3 de março de 1843, teria o condão de levá-lo a exercer "a mais legítima, benéfica, extensa, desinteressada e exemplar influência" jamais verificada no partido conservador, do Ceará. Com o Boticário, ou em volta do Boticário, tudo se resolvia e processava.

Haja vista o caso que se deu, nele envolvida a célebre aliança ou *liga* chimango-equilibrista, concertada, desde 1844, no Rio de Janeiro, entre os deputados conservadores, Padre José Barbosa Cordeiro e Manoel José de Albuquerque, e o chefe supremo liberal, Pe. José Martiniano de Alencar, a

(4) *Coração de Menino*, Rio, Getúlio M. Costa Edt., 1939, p.

quem causticamente haviam combatido. Levara os primeiros à defecção a teimosia de opinião do Dr. Miguel Fernandes Vieira, chefe do partido e apoiado em numerosa e rica família sertaneja. Essa coligação, crivada de recíprocas desconfianças, resistiu até o governo de Fausto Augusto de Aguiar, que viera com a surda intenção de favorecer o *equilibrismo,* sugerindo, para tanto, a aproximação de ortodoxos e cismáticos do partido conservador. É quando — "fosse por rigidez de princípios ou violência ou ferocidade de caráter, como diziam os dissidentes — Ferreira jura com os caranguejos que jamais entraria em conchavo com os equilibristas."

Diante da atitude irredutível do Boticário, o Presidente Fausto de Aguiar concorda em alijá-lo, sem, contudo, deixar de ouvir, da parte de um dos amigos do carreligionário ameaçado, que não seria fácil chegar a tanto, pois Ferereira estava decidido a fazer as eleições de deputados, objeto principal da atuação do Presidente, desse no que desse.

Efetuadas as eleições, dos candidatos equilibristas ou "candidatos de Palácio" sómente dois puderam sair vitoriosos na apuração final. Vinte e seis lugares obtiveram os caranguejos, graças à valente e obstinada reação do Boticário.

Essa obstinação ou rijeza de caráter, no campo administrativo, é que faria a glória de Antônio Rodrigues Ferreira, recompensa merecida pela sua instransigência na observância do plano de aformoseamento de Fortaleza.

Como Presidente da Câmara, era executor das decisões desta, e nunca tergiversou na sua aplicação, ainda que interesse mais forte tivesse de enfrentar. Ajudavam-no a sua popularidade, a austeridade de sua vida, a ascedência sobre os elementos de sua agremiação partidária.

João Brígido, em suas referidas apreciações acerca do Boticário, chega a afirmar que ele veio a ser o "o chefe de uma patuléia de inimigos de Alencar e seus coligados — a família Castro". E mais: que, "levado de roldão pelos acontecimentos ou , antes, pelos amigos imoderados ou adientes, Ferreira acaba por ser parte integrante da conspiração que produziu o assassínio de João Facundo, aliás, de entre os Castro o homem mais obedecido e chorado... E mais ainda, escrito alhures: "Tem-se pretendido, por exemplo, que a forma correta de Fortaleza veio de um plano que fez adotar o finado Antônio Rodrigues Ferreira, um dos mais zelosos presidentes da Câmara Municipal. Da leitura das atas da velha corporação se vê que p grande serviço prestado por ele, como presidente da Câmara Municipal algumas vezes, consistiu em observar o plano da cidade, quando qualquer o podia comprometer; mais que este plano foi obra do Tte-cel. de engenheiros Antônio José da Silva Paulet, ajudante de ordens do Governador Sampaio." (5)

É imprescindível saber interpretar o autor de *Ceará-Homens e Fatos* e extrair da cadência de seu descritivo, da sua irresistível mordacidade ainda quando elogiava , aquilo que seu subconsciente escondia realmente. Se não fora assim, acabaríamos, as mais das vezes, considerando-o um inconseqüente e gratuito acusador.

As simpatias populares gozadas pelo Boticário não residiam só naquela

(5) R.I.C., v. 57, p. 41.

patuléia de adversários do Pe. Alencar, senão na admirável perseverança dos seus generosos atos e serviços, no seu *talent du bien faire,* presenciado pela população que a cada momento sentia o seu altruístico procedimento e a sua moral sem nódoa.

Nunca se provou, com efeito, qualquer inspiração sua na morte de Facundo.

A própria família deste a imputava aos apaniguados palacianos, ou, mais diretamente, à esposa do Presidente de Província. Convicção tão funda, que não serviram os sentimentos de perdão para evitar que, na lage do túmulo do marido, a viúva mandasse escrever, deixando a intenção bem clara nas estrelinhas, que o Major Facundo falecera no dia 8 de dezembro de 1841, *assassinado, sendo Presidente José Joaquim Coelho.* Ainda hoje, na igreja do Rosário, se conserva esse mármore de dor e ódio, o único dos muitos que estiveram pelas paredes daquele templo, anunciando o repouso eterno de restos mortais menos plebeus.

Poder-se-á afirmar, com Hugo Catunda, que "ao lado de José Antônio Machado e do Padre Antônio Pinto de Mendonça, completava a grande ala conservadora a atividade onímoda de Antônio Rodrigues Ferreira — o Ferreira Boticário — também partidário de Maquiável, realista e tenaz;" nunca, porém que baixasse o processo mesquinho do trucidamento de antagonistas.

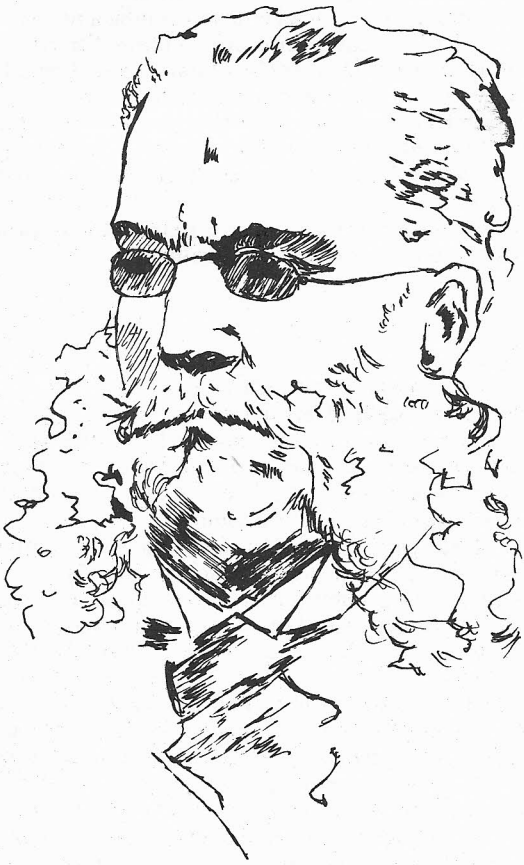
No tocante às restrições de Brígido ao valor de Ferreira como égide do plano urbanístico da Cidade, de tão injustas, despensam qualquer refutação articulada.

As atas da Câmara, as provas todas, a fama do seu zelo pela coisa pública, transmitida de geração a geração, valem como elolqüente demonstração de que, efetivamente, o Boticário se constituiu no mais lídimo broquel de Palas, resguardando o feliz traçado da cidade, dando-lhe a singular feição que tanto a envaideceu.

Faleceu Antônio Rodrigues Ferreira no dia 29 de abril de 1859, às nove horas da noite. Não perfizera 60 anos de idade, pois nascera em 1801. A cidade chorou-o convulsivamente no processional acompanhamento de seu enterro até o cemitério de São Casimiro. E, na verdade, ainda em nossos dias ela deve chorá-lo. Daquele velho campo de silêncio, guardados numa urna pobre, foram os seus restos mortais transferidos para o ossuário do novo templo da morte — o São João Batista. Lá é que os encontrou o engenheiro João Nogueira e os depositou noutro jazigo, que, em comovente veneração, fez construir às suas expensas, sem a ajuda de ninguém. Foi isso em 1935.

Ferreira casou-se com uma cearense de modesta linhagem — D. Francisca Áurea de Macedo, e do consórcio não houve filhos. "Nem outro algum ilegítimo que pudesse legitimar" — declara no seu testamento, datado de 27 de abril de 1859.

Recomendou, neste, fosse dado seu corpo à sepultura vestido "do seu hábito ordinário — casaca, calça e colete preto, para assim ser sepultado no cemitério desta cidade, no mesmo lugar onde existem os restos mortais de minha mulher e demais pessoas da família." E "que o caixão em que for o meu corpo encerrado e conduzido seja da maior simplicidade." Não quis toques de sino, senão aqueles *sinais* do rito da Igreja, sem pompas algumas.



Adolfo Herbester

"Declaro que, não tendo descedentes, como já declarei, ao meu pai, se existir ao tempo de minha morte, que em direito é legítimo herdeiro, lhe será transmitido o domínio e posse de todos os meus bens que restam, logo que pagar todas as minhas dívidas; e desses bens podendo dispor, como bem me aprouver, faço exclusão da posse do meu sítio, porque nele continuará a usurfrutuar minha cunhada, Srª Ana Luísa da Silva, enquanto for viva. Se no tempo de minha morte já não existir meu pai, ou se este não quiser aceitar a herança, instituo por minha herdeira a minha afilhada D. Francisca Luduvina da Costa Leal, casada com o Sr. Antônio Teixeira Bastos Leal. Deixo a esta minha afilhada, D. Francisca Luduvina da Costa Leal, a terça parte de meus bens, como em direito posso legar."

Essa verba testamentária responde a Brígido, ao escrever ter-se indisposto Ferreira com o pai, vindo a deserdá-lo. O certo é que este lhe sobreviveu, residente em Cordeiros, do termo de Niterói, e recebeu o que lhe tocou na herança.

Personalidade inconfundível, pois, a do eminente Boticário. Dessas que, *aere perenius,* o tempo não desgasta facilmente.

* * *

Morto Ferreira, estaria assegurada a continuação do traçado Paulet com as providências de Adolfo Herbster.

Pernambucano, nascido em 14 de maio de 1826, filho de suíço alemão, João Batista Herbster, e Luzia Margarida Herbster, de origem francesa, Herbster veio para o Ceará em 1855, desembarcando em Fortaleza a 29 de janeiro. Aos 29 anos de idade, por conseguinte.

Vinha contratado para servir como Engenheiro da Província, tendo firmado o contrato em 21 de novembro daquele ano. No seguinte, 1856, assumia a direção das obras pública gerais, para a qual fora designado pelo Presidente Francisco Xavier Paes Barreto. Essa designação foi confirmada pela Ordem do Tesouro n. 64 de 24 de novembro de 1858. Ganhava 2.400$000, anualmente.

Em sessão de 8 de janeiro do ano anterior ao dessa confirmação (1857), a Câmara Municipal de Fortaleza, considerando que o arruador Antônio Simões Ferreira de Farias "não pode desempenhar este lugar porque quase sempre está fora da cidade, ficando muitas vezes empatadas as obras dos particulares", — deliberou dispensá-lo, devendo contratar-se o Engenheiro da Província "para sê-lo também da Câmara, obrigado a cordoar e tudo mais que for concernente à sua profissão, mediante a paga de quinhentos mil réis."

E, efetivamente, Herbster substituiu ao velho Simões Ferreira, de nacionalidade portuguêsa e desde recuado tempo no exercício das funções de arruador e cordoador, uma espécie de arquiteto leigo. Muitos bons serviços lhe deve a Capital não somente pelo levantamento de cartografias, como a Planta da Cidade e Fortaleza de 1852, mas também pela construção de edifícios, de estradas e obras várias, entre estas a via Fortaleza-Maranguape e a ponte que ligava a Praça da Sé à Prainha, na "subida do Seminário."

Comentando a correção dessas plantas, João Brígido reconhece-o "homem de muita prática e capacidade."

Ninguém excedeu a Herbster em operosidade e fervoroso amor às coisas que a Municipalidade lhe confiava.

Brígido conheceu-o pessoalmente e o descreve — chamando-lhe engenheiro suíço de boa escola — como "homem de figura a mais correta e elegante, usando monóculo e vestindo grave e asseadamente, com paixão pronunciada pelo compasso e pelo esquadro. Era fanático pela simetria e nesta fazia consistir toda a estética, com o que tornou simpática a feição da cidade em via de crescimento."

"Adolfo Herbster — acrescenta — era de uma paciência inimitável, em se tratando de ordem e simetria dos arruamentos, e teve de haver-se com inexcedível longanimidade, desapropriando, medindo e alinhando, de modo a servir à beleza da cidade e fazer observar o plano Paulet, que devia dividir a futura povoação em paralelogramos." (6)

A prova maior disso, com efeito, está nas cartas de Fortaleza que traçou, tendo em mira a sua remodelação e, notadamente, a sua ampliação.

A primeira, de abril de 1859, levantada por ordem da Câmara e aprovada pela lei provincial n. 914, de 12 de setembro, está na escala de 4.800 palmos e 480 braças e se restringe ao "estado atual" da cidadezinha acanhada, vista por Agassiz com tanta simpatia. Sua população, computados os subúrbios, constituídos de tugúrios de palha, não ultrapassava de 16.000 habitantes. Casas de tijolo, alinhadas, apenas 690, das quais 80 eram sobrados.

A segunda, já a isto aludimos anteriormente, data de 1875. Intitula-se Planta Topográfica da Cidade de Fortaleza e Subúrbios, porém é, antes de tudo, um traçado expansionista: pretende disciplinar o crescimento da cidade, levando o sistema xadrez muito além da parte construída. Studart registra-a "de grandes dimensões", mas temos às vistas, para este nosso estudo, uma cópia de Osório Palmela, de 1927. A escala é ainda em palmos.

De 1888 é a derradeira, organizada pelao arquiteto no pleno gozo de sua aposentadoria. Planta da Cidade de Fortaleza Capital da Província do Ceará — é o cabeçalho. De grande dimensão e escala de 0,005 = 100 palmos. Conslida o enxadrezamento. Impressa em Paris, por Burk & Cie. Num dos exemplares, existente no Museu Histórico do Ceará, Herbster, a tinta, consigna as cotas de altitude de vários pontos da cidade. Também naquele Museu se guarda, na Sala da Cidade, a plancheta de trabalhos do ilustre cartógrafo, oferta do Dr. Jaime Câmara, que a obteve da família Herbster. É excelente peça de Adolfo Herbster na sua acendrada procupação de sistematizar a capital cearense.

Ainda outros mapas deixou ele: a Planta da Povoação de Arronches, Planta do Porto da Cidade de Fortaleza, 1887, e a planta cadastral dos terrenos foreiros a N.S. do Rosário de Fortaleza.

Herbster era também um daqueles que pedem tudo a si próprio e nada pedem aos outros, no conceito de Fiessinger. Compôs com o maior

(6) *Edificação de Fortaleza*, transc. em *Unitário*, ed. de 14 de julho de 1948.

desprendimento diversas comissões de alta importância na administração da Província.

São de sua autoria, outrossim, os planos e desenhos do Paço da Assembléia Legislativa (hoje Plaácio Senador Alencar, sede da Academia Cearense de Letras), cujas obras inicialmente (1856), estiveram sob a responsabilidade do empreiteiro Joaquim da Fonseca Soares e Silva. Interrompidas mais de uma vez, acabaram entregues exatamente a quem as havia projetado. De fato, em 1867, Herbster contratou com o Governo os serviços finais de carpintaria, marcenaria, pintura, estucamente, decoração e alvenaria dos pavimentos térreo e superior do prédio, que foi concluído em março de 1871. (7) Em 4 de julho seguinte, podiam os legisladores proviciais sentar-se nas cadeiras de sua nova sede, condigna e própria, após tantos anos de desconforto, quando funcionava a Assembléia em casas emprestadas e inadequadas.

Quando de sua instalação, em 7 de abril de 1835, pelo Presidente José Martiniano de Alencar, localizara-se em prédio da Praça da Sé, no qual mais tarde esteve a casa Singlehurst & Cia. e que, presentemente, de todo reconstruído, pertence aos herdeiros do Dr. Virgílio de Morais (Rua Crato entre a Praça da Sé e a Rua Gen. Bezerril). Nas palavras do Presidente Dr. Joaquim Vilela de Castro Tavares, "mais parecia edifício destinado às sessões de alguma municipalidade de aldeia". Em 1859, mudou-se para o Paço da Câmara Municipal (Intendência), na Praça do Ferreira, hoje demolido.

Adolfo Herbster consorciou-se a primeira vez com Henriqueta Maria de Almeida, falecida em 28 de maio de 1866, e a segunda, com Filismina Lopes. Do primeiro leito, ficaram 5 filhos, sendo primogênito o Dr. Adolfo Herbster Júnior, engenheiro que viveu em Minas Gerais.

Faleceu no dia 12 de novembro de 1893, em Fortaleza. Morreu esquecido o notável continuador do Boticário. Os jornais da época mal noticiam a sua morte. O Barão de Studart, nas suas tão minuciosas *Datas e Fatos*, deixa em branco a data do seu desaparecimento.

Não foi o primeiro, nem será o último dos benfeitores que a ingratidão reduz a cinzas, como a cinzas ou ao pó a terra tudo reduz. Só em 1932 veio a o seu nome figurar na placa de denominação duma rua, homenagem um tanto prosaica. Foi por nós lembrado, quando exercíamos as funções do cargo de Prefeito de Fortaleza.

---

(7) *Relatório*, apresentado, em 1867, pelo Diretor das Obras Públicas, Engº José Pompeu de Albuquerque Cavalcante.

9 — ECONOMIA E COMÉRCIO

Não seriam tomadas muitas páginas se quisessemos descrever a indigência econômica de Fortaleza até 1700, era do advento da decisão régia que livrou o Ceará da tutela de Pernambuco.

O comércio direto com Lisboa e depois com outras praças da Europa seria a grande mola de animação da vida da Cidade.

Engrossaram as trocas mercantis com os lucros dos negociantes locais, fortalecendo o lastro da riqueza. O algadão, por via de estimulantes financiamentos, notadamente os de Antônio José Moreira Gomes, entrou como peso substancial na balança das exportações. Deve-se, de fato, a esse rico português o surto verificado na produção da preciosa malvácea pois desde 1777 ele vivamente por ela se interessava, como efeito negociável.

As lutas da independência dos Estados Unidos fizeram interromper a exportação norte-americana, e viu claramente Moreira Gomes que o mundo gritava pelo produto, tendo de ir, pressuroso, buscá-lo onde ele estivesse. A revolução industrial européia, por outro lado, o requereria, fosse como fosse. Além disso, sabia, por experiência, das boas condições do solo e clima do Ceará para a cultura algodoeira.

A Inglaterra não demorou a consumir o algodão brasileiro. No Ceará, instalaram-se Casas de Inspeção do ouro branco, inaugurada a de Fortaleza em junho de 1802. Era medida imprescindível para a garantir-lhe a limpeza, isentando-o da cavilação das jaças e pesos.

Ao porto de Mucuripe chegavam mais navios, na maioria britânicos, em busca da pluma, "preferida sobre todas as demais deste continente pela belíssima qualidade, alvura e asseio." Vinham carregados "de escravatura, açúcar, farinha, cachaça e outros gêneros de consumo."

A firma Barroso, Martins, Dourado & Carvalho, de Londres, a fim de melhormente conhecer as possibilidades do comércio, mandou para cá o sócio Lourenço da Costa Dourado, prestando-lhe os mais assinalados benefícios. Valiosíssimos, na verdade, os serviços deste comerciante à economia cearense.

Em 1811, funda-se o primeiro estabelecimento de negócios estrangeiros, com o objetivo de manter intercâmbio direto com o velho Mundo; quem o dirige é o irlandês William Wara e este é quem inicia uma fase de manifesta influência inglesa no desenvolvimento sócio-econômico da cidade. O melhor

que esta usa, come e veste vem agora das Ilhas Britânicas. Lojas e armazéns importantes ostentam os nomes, nas tabuletas e fachadas, gravados em língua inglesa.

Depois de Wara, aí por 1830, vem Robert Singlehurst, organizador da empresa R. Singlehurst, de entranhadas raízes na movimentação da riqueza no Ceará, tendo chegado, como chegou, até mais recentes dias, através de modificações que atingem mais a sigla ou denominação, do que a sua estrutura. Popularmente conhecida como Casa Inglesa, foi sucessivamente, Singlehurst Corlett, Singlehurst & Cia., Horldess & Salgado, Salgado & Roggs e terminou com a razão de Salgado S.A.

Consgina o cronista Hugo Vítor que, em sessão de 26 de janeiro de 1882, propôs o vereador Coelho da Fonseca, à Câmara Municipal, dar-se à Rua do Chafariz o nome de Singlehurst, em homenagem à casa comercial que, segundo os termos da proposta, "faz mais de meio século foi estabelecida nesta cidade pelo cidadão inglês Robert Singlehurst e ainda continua por seus sucessores e herdeiros." Justificava a sugestão, alegando terem sido eles "os principais iniciadores do desenvolvimento que tem tido nossa agricultura, já mandando vir maquinismos e entregando-os aos lavradores a longo prazo, já fazendo adiantamentos de dinheiro e animando, assim, o trabalho."

Aos Singlehurst seguem-se John William Studart, Henry Ellery, Alfred Harvey e outros, aqui aportados na década de 1840.

John William esteve pela primeira vez em Fortaleza no ano de 1842. Matriculou-se no Livro de Registro de Estrangeiros, declarando a profissão de caixeiro e pretendendo vir para o Brasil com o fito de exercê-la. Em 1845 voltou, já comerciante, e passou a exercer saliente papel no meio das classes laboriosas da terra, alcançando o maior relevo social e casando-se com D. Leonísia de Castro Barbosa. "Entroncava-se John William Studart na velha e respeitável cepa dos Castros, família das mais antigas e dignas que conta o Ceará e que se vem projetando no cenário político brasileiro desde os tempos da colônia."

É ele o tronco da Família Studart, do Ceará, de notável presença nos fastos cearenses pelo valor intelectual e social de seus integrantes, e cuja máxima expressão bem cedo se firmaria no vulto inconfundível do Barão de Studart (Guilherme Studart), o laureado e incansável cultor da nossa historiografia.

Ao lado das de John William, floresceram as atividades comerciais de Henry Ellery, este no ramo de exportação e importação em larga escala, com armazéns na Rua da Alfândega e trapiche próprio para os seus embarques e desembarques. Constituiu prole ilustre, casado que foi com D. Ana de Castro Saldanha, filha de João José Saldanha Marinho, e neta pelo lado materno, do Capitão-mor Antônio de Castro Viana, proprietário das casas que, mediante sucessivas reformas, se transformaram no Palácio da Luz. Era natural de Londres e chegou a Fortaleza em 8 de fevereiro de 1843, depois de residir no Recife desde 1835. Completava o seu comércio com a indústria de carnes secas, montando a sua oficina ou *charqueada*, na Rua da Palma n. 50, correspondente aos números atuais 260 a 272, da Rua Major Facundo. O seu

trapiche ou embarcadouro, vulgarmente conhecido por "trapiche do Ellery", ficava na antiga Rua da Alfândega, hoje Dragão do Mar. Em frente à igrteja da Prainha, em baixo na barranca. Morreu Ellery muito moço, aos 33 anos de idade.

Inúmeros outros ingleses tiveram atuação no comércio da Capital. Mantinham lojas e empórios e exerciam, na sociedade, as melhores relações de ordem mundana, concorrendo para melhorar os costumes e a civilidade. Alfred Harvey, falecido em 1845, Richard P. Hugges, John Foster, John W. Graff, Charley Hardy, afora vários mais, tornaram-se opulentos comerciantes e projetaram-se, igualmente, no meio social. Hugges é o presidente da primeira Associação Comercial da Praça do Ceará, criada em 1868, e da União Cearense (Clube Cearense), a mais brilhante mostra de grêmio recreativo (dança, música, jogos lícitos, conversações e leituras). Do Clube faziam parte Adolfo Hoerth, Carlos Corlett, Hugo Seeling, James Sutcliffe.

Apesar de luso de nascimento, é puro inglês de educação e interesses comerciais José Smith de Vasconcelos — o 1º Barão de Vasconcelos, de casa aberta em Fortaleza (1836), com filial em Liverpool. Enormes, a sua irradiação social e o desenvolvimento de seus negócios. Nascido em 1817, faleceu ewm 1903, no Rio de Janeiro. Em 1869, dera-lhe o governo português o título de Barão. Casado com uma cearense — D. Francisca Carolina Mendes da Cruz Guimarães, nascida em Canindé, a 31 de dezembro de 1814, filha do Capitão-mor José Mendes da Cruz Guimarães e de D. Amélia Rosa do Nascimento Moreira, e falecida, em Liverpool, a 4 de agosto de 1873. Chegou Smith ao Ceará com 18 anos, em 1836, e estabeleceu-se em Fortaleza, onde abriu o estabelecimento que denominou *Bom Sertanejo*, limitado ao comércio de secos e molhados. Tão razoáveis eram os preços, nos seus balcões, que mereceu ser geralmente chamado Zé Barateiro. Depois, com as prosperidades alcançadas, passou ao comércio de fazendas, artigos de armarinho, objetos de luxo, porcelanas, cristais, tapetes, tudo importado diretamente de praças européias. Conservou sempre a mercearia, onde se encontravam finas conservas e superiores vinhos e licores estrangeiros. Melhorou o preparo do pão na Capital, mandando vir, para a padaria que montou, os maquinismos apropriados à preparação de biscoitos e da massa utilizada em diversas variedfades de pão, ainda não conhecidas em Fortaleza. Data de desembro de 1853, no Ceará, o fabrico do pão "de Provença", no que era exímio o padeiro Francisco Marques de Figueiredo. O povo passou a chamar o pão dessa padaria, qualquer que fosse o tipo — "pão de máquina". O Barão de Vasconcelos foi elemento de primeiro grau na alta sociedade de seu tempo: "filantropo, accessível a toda gente, democrata mesmo, sem, todavia, consentir que lhe não respeitassem a linha que o colocava no nível superior em que sempre se manteve. Seus filhos, moças e rapazes, receberam esmerada educação e foram mandados a aperfeiçoar-se nas principais capitais européias." (1) Um desses filhos — Rodolfo Smith de Vasconcelos, nascido em Fortaleza, foi o 2º Barão de Vasconcelos. Associando-se ao genro, Richard P. Hugges, passou José Smith a dar à firma a razão de J. Smith de Vasconcelos & Hugges,

(1) R.I.C., v. 49, p. 114.

mofificando-a depois para J. S. Vasconcelos, Hugges & Cia. Na Inglaterra, denominou-se Vasconcelos, Ridgway & Co. O sócio Rigdway (Frederick Joseph) era também seu genro.

Liverpool fez-se o mais movimentado centro de trocas da praça de Fortaleza, que só mais tarde se foram estendendo a Hamburgo, ao Havre, a Nova York, Barcelona e Trieste.

As transações do Ceará com portos estrangeiros cresciam satisfatoriamente, graças a essa interferência albiônica. As entradas e saídas de 1858 a 1863 cresceram de 65%. De 1863 a 1868, o aumento foi de 75%. A navegação de longo curso, em 1858, era feita por 25 navios e, em 1866, por 65, quase uma triplicação, em dez anos. A de cabotagem identicamente se avolumara. Em 1858, desceram âncora no porto de Fortaleza 243 embarcações e, no exercício de 1867-68, para mais de 300. Na tonelagem total, o acréscimo, no aludido decênio, foi de 150%.

As companhias Booth Steam Co. Ltd., em 1866, e a Red. Cross Line of Mail Steamens, em 1869, ambas de Liverpool, vieram assegurar vitoriosamente esses resultados. Desde dezembro de 1858 haviam entrado a servir o porto os navios da Companhia Maranhense, que em 1860 melhora os seus serviços, em virtude de contrato com o governo da Província (3 de abril).

Inglesa é a companhia que explora o serviço de abastecimento dágua da cidade — a Ceará Water Work Co. Ltd., incorporada em 1863, bem como a que tem a seu cargo a iluminação pública e particular — a Ceará Gás Co. Ltd., organizada em 1865. Ingleses, por esse tempo, os títulos de muitas lojas e bares pertencentes a brasileiros, tais como Casa Manchester, Túnel de Londres, Ship Chandler, Casa Reeckell. Até mesmo o que importávamos de Lisboa era... *made in England*, observa o citado Hugo Vítor. "A própria moda impunha os seus caprichos ao Ceará, segundo os modelos da ofuscante corte da Rainha Vitória, chegados através do afamado figurino de Londres — *Young Ladies Journal*" (2).

Ganha precisão de contornos a nova função da Cidade — a *função comercial*, fundamentada em tão indisfarçável prosperidade.

Ainda em 1841, manifestara-se, sobre ela, dessa forma, o pastor protestante americano, Daniel Kidder: "a cidade é inteiramente construída sobre areia. Se andamos a pé, a areia incomoda os pés! se o sol está quente, ela nos queima e, se sopra o vento, a areia enche-nos os olhos. São de areia os leitos das ruas e o passeio lateral, com exceção dos pontos pavimentados com lages ou tijolos. Quer se saia a pé, a cavalo ou em algum veículo, a areia nos incomoda sempre! E não raro são necessários dez bois para um só carro."

Mas, em 1857, começaram os calçamentos a defender os pés dos fortalezenses contra a quentura das areias, conquanto ainda feitos de pedra tosca, por operários sem a devida habilitação. Para melhorá-los, no ano seguinte é que o Presidente Silveira de Sousa mandou contratar calceteiros das ilhas dos Açores, por intermédio do negociante João Antônio do Amaral. A pedra era a grês ferruginosa, muito abundante no Mucuripe.

Os zelos do Boticário Ferreira, desde 1843, encaixilhavam, rigorosamente, nos quadrados dos quarteirões, as casas que se iam construindo, já

(2) Crônica do jornal "O Povo", de Fortaleza.

obedecendo a arquitetura a linhas mais ousadas, no que era fator principal o trabalho desprendido do mestre de obras, Francisco de Paula Tavares Coutinho. "Era Tavares Coutinho um acabado professor de arquitetura — transmite-nos o historiador Cruz Abreu. Sem estudos regulares, era chamado sempre a dar a sua opinião, tida em muita conta em assunto dessa especialidade. Nunca houve a lamentar-se erro em planta ou execução que se lhe confiasse. Com desprezo natural a vantagens materiais, trabalhou dezenas de anos na construção da cidade, identificado sempre à sua pobreza. Atento, porém, à perfeição de seu trabalho, muitos dos mais antigos prédios de Fortaleza de hoje constituíam o início de uma fase de renovação na arquitetura urbana, inaugurada por Tavares Coutinho. A cidade era quase toda de casebres. Na maioria das ruas, só se encontravam casas baixas e estreitas, de porta e janela, sem rótulos ou persianas. Era o tipo comum da edificação. Os sobrados, em número limitado, considerados residências nobres, eram, de fato, ocupados pela gente de boa situação financeira. Mesmo desses proprietários, muitos havia que preferiam levantar casas de um só pavimento, talvez por influência, ainda, do conceito errôneo, que prevaleceu em Fortaleza, por muito tempo, enquanto se desenvolvia a cidade, na sua primeira fase — que o solo em que se edificava não oferecia resistência a prédios de mais de um andar. Conceito errôneo esse, posto em formal descrédito pelo Tenente-Coronel Conrado Jacó de Niemeyer, ouvido sobre o plano da edificação do sobrado do Comendador Machado, um dos mais antigos situado na Rua do Major Facundo, num dos ângulos da Praça do Ferreira. O que, porém, perpetua o nome de Tavares Coutinho é o edifício da Sé e o cruzeiro que lhe estava em frente. É nesses dois monumentos hoje desaparecidos, onde andaram as mãos habilidosas do artista, que se encontraram os traços supremos de sua arte, desprovido ele de qualquer aperfeiçoamento que lhe pudesse ter trazido um curso regular de estudos técnicos. Sua familiaridade em outros ramos das Belas-Artes atestava que Coutinho nascera artista." (3)

Nada disso, entretanto, valeu para que a cidade o homenageasse, sequer com o nome dum modesto logradouro. Esqueceu-o como as cidades a muitos esquecem, achando melhor dar honras públicas a suspeitos valores. Morreu Tavares Coutinho acometido de febre amarela, sem poder trabalhar. "Vinha vivendo em paz com a sua tísica."

O progresso da cidade, era, agora, evidente.

Nessa época, visitou-a o sábio Agassiz, o afamado autor de *A Journey in Brazil* (1865-1866), que pôde escrever esta impressão: "Gostei do aspecto da cidade do Ceará. Agradaram-me as suas ruas largas, limpas, bem calçadas, ostentando toda a sorte de cores, pois as casas que as ladeiam são pintadas dos mais ousados tons. Aos domingos e dias de festa, todas as sacadas se enchem de alagres *toilettes* e grupos masculinos enchem as calçadas, conversando e fumando. Ceará não tem esse ar triste, sonolento de muitas cidades brasileiras. Sente-se, aqui, movimento, vida e prosperidade. Fora da cidade, o traçado das ruas se continua através dos campos, que belas montanhas limitam ao longe. Na frente da pequena cidade corre uma

(3) R.I.C., v. 48, p. 182.

extensa praia, e o barulho do mar, batendo nos recifes, chega até o quarteirão central.''

Depoimento sereno de um espírito supeiormente culto e observador. É o primeiro elogio dessa tão característica claridade da capital cearense, que não tardará a receber o qualificativo de *Princesa do Norte*.

As casas baixas, proletárias, de beira e bica, paredes de taipa e, também, as mais presunçosas, de beira e sub-beira, portas lisas e sem bandeirolas nem persianas, aos poucos eram substituídas por outras mais elegantes e burguesas, de cimalhas e cornijas, com fachadas artísticas, de frontões ogivais, varandas ou balcões de ferro, quais as sacadas onde se postavam as moçoilas que Agassiz viu em elegantes tualetes.

Multiplicavam-se os sobrados, quebrando a horizontalidade da capitalzinha. Todavia, é flagrante a ausência do azulejo, raras as frentes que ele reveste, ao contrário do Aracati, onde predomina, atestando a opulência de uma aristocracia bem nutrida pelo criatório.

Às vantagens decorrentes do amiudamento dos navios ao seu porto, descarregando mercadorias *de fora*, já corresponderiam outras, resultantes da sua aproximação, como cidade consumidora, da economia dos sertões e das serras produtivas.

O seu *changing environment* a cada passo recebia mais a ação modificadora do homem, mais apercebido de meios e recursos; e então um corretivo mais eficiente — a linha-férrea, igualando-se às estradas dos rios, passou a injetar mais sangue nas suas veias de circulação emperrada. Com a estrada de ferro, mais facilmente a cidade punha mão sobre fontes de produção que antes lhe fugiam, à falta de comunições favoráveis. As locomotivas fumegantes trouxeram-lhe ao alcance os produtos das montanhas de Maranguape, Pacatuba e Baturité, celeiros que supriam, em quantidade e qualidade, a deficiência dos abastecimentos vindos dos *tabuleiros do Ceará* (Aquirás, Cascavel, Pacajus).

Em 1872, quando se iniciou a Estrada de Ferro de Baturité, unindo mais rapidamente o litoral ao sertão, o recenseamento de Fortaleza havia acusado uma população de 21.372 almas.

As pontes de Caucaia, sobre o rio Ceará, começadas desde 1845, tinham sido concluídas em 1859, e facilitavam os transportes em busca da Serra de Uruburetama, outro celeiro da fartura.

10 — ÁRVORES QUE FALAM

Na paisagem natural, é o manto florístico o elemento mais impressionamte. É a árvore, com o seu verde dos mais diferentes tons, com as suas mais variegadas flores e os seus frutos, que lhe imprime maior destaque e beleza. No livro da Natureza, a árvore é a poesia — disse Vitor Hugo.

Cantam-na os poetas e enaltecem-na as páginas da prosa em ditirambos de verdadeiro culto, felizes de sua sombra protetora e suavizante, da sua majestade estética, da delícia dos seus aromas, dos pomos saborosos que dadivosamente oferece.

— ''Porque na festa alvissareira das tuas florescências há sutis enleios nupciais, e vêm destes os frutos e as sementes e, assim, te reproduzes e multiplicas, levando, depois, aos seres animados o regalo e as alegrias da abundância.

''Porque te ergues para os céus e dos céus recebes os beijos de luz e, assim, trazes a tua pompa e a tua alegria, vida e encanto às matas e às paisagens, e inspiração e lirismo ao pensamento e à arte'' (Eduardo Girão).

Na imensa orgia vegetal da Terra, desde os dias bíblicos, árvores há que têm influído mais fortemente nos sentimentos humanos: desde a rosácea do pecado original, em que a serpe astuciosa se enroscou, até a figueira de Jerusalém, de cujos galhos penderia o corpo do Iscariote, punindo-se da traição suprema.

Para o dia da Cristandade foi a árvore que, saída dos costumes nórdicos e germânicos, se universalizou com o emblema dos júbilos dos corações, nas glorificantes e sublimes homenagens à Criança Divina. Assim como a árvore feita lenho a eviltada na cruz da expiação de criminosos, para numa delas um dia ser pregado o Cristo, é que a Fé católica tirou o sinal eminente do seu maravilhoso simbolismo.

O tão injuriado pragmatismo dos norte-americanos espitualizou-se no amor da árvore, dedicando-lhe, anualmente, solenes festas, até que o *Arbor Day* também se fizesse universal. A instituição do Rotary, de nascimento ianque, planta, por ocasião dos seus maiores regozijos , uma *árvore da Amizade*, com que pretende lembrar aos seus adeptos os deveres da estima internacional: porque sendo o lema rotário o *servir*, ninguèm mais serve, e desinteressadamente, do que a árvore. Será a árvore plantada ''um estímulo aos rotarianos para que a imitem em sua bondade, admirem-na em sua

pureza, tirando para si e para a sociedade as lições meritórias que dela promanam."

No Olimpo multideísta, numa tarde mitológica resolveram os deuses eleger uma árvore, que cada um tomasse a si proteger e guardar: e Jupiter escolheu o frondente carvalho, Hércules o donairoso álamo, Vênus o mirto com que se coroariam, daí por diante "as estátuas dos heróis." A videira foi a preferência de Baco... Minerva, todavia preferiu a tarda oliveira, pois que produz copiosamente frutos úteis — confessou a divindade da Soberania, no que lhe deu razão o ferétrio soberano, reconhecendo que, de feito, "se em nossas ações não encontrarmos um benefício, será disparate praticá-las por vanglória."

A certas deidades consagrava-se, às vezes, uma floresta inteira. Entre os povos da Germânia antiga, era adorada o irminsul, árvore do ídolo Irmino que, de tão gigantesca, devia reger o Universo: ao lado da árvore, levantava-se a estátua na montanha de Eresberg. Segundo o Atarva-Véda, o mais recente dos quatro livros sagrados dos hindus, da grande árvore Sckamba são deuses os galhos, como que signicando a fragmentação ou desdobramento do próprio Brama, criador dos seres.

Muitos países têm a sua *árvore sagrada,* objeto de reverência religiosa, e outros fizeram da árvore o seu brasão nacional, como o cedro do Líbano. As cerejeiras caracterizam o Japão. Entre nós, o pinheiro é símbolo do Paraná e a carnaúba, do Nordeste. Como típica significação da resitência do nordestino, estamos sempre, e com justo fundamento, a invocar o juázeiro, de fronde tanto mais verde e amiga quanto mais diversos e indiferentes ao sertanejo lutador se mostram os rigores friamente azuis do céu e as negaças da terra calcinada:

"E assim faustoso e vivo, em meio à morte e ao luto,
acenando, de longe, é promessa, é carinho
aos olhos de quem foge, acaso, ao sertão bruto."

(Júlio Maciel)

Por vários motivos certas árvores se tornaram famosas e outras curiosamente célebres, relembradas pela História ou pela tradição, como o carvalho de Guernica, na Espanha; o loureiro plantado por Petrarca, no século XIV, sobre o túmulo de Virgílio; o castanheiro do Etna, na Itália, que abrigou contra as tempestades a rainha Joana de Aragão; a palmeira de D. João VI, por ele plantada no Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Fortaleza teve as suas, que ainda não se perderam de todo na distância dos tempos. Ainda falam à alma daqueles que sabem volver o olhar e, com indizível encanto e saudade, podem distinguir as coisas através das brumas longíquas do passado.

A primeira de que se guarda memória e que inúmeras benesses ofertou à pobre gente da vila, nos fastos do século XVIII, foi a *laranjeira do Quartel*, crescida ao lado da capelinha que os soldados do Forte ergueram ali. Não se sabe quem lhe meteu na terra a semente, nem como desapareceu. Apenas João Brígido lhe faz esta referência: "Havia uma laranheira, objeto de veneração pública, à qual punham uma sentinela e chamavam de São Gonçalo."

Desconhecemos outra qualquer informação acerca do *citrus* prestimoso que, pelos modos da notícia, de gendarme postado à sua sombra, não recebia, como tantas irmãs, as pedradas dos meninos e moleques. Devia existir causa para aquela veneração pública.

Muito mais se sabe da vida do *cajueiro do Fagundes*. Também de renome, porque serviu de açougue para os habitantes da Capital. Dele veio o nome da viela — rua do Cajueiro, da qual se formou a atual Rua do Pocinho.

A história do cajueiro do Fagundes não é pacífica, como pacífica não foi a sua existência.

Gustavo Barroso tem uma versão, menos sua que do seu velho mestre-escola Lino Encarnação, que lha transmitiu, e ele o diz no seu *Coração de Menino*.(1) Recua o fato para os fins do século XVIII, fixando-o em torno de Luís da Mota Féo e Torres, oficial da marinha portuguesa, que foi governador do Ceará nos dez anos coloniais de 1789 (9 de novembro) a 1799 (21 de agosto). Teria passado por homem impulsivo e brigão ou, como imputa Brígido, homem de grande avareza e espírito tacanho; ou ainda, na opinião do Conselheiro Alencar Araripe, Capitão-mor fraco e sumamente tíbio no governo, — se não fora a defesa do Barão de Studart, que imparcialmente afirma: embora o haja a plebe enxovalhado com canções ridículas e epítetos obscenos, "administrou procurando realizar alguma coisa em favor da Colônia e corresponder às instruções dos que o enviaram a ela." (2)

"Nesse tempo — escreve Gustavo — Fortaleza era antes uma aldeia do que uma cidade. Pequenina e pobre, não tinha calçamento nem iluminação. Onde hoje se acha a Praça do Ferreira, aberta pelo farmacêutico desse nome, que foi o reformar da cidade quando intendente municipal, no meado do século XIX, existia uma linha de casas com o nome de beco do Cotovelo, em cuja extremidade se encontravam três ruas.

A que levava para o lado do Garrote, ainda hoje denominada rua do Cajueiro, era, em certo ponto, ensombrada por um grande e belo cajueiro que, todos os anos, já no mês de setembro, se cobria de flores e maturis. Ao pé do cajueiro, ficava a casa do Fagundes, que fornecia carne à população. Matava as reses, esfolava-as e esquartejava-as à sombra do cajueiro, considerado por toda a gente o seu açougue.

---

(2) Obr. cit., p. 37.
(2) R.I. C., v. 4, p. 39.

Ora, certo dia, ao passar o Sr. Governador Luís da Mota Féo e Torres por ali, galopando no seu cavalo, um galho baixo da árvore arrancou-lhe o chapéu de três bicos e com tope, atirando-o ao chão. O Fagundes, em mangas de camisa, tomava fresco à porta de casa. Luís da Mota gritou-lhe:

— Apanhe esse chapéu!

O Fagundes nem se moveu. Era um homem do povo, inculto e rude, mas digno e altivo. Não tinha alma de escravo e não servia de lacaio a ninguém, por mais poderoso que fosse. Se lhe pedisse o favor de apanhar o chapéu, fá-lo-ia risonho, com prazer; porém mandado, nunca! O Governador insistiu na ordem e ele manteve-se impassível. Então, o outro esporeou o cavalo até junto dele e disse-lhe em tom ameaçador:

— Não me apanhas o chapéu, vilão duma figa, pois ia sómente mandar cortar o galho baixo do cajueiro; agora vou pô-lo no chão e adeus açougue!

Tocou-se para o palácio, que era então aquela casa muito velha e suja, baixinha e metida dentro duma muralha com enormes portões, na rua de Baixo, junto ao Mercado da farinha.

No dia seguinte, vieram os homens do Governador com seus machados, deitar abaixo o cajueiro. O Fagundes protestou. Bota! Não bota! À frente de seus magarefes armados de facas, o Fagundes expulsou-os.

Voltaram acompanhados de soldados. Já o Fagundes lançara pela pacata vila o brado da revolta.

Acudiram em seu auxílio os açougueiros do Garrote, os flandeiros da rua da Boa Vista, os merceeiros da rua Formosa, os carapinas da rua de Baixo, os ferreiros da rua do Quartel, até os pescadores da Prainha, todos os que tinham um profissão no lugar. Traziam pistolas e bacamartes. A tropa carregou-os. Então, levantaram trincheiras na encruzilhada das três ruas e abriram fogo contra ela, que recuou. Daí os nomes das três ruas perpetuando o episódio: rua do Cajueiro, das Trincheiras e do Fogo.''

Brígido conta a história doutra maneira: ''No sítio ocupado até pouco tempo pela casa em ruínas do sr. Guilherme Miranda, agora n. da rua Sena Madureira, em frente ao muro do palácio do Governo, havia um cajueiro, também célebre, que servia de açougue da vila. E dele que procede o nome da rua, cuja extremidade ocidental vai ter à Praça do Ferreira, rua que foi, em começo, estrada para Arronches. O almotacé da vila mandou derribar esta árvore. Opondo embargos, o Capitão-mor Antônio José Moreira Gomes, alegando ser ela o morador mais antigo da povoação, seguiu-se uma demanda que deu ocasião à Relação da Bahia mandar conservar o venerando cajueiro, que assim veio morrer de velho.'' (3)

Esse Moreira Gomes era português e o homem então, mais abastado de Fortaleza: ''o homem de maior representação da Capitania, consideràvelmente rico, e muito estimado dos seus conterrâneos'' nas palavras de Studart. Notável pelo o seu espiríto de iniciativa, a ele deveu o Ceará o desenvolvimento do ainda seu mais acatado produto expotável — o algodão. Descobriu-lhe a impotância na economia cearense, financiou os seus plantios em larga escala, ensinou aos agricultores o processo de construir

(3) Ceaará — Homens e Fatos,, cit., p.

engenhos para o descaroçamento e o modo de ensacá-lo e, vitorioso nos seus desígnios, encheu da malvácea os seus navios, em constantes viagens para a Europa. Viera para o Ceará em 1777 morreu vítima de um tiro desfechado por um seu escravo, em 1823, numa das suas fazendas em Canindé, em cuja matriz foi sepultado, "nas grades acima envolto em hábito branco", como era de praxe e direito enterrarem-se os homens de alto conceito.

É visível o conflito entre as informações do Prof. Lino e as de Brígido, mas também indiscutível é que o cajueiro-açougue se livrou do machado oficial e pôde viver muito ainda no sua função de servir o povo que o defendeu.

O mesmo Brígido, um tanto vagamente, localiza-o no sítio em que esteve uma casa em ruínas pertencente ao Dr. Guilherme Miranda, na rua Sena Madureira, em frente ao muro do palácio do Govêrno. O cronista João Nogueira trata do assunto na sua *Fortaleza Velha* (4) sem, por sua vez, precisar melhormente o local. Apenas contesta que a casa a que Brígido alude fosse do Dr. Guilherme, pois, na verdade, era propriedade do sogro deste — o Cel. Manuel Caetano de Gouveia, outro português opulento que se radicou no Ceará e exerceu enorme influência econômica e social em Fortaleza.

Mais seguramente, será possível afirmar que o cajueiro estava situado na chácara do Cel. Gouveia, marginal do Pajeú, a qual tinha início no Beco do Pocinho e se estendia até a lagoa do Garrote. Fazia canto com o Beco e a rua Sena Madureira, estendendo-se para o sul. Em época mais recuada fora de Ana da Costa Porto, senhora rica sobre quem a malícia de Brígido jogava a suspeita de Bocage em relação a Dido, às voltas com o soldado Enéias, tal qual aquela vivia em aproximações com o major do Exército, de alcunha Ferreira Descampinado.

Se morreu de velha arvoreta do Fagundes, não teve essa boa sorte o *coqueiro do Palácio*.

O coqueiro da Bahia desde cedo chegou ao Ceará, trazido pelos primeiros colonizadores. Pero Coelho, em 1603, veio com alguns cocos, que plantou num morro, quando perseguia a meta da Ibiapaba. Narra Frei Vicente do Salvador, na sua pinturesca *História do Brasil* (Cap. 38), que, de retorno, Coelho de Sousa veio dar novamente a esse "outeiro a que chamavam dos Cocos, porque uns sete ou oito que plantaram, à tornada os viram nascidos com muito viço."

O *coqueiro do Palácio* ou, mais precisamente do largo do Palácio (Praça General Tibúrcio), pode ser considerado uma árvore *política*. Nasceu sob o signo do partidarismo e foi a baixo ao calor duma reação partidária.

A queda do imperialismo de Pedro I fez vir à tona, no Ceará, as rebeldias derrotadas de 1817 e 1824, até ali em fogo morto, só aquecida na confiança à boa estrela do Pe. José Martiniano de Alencar. Mas foram tomando alento os *republicanos* ou patriotas, a ponto de prepararem, para sair no dia 13 de maio de 1831, o jornal Cearense Jacaúna, em oposição ao Semanário Constitucional, que circulava desde 4 de dezembro de 1830, em defesa da situação governista da família Castro e Silva.

(4) Editoora do Instituto do Ceará, Fortaleza, 1954, ps. 99 — 105

Nesse mesmo dia 13 de maio, atrasada de mais de um mês, sabe-se da nova da Abdicação, com o que se protela para o dia 25 a distribuição do periódico, em ostensiva adesão ao movimento de 7 de abril.

Entusiasticamente festivo esse dia 13 em Fortaleza, a que não faltou, *mirabile dictu!*, a solidariedade do Semanário, em cujas colunas os constitucionalistas do Governo registravam: "No dia 13 do corrente mês, com a chegada do brigue inglês *Atlas*, tivemos a faustíssima e inesperada notícia de que a tropa e o povo do Rio de Janeiro, já não podendo mais suportar o jugo do partido recolonizador, lançaram mão das armas e, sem derramar a mínima gota de sangue, fizeram baquear este antinacional e desumano partido, protegido pelo Gabinete Secreto de Pedro I, ex-Imperador do Brasil, que abdicou da coroa em favor de seu filho Pedro II, nosso amado Príncipe Brasileiro e hoje aclamado Imperador do Brasil."

Reunião em Palácio, tiros de artilharia, vivas impetuosos, cânticos patrióticos, iluminárias por toda parte, durante três dias, revolveram o civismo da cidade.

Entre todos esses festejos — uma solenidade inédita: João Carlos da Silva Carneiro plantava, no largo do Palácio, um coqueiro, para servir de memória ao grandioso fato. "No terceiro dia, tornou-se ainda mais brilhante a festa, porque duas brasileiras, filhas do Sr. João Carlos, acompanhadas de seu pai, e mano, e de grande número de Cidadãos, se dirigiram a um pé de coqueiro, que seu pai, na primeira noite, tinha plantado na frente do Palácio, para servir de memória, com seus púlcaros dágua, com que regaram o coqueiro, cantaram o Hino Constitucional e entoaram os vivas já mencionados, lendo-se, no semblante de todos, a alegria que reinava em seus corações." (5)

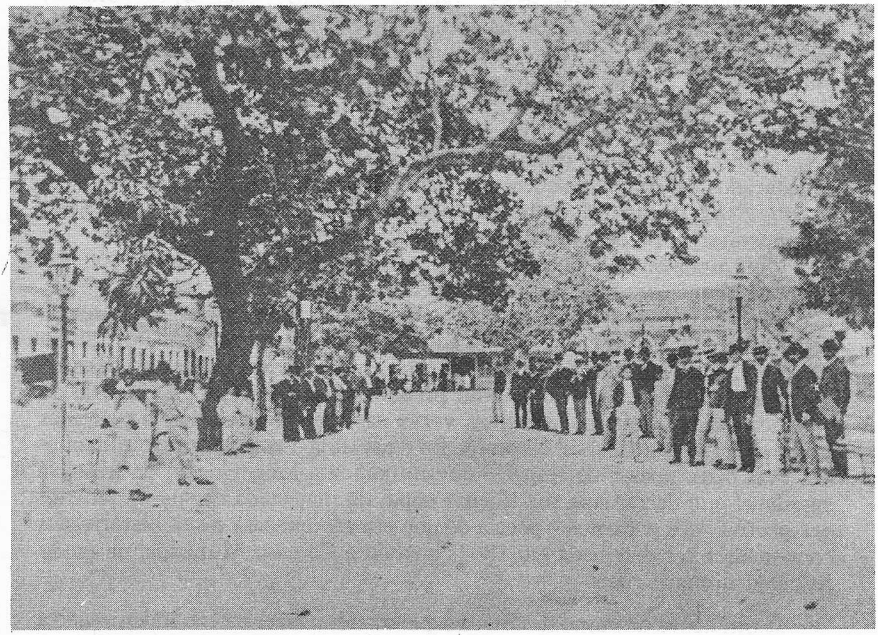
Nessa mesma noite, o povo em massa destrói, no Campo da Pólvora (Passeio Público), a forca mandada armar em 1825 para suplício dos heróis da República do Equador, "monumento bárbaro, indigno de uma Nação Constitucional."

Repetia-se, assim, na terra cearense, o que fizeram os revolucionários franceses de 1789, plantando *árvores da liberdade*, que ornavam de flores e fitas das três cores nacionais.

Também o *coqueiro da liberdade* se engalanava nas horas de contentamento. Em 1840, quando Alencar, na sua segunda gestão, voltava de Sobral, aonde fora debelar, como facilmente fez, arrancos de desobediência do Comandante Francisco Xavier Torres, os seus correligionários enfeitaram aquela árvore simbólica, embandeirando-a e, à noite, iluminando-a profusamente.

Mas em 1841 a medalha da política mostrava o seu reverso. O fracasso do Gabinete da Maioridade e a conseqüente vitória dos conservadores refletem-se, no Ceará, com a exoneração de Alencar. O acontecimento exalta os ânimos e quem vai sofrer mais duramente é o *coqueiro da liberdade*, derribado a golpes de machado, açulados os adeptos *caranguejos*, dizem pelo mesmo João Carlos da Silva Carneiro, que também se chamou

(5) Seminário Constitucional, no. de 21 de maio.



O Cajueiro da Mentira, na Praça do Ferreira

João Carlos da Silva Jataí e ligado ao Boticário Ferreira, um dos membros mais prestigiosos da facção que subia.

Muito se censurou a covardia do gesto, que, em verdade, nada fizera a bela palmeira por merecer a afronta. É que os desvairamentos políticos-partidários tocam, não raro, os limites do ridículo ou do absurdo, se não da crueldade.

Não às cutiladas do ódio, porém às das imposições do adiantamento da cidade, outra árvore, cheia de reminiscências, tombaria numa manhã aziaga, para dar passagem ao progresso.

Foi o chamado *oitizeiro do Rosário*, também conhecido por *oitizeiro do Instituto do Ceará*. Cortou-o o Prefeito Álvaro Weyne, convencido da sua inutilidade, já então a empecer o trânsito e o tráfego dos veículos.

O velho pé de oiti nem se sabe quando germinou. Sabe-se, no entanto, que aumentou e cresceu, acompanhando o crescimento da Vila, da Cidade, servindo os moradores com a sombra amiga da folhagem basta. Talvez muitos poetas tivessem imaginado ali versos inspirados, qual Alexandre Pope, sob a árvore de Binfield, na Inglaterra, compondo a famosa *Ode à Solidão*. Por certo, muitas fadigas se leniram à sua proteção macia. E quem sabe se no seu tronco o enlevo dos namorados não esculpiu corações entralaçados ou datas inesquecíveis, tal como cavara Napoleão no loureiro de *Isola Bella*, do lago Magiore, na Itália, a palavra *Battaglia*, três dias antes de empenhar-se na de Marengo, contra os austríacos?

"Há ainda quem se lembre de a ter visto tal qual é hoje, desde o começo deste século — escreveu Antônio Bezerra, sôbre a vetusta árvore.

A ela se prendem lendas interessantes, e a tradição é corrente acerca da veneração que lhe votam os edificadores da mimosa capoital. Na minha infância, quando aluno de Ensino Mútuo, sob a direção do prof. Manuel Spinosa, que funcionava no mesmo prédio em que se acha a 2ª escola do sexo masculino, sofri por diversas vezes castigos por derribar a pedradas frutos dela que eram saborosíssimos. Eu dava alma e vida por um oiti daqueles. Pois bem: apesar do respeito que infudia sua longevidade, da frescura agradável que derramava sua imensa copa, da majestada de sua imponente perspectiva, dos encantos e poesia de que era enriquecida a sua história, foi condenada a ser derribada em 1862, quando a Câmara Municipal de então resolveu alinhar a rua.

O oiti ficava no rumo das frentes que mandou fazer, como indenização a D. Fausta Maria Freire, pelo terreno que ela perdia (6).

Estava lavrada sua setença de morte.

Nessa ocasião, porém, passava para Palácio o Desembargador Jerônimo Matiniano Bandeira de Melo, e informado do caso conseguiu salvar a árvore, obtendo da Câmara que se fizesse um muro em torno dela, no qual se construíssem assentos e outros serviços de aformoseamento. Pensava ele que aquele lugar serviria de refrigério para quem passasse por ali ao sol ardente, mas foi ao contrário.

Os soldados do Corpo de Policia, que ocupavam, a esse tempo, o atual

(6) No local dessas frentes está localizado o Banco Popular de Fortaleza.

Liceu Provincial (7), deram-lhe outra serventia, pelo que foi preciso que se fechasse o local destinado a recreio com uma grade de ferro.

Não foi aproveitada a lembrança do ilustre magistrado, mas o oitizeiro escapou de ser destruído; e dessa data em diante, num período de 26 anos, campeia soberano, ostentando a mais esplêndida folhagem.'' (8)

Antônio Bezerra relembra isso em 1888 e a transpaginação da sua interessante crônica vale como terna e merecida homenagem á velha *Moquilea tomentosa* que, no entanto, de novo estaria ameaçada em 1912.

O outro atentado felizmente não se consumou, ante os protestos da populaçãp e da imprensa.

A essa época, em artigo publicado no Diário do Norte (1 de outubro), o Dr. José Duarte Pimentel ajudou a defender o oitizeiro, divulgando a versão de que este fora doado à Província pelo Senador Domingues Jaguaribe, que o comprara em 1878, por 500$000, tendo sido mandado construir a grade de ferro pelo Des. Paulino Nogueira, Vice-Presidente em exercício.

De nada, porém valeria a reação do povo e dos homens amantes da tradição contra o decreto do Prefeito Álvaro Wyne que, em 1929, reduziu o oitizeiro a lascas, depois de mandar fotografá-lo...

Gustavo Barroso, assistiu ao crime e viu, ''com grande dor no coração, o machado municipal, obediente às necessidades materiais do tráfego urbano, deitar abaixo essa árvore augusta.''

''Velho oitizeiro, contemporâneo da fundação de minha cidade natal, ninguém te cantou a vida e nem a morte breve. Não houve um Afonso Arinos para louvar a tua solenidade verde e triste como a do Buriti Perdido, testemunha silenciosa das bandeiras! Quando do nascente, brotando tímido do solo arenoso, a vila do Forte cumpunha-se duma única rua torcicolosa, emparelhada ao curso do Pajeú. Aqui e ali, dela saia um beco de mocambos e casebres de taipa A capela do Rosário, caiada de novo, dava-te as costas com desdém. Crescente. A capela tornou-se igreja e a tua copa chegou ao beiral do seu telhado'' (9)

Emocionante deve ter sido escutar o baque daquele tronco e daqueles galhos, como o poeta Alberto de Oliveira ouviu, com a sua fina sensibilidade de esteta, a queda infausta da árvore que em belas estrofes pranteou:

---

(7) Esquina, do lado norte da Rua Guilherme Rocha com a Rua Floriano Peixoto, ocupada pelo Palacete Iracema, dos herdeiros de Plácido de Carvalho, Fronteiro ao edifício da Intendência, já demolido.

(8) R.I.C., v. 15, p. 119.

(9) *Coração de Menino, cit., p. 113.*

"Ampliondeante a rainha o manto seu na altura
Abria. Coube ao tempo a rígida armadura
Vestir-lhe. A intacta fronde era de cocar guerreiro
Que a cingia, e o tufão que o diga se era forte,
Quando o intentou dobrar; que o diga o irado norte
Com o seu tropel inteiro.

Passaram sem feri-la, esbravejando às soltas,
Ventos e temporais; e das nuvens revoltas
Alumiou-a, à luz do raio, a tempestade;
Mas, chegando a manhã, lá estava, altiva e bela,
Incólume, a cantar, zombando da procela,
A ária da liberdade.

. . . . . .

Entra a selva um dia o homem. Sopesava
Tersa afiada segure. Em torno a vista crava,
Toma-lhe a altura enorme aos ramos, à espessura
Ao tronco. E o ferro, audaz, de sólida armadura
Faz sinistro vibrar.

. . . . . .

A grande árvore cai. A ramaria forte
Treme em cima, dançando uma dança de morte.
Rompeu-lhe o alburno agora e vai-lhe ao coração
O atro golpe. Uma a uma as fibras rangem; fala,
Ringe, arqueja o madeiro e pouco a pouco estala
À mortal vibração.

. . . . . .

E da ruína estupenda o lúgubre alarido
Foi de ermo em ermo e foi de bosque em bosque ouvido;
Tudo, da grimpa excelsa ou da planura, o vai.
E o rio, o cedro e a rocha, o enho e a palmeira, pondo
O olhar nos céus, tremeu àquele excídio hediondo
E crime sem igual!"

A segure perversa também mataria o *cajueiro botador*, a árvore das facécias da Cidade, na Praça do Ferreira.

Era o cajueiro da mentira. Melhor: o suporte da urna em que se elegiam os mitômanos graduados, todos os anos, a 1º de abril, considerado dia nacional da potoca. A sua sombra, como um pálio, resguardava a "mesa eleitoral", que recebia os votos populares no mais animado e vero dos pleitos, tudo ornamentado de bandeirinhas de papel e agitado de foguetes, banda de música e bombas de estouro.

No café Java, ao lado, as cervejadas sucediam-se, aguardando-se a *apuração* final. Daquela urna, aposta ao *cajueiro botador,* é que sairia o nome do Coronel Comandante do Batalhão dos Potoqueiros de Fortaleza, na

realidade uma milícia que não tinha soldados, mas somente oficiais, e cujo fim "era dar combate à verdade."

As patentes superiores do engraçado exército, que devia organizar-se igualemte em cidades do interior,eram as de General Ministro da Guerra e Chefe do Estado Maior, postos sempre *ocupados* por dois dos mais fortes patranheiros da Capital, pessoas, afinal, de ótima posição na sociedade e no comércio, mas visadas irreverentemente pelos organizadores do pleito.

Não há necessidade de citar-lhes os nomes, porquanto ainda hoje, tantos anos depois de extintas as eleições, pelos elos da tradição saabemos quem foram e como se revoltavam com o *mandato* que a contra-gosto recebiam.

A brincadeira teve início quase com o século, aí por 1904, nascida da imaginação travessa dos então rapazes Álvaro Weyne, Antônio Martins, Henrique Cals, José Raimundo da Costa, Porfírio da Costa Ribeiro, a que outros se ajuntaram. Quase todos comerciantes com armazéns "do lado do sol", daquela Praça, mais próximos ao cajueiro, denominado *botador*, porque durante todo o ano não aprava de dar frutos. Pelo menos neste sentido, a árvore não mentia...

Pretendeu-se espalhar pelo sertão o Exército dos Potoqueiros, escolhidos em algumas cidades, por informações seguras, os que deviam ser alvo das *nomeações*, remetidas por meio de ofícios em papel timbrado, devidamente. Contudo, parece que a irradiação desejada não obteve êxito, restringindo-se as *honrarias*, pelo tempo a diante, aos Munchausen da Fortaleza de Nossa Senhora d'Assunção.

Enquanto floresceu o cajueiro, continuaram as eleições de 1º de abril; mas em 1920, na gestão do Prefeito Godofredo Maciel, foram arrasados os quiosques da Praça do Ferreira, entre os quais o Café Java, e derribado o *botador*, dizem que por engano.

Não faltaram protestos junto à autoridade edil, que se apressou em ordenar o plantio de outro, no local. Todavia, cede feneceu o novo *anacardium*, porventura temeroso das responsabilidades suportadas pelo seu afamado antecessor.

No mínimo, por fim, uma referência cabe a duas outras árvores que, sem a fama das demais, de certa maneira feriram a curiosidade geral.

Uma — a casuarina do cemitério de S. Casimiro — por longos anos sobreviveu ao campo santo do Croatá, aberto pelo Presidente da Província, Dr. Casimiro José Morais Sarmento, a que tanto celebrizou o apelido de *Morais malcriado*. Governou o Ceará, de 11 de outubro de 1847 a 13 de abril de 1848, e era piauiense.

Esse cemitério foi o primeiro de que dispôs a Cidade. Até receber a bênção indispensável, em 8 de maio de 1848, os enterramentos eram feitos nas igrejas. Um pequeno cemitério antes dele houve, na Prainha, no local em que se acha o Seminário, mas de uso muito acanhado. Anteriormente ainda, em 1810, tratou-se de fazer um, ao lado norte da matriz, sem que a obra começasse, a despeito do interesse do vigário da paróquia, continuando, por isso, as inumações no interior dos templos. (10)

O de São Casimiro resultou de ato do Presidnete Morais Sarmento, ao

(10) João Brígido, ob. cit., p. 201.

que se conta, decorrente do fato de haver a esposa sofrido um desmaio na igreja do Rosário, ao sentir as exalações de cadáver recentemente ali sepultado, Intentara-se resolutamente a obra, já autorizada pela Lei provincial de agosto de 1844, nº. 319, confiados os serviços ao engenheiro Tenente Juvêncio Manuel Cabral de Meneses Só mais tarde, estando em ruínas por via de soterramento pelas areias das dunas, é que foi aberto o atual, o de São João Batista, para onde foram trasladados os restos mortais mais facilmente encontrados (abril de 1880), pois que muitos permaneceram ali, em chocante desprezo. Nas excavações destinadas aos alicerces de prédios da Rede de Viação Cearense, constantemente eram encontrados tais despojos.

Desmanchado tudo das velhas catacumbas, só restou uma das casuarinas que as cobria com a sua ramagem lacrimosa. Já desapareceu, entretanto.

A outra árvore curiosa é o *baobá do Passeio Público*, simplesmente ornamental. Diz-se que foi trazida para o Ceará pelo Senador Pompeu que, efetivamente, gostava de ver crescerem árvores exóticas no seu sítio da Serrinha. De origem africana, é malvácea de porte muito típico, dada a forma do caule, pouco elevado e desmesuradamente desenvolvido em grossura, à semelhança da bombácea brasileira.
Chamam-lhe também — embondeiro.

Vive o baobá do Passeio curtindo o silêncio da sua nostalgia secular, arrancado de terras da África para uma adaptação aos chãos nordestinos, a testemunhar que, aqui, o sol também é caniculante e as areias quentes também escaldam as suas raízes. Etimologicamente, baobá quer dizer "árvore de mil anos", e é de ver, assim, quantos lhe resta para as angústias da sua solidão.

11 — A PRAÇA DO FERREIRA

A *Praça* — é assim que familiarmente lhe chama o cidadino. — "Vou à Praça", "venho da Praça" Subentende-se que é à Praça do Ferreira que se vai ou que é de lá que se vem.

É o *deal* da Cidade, aumentando-lhe ou diminuindo a quantidade sonora. É o seu meridiano de Greenwich, pelo qual se marcam as suas horas. Na fisiologia da urbe, vale a Praça como um regulador, ao mesmo tempo do sistema sensorial, do circulatório e do vegetativo. Se a estirpassem do organismo urbano, este não mais sentiria, não se alimentaria, parava de respirar. Tamanha essa influência diretora, condicionando as ações, a vida, as energias do grupamento.

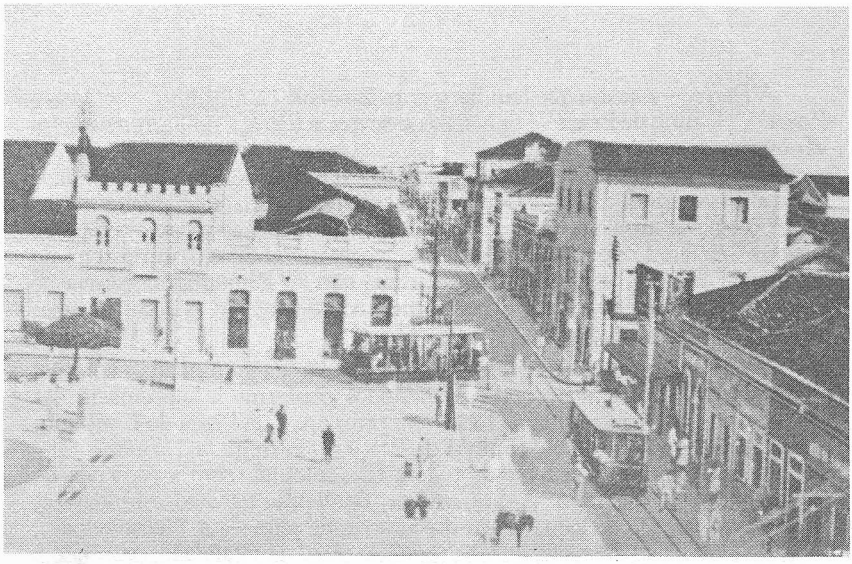
Se quiséssemos outro critério de periodização da caminhada evolutiva de Fortaleza, poderíamos dividir os períodos conforme a supremacia das praças através de sua existência histórica: primeiro o da Praça do Conselho, depois o da Praça Carolina, enfim o da Praça do Ferreira.

A do *Conselho*, ao correr de toda a fase colonial, com a presença do pelourinho representativo. A da *Carolina*, desde que para ali o mudaram, com o seu mercado ao lado, dando-lhe as arras de feira — a "feira velha", até o advento da *do Ferreira*, que lhe tomou o cetro da vitalidade, passando a "feira nova", para ela deslocado o centro de gravitação da Capital.

No preciso instante em que Francisco José Pacheco de Medeiros (o Pachecão) edificou o seu sobrado, obediente às linhas do Plano Paulet, enterrou com esse edifício o primeiro marco de quadrejamento da Praça. A rua do Cotovelo, viela de mocambos, que lhe enchia a área, cortando-a diagonalmente, de nordeste a sudoeste, estaria condenada ao desaparecimento; e, de fato, em 1842 a Câmara mandou arrasá-la, indenizando os proprietários dos casebres.

Quis-se com into homenagear o Imperador-Maior e deram ao novo logradouro, até então conhecido por Largo das Trincheiras, o nome de "Pedro II". Já havia Ferreira instalado aí a sua morada e a sua botica, no lado da Rua da Palma. (Major Facundo).

A localização dessa farmácia tão procurada dos clientes do Boticário e de adeptos do seu partido veio somar-se, como fator de afluência e movimentação da Praça, ao outro anterior, de suma importância — a localização, em 1833, no sobrado do Pacheco, da sede da Câmara, que lh'o



Trecho antigo da Praça do Ferreira, vendo-se ao fundo e a direita o sobrado do comendador Machado, hoje substituido pelo Excelsior Hotel.

adquirira desde 1831, por escritura de 24 de janeiro. Não muito mais tarde, um terceiro fator viria igualmente juntar-se — a livraria do português Joaquim José de Oliveira, a afamada Livraria Oliveira, que chegou, sempre freqüentada, até mais recentemente, e era animado ponto de palestras da boa gente mais cultivada da terra. Ficava essa livraria em local hoje tomado pelo Cinema São Luís e onde, antes da construção deste, estivera a livraria de Hermino Barroso, o restaurante de Éfrem Gondim e a loja de modas Amadeu, de Amadeu de Carvalho Rocha.

A Botica reunia os partidários políticos, e de tal forma, que se fez hábito denominar-se *partido da Botica* a facção conservadora. A Edilidade atraía tudo quanto se relacionava com os interesses e negócios da administração da Comuna. A livraria era convergência de estudantes e estudiosos, que procuravam, nas páginas encadernadas, a riqueza do saber.

No tocante ao comércio, a "feira nova" cada minuto se tornava mais buliçosa, com o falario dos feirantes, a mostrarem, em altos pregões, a excelência de sua mercadoria, e o dos fregueses a diminuí-la em contra-propostas jeitosas, para um final acordo no preço. As casas de mercancia abriam-se sempre mais sortidas ao redor da "Pedro II" e não poucas encheram as arcas só pela sorte de a frontearem.

No ano de 1871, decorridos mais de onze anos da morte do Boticário, a Praça, que também atendia com o apelido de Praça Municipal, tomou a denominação de *Praça do Ferreira*, em memória — dizia textualmente a indicação do camarista Amaral Júnior — aos relevantes serviços que prestou o Tenente Coronel Antônio Rodrigues Ferreira ao progresso material da província e principalmente a esta cidade e seu município, na qualidade de presidente da Câmara (sessão de 13 de outubro).

Um dia, os pruridos republicanos pretenderam restituir-lhe a alcunha de Praça Municipal, porém a inovação mal viveu; com a resolução de 29 de outubro de 1890, substituem os vereadores, por números, os nomes das ruas, à moda de Nova York, e trocaram por outros os das praças.

Vale bem conhecer na íntegra a curiosa deliberação: "O Conselho da Intendência Municipal desta cidade, atendendo à carência de mudar-se o atual sistema de denominação das ruas pelo de numeração, a fim de evitar-se contínuas e sucessivas substituições, quese sempe oriundas de sentimentos partidários e que importam em manifestos prejuízos para os públicos interesses e mesmo para os privados em suas relações civis, pela confusão que estabelece, na gestão dos respectivos negócios; e atendendo igualmente à conveniência de substituir-se também os nomes das praças por outros que recordem acontecimentos históricos e por aqueles pelos quais eram e são ainda conhecidos, independente das inovações havidas, Resolve como medida geral: Art. 1º — Fica suprimida a denominação existente das ruas da cidade e sunstituída por numeração, pela forma assim determinada: da Rua Formosa para o nascente todas as ruas serão ímpares e para o poente pares; do boulevard Duque de Caxias para o norte ímpares e para o sul pares, ficando todas eleas dispostas, no sistema adotado, da seguinte ordem numérica: Rua Formosa - Rua n. 1; Rua Major Facundo - Rua n. 3; Rua da Boa Vista (Floriano Peixoto) Rua n. 5; Rua do Quartel (General Bezerril) Rua n. 5A; Rua d'Assunção - Rua n. 7; Rua da Alegria (parte sul da

Os trilhos da Companhia Ferro-Carril, com os seus bondes puxados a burros, vieram consolidar a hegemonia da Praça do Ferreira. Fundada em 3 de fevereiro de 1877, em 25 de abril de 1880 inaugurou as suas linhas, todas centralizadas na Praça. Daí saíam e aí estacionavam aqueles modestos veículos, pondo em melhor intercomunicação os bairros e a *city*, prestando, apesar de tudo, ótimos serviços à Cidade. Até que vieram substituí-los os elétricos da Ceará Tramway Light & Power Co., a partir de 1913, sem nada alterar, entretanto, na distribuição das suas paralelas de aço em volta da Praça-Feitiço.

Ainda outro elemento de polarização sobremaneira concorreu para aumentar-lhe a influência: os quiosques levantados nos seus quatro cantos, originais cafés-restaurantes, que tanta graça e utilidade trouxeram ao privilegiado logradouro, em que pese à opinião de João Nogueira, considerando-os "uns aleijões". Eram pavilhões de madeira, assentados em base de alvenaria, artisticamente construídos com as suas varandas de ferro, os seus recortes e lambrequins de sóbrio e simpático efeito. Abertos até certa hora da noite, até que seguisse ao destino o último bonde da Carril, nas suas mesinhas interiores e nas que se espalhavam fora regalavam-se os fregueses, tomando café e refrescos, comendo refeições de bom cardápio, degustando cervejas ou aperitivos mais quentes, palestrando assuntos ou contemplando, descuidosamente, o borborinho das idas e vindas dos transeuntes.

Foi o Java o primeiro a funcionar, ocupando o ângulo nordeste da Praça, a olhar para o prédio da Intendência e para o do Quartel da Guarda Cívica. O seu dono era o Manuel Coco, quiçá, àqueles tempos, o tipo mais singular de Fortaleza, alvo de imensa popularidade.

Vem de 1886 a atuação desse aracatiense no seu quiosque, sempre alegria e hábitos inconfundíveis.

Gorducho, rosto bexigoso e imberbe, gostava de trajar-se bem, mas sem nunca usar gravata, exibindo à lapela, espalhafatosamente, um indefectível girasol ou uma rosa palmerão. Raramente punha o chapéu à cabeça, preferindo conservá-lo na mão, a fazer curvaturas respeitosas.

O historiador João Perdigão de Oliveira retrata-o, sem falhas de traços: "Seu verdadeiro nome era Manuel Pereira dos Santos; o apelido - Coco, com que não se zangava, estendeu-se a toda a sua família, oriunda do Aracati. Mané Coco era um freqüentador assíduo dos teatros e circos, cuja platéia divertia com as suas pilhérias, às vezes espirituosas e engraçadas.

Era homem de iniciativa. A ele se deve o estabelecimento de cafés, em quiosques, nas praças públicas, fundando o Café Java (creio que em fins de 1886) na Praça do Ferreira, do qual foi o primeiro proprietário. Deve-se a ele também a idéia da construção de avenidas, nesta Capital, pretendendo construir uma na aludida Praça do Ferreira. Dando princípio à sua idéia, chegou a fazer, com o auxílio do Cap. Raimundo Guilherme, uma espécie de *macadam*, ligando o Café Java ao Café Elegante, construído anos após aquele, na mesma Praça. Anos depois de seu falecimento, sua idéia teve realização, construída, pelo zelo do ilustre Coronel Guilherme Rocha, a atual Avenida 7 de Setembro.

Filho de pais pobres, Mané Coco não frequentou estabelcimentos de instrução, além das modestas escolas de ensino primário da cidade do

Aracati. Se tivesse recebido ensino superior, certo seria uma celebridade, tanta era a sua inteligência e aptidão. Na extinção de incêndios nesta Capital, prestou importantíssimos serviços; fazia prodígios. Era um dos primeiros a chegar ao lugar do sinistro e, com destreza e habilidade espantosas, galgava o prédio incendiado e, quando reconhecia não ser possível dominar o fogo, lançava mão do machado a derribar o tecto, etc., executando tudo com a perícia de abalizado bombeiro. Por vezes esteve prestes a ser vítima de sua abnegação, escapando milagrosamente de cair no meio das chamas ou no meio dos escombros. Aí estão os jornais a noticiar seus serviços, sua coragem e destemor; aí estão as partes oficiais, confirmando-os. Nunca recebeu recompensa alguma, quer da parte do governo, quer dos interessados, apesar de ter exposto a vida muitas vezes. Muito benquisto, freqüentava as rodas sociais. Mané Coco exerceu, por algum tempo, um cargo policial, a suplência, creio eu, de subdelegado nesta Capital." (1)

Antônio Sales dedica-lhe página carinhosa e salienta as facetas de sua personalidade de verdadeiro *cabaretier*: "em Paris estaria à frente de um dos famosos cafés excêntricos de Mont-Martre." (2)

Das mãos de Manuel Coco passou o Java às de Ovídio Leopoldino da Silva e somente com o falecimento deste fechou as portas. Depois de transferi-lo a Ovídio, foi Mané Coco estabelecer-se na Rua Formosa, n, 108B, com um restaurante - o Estaminet Europeu.

No ângulo noroeste achava-se o Café do Comércio. No de sudoeste o Iracema e, no de sudeste o Elegante. Dois destes foram erguidos pelo negociante Pedro Ribeiro Filho, para o que obteve da Câmara Municipal a devida permissão, em 10 de junho de 1891. Construiu-os à sua custa, mediante planta aprovada pelo arquiteto oficial, e os usufruiria durante dez anos, sem isenção de impostos e com reversão, terminado o prazo, ao patrimônio do Município. Parece que foram o Café do Comércio e o Café Elegante.

O primeiro destes era o maior de todos, dispondo, como o Elegante, de um andar além do térreo em forma de *chalet*, o que os outros não tinham. Pertenceu inicialmente a José Brasil de Matos e, sucessivamente, a Lopes & Filho, Virgílio Bezerra e Barbosa & Moreira. Eram sócios desta firma Francisco de Oliveira Barbosa e José Moreira da Rocha. Moreira, ora associado a um, ora a outro, dirigiu o Café por longos anos, sempre cheio de fregueses, aos quais servia a inteiro contento.

O Elegante, identicamente, foi propriedade de diversos, a começar por Arnaud Cavalcante Rocha, quando se chamou Café Chique. Com o nome de Elegante, passou a Porto & Irmão (1902) e mais tarde, com o de Fênix, a Sousa & Brasil, Américo Sá e José Leopoldino da Silva.

Porém o mais procurado, como casa de pasto, foi o Iracema, de Ludgero Garcia, do qual era gerente Heráclito de Sousa, que depois se formou em Direito e foi advogado nos pretórios do Piauí, onde faleceu. Primitivamente, foi-lhe domo Antônio Teles de Oliveira, que o transferiu a Pereira & Silva e

(1) Revista *A Jangada*, Fortaleza, n. 25, dezembro de 1912.
(2) *Retratos e Lembranças*, Fortaleza, Waldemar de Castro e Silva, Editora, s/d., p. 9

estes a Ludgero. Por último, esteve em poder de José Guerreiro. Ludgero Garcia possuía o dom do botiquineiro, tendo feito do seu Café um ponto deveras preferido. Acabou por abrir, para os fregueses do interior, uma hospedaria, que eles ocupavam gratuitamente, contanto fizessem as refeições no Iracema.

Em 1920, o Prefeito Godofredo Maciel, querendo remodelar a Praça do Ferreira, impôs a retirada dos quiosques, inclusive um, situado entre o Java e o Café do Commércio, que servia de posto fiscal da Ceará Light. Refugiaram-se, então, o Java, o do Comércio e o Iracema em prédios da Prefeitura, no lado norte da Praça, na Rua Guilherme Rocha, hoje desaparecidos.

Entretanto, o melhor impulso dado ao progresso da Praça do Ferreira foi o seu ajardinamento, em 1902, realização daquele Intendente, Guilherme Rocha. Até então, cercada de copadas mongubeiras, a área da Praça não era revestida sequer de um calçamento tosco. Prestavam-se essas árvores ao mister de postes para amarrar animais, dos *comboios* que traziam, para os negociantes dali, mercadorias do sertão. No centro, uma cacimba para serventia pública, de cantaria portuguesa, qual novo e mal comparado poço de Jacó, atraindo uma multidão de samaritanas mestiças a encher os seus cântaros de cerâmica barata, entretidas em conversolas de assuntos ingênuos e frívolos.

Guilherme Rocha converteu tudo isso num jardim de encantos: a parte mais central do quadro cercada de gradis e, no interior, floridos e belos canteiros rodeados de bancos. Ao redor do vasto piso de cimento róseo, nos quatro lados, uma série de *frades de pedra* de lio.

Os Cafés tiveram, daí para a frente, mais vida e puderam estender as suas mesas e cadeiras mais cômoda e convidativamente.

A inauguração oficial do Jardim 7 de Setembro constituiu acontecimento do maior relevo. Todo um dia faustoso, enchendo o programa elabrado para marcar o começo daquele "aprazível e remançoso sítio de recreio". As autoridades, as famílias, a imprensa e o povo comungaram da mesma satisfação.

"À mesa, que se ostentava ladeada de magnifica ornamentação, os Srs. Dr. Pedro Borges, digno Governador do Estado, tendo à esquerda o Sr. Ismael Fiúza, presidente da Câmara Municipal, e Dr. Tomás Acióli, Deputado Federal, e à direita s. excia. revma., o Protonotário e Vigário Geral do Bispado, Mons. Bruno de Figueiredo e o Coronel Cabral da Silveira, Comandante do Batalhão de Segurança". À frente, damas em ricos vestidos e cavalheiros da maior distinção. A massa dos convidados repletando o resto. Discursos, tocatas e hinos. Estrugir de girândolas e comes-e-bebes. Saudações de cordialidade. Corridas de bicicletas. Ao meio dia, os ribombos de 21 tiros e, à tarde, corridas de pedestres e competições de patinadores. À noite, luminosidade intensa e execuções dos conjuntos musicais do Batalhão de Polícia e da Escola de Aprendizes Marinheiros. Batalha de confete e fogos de artifícios."

Reportagem contemporânea descreve o novo éden "rodeado por um amplo passeio, Do lado oposto à Câmara Municipal, entre os Cafés Iracema e Elegante, ergue-se um belo chafariz com quatro torneiras. Ao centro do

passeio, um altíssimo catavento, e ao pé deste um grande depósito dágua perfeitamente montado. Oito tanques com repuxos fornecem água aos numerosos canteiros de flores, situados dentro das quatro áreas em que se divide o jardim. O Passeio que tem um portão em cada uma das suas faces, é dividido em cruz por largas avenidas cimentadas. Vinte e oito lampiões da luz pública fazem a iluminação interna; e fora, em derredor das grades, erguem-se 20 combustores auxiliares, o que, tudo produz o desejado efeito. Nas duas colunas do portão fronteiro à Câmara Municipal lêem-se as seguintes inscrições: Na primeira:

7 DE SETEMBRO
CURIA MUNICIPAL
FORTALEXIAE
CEARÁ

Na outra:

MCMII
VII SEPTEMBRI
INAUGURATI SUNT
HI HORTI
MODERANTE
AEDILITATEM FORTALEXIENSEM
PROEFECTO
GUILIELMO CESARE DA ROCHA.

A frescura e a beleza ornamental do jardim, aliando-se à alacridade dos Cafés e, agora, às sinfonias das retretas noturnas, espiritualizando mais e mais o ambiente, concorreram para transformar a Praça no mais pulsátil coração urbano.

Já o Passeio Público, tão querido dos fortalezenses e tão exaltado dos visitantes, não monopolizava, como até ali, as noitadas de elegância e as matinais domingueiras, docemente suavizadas pela brisa pura do mar bem perto. Tinha que dividir com a Praça os seus galanteios às damas e moças formosas, *habituées* da Caio Prado, e às morenas e mulatas da Mororó e da Carapinima, umas e outras divertindo-se com os cavalheiros e a rapaziada na mais radiosa alegria. Carlos Câmara, no burlesco entrecho de *Casamento da Peraldiana* soube explorar muito bem a separação social que se observava entre as pessoas que passeavam nessas alamedas interessantes: — a Caio Prado com o seu requinte de moda, a Mororó com o seu estilo classe média e a Carapinima com o seu *resíduo* — mundanas, soldados, o zé-povinho, a ralé — tudo espontaneamente diferençado, sem prevenções de classe ou casta, pois a separação não resultava de quaisquer recomendações, nem de imposição policial.

O Passeio foi, sem dúvida, uma das vanglórias da Cidade pelas seduções que oferecia, não só de sua própria feitura muito aprimorada, como de sua invejável posição em face do Oceano aberto e majestoso. Pudera a administração pública, auxiliada eficazmente pelo português-cearense Tito Rocha,



Praça do Ferreira - Reforma Raimundo Girão (1933)

tirar do areial do Campo da Pólvora, ou Largo da Misericórdia, e dos pungentes dramas, que ali se representaram desde os enforcamentos de 1825, aquele pequeno *Bois de Boulogne*, onde viria espairecer feliz uma população ainda não habituada a paisagem dessa natureza.

Desde 1867, na gestão do Dr. José Pompeu de Albuquerque Cavalcante, como chefe das Obras Públicas da Província, haviam sido levantadas, com os seu botaréus, as muralhas de sustentação do corte feito na rampa ou declive para a praia, e preparados os embasamentos dos gradis circundantes.

A idéia do seu aproveitamente para tal fim viera de 1824, mas só a partir de 1879 teve concretização, graças à tenacidade e ao gosto de Tito Rocha que, para atrair o povo, conseguiu tocasse naquele recinto a banda do 15º Batalhão, ao mesmo passo que ele mesmo abria aos rapazes um *rink* de patinação, que mantinha cobrando, à base de 200 réis a hora, o uso dos patins.

O cronista João Nogueira legou-nos, bem narrada, a história do Passeio fascinante, (3) até certa altura reduzido a uma simples e melancólica evocação, desprezado, sem as suas grades, as decorações estragadas, os repuxos comidos da ferrugem, um lugar morto. "O Passeio Público morreu e não há esperança de animá-lo mais" dissera ele.

Afinal, sem o esplendor de outrora, está sendo bem aproveitado.

Com o andar dos tempos e a pretexto de atender-se às necessidades do trânsito, destruíram os melhores atrativos da Praça do Ferreira: demoliram impiedosamente os Cafés-quiosques; levaram, não se sabe para onde, as grades que a circulavam; arrancaram os trilhos dos bondes; recortaram-lhe o piso, destinado a estacionamento de automóveis. Mas a Praça resistiu, não se sentiu diminuída na sua função catalítica; nada perdeu da força centrípeta que a fizera um calidoscópio, um colorido mosaico, o corte transversal das atividades e emoções da urbe.

Efetivamente, nela continuaram a desenrolar-se os grandes dramas, a se pensarem as grandes idéias, a se agitarem as grandes reivindicações, a se tomarem as grandes atitudes, das mais épicas às mais trágicas, das mais sisudas às mais anedóticas, das mais premeditadas às mais passionais.

Os seus bancos não poucas vezes serviram de tribuna aos oradores de todo matiz que, após 1920, a encontrariam mais favorável e firme no palanque do *coreto* — o tão famanaz coreto, grosso, acaçapado e desgracioso, que o Prefeito Godofredo Maciel mandara erguer, para lugar de concerto das filarmônicas, quando reformou a Praça, e o Prefeito Raimundo Girão desmanchou, em 1933, sunstituindo-o pela Coluna da Hora (que não mais existe).

Comícios e ajuntamentos os mais dísperes dali sacudiram milhares de ouvintes atentos a discursos inflamadíssimos — propagandas políticas, protestos, concitamentos cívicos, regozijos, estudantadas e também parlapatices. Se fora possível, teria sido indispensável guardar intacto o coreto no silêncio duma sala de museu, como sugestivo atestado de uma época de agitações patrioteiras que se estenderia, no calendário das quarteladas

(3) Fortaleza Velha, cit, ps. 9-20.

nacionais, desde as intentonas goradas de 1922 e 1924 à revolução vitoriosa de 1930.

Os ladrilhos tão pisados da Praça, quantas vezes receberam a queda de corpos que tombaram varados de bala, eco de desforços violentos, em desagravos de honra ou vinganças pessoais. Em 1894, caía, numa poça de sangue, Joaquim Vitoriano, o musculoso Paulo Kandalascaia da *Padaria Espiritual*, assassinado por José Vidal, frio mandatário de mandante sempre apontado e jamais convencido. De idêntico modo o Tenente do Exército, Heitor Ferraz, não escapou aos tiros do poeta Júlio Olímpio, revidando insinuação menos digna dirigida à sua esposa pelo jovem militar. Outro poeta, na flor dos anos — Mário da Silveira, tem sina igual à do Tenente, ao que consta por motivo algo semelhante — referências levianas à noiva do assassino, o que fez da noite de 22 de junho de 1921 uma vigília das mais acerbas dores. Também movido por ódio, ódio de família vindo do sertão distante, Raimundo de Aquino mata, a disparos certeiros, o velho chefe político Coronel Gustavo Augusto de Lima (28 de janeiro de 1923). É a mesma razão por que Prismilau de Sousa Teixeira abate a punhal o Coronel Domingos Braga Filho (Coronel Mingueira), de Itapipoca, no dia 21 de março de 1928. Traria muita angústia relembrar as cenas de sangue que enlutaram a Praça, em correrias e tiroteios desatinados, como aquele de que, em janeiro de 1912, resultou a morte de crianças em passeata de propaganda da candidatura Franco Rabelo, atacadas bestialmente por soldados da polícia do governo.

E a Praça do Ferreira já agora com outra fisionomia tão controvertida, sobrevive nos seus triunfos, como que a pedir uma interpretação da qual se possam sacar ajustadas conclusões no tocante à sua presença dominadora, no esquema biológico de Fortaleza.

Uma interpretação desse pequeno mundo de contrastes — as harmonias com os atritos, os encontros de amizade com os choques de desafetos, a pacatez com os torvelinhos, as alegrias com o luto. Pequeno mundo de acerto de negócios, de combinatas amorosas, de barganhas e tratos de toda espécie; pequeno mundo em que se tomam deliberações construtivas ou se tramam rebeldias, onde se ausculta e mede a tensão dos acontecimentos e se sente ao vivo quando eles contêm seriedade ou são inócuos, se não ridículos.

Não deixou a Praça de ser a *feira* das quinquilharias materiais e das intelectuais, das bugigangas de artesanato ou das bagatelas de mediocridades afoitas, apregoadas na amplificadora da cabotinice. Feira, outrossim, de jóias verdadeiras — a do ouro ou a da inteligência — feirra democrática, onde o endinheirado se ombreia com o mendigo, a ignorância se nivela ao talento, o atarefado se mistura ao ocioso, a moral se iguala à sabugice, os falsários se confundem com os honestos e o dogmático se entende com o herético. Todos em santa simplicidade, lendo jornais, sofrendo o suplício da *filas*, saboreando merendas de *cachorro-quente*, bebendo café ou caldo de cana, engraxando os sapatos, cochichando política ou a vida alheia, com maldade ou sem ela, conversando, rindo, mentindo, esperando alguém ou alguma cousa, ou não esperando senão que o tempo passe.

Desapareceu a Botica do Boticário, desapareceu a Intendência, desapareceu muita coisa, porém não morreu o espírito da Praça, espírito que é o

mesmo da cidade atual, gesticulante e bregeira, espírito do Ceará-heróico e do Ceará-moleque, que ora se zanga e derriba tiranos, ora gargalha e escarnece or qualquer nonada, ou dá vaias no próprio sol!

12 — A PRINCESA DIVERTE-SE

À Princesinha não alegrava mais o triciclo infantil, em rodeios descuidosos pelo velódromo caseiro e estreito. Queria pistas mais largas, abertas, onde pudesse correr em viaturas ligeiras, haurindo o ar refrescante da mocidade, estendendo os olhos para horizontes novos e mais panorâmicos.

Aquelas brincadeiras, que relembravam costumes dum primarismo distante — os congos, os fandangos, o bumba-meu-boi; as piedosa aglomerações dos novenários na matriz, com o cântico da ladainha em mistura com namoricos furtivos, receosos de mamãe; as partidas de danças nas casas ricas, entrecortadas de recitativos monótonos, ou mesmo os sambas da plebe das *areias*, as mais das vezes interrompidos a cacetadas e correrias — nada lhe trazia mais prazer completo.

Não podiam agradar-lhe tanto, como outrora, os *Te Deum* da Igreja, solenes demais para a sua sensibilidade mocetona. Já lhe causavam tédio aquelas usanças em honra de nascimentos e núpcias na família do Rei, comemoradas com iluminárias de vela de cera branca ou candieiros de azeite de rícino, tudo afinal mortiço e articial, sem a desejável repercussão na alma popular.

Resenhe-se, no entanto, no sabor ingênuo de descrição da época, uma dessas rememorações:

"Uma missa cantada por vozes escolhidas anunciava os vivos transportes do geral contentamento. Com uma oração panegírica mostrou-se a proteção de Deus sobre o Reino Unido e apareceram as prevaricações dos Maçonistas, que pretendem tombar e até demolir a Realeza. O ato terminou-se com um Te-Deum de música. Todas as autoridades e oficiais, assim de tropa de linha como dos demais corpos militares, assistiram com o Governador esta solenidade, já principiada há nove dias sucessivos. Depois das descargas da mosquetaria seguiu-se a salva da Fortaleza que foi repetida no mar pela galera Imperador da América. Três dias antes houve iluminação espontânea em toda a vila e na véspera um fogo de artifícios brilhantíssimo, no fim do qual apareceu o retrato de Sua Majestade. Então o Governador bradou: Viva EL-Rei, Nosso Senhor! — e o povo transportado respondeu: Viva El-Rei, nosso Senhor! Viva o Rei do Reino Unido! Na noite do dia 12 apresentou-se pública e gratuitamente uma peça dramática, asseadamente executada. Na tarde de 13 correram três chafarizes que ofereceram,

livremente, a todo o povo três qualidades de licor. E para regalar o Governador e Nobreza da Capital e mais convidados, ofereceu-se uma lauta e magnífica merenda debaixo de uma espaçosa barraca, no baluarte da fortaleza denominada de Nossa Senhora d'Assumção. Derramava-se a profusão e no semblante de todos brilhavam os inocentes prazeres que a gratidão e o amor produzem. Viram-se a Justiça e a Paz beijarem-se mutuamente e como os filhos de Isac todos se assentaram ao redor da Alteza de seu Pai. Pelas sete horas da noite doze meninos ricamente vestidos apresentaram uma cena terníssima. Eles vinham conduzidos em um carro triunfal e pararam defronte da barraca, Depois de se apearem, com os seus ternos braços intercalados, formaram uma cadeia sobre a qual uma menina de seis anos, adornada dos encantos da inocência, passou airosamente e aproximando-se do Governador derramou-lhe sobre a cabeça um sem números de flores. A linda Carolina parecia Flora mesma! Ela fica ao lado do Governador, enquanto os outros apresentam uma contradança engenhosa ao som da música instrumental e no fim, arrancando-a do peito, estes oferecem ao seu ilustre Chefe uma palma da Vitória adornada de perpétuas.'' (1) E aos vivas foi o Governador levado nos braços até o Palácio.

Somente depois de 1830 a classe melhor da cidade começou a ilustrar-se mais, freqüentando as encenações do pequeno teatro *Concórdia*, comumente e pretenciosamente chamado *casa da ópera*. Apesar de João Brígido assegurar que, já hoje, não há notícia do edifício em que estivera essa casa de espetáculos, sabe-se, sem nenhuma dúvida, que o teatrinho pertencia a uma sociedade de amadores e estava situado no prédio em que faziam ângulo a Travessa Municipal (Guilherme Rocha) e a Rua do Quartel (General Bizerril), dando frente para a capela do Rosário.

Já funcionava em 1830, pois aí, no dia 8 de setembro, desse ano, ''os sócios do teatrinho particular denomindo Concórdia puseram em cena a bem aceita peça intitulada — As Quatro Nações — precedida de um drama heróico alusivo à Independência e seguido de um bem traçado elogio, no fim do qual apareceu o Augusto Retrato de S. Majestade o Imperador, entre mil aclamações e vivas a Sua Augusta Pessoa, à Independência, à Constituição, à Assembléia Legislativa e à Nação Brasileira, dados com grande alegria pelo Excelentíssimo Vice-Presidente e pelo Excelentíssimo Comandante das Armas, e repetidos com o maior entusiasmo por todos que estavam presentes.'' (2)

Ali, ainda, foi que, em 16 de setembro de 1832, se representou ''em espetáculo de grande gala'', a tragédia Brutus, de Voltaire, homenageando-se o Presidente José Mariano de Albuquerque Cavalcante, que voltava do sul da Província, aonde fora combater os rebeldes do caudilho Pinto Madeira.

Muitas outras casas de espetáculos houve em Fortaleza até construir-se, em 1910, o teatro oficial — o José de Alencar.

Com o nome de Teatro Taliense transferiu-se o Concórdia, em 1842, para a Rua Formosa (Rua Barão do Rio Branco), n. 72, exatamente no local

(1) R.I.C., v. 14, p. 271.

(2) Crônica Antigulhas, em Unitário

do prédio que hoje tem os ns. 1080 e 1084. Era de um só andar e, em 1870, José Gomes Barbosa o adquiriu para construir o sobrado que serviu de sede ao Colégio Anacleto, do Prof. Anacleto de Queirós. Lá residiu, por longos anos, o português Farias e, depois, o Dr. Francisco de Paula Rodrigues.

Animadíssimo cenário de festas artísticas e cívicas foi o Taliense, e as suas reuniões constituíam destacados fatos sociais para a vida da cidade. Pertenceu a uma associação de moços, na maioria negociantes lusos e empregados do comércio.

Os próprios associados levavam ao palco as peças do repertório lisboeta, ordinariamente dramalhões em que — segundo Brígido — os mais pequenos faziam de Inês de Castro e os mais corpulentos de D. Pedro. A casa enchia-se de senhoras da elite, com os seus cocós e altos pentes de tartaruga, expressão de máxima elegância.

"Deu-se uma vez — é do mesmo Brígido — um grande desastre. Era um dia de festa nacional, o teatrinho regorgitava de *dilettanti*. Antes do dramalhão, era do programa um prólogo ou ante-cena, que rememorasse o fato glorioso. Aliás, de passagem seja dito, os feitos gloriosos andam à rodo entre nós. O Gênio do Brasil, vestido de anjo, descia das alturas, envolto em uma nuvem, para deitar falação ao respeitável público, em mensagem de felicitações. O papel de Gênio do Brasil devia ser desempenhado pelo portugues, Alferes do Exército, esguio e leve, Francisco Edwiges de Sousa Mascarenhas, conhecido por Alferes Castiga e irmão de outro Alferes de nome Cândido, que deixou família em Baturité.

Quando o apito deu o sinal, o Gênio do Brasil desceu do tecto escarranchado na sua nuvem e, a meia altura, trovejou o verbo. Todos os olhares se fitaram em coisa tão feérica. O final, porém, devia ser no palco, e de pé. Mas, oh! decepção! Quando Castiga quis pular no palco, tentando um salto, não conseguiu desembaraçar-se da nuvem, ficando pendurado nela. No esforço, o calção, que era de meia, muito colado às pernas, partiu-se... As mulheres voltaram a cara; o apito troou para descer o pano de boca, mas o maldito engasgou também, ficando em exibição aquela *marmota*.

No entanto, gargalhadas estridentes acolhiam o Gênio do Brasil que só descera por uma corda. Esta cena celebrizou o Castiga, que ficou apelidado por *Anjo pencal!.*" (3)

Em maio de 1852, houve no Taliense a primeira apresentação de artistas de fora, os afamados Uguccioni — José Uguccioni e o filho homônimo. Era, na realidade, excelentes músicos, que tiveram de demorar no Ceará, a pedido das famílias, a fim de ministrarem lições de canto e música instrumental — piano, violão e rabeca, Por aulas de piano e canto cobravam 8$000 ao mês. Ao calor do estímulo artístico deixado pelos Uguccioni, fundou-se, em 1854, a primeira banda de música do Batalhão Policial, sendo mestre o aracatiense Joaquim José dos Prazeres Macaco, que mais tarde se assinou Joaquim Manuel Borges. Foi participante dessa banda Vítor Nepomuceno, pai do maestro Alberto Nepomuceno. Joaquim Manuel Borges fez-se professor de música em estabelecimentos de ensino e

(3) Ver Fortaleza Velha, Editora Inst. do Ceará, 1954, cit., p. 83.

montou curso próprio, na Rua Amélia, hoje Senador Pompeu. Faleceu em 1915, aos 90 anos de idade.

Até 1872 resistiu o Taliense, mais para o fim sob a direção do Cel. Francisco Coelho da Fonseca. Um dos seus últimos programas deu-se no sábado de 19 de agosto do ano anterior, em benefício da atriz Emília Augusta da Câmara, com a execução das comédias, todas de um ato: Os Avós Feitos às Pressas, Por Causa de um Papagaio, Bolsa e Cachimbo e Tio Torquato. Outros componentes do corpo cênico eram Maria Lacerda Bahia, Maria Luísa de Oliveira, Xisto de Paula Bahia, Peregrino Lemos de Meneses, Joaquim Infante da Câmara, José Eduardo da Silva, Artur Moreira e Manuel Tavares Pinto Porto.

Com o desaparecimento desse teatro, cuidou a administração pública de edificar um de proporções adequadas, chegando a Assembléia Legislativa a votar a Lei n. 1509, de 21 de dezembro de 1872, com a qual autorizava o governo a dispender até cem contos de réis numa obra dessa natureza. Apresentaram-se para contratá-la os engenheiros Adolfo Herbster e José Pompeu de Albuquerque Cavalcante, mas ainda em 1875 rolava sem solução o caso, o que levou o Presidente da Província, Des. Esmerino Gomes Parente, a nomear, para estudá-lo convenientemente, os engenheiros Henrique Théberge, Pierre Levée e José Privat, sem contudo atingir-se o objetivo da citada lei.

Surgiu, então, outra casa de diversão teatral - o Teatro São José, localizado na Rua Amélia, terreno atualmente ocupado pelos prédios ns. 921 e 937, entre as ruas Guilherme Rocha e Liberato Barroso. Parece que o inaugurou, em março de 1876, a sociedade dramática dirigida pelo artista Antônio Joaquim Siqueira Braga. A entrada era um mil réis. Neste mesmo ano o Recreio Familiar, que se fundara em 31 de março de 1875, levou ao palco o drama em cinco atos - O Cego e Corcunda, de Annicet Bourgeois, com muito bom sucesso. Os estatutos do Recreio foram aprovados pelo Presidente da Província, em 29 de julho de 1879.

Mas conta-nos o Dr. João Nogueira, tradição e bondade de quem todos guardamos imperecíveis recordações: "De todas as peças tristes ou alegres, levadas no São José, as que mais agradaram foram as operetas burlescas — De Baturité à Lua, Madame Angot na Monguba, Sinos de Corneville em Arroches e outras, do cearense Frederico Severo. Essas representações eram pontilhadas de incidentes verdadeiramente desastrosos, mas que, em vez de provocarem pateadas, eram, pelo contrário, recebidas com grossas e sufocantes gargalhadas. Por exemplo: certa dama devia, em cena, cantar ao piano, expandindo as suas mágoas de amor. Um grupo de amadores bateu a cidade, mas não encontrou quem lhe emprestasse aquele instrumento. Em desespero de causa, e já no dia do espetáculo, alguém lembrou que se pintasse, em um dos reposteiros, um piano junto ao qual a artista cantaria, fingindo que tocava. A idéia foi aceita, mas qual não foi a decepção dos rapazes, quando viram que o piano fora pintado fechado! Como não houvesse mais tempo para *abri-lo*, corajosamente resolveram levar à cena assim mesmo. Chegado o momento, a moça tomou posição, fingindo

dedilhar, ao tempo em que, atrás dos bastidores, uma flauta muito fininha e muito triste respondia, fazendo de piano. Por pouco o teatro não desabou ao estrondo da gargalhada geral. Uma noite cheia! Dizia-se, mesmo, que o desconchavo valera por toda a peça.

Naquele tempo — continua o Dr. João Nogueira — morava na Rua Conde d'Eu, ali assim próximo ao palacete do Dr. Virgílio de Morais (esquina com a Rua Visconde de Sabóia), um certo Amora a quem chamavam imaginário, por ser muito destro na encarnação de imagens. A bem dizer, não era um palhaço, mas o gracioso do São José. Interrompendo o seu papel, discutia com os espectadores gaiatos, que o tiravam a terreiro; e quando se mostrava seriamente aborrecido, provocava a mais franca hilaridade da platéia.'' (4)

Em 1877 Siqueira Braga, que andara com a sua gente pelo interior da Província, voltou ao São José, estreando a artista cearense Maria da Conceição. O palco da Rua da Amélia, no referido ano, esteve ocupado pelos Campanólogos, músicos excêntricos que arrebatavam os ouvintes com cento e tantas campainhas e oitenta copos, e também pelos afamados Ocarinistas Portugueses, trabalhando com o concurso do prestidigitador A. Wallace que, entre outras coisas mirabolantes, prometia fazer aparecer no ''espelho negro'', com toda a perfeição, retratos de pessoas presentes, ausentes e até falecidas...

Por esses comenos, publicavam os jornais o anúncio do empresário João do Carmo, convidando o povo para a inauguração do Teatro das Variedades, a 21 de janeiro (1877), reunião no Largo do Passeio. Situava-se no canto da Rua Formosa com a da Misericórdia, hoje Rua João Moreira, e era ao ar livre. Dava reuniões se não chovesse. A entrada custava $500 e os freqüentadores deviam levar suas cadeiras, se quisessem ficar sentados. O artista saltador árabe, de nome Algebran, aí praticou grandes números de acrobacia.

O teatrelho Variedades cedeu lugar ao São Luís. Desde 1880, até 1896, prestou este excelentes serviços à gente mais culta de Fortaleza e pertencia a Joaquim Feijó de Melo, que morreu muito puxado em anos, como tabelião público da Capital. As boas companhias, que visitavam o norte do Brasil em procura dos então movimentados centros de vida comercial, que eram Belém e Manaus, deram representações ali, fazendo as delícias de um público já bastante mais exigente. Em julho de 1884, recebeu a Companhia Lírico-cômica Italiana, empresada por Milone & Storni, trazendo como figuras centrais as *signhoras* Adela Naghel e Sidônia Springer, o barítono Césare Baracchi e os maestros Joaquim Franco e Ciro Ciarlini. Este ficou no Ceará, tendo concorrido fortemente para a divulgação da arte musical, notadamente na zona norte do Estado. Fixou residência em Granja, constituiu família e morreu naquela cidade no ano de 1917. No ano seguinte (janeiro), veio a Companhia Dramática Portuguesa, de Emília Adelaide, com rico repertório e, logo após (maio), o Grupo Cômico de Operetas, da atriz portuguesa Suzana Castera.

(4) *Fortaleza Velha*, cit., p. 85.

Numa noite em que Emília Adelaide levava, entre outros números, o Kean ou Gênio e Desordem, de Alenxandre Dumas, houve um incidente deveras hilariante, que o referido João Nogueira reproduz: "O espetáculo tardava em começar e já o público batia impaciente, quando um cômico, vindo ao proscênio, disse que o ator Kean, aborrecido e enfezado com aquela impertinência da platéia, mandava dizer que naquela noite não havia espetáculo, Ante este desaforo, o Chefe de Polícia levantou-se e bradou que não admitia essas razões e que o espetáculo havia de começar. — Homem de Deus, isto é da peça — assoprou alguém aos ouvidos do Chefe, enquanto na sala havia grande reboliço e confusão. Felizmente tudo se resolveu em boas risadas, quando todos souberam que aquilo, realmente, era da peça."

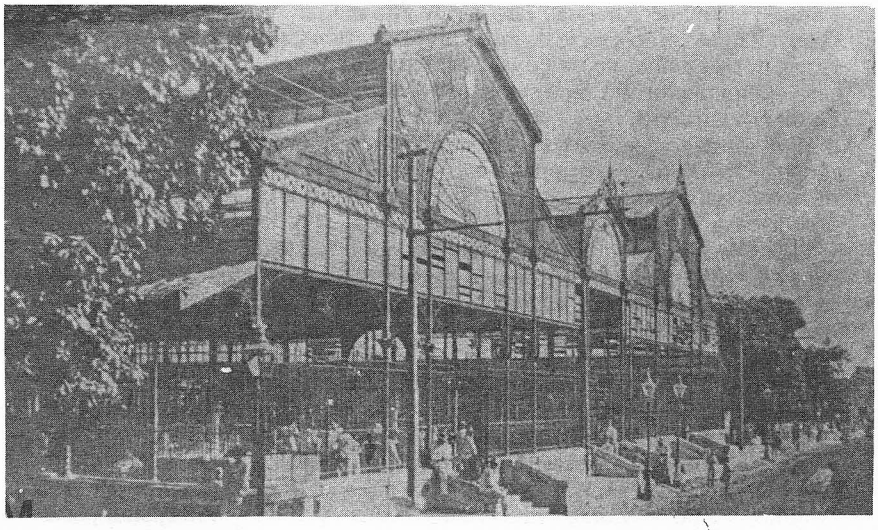
No são Luís é que, em 21 de julho de 1882, esteve presente o maestro Carlos Gomes. "De passagem pela Fortaleza — são palavras do Dr. Joãozinho, que assistiu ao fato — o nosso genial compatriota recebeu uma manifestação improvisada pela gente culta da cidade, o Dr. Almino (Álvares Afonso) à frente. À noite levaram-no de charola ao São Luís, onde a banda do 15º (Batalhão do Exército), apanhada de afogadilho e mal ensaiada, torceu, ofendeu e assassinou a ouverture do Guarani, com aquela crueldade inconsciente com que as crianças matam os inocentes passarinhos. Bem podia o pobre pai, parodiando o Trovador, exclamar: *Figlia infelice, corro a salvarte!* Mas, não, De pé, braços cruzados à entrada do camarote presidencial, assitiu firme à tortura da sua filha primogênita. Lembrava um desses condenados heróicos que, de olhos abertos, esperavam de pé, firme, a descarga do pelotão." (5)

Fechado o São Luís, mais por força de atitudes hostis e irreverentes dos alunos da Escola Militar, novamente pensaram as autoridades governamentais na ereção dum teatro oficial condigno. Em 24 de maio de 1896, o Presidente Bezerril Fontenele plantou a pedra fundamental do edifício que, para tal fim, contratara com Isac Amaral, na Praça do Patrocínio, hoje Praça José de Alencar, exatamente onde, em 11 de fevereiro de 1864, assentara pedra idêntica o Presidente José Bento de Figueiredo Júnior, como início simbólico da construção do frustro Teatro Santa Teresa, nome dado em honra da Imperatriz do Brasil, Já empreitadas haviam sido as obras com o Engenheiro Antônio Gonçalves da Justa Araújo.

Anteriormente, em junho de 1891, fora constituída uma sociedade — a Companhia Cearina — com o objetivo de construir um teatro na citada praça. Para isso, haviam obtido privilégio por 50 anos os subscritores principais da sociedade — Virgílio Augusto de Morais, João Brígido, João Joaquim Simões, Manuel Gomes Barbosa e Antônio Papi Júnior. Vindo ao encontro dos seus desejos a Câmara Municipal lhes cedeu o terreno necessário, então destinado à construção de um mercado, com os materiais existentes. O capital da empresa era de 80.000$000, dividido em 400 ações de 200$000.

Todavia, nenhuma dessa intenções se objetivou. E porque não houvesse onde dar largas aos pendores cênicos de muitos conterrâneos que viviam a armar ribaltas improvisadas para as suas teatradas, surgiu a necessidade de

(5) *Fortaleza Velha*, cit., p. 88.



O desaparecido Mercado de Ferro (Mercado Público)

levantar-se uma melhor, capaz de, ao menos, fixar um ponto para as tão desejadas sessões hilariantes.

Escrevemos a este respeito, noutro lugar: O Clube Iracema funcionava agora em sede própria, no prédio do Reform Club, Rua Barão do Rio Branco, então Rua Formosa (onde esteve a Faculdade de Farmácia e Odontologia) e dispunha de regular área de terreno aos fundos do mesmo prédio. Pápi Júnior imaginou construir-se ali um teatrinho e a sugestão se corporizou. E, para encher o apático meio artístico de Fortaleza, congregou irmãos de ideal e criou o Clube de Diversões Artísticas. Isto em redor de 1897. Compunha-se o Diversões de um Corpo Cênico e um Corpo Orquestral. O primeiro era por ele dirigido e, conforme fosse necessário, agia como autor, ator e ensaiador, no que era inexcedível. Ajudavam-no maravilhosamente: Antônio Fiúza Pequeno (centro cômico), de extraordinária queda para a arte teatral; Gabriel Fiúza (galã), Antônio Ferreira Braga (cômico), Jorge Fiúza (galã), Antônio Martins, Francisco Horácio Vieira Costa, Guilherme Sousa Pinto, Valente de Andrade, Dr. Artur Amaral de Assis (ponto), João de Castro Ramos (depois sócio da importante empresa Castro Ramos & Cia., do Pará), João Guilherme da Silva, Dr. Antônio Meireles... De começo, os papéis femininos eram representados pelos amadores, como, por exemplo, Horácio Vieira, que fazia comumente de velha, e Castro Ramos, de moça; mas, por fim, contratavam-se primas-donas para maior graça das representações, e foi por isso que junto a eles trabalharam atrizes de certo renome, tais como Isabel Santos, Consuelo Hull, Maria de Castro, a qual viria atingir grande projeção nacional.

Costumavam os do Corpo Cênico ensaiar nos altos do sobrado em cujos baixos foi a Casa João Néri, depois devorado por um incêndio (esquina da Rua Major Facundo com a Liberato Barroso). Se faltava o mestre de cena, iam os amadores brincar, sadiamente, o jogo-do-limão, o quatro-cantos, ou decifrar anexins, divertimento muito em moda, no tempo. O Corpo Orquestral, a princípio, foi regenciado pelo Capitão, depois General Francisco Benévolo, de excepcionais qualidades de compositor e organizador, e de último, por Henrique Jorge, maestro de merecida nomeada. Constituíam o conjunto: Antônio Benício Cavalcante (contrabaixo), Júlio Morais (1º violino), Joaquim Verçosa (violino), Castro Abreu (violino) Cals de Oliveira (violino), Paulo de Morais Filho (violino), José Albano — o magistral poeta de *Comédia Angélica* (pistão), Gervásio Gurgel do Amaral (clarineta), Eduardo Benício (trombeta), Mitônio Farias Lemos (clarineta), Augusto Lopes (flauta), José Rosas Filho (flauta), J. Migresh (violino). Havia um músico profissional — o mestre Lucas Evangelista (bombardino). O Clube de Diversões dava as suas representações gratuitamente, ora em peças teatrais, ora em concertos, ora em reuniões familiares. Pápi Júnior, entre outras, preparou a opereta O Curisco, adaptação musicada da comédia francesa Grumete, levada repetidas vezes com absoluto êxito. Também Fiúza Pequeno escevia as suas, como a Afilhada de Sua Alteza, do mesmo modo encenada pela Clube, vitoriosamente.

Não tardou que outro grupo de rapazes, como que em oposição velada ao Diversões, fundasse o Grêmio Taliense de Amadores — 14 de julho de 1898, que estreou no dia 28 do mês subseqüente no Variedades, localizado

na Rua Senador Pompeu, quase esquina da Liberato Barroso, lado nascente-norte. A estréia foi a interpretação do drama Nódoas de Sangue, em três atos, e da comédia Um Quadro de Casados, tendo como participantes, auxiliados pela atriz Virgínia Gadelha, os amadores Ágabo Teófilo, Campos Júnior, João Araújo, Pedro Frota, José Marçal, Benjamim Carneiro, Leônidas Morais e, como ensaiador, Francisco Higino Barbosa Lima. Pertenceram também ao Grêmio Taliense, afora outros, Álvaro Martins, — O poeta de *Os Pescadores da Tatiba*, João de Alencar Araripe, Joaquim Acióli, Francisco Esteves, Antônio Padilha Negreiros, Francisco Padilha, Antônio Capibaribe, os conhecidos boêmios Antônio Rodrigues e Ramos Cotoco, e Otávio Gonçalves da Justa. Havia um corpo orquestral, regido por Américo Lima e de que participavam: Mamede Cirino de Lima, Joaquim Cals de Oliveira, José Severiano Filho, Raimundo Guilherme Sobrinho, Carlos Jataí, Antônio Barbosa, José Caetano de Oliveira, Artur Vitoriano, José Matos de Vasconcelos, Antônio Siqueira, Lucas Evangelista, Roberto Muratóri e George Moreira Pequeno.

Igualmente, fazia parte Carlos Câmara, que mais tarde se revelaria o vigoroso teatrólogo humorista de Casamento da Peraldiana, Pecados da Mocidade, Zé Fidélis e algumas jóias burlescas semelhantes, executadas seguidamente, com enorme repercussão, no palco do Grêmio Dramático Familiar, na Avenida Visconde do Rio Branco, por ele fundado em 1918. Esse Grêmio não deve ser confundido com o Centro Dramático Familiar, muito anterior, que mantinha uma modesta sala de apresentações na Rua Sena Madureira, em frente à Praça General Tibúrcio, e fora iniciativa de Frutuoso Alexandrino, ator conterrâneo que andou pelo mundo a fazer boa figura.

Entre 1904 e 1905, fundou-se o Clube Atlético e por ele foi organizado outro teatrículo — o João Caetano, no mesmo lugar, da Rua Senador Pompeu, em que estivera o Variedades, do Grêmio Taliense. Muitas noitadas proporcionou o João Caetano, ora servindo de guarida aos amadores da cidade, quais, por exemplo, os rapazes do Grêmio Recreativo Estudantal, ora a companhias ou "troupes" que nos visitavam, entre muitas outras, a de Germano Alves, aqui chegada em janeiro de 1907. Trazia esta a atriz Apolônia Pinto e o então falado transformista Aldo Colombazzi, cuja principal habilidade era imitar, servindo-se de postiços, certos compositores célebres — Wagner, Verdi, Carlos Gomes, etc., enquanto a orquestra tocava trechos de música da autoria de cada um deles.

Não é possível omitir, por essas alturas (1905), uma alusão ao grupo Endiabrados Cavaleiros, orientado por Padilha de Negreiros e a que pertenceram João Guilherme da Silva, Álvaro Cabral, Arnulfo Pamplona, A. Sindrim, J. Teófilo. Faziam as suas exibições no salão de D. Milica Justa, na Rua General Sampaio, e musicalmente contavam sempre com a coadjuvação do Violon Club, que ensaiava nos altos da Fotografia Moura Quineau (Rua Barão do Rio Branco). Reunia este os amadores Luís Moura Quineau (presidente), Raimundo Gomes, Carlos da Silva Jataí, José Ferreira do Vale, Raimundo Vilela, José Matos Vasconcelos, Amadeu Xavier de Castro, José Severiano Filho, Mamede Cirino de Lima, Américo de Lima (regente), Raimundo Guilherme Sobrinho, José Zacarias Vieira, Artur Vitoriano,

Roberto Xavier de Castro, Pedro Veríssimo de Araújo. Dissolveu-se o grupo em 1907.

Só em 1910 pôde Fortaleza contar com o seu grande teatro — o José de Alencar, cujas obras haviam sido iniciadas em 1908. Era tal qual é. A parte metálica veio da Inglaterra, fabricada pela casa Walter Maz Farlane and Co. de Glasgow. A inauguração solene realizou-se em 17 de junho, com um concerto da banda sinfônica do Batalhão de Segurança, sob a regência dos maestros Luigi Maria Smido e Henrique Jorge, precedida de bela e calorosa oração de Júlio César da Fonseca, saudando o Presidente Nogueira Acióli, havia pouco chegado do Rio de Janeiro. Em setembro, noite de 23, é que houve a inauguração artística, com o elenco da atriz Lucila Perez representando O Dote, de Artur Azevedo, e regendo a orquestra o mesmo Luigi Smido.

De outras salas de arte cênica se recreou a população de Fortaleza, tais como a do Cinema Rio Branco (1909), de Henrique Mesiano; do Politeama, na Praça do Ferreira, de José Rola; a do Majestic-Palace, de maiores proporções e moderno acabamento, retumbantemente entregue ao público em 14 de julho de 1917, com a apresentação da transformista Fátima Míris, artista de invulgares méritos, qua acabou revolucionando a cidade inteira com a originalidade dos seus trabalhos e o entusiasmo que provocou a sua figura de mulher diferente, de cabelos revolucionariamente cortados *à la garçonne*. Para muitos tida como do outro sexo, mas para outros motivo de fortes paixões, pois não pequeno era o número dos seus adoradores apressados.

E não vamos deixar sem uma nota de especial e carinhoso destaque os pequenos palcos familiares, que tanto concorreram para a alegria sã das pequenas comédias e dramas juvenis, alguns de maior projeção, atraindo não raro gente do melhor porte. Fiquem aqui bem lembrados os cenários que, nas suas casas de residência, com manifesta arte e esforço, mantiveram espíritos eleitos com o de João Tibúrcio Albano, na sua chácara Nous Autres, no Alegadiço; os de Fausto Pontes, Pápi Júnior e Carlos Teixeira Mendes, sempre muito freqüentados.

* * *

Temos seguido, aliás sem o tencionar, o fio de Ariane que nos pôs em ligeiro contacto com os nossos teatros, desde a criação do primeiro em nossa Capital; mas devemos voltar, reminiscentemente, aos dias da Fortaleza de mil oitocentos e poucos, para que a filha de Minos, com as delicadezas doutro fio salvador, nos mostre como se divertiu e amou a cidade de Matias Beck, guiando-nos no labirinto da sua caminhada, ao longo de século e meio.

A simplicidade dessa evolução de moça pobre, que só mais tarde se alentou de melhores cabedais, por certo não nos presenteará deslumbramentos ou apoteoses, mas nos dará, quando não mais, para a nossa sensibilidade evocativa, razões de ternas memórias e modesto orgulho.

Aquela cidadezita que, até os dias de 1850, somente sabia brincar de cirandas e pastorinhas e mal vencia a timidez das festinhas domésticas e das

noites de São João, os fogos de artifícios clareando as ruas escuras e cada qual prescrutando o destino nas advinhações ingênuas da "clara de ovo num copo dágua", que às vezes formavam igrejinhas como sinal de casamento próximo e outras só as linhas da decepção; ou nas "experiências das agulhas", que ora se uniam, ora se afastavam, afirmando ou negando a pergunta — aquela cidade-miniatura, de praças de areia e arruados térreos, saía agora para os passeios da praia enluarada, já podia freqüentar os circos ou teatros públicos e dançar em bailes mais luxuosos nas casas onde vivia o bom gosto trazido da Europa.

Nos domingos, apreciava as cavalhadas — os "cavaleiros com elmos emplumados e vestindo trajativas vistosas e de várias cores, a corre de lança em punho", para tirarem, com a ponta, as argolinhas suspensas numa trave, "reminiscência decorada, talvez, das justas e torneios da Idade Média; ou se deslocava para as vivendas ou chácaras dos arrebaldes, em piqueniques de comilanças saborosas.

Um tom mais vivo apresentava o núcleo de Nossa Senhora d'Assunção e não foi por muito favor que o cientista Agassiz, em demora de alguns dias entre o seu povo (1866), escreveu aquilo: "Ceará n'a pas cet air morne, endormi, qu'ont beaucoup de villes brésiliennes; on y sent le mouvement, la vie et la prosperité."

Aqui e ali aperecia um circo, e tem-se idéia de que o primeiro foi o da Companhia Dramática, a representar dramas no picadeiro, em 1825. João Nogueira fala-nos de um, japonês, que em 1870, teria exibido maravilhas no Largo de Palácio, hoje Praça General Tibúrcio. certo é que nesse Largo trabalhou, em fevereiro de 1872, o Circo Olímpio, de propriedade de Augusto Duarte.

Em 1876, visitou-nos o Grande Circo das Quatro Nações, companhia brasileira da família espanhola Blas Otero, realizando deslumbrante espetáculo no dia 22 de outubro, com a presença do Presidente da Província. Meses depois veio o Grande Circo Eqüestre dos Estados Unidos, de Howes & Cashings (fevereiro de 1877).

No de Blas Otera fizeram furor as artistas Estrela do Norte e Cruzeiro do Sul, dividindo em partidos os caixeiros e os estudantes, que lhes faziam discursos amorosos e recitavam poesias ardentes. "Fortaleza vibrou por essa ocasião — refere-se o Dr. Antônio Teodorico da Costa, dizendo-se tomado das recordações mais suaves. Era o prato do dia nas rodas das calçadas. A coisa chegou a tal ponto que os grupos começaram a ter ódio recíproco. A cacete, a pontapé, a soco, correrias de todas as grandezas deram fim à festança, que tinha empolgado já a população da Capital. Como é bom recordar! Eu tomei parte em todas essas besteiras humanas."

Outro de renome foi o Circo Pavilhão instalado na Praça Carolina, lugar hoje ocupado pelo Palácio do Comércio, pelo prédio do Banco do Brasil e pelo prédio dos Correios e Telégrafos. Bons artistas e muito luxo nas instalações. Soube agradar (1880).

Já por esse tempo entrava em funcionamento o Passeio Público, onde o comerciante Tito Rocha abrira um *skating-rink*, a $200 a hora, atração da rapaziada. Aos esforços deste negociante, o areal do Largo da Pólvora havia-se transformado no mais belo logradouro coletivo do norte brasileiro.

Cercado de artístico gradil de ferro, sem demora foi inaururada (5.6.1880) a avenida central ou *Mororó*, com um coreto onde a música do 15º Batalhão do Exército passou a fazer retretas, às quintas e domingos. Em 1888, o Presidente Caio Prado mandou construir a avenida, que tomou o seu nome, com vista ampla para o mar. Arborização adequada, jarros caros e estátuas de deuses gregos ornavam-no maravilhosamente. Depois foi preparado o 2º plano e, logo em seguida, o 1º ao nível da praia, também ricamente decorado de motivos artísticos.

Ficou assim o Passeio Público a centralizar as diversões e a elegância cidadina. Tudo convergia para ali: a gente mais modesta passeando vaivém pela avenida *Mororó* e a *haute-gomme* na *Caio Prado*, numa perfeita e espontânea separação. A classe mais baixa ficava na *Carapinima*. Ostentação de vestidos e de graça feminil. Dandismo masculino à altura do ambiente da mais indiscutível distinção social. Quando por aqui transitou, ainda muito moço, encantou-se Graça Aranha com o Passeio: "À noite, no Passeio Público, nesse jardim que me recebeu pela manhã, a banda de música a tocar, as cearensezinhas sem chapéu, risonhas, atiradas, tão diferente das maranhensezinhas sisudas e pretenciosas, desfilam joviais para nós, e tudo me parece novo, estranho, encantador".

Em 1902, o Prefeito Guilherme Rocha inaugurou o Jardim 7 de Setembro na Praça do Ferreira; em 1903, o Jardim Nogueira Acióli, na Praça Marquês de Herval, e o Jardim Pedro Borges, na da Sé ou Caio Prado. Para uns e outros se foram deslocando aquelas sedutoras concentrações do Passeio, principalmente para o 7 de Setembro.

Depois, vieram chegando os cinemas. Os bioscópios, espécie de lanterna mágica a projetar, em pequena tela, quadros ou paisagens, sem movimentação nenhuma, e introduzidos em Fortaleza pelo italiano Pascoal, já haviam cedido lugar ao kinefone, uma combinação do bioscópio e do gramofone, pela primeira vez apreciado no Hotel Silvestre (7 de dezembro de 1891). Fora-nos trazido por Frederico Figner e depois exposto no pavilhão do Passeio Público, a 1$000 cada pessoa. Outro fonógrafo foi instalado em 9 de novembro de 1893, por John Peter Bernard, no Café Central, então existente na Praça Capistrano de Abreu, hoje desaparecida.

Em 1903, funcionou o Éden Cearense (Rua Major Facundo), no qual a Compagnie d'Art et Bioscope exibia vistas, ora fixas, ora animadas, com o mais franco prazer dos assistentes. As projeções do chileno Caúla, lá por 1900, no teatro Variedades, alimentadas a gás oxietérico, são, já, um progresso bem sensível.

Mas realmente, só em 1907 começou o cinematógrafo, exposto primeiramente pela Empresa Oliveira & Coelho, no teatro do Clube Iracema e, depois, pelo italiano Vitor Di Maio, que montou o seu na Rua Guilherme Rocha, atrás da Maison Art-Nouveau, presentemente Edifício Granito, do Clube dos Advogados. O Politeama, de José Rola, o Rio Branco, de Henrique Mesiano, e o Cassino, de Júlio Pinto, este localizado no antigo Palhabote, bar que pertenceu a Antônio Dias Pinheiro, na Rua Major Facundo, por demorado tempo foram as nossas primeiras casas de cena muda. Muitas vezes, em mútua competição de preço, que reduzia a $100 as entradas para filmes de séries intermináveis, com a Herança Fatal, A Casa

do Ódio, A Mão Negra, Os Bandidos da Calábria. Desse tempo eram, igualmente, o Riche e o American Kinema, ambos na Praça do Ferreira.

Em 1917, entretanto, com a abertura do Majestic-Palace, teve o cinema maior expressão de fino gosto, freqüentado pela elite social, que se deliciava nas suas *soirées*, não tanto com as emoções dos filmes, mas principalmente com a rivalidade das *toilettes* e com as escolhidas partituras da orquetra de Donizetti Gondim.

Com alguns anos mais, o Cinema Moderno, inaugurado oficialmente no dia do Centenário da Independência, suplantou o Majéstic e então a cinematografia caiu no monopólio da Empresa Ribeiro, até hoje, como se sabe, com o Diogo e o São Luís e uma rede de cinemas menores em vários pontos da cidade.

* * *

A partir do meado do último século, Fortaleza respirou a mais amplos pulmões. Deixava de ser a vila-menina comtemplada pelo inglês Koster, pois desde 1823, fora galardoada com a categoria de cidade e um título cheirante a realeza. Dom Pedro I, Imperador so Brasil pela graça de Deus e unânime aclamação dos povos, houvera por bem "que a vila da Fortaleza fique ereta em cidade e que por tal seja havida e reconhecida com a denominação de *Cidade da Fortaleza de Nova Bragança* e haja todos os foros e privilégios das outras cidades, concorrendo com elas em todos os atos públicos e gozando, os cidadãos e moradores dela, de todas as distinções, franquezas e liberdades das outras cidades, sem diferença alguma" (Carta Imperial de 17 de março).

A infante, que nascera flamenga, era agora uma princesa lusa-verde-amarelo — a PRINCESA DO NORTE, como vieram a chamar-lhe.Tomava aspecto novo, iluminava-se, calçava-se. E não tardou trouxessem bondes para andar e jardins bonitos onde espairecer com a sua leveza e o seu sorriso. Não se sentia mais oprimida por não poder ir aos bailes. E porque não havia clubes, deslumbrava-se nos salões do palacete dos Mendes Guimarães (hoje Paço Municipal), dos sobrados ricos do Capitão-mor Joaquim Barbosa, do consul Manuel Caetano de Gouveia, do capitalista José Eustáquio Vieira, dos Vitoriano Borges, dos Smith Vasconcelos. Eram salões em que "se fina flor da mocidade de um e outro sexo, a mão premiada em luvas de Jouvin, o elegante calçado de importação francesa resvalando subtil em custosos tapetes ou ao compasso das belas valsas que, de Viena, já nos mandava Strauss", mocidade "que constituí a elite e trazia no lenço o perfume até então preferido - Sândalo do Oriente.

Comparecera a princesinha áquele baile de 1848, oferecido, no sobrado do Cel. Esutáquio, ao casal Fausto Aguiar, Presidente da Província, e para cuja descrição é bom recorrer aos jornais da época: "Das sete horas da noite em diante começaram a concorrer os convidados, e à proporção que se aproximava qualquer família, era sua vinda anunciada pela música que, postada na portada do edifício, fazia ouvir agradáveis sons, enquanto os mestres-sala recebiam as senhoras à entrada e as conduziam às salas, onde o bom gosto, com que se achavam vestidas, de tal modo fazia realçar as graças com que a natureza as dotou, que atraíam sem cessar as vistas de todos os

assistentes, os quais, com a presença de tantos encantos, aumentavam a alegria de que se achavam dominados. Já completo tão esplêndido concurso, quando s. exª o sr. Presidente com a exmª sua Senhora vieram aumentar o prazer de tão numerosa como brilhante companhia, depois de ter ido a seu palácio para acompanhar s. s. exas. uma comissão composta dos srs. Fernandes Vieira, Comendador Machado e negociante Gouveia, em cujas companhias s.s. exas., vindo para a casa do baile, foi a sua chegada anunciada por girândolas e logo depois pela música que os recebeu tocando o hino brasileiro. No curso do baile houve mui bem desempenhadas contradanças, que tinham lugar ao mesmo tempo em ambas as salas, dançando em cada uma, cada vez, dezesseis ou doze pares; os intervalos foram cheios ou por modinhas que algumas senhoras se dignaram cantar com geral aplauso, ou valsas desempenhadas com toda agilidade, tendo também em um deles a exmª Senhora do sr. Presidente, por sua bondade e cedendo às instâncias do Dr. Fernandes Vieira, tocado com todo primor no piano algumas variações da Norma. Antes de concluir-se o baile, foi recitado um soneto e para maior brilhantismo haviam preparado não pequena porção de fogos de artifício, a saber: bastante fogo do ar, figuras, rodas, um balão, etc.. O chá foi servido a contento de todos, havendo nele muita riqueza e profusão, notando-se em tudo uma admirável variedade. Finalmente, todo o baile esteve excelente, tendo sido o único inconveniente o de não ter casa bastante cômodo para os concorrentes.'' (6)

Esse sobrado do Cel. Eustáquio serviu de residência, depois, ao Comendador Ribeiro da Cunha que, por sua vez, proporcionou à sociedade local magníficas recepções dançantes. Incendiado em 1902, foi reconstruído pela Associação Comercial, mediante planta trazida de Paris pelo Barão de Camucim e, numa espécie de predestinação, passou a ser, e por muitos anos, sede do Clube dos Diários. É o Palacete Guarani.

Todavia, faltava alguma coisa que oferecesse mais regularidade e bilho às festas elegantes.

Essa falta desaparecia com a vinda do dr. Manuel Caetano de Gouveia, filho daquele citado negociante Gouveia e recém-formado engenheiro. Trouxera do Rio a jovem esposa, Francisca Elisiária Pereira, carioca de linhagem, e foi com esta — diz-nos o historiador Cruz Abreu — nesses quatro anos passados por ambos no Ceará, que o Dr. Gouveia se tornou ''elemento de grande eficiência na vida social de Fortaleza, organizando concertos, promovendo reuniões, formando, com outros bons elementos, notável elite, admirada por forasteiros aqui chegados. Em janeiro de 1851, fundou, com o Dr. José Lourenço de Castro e Silva e outros, a Recreação Familiar Cearense, associação destinada a reunir, uma vez por mês, as famílias de Fortaleza, aproximando-as para a cultura social, no apuro e na elegância de gente bem educada. José Lourenço era o presidente, Gouveia o secretário. D. Elisiária, porém, é que exercia uma poderosa influência nos salões, entre as famílias, tudo dispondo para o brilhantismo das reuniões, muito cordiais e muito apreciadas. Fácil lhe era conseguir tais resultados, com a sua alta inteligência, sua palavra fácil e correta e, sobretudo, com a

(6) R.I.C., v. 33, p. 116.

sedução irresistível das simpatias que inspirava e do respeito a que se impunha. Não havia luxo, senão distinção. Tudo singelo, mas tudo elegante e distinto.'' (7)

A Recreação fez o seu primeiro baile no dia 1 de fevereiro, no sobrado do Capitão-mor Joaquim Barbosa, na Rua Floriano Peixoto, esquina com a Rua São Paulo, hoje demolido.

Morreu o Dr. Caetano de Gouveia em junho de 1852 e Fortaleza chorou sinceramente a falta do seu ardoroso animador, desaparecido aos 29 anos de idade. Porém as feridas saram (e que infelicidade se não fechassem!), tendo cabido ao Dr. Lourenço prosseguir, sem desânimo, à frente da Recreação.

Em 1867, surgiu o Clube Cearense, instituído no dia 19 de abril e começando as suas memoráveis festas em 7 de setembro, num sobrado residencial da Rua Senador Pompeu, de propriedade de D. Manuela Vieira.

Nesse tempo, era predominante a atuação de estrangeiros no comércio da Capital, notadamente ingleses, franceses e portugueses, afeitos às exigências das grandes cidades européias e, por essa razão, polidos, cavalheirosos, num meio que apenas deixava os costumes sociais mais elementares. Vitoriano Borges, Carl e Eduard Jeanrenaud, Richard Hugles, Louis Sand, Adolfo Herbster, Adolfo Hoerth, Bernard Haynes, Cristian Ander são nomes que, ao lado de Guilherme Rocha, Francisco Joaquim da Rocha, João da Fonseca Barbosa, Dr. Gonçalo Batista Vieira (Barão de Aquirás), Dr. Antônio Mendes Guimarães, Dr. Joaquim Antonio Alves Ribeiro, Abel da Costa Pinheiro, Antônio Gonçalves da Justa, Antônio da Silva Albano e outros, ligaram-se à constituição do novo grêmio recreativo.

Por muito tempo, foi seu presidente Vitoriano Borges, alma de entusiasta, já vitoriosamente identificado aos triunfos do Teatro Taliense, que dirigira. Passados cinco anos (1872), o Cearense, pôde instalar-se em prédio magnífico, no Passeio Público, hoje de propriedade da Companhia de Eletricidade do Ceará (Coelce).

Com os seus salões sempre *a giorno*, com os seus jogos de recreação, a finura dos seus dirigentes, o fausto das suas partidas dançantes, o Clube roçou as culminâncias, porém tudo isso desceu aos excessos da vaidade, num *noli me tangere* que, dia a dia, exacerbava as prevenções daqueles outros, cujos sapatos não podiam pisar os aveludados tapetes da torre encantada.

Formava-se, assim, do lado de fora, outra *jeunesse dorée*, desejosa de subir pela escada de Jacó dos seus anseios até os olimpos das grandes salas da arte, do perfume e da música.

E veio a reação. Vedado o ingresso nos salões do Clube a pessoas estranhas, certa vez, a convite de um sócio e até que este ultimasse uma partida de bilhar, ali demorara o guarda-livros Antônio Costa Sousa, quando outro associado, estrangeiro, lhe fez ver a infração que estava cometendo às proibições da casa. Envergonhado, o moço retirou-se e o fato serviu de motivo imediato à explosão de indisposições que se vinham somando contra a agremiação plutocrata, dos chamados ''donos da terra''.

Aliava-se a este, o outro fato de ter sido recusada a proposta, para sócio do Clube, do funcionário da Alfândega, Francisco Carneiro Monteiro.

---

(7) R.I.C., v. 50, p. 134.

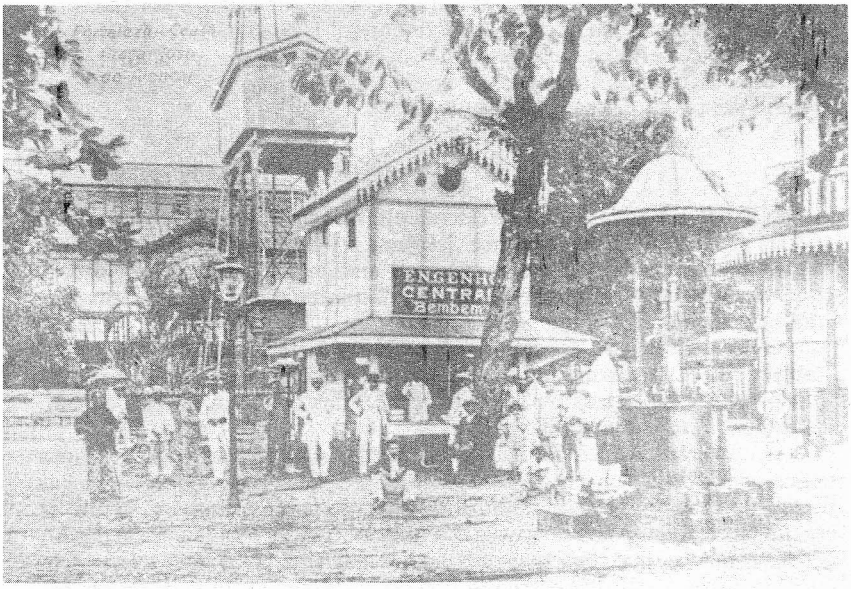
Uniram-se José Marçal, Antônio Costa Sousa e seu irmão Joaquim, os despachantes Francisco Carneiro Monteiro, Francisco Teófilo G. de Oliveira e Antônio Martins, e mais Pápi Júnior, para formarem outra sociedade diversional. O último destes sugeriu o nome, que de pronto foi aceito — *Clube Iracema*. Pápi era, ao mesmo tempo, guarda-livros e despachante da casa em que trabalhava, assim como despachantes eram Carneiro Monteiro e Dias Martins, sendo por isso fácil conquistar a solidariedade do conferente Francisco Perdigão de Oliveira. Cidadão estimadíssimo da população e do comércio, foi escolhido primeiro presidente. Sem demora eleita a diretoria — 28 de junho de 1884, e designado o dia 19 de julho para a festa de inauguração.

A reunião deu-se na casa de Antonio Martins e bem se pode calcular as energias despendidas para a efetivação daquilo que se projetava tão afoitamente, pois que os rapazes, no seu caminho, não tinham uma alfombra de rosas. Chegou-se a insinuar, com o propósito de amedrontar os convidados, que o prédio escolhido como sede (sobrado da Rua Senador Pompeu, canto com a Rua Guilherme Rocha, atualmente ocupado pelo Edifício Santa Elisa) não oferecia a segurança necessária; mas, nomeada uma comissão para vistoriá-lo, composta dos engenheiros Filipe de Araújo Sampaio e Alexandre Beviláqua, ficou evidenciada a sua completa solidez.

E aquela noite de 19, de tão iluminada e ornamentada, de fato substanciou-se numa ante-manhã radiosa, de esperanças e bons vaticínios, promissor desabrochar de uma vida longa e triunfal, que o Clube Iracema viria viver em cheio, conduzindo, até não faz muito, ainda, aromais e palpitantes, aquelas mesmas salas todas repletas de nossos avós, dignamente trajados a rigor, trescalando Marechale ou Fleurs d'Amour de Lubin, venturosos nos rodopios das valsas impecavelmente dançadas.

O cronista *Pery* (Antônio Martins) empregou tintas delicadas nesta pintura descritiva: "O Clube Iracema é uma fantasia realizada brilhantemente pelo esforço, atividade e bom gosto de meia dúzia de moços dignos da estima do *high-life* da nossa sociedade. Obra de poucos dias — é admirável, entretanto, o esmero e o apurado gosto com que a Diretoria dessa associação, nascida em 28 de junho, preparou em vinte dias uma casa de baile digna dos créditos da civilidade e bom tom de que goza a Princesa do Norte, uma das mais adiantadas Capitais do Império. Colocado em posição central, o edifício em que funciona o Clube Iracema torna-se mais freqüentável e mais comodidade oferecerá, de certo, às famílias, do que o Clube Cearense, que se acha no extremo norte da cidade. O edifício tem cômodos suficientes para o fim que o adquiriu a sociedade e — além de três salões que podem comportar oitenta pares dispõe de outros compartimentos para toilette, sala de jogos, de fumar, botequim, copa e ainla um terraço magnífico e outras acomodações inferiores. A sociedade é composta na generalidade de moços do comércio, — esse núcleo da nossa mocidade como um elemento íntimo da nossa família, dos nossos costumes, do nosso lar. Há entre eles moços estrangeiros distintíssimos, empregados públicos estimados e, finalmente, todos dignos elos da cadeia social da nossa querida e mimosa cidade.

Não há aristacracia dos bailes do Clube Cearense, nem essa grandeza de



Trecho da antiga Praça José de Alencar.
Neste trecho está construido o prédio do Banco do Brasil

nobililiarquia, nem as deslumbrantes *toilettes* do clássico *noblesse oblige;* mas em compensação há vida, mocidade e prazer, que fazem do baile, não um agrupamento convencional de etiquetas e exposição de tipos e trajes; mas uma assembléia jovial, familiar, alegre, buliçosa, ativa, forte e robusta, que enche os pulmões de prazer e desenvolve-se, marcha, evolui, por meio dessa higiene moral que faz das socidades o fator da civilização, do progresso e da grandeza da humanidade.

A igualdade — esse fiel que regula a balança do equilíbrio das gerações modernas — é o principio único que serve de norma à democracia que desde 89 escava, sobre as ruínas do preconceito, o leito por onde tem de seguir a via-láctea da civilização.

Essas idéias, que aí ficam mais ou menos descritas, tive-as eu ao apreciar a animação espontânea, sincera e jubilosa que reinava por todos os salões do Clube Iracema na noite de onte-ontem. É que no convívio virente daquela mocidade reinava a alegria ruidosa, boa e sã dos que, no alvorecer da vida, têm as crenças loiras como borboletas de maio a espanejarem-se confundidas com as auroras do futuro.'' (8)

* * *

Não havia dúvida de que a Princesa estava livre para ecolher, conforme as suas predileções, o Clube a que desejasse ir: as duas sociedades competiam, agitando, cada qual a seu modo, o ambiente mundano da cidade e concorrendo para melhorar velhas praxes não compatíveis com alto nível da educação social.

O Cearense, que se convertera para as festividades de Momo no ''antro'' dos Dragões do Averno, desfrontava agora adversário sério — os Conspiradosres Infernais do Iracema (1885), dos quais foi grande comandante Luis Perdigão de Oliveira.

O carnaval até então não ia além de alguns pequenos ''grupos mascarados e de papagus metidos nos sensaborões dominós de aluguer da loja Estrela do Oriente, fazendo *assaltos* nas casas de família. Embora, assim, já era um passo adiante nos carnavais do entrudo, remota reminiscência dos lupercais romanos, que consistiam em banhos aplicados pelos foliões em quem quer que fosse. Verdadeiro carnaval líquido, cada qual munido de jarros, bacias e cuias a lavar os demais, sem no meio disso faltar o alvaiade ou o zarcão, com que sujava o semelhante, gostasse ou não gostasse. Aos poucos se amenizava o entrudo, usando-se então, em vez de banho, o ataque com *chiringas* dágua perfumada, com laranjinhas de borracha ou de cera também cheirosas, que se atiravam nas vítimas em certeira pontaria. O alvaiade foi substituído pela farinha do Reino e, finalmente, pelo confete, pelos pós de oiro e de prata, tal como as bisnagas e revólveres de extrato o foram pelo cloretil, em lança-perfume.

As passeatas ou préstitos começaram com o aproveitamento dos camelos mandados para o Ceará pelo governo imperial, vindos da Argélia,

(8) *Jornal Libertador*, n. 150, de 23 de julho de 1884.



Estátua do General Tibúrcio

como solução ao problema dos transportes, no sertão (1860-1865).

Um dia o pintor francês F. Biard., em viagem pelo Brasil, escreveu que observara camelos preguiçosamente a andar pelas praias cearenses, e o censuraram por infidelidade na descrição. Mas, de fato, vira-os tão realmente como os seus olhos caíam sobre as dunas brancas beijadas de mar. Já o Presidente Alencar pensara na aclimação de camelos para aquele fim; porém foi em 1859 que, por iniciativa do Barão de Capanema, vieram do norte d'Africa quartoze deles, entre machos e fêmeas. Reproduzindo-se com vantagem, no novo *habitat,* chegaram a ser vinte e, se mais não cresceram em número, deve-se o fato à incompetência dos que os zelavam ou tratavam. Por muito tempo estiveram em Fortaleza. E dai a veracidade da observação de Biard. (9)

Tudo isso ia mudar radicalmente com o aparecimento de sociedades carnavalescas das quais foram as primeiras, em Fortaleza, os Cavaleiros do Prazer, os Cavaleiros da Época e, depois, a Legião dos Únicos. Entretanto, foram os Dragões e os Conspiradores, pode dizer-se os reformadores dos processos momescos. Além dos *bals masqués* suntuosos, organizaram ambos, em 1885, desfiles riquíssimos com majestosos carros alegóricos, trabalho do mais delicado lavor e paciente execução. Aos carros do Iracema, dia e noite e irmanados nos mesmos objetivos, os tenentes Marcos Franco Rabelo e Benjamim Barroso deram o màximo dos seus esforços, sem ao menos suspeitarem que se haveriam de enfrentar mais tarde, como inimigos políticos, no campo da pública administração.

Ficou registrado, na história carnavalesca do Ceará, o préstito de 1896 dos dois Clubes rivais, nenhum querendo ceder ao outro a palma do triunfo, numa porfia de luxo e ostentação que tocou à loucura.

Fechado o Clube Cearense, ali pelas finais horas do século, ficou o Iracema a polarizar a elite fortalezense, a ser "um ateneu das atividades culturais que nobilitam a sociedade da nossa terra."

Desde o ano posterior ao seu nascimento se havia mudado para o confortável edifício do Reform Club, na Rua Formosa, inaugurada em 1882 por uma sociedade de empregados do comércio, agremiados em 1876. Os salões do prédio — de logo denominados Salão Francisco Perdigão, Salão Iracema e Salão Conspiradores, este mais tarde mudado para Salão Guilherme Rocha, transformaram-se, realmente, num cenáculo de arte e de letras, abrindo-se constatemente às mais diversas solicitações da inteligência e do sentimento.

Davam-se as mãos, ali, honramdo a irmã Terpsícore, as deusas Euterpe e Polínia, musas da música e do canto, as quais pressurosa se juntou Talia, com a sua grinalda de hera, patrocinando o pequeno teatro armado pelos iracemistas, no pátio ineterno so seu provinciano e terreal Hélicon.

Concertos, recitais, sessões literárias, festas de benefícios atraíam para os salões do Iracema a gente culta de Fortaleza, já familiarizada com os bailes e partidas íntimas ali efetuados e com os números sempre atraentes do seu mimoso palco.

Ficou afamado, tido e havido como o primeiro grande concerto presenciado pelos fortalezenses aquele tão bem descrito pelo cronista Pery e

(9) R.I.C., v. 41, p. 69, e v. 50, p. 234.

no qual (setembro de 1884) tomaram parte amadores prata-de-casa e artistas da Companhia Lírico-Cômica Italiana, de Luigi Milone, que representava no Teatro São Luís: "Salões literalmente cheios, uma miríade de olhos divinos constelando um jardim de rosas sob as cintilações dos candelabros num giorno fantástico, ideal, celeste. Uma fragância inebriante de perfumes esquisitos, um volitar travesso de leques, de olhares, de sorrisos, um fru-fru de sedas, um sussurro brando e tímido de segredo da noite com os astros." O jovem maestro Ciro Ciarlini e o grande orquestrante Joaquim Franco ao piano arrebataram, como arrebataram com as suas gargantas privilegiadas a prima-dona Sidônia Springer, na Serenata de Braga, e os barítonos Cesare Baracchi e Dominici, cantando este a Balo in maschera, romanza de Verdi. Dos nossos, deram desempenho maravilhoso Celina Rolim e a irmã Branca Rolim, "as jóias queridas do colar de Iracema", as senhoras Maria Abreu Albano e Maria Amélia Teófilo, e o diletante José Marçal, grandes vocações artísticas que eram.

E o renome do Clube Iracema, nos domínios da arte, cresceu com o fulgor que lhe vieram dar, com as suas admiráveis interpretações, virtuosos do valor de Alberto Nepomuceno, Henrique Jorge, Moreira de Sá, Frederico do Nascimento, Galiani Vicenzo Cernicchero, Artur Napoleão, Andrès Dalmau, Ladário Teixeira...

Ao calor das reluzentes paredes dos seus salões, nasceram outras agremiações — a Fênix Caixeiral (1891), a Academia Cearense de Letras (reorganizada em 1922), a Associação Cearense de Imprensa (1922).

Mas um dia, como resultado de insuperável dissidência, eis que lhe sai do bojo fecundo outro vigororoso organismo — o Clube dos Diários, fundado, em 18 de março de 1913, por João Garcia Arêas, Francisco da Costa Freire, Martiniano Silva, José de Mendonça Nogueira, João Mac-Dowell Guerreiro Lopes, César Cals de Oliveira, Henrique Jorge e mais alguns.

Ressurgia para o nosso mundanismo fase semelhante àquela áurea das competições cavalheirescas do Iracema e do Cearense, pois que a nova associação bem cedo atingiu os cimos aristocráticos, dirigida por *gentlemen* da mais legítima contextura, tipo Eliéser Studart da Fonseca, sempre lhaneza e aprumo no exercício de sua longa presidência.

Dominaram, então, as escadarias de um e outro, figuras de grande relevo, de que o cinzento da distância não nos permite senão vislumbrar em contornos vagos, umas já desaparecidas e outras vivendo aqui e ali, como se sonhassem, num calmo recordar de uma agitação que passou: — Eduardo Salgado, Antônio Alves de Carvalho, Comandante Pedro Bittencourt, Joaquim Barroso, Prisco Cruz, Barão de Camucim, Joaquim Magalhães, Edgar Borges, Paulo Morais, Cláudio Ideburque, José Sombra, João Arêas, Meton de Alencar, José Moreira, José Gentil, Rodolfo Bezerra, Maximiano Leite Barbosa, J.F. Alves Teixeira, César Cals, Inácio Parente, Raimundo Caminha, Messias Filomeno, Euclides Aires, Odorico de Morais, José Acióli, Antônio Benício, Peri Cruz, João Batista Lopes, Ildefonso Albano, Adolfo Siqueira, Amâncio Filomeno, Joaquim Markan, Luís Gonzaga da Silva, Carlos Ribeiro, Luís Severiano Ribeiro, Ábner Vasconcelos, Pedro Sidrim. Heitor Borges, Demóstenes Brígido, Raul Cabral, Antônio Fiúza,

Antônio Góis Ferreira, José de Carvalho Rocha, José Ribeiro da Frota — uma enumeração que não finda.

Época em que eram rainhas, naqueles dois reinos de galas e fidalguia: Marieta Palhabote, Alba Morais, Núbia Baima, Alice Napoleão, Leonila Cabral, Carmelita Sousa Pinto, Liberalina Leite Barbosa, Valinda Barroso, Dagmar de Albuquerque, Edite Borges, Ester Salgado, Gisela Teófilo, Estela Barroso, Morena Randal, Leonísia Studart, Marieta Montenegro, Marieta Mesiano, Marieta Furtado, Florzinha Emídio, Ester Gondim, Flora Carneiro, Laura Gurgel, Altina Martins, Dulce Sousa Carvalho, Anita Borges e... *n'insultes jamais une femme*, tantas outras a quem não agradaria uma referência pessoal, que as colocasse, indiscretametne, aos olhos das de hoje, num indesejado matronício...

Embora tenham sido o Iracema e o Diários, os dois maiores pontos de atração do mundo elegante de Fortaleza, no correr das quatro décadas seguintes à fundação deste último, é de salientar que outros salões do ritmo e da música lhe estiveram abertos. Fizeram grande moda as recepções nas residências de Adolfo Barroso, D. Sinhá Martins, Miguel Leite Barbosa, João Arêas, D. Milica Justa Teófilo, Cel. Filomeno Gomes e Jeremias Arruda, ao mesmo tempo em que, movidas pela mocidade do comércio e por estudantes, se tornaram muito vivas, conquanto efêmeras, as reuniões do Clube Caixeiral (1920), iniciativa de Edigar de Alencar, Clóvis Mendes e José Valdizar Jucá; e as do Clube dos Vingadores, de que fizeram parte Alberto Borba (1º presidente), João Campos Filho, Inácio de Oliveira Moura, Joaquim Pinheiro, Mário Torres de Melo, Hortêncio Alcântara Filho, Olavo Rego, Oton Osório, Caetano Vasconcelos, José Eduardo Girão, Aristides Quevedo e Juarez Castelo Branco.

Em 1924 (23 de abril) apareceu, no bairro da Aldeota, bucolicamente instalado, o Ceará Country Club, formado, na mor parte, de pessoas da colônia inglesa e cuja primeira diretoria se compôs de E.M. O. Scott, F.M. Hebblethaite, J.G. Evens, W. Smith. L.C. Smith, C.P. Mathews e B.C. Pulcell. Outros estrangeiros deram a sua solidariedade à criação do Country: P.Mc Reddie, J.H. Russel, M. Le Roy, Alfredo Ury, Marcel Levy, Mirtil Meyer, A.R. King, tendo sido aprovados os estatutos sociais em 8 de maio.

O Ideal Clube data de 1931, com o seu grande baile efetuado na primeira sede das Damas (Avenida João Pessoa), em 3 de outubro. Organizaram-no Luís Gonzaga da Silva, Joaquim Markan Filomeno Gomes, Raul Cabral, Meton Gadelha, Maximiano Leite Barbosa Filho. Pedro Sampaio, José Meneleu Filho e Fernando Pinto.

Completava-se o quadro das associações recreativas de Fortaleza com a inclusão do Náutico Atlético Cearense, do Maguari Sport Club, do Clube Líbano Brasileiro, do Jockey Clube Cearense, do Círculo Militar, do Comercial Clube, da Associação Atlética do Banco do Brasil (AABB) e vários outros de criação mais recente.

O Maguari, de origem estritamente desportiva e fundado em 24 de junho de 1924 pelos irmãos José Raimundo e João Freitas Barbosa, e por Armando Guilherme da Silva e Hugo Sanders, ampliou as suas finalidades com a construção, inaugurada em 1948, mas já desaparecida, no bairro do Benfica.

O Náutico, também de começos modestos, nascido da iniciativa de banhistas da Praia Formosa, desejosos de se organizarem em sociedade, teve como principais coordenadores Raul Carvalho, Pedro Coelho, José Bezerra de Meneses, Vandeberg Colares e mais alguns, dos quais depois se aproximaram Aprígio Coelho, José Barreira Fontenele, Vicente Lopes Gondim, Solon Frota, Secundiano Guimarães, Isaías Andrade e quantos a eles se vem agregando, possuídos do forte espírito de estímulo, para formarem, como já conseguiram, o majestoso e surpreendente conjunto balneário-desportivo, que se debruça risonho sobre as loiras praias, qual novo semirâmico jardim ali maravilhosamente suspenso. A sua sede é suntuosa, um ponto de atração turística. Completou o seu primeiro cinquentenário.

Resultante da transformação da antiga União Síria, ou mais recentemente, em 13 de abril de 1937, a União Libanesa, nova denominação que aquela tomou, surgiu o Clube Líbano Brasileiro, com estatutos aprovados em 15 de julhos de 1947, dia em que foi eleito presidente o Sr. Aziz Ari. A finalidade do Clube era, como é, congregar os libaneses e seus descendentes fixados no Ceará e incentivar o intercâmbio cultural e social entre o Líbano e o Brasil, promovendo, para isso, reuniões e diversões de caráter cívico, cultural e esportivo. Tendo funcionado durante alguns anos no prédio da Aldeota, que serviu de residência ao Engenheiro José Gonçalves da Justa e foi por este construído, o Clube Líbano-Brasileiro tem hoje, e desde 1957, a sua sede própria, na Rua Tibúrcio Cavalcanti daquele bairro. É edifício de linhas e decorações avançadas e acabamento esmerado, a ponto de ser conhecido como o *palácio de mármore*. Na história desta associação, aparecem como cooperadores de primeira água os nomes de Aziz Ari, José Dúmar, Jorge Ari, Wadi Nasser, Pedro José Lazar, Afonso Rabai, Wadi Jereissati, Francisco Gazeli, José Kalil Otoch, José Elias Bachá.

O Comercial Clibe teve a sua fundação em 3 de abril de 1948 e desta foram pioneiros Américo Lopes de Oliveira, Guilherme Vieira, Clóvis Vieira e Austregésilo Medeiros. Faz as suas reuniões em sede própria, de arquitetura elegante, localizada na Avenida Aquidabã.

Esse crescido número dos "chamados clubes de luxo" tem intrigado alguns visitantes que, menos avisados das verdadeiras causas do fenômeno, manifestam, de maneira crítica aos fortalezenses, que estariam excessivamente preocupados com os prazeres efêmeros, esquecendo as obras de mais austero alcance social, com as quais a cidade não conta, em índice satisfatório.

Cidade dos Clubes — é como se referem a Fortaleza, sem esconder que isto constitui — segundo as palavras de um deles — "um paradoxo a desafiar sociólogos e economistas."

Na verdade, porém, o fato se explica muito logicamente, porquanto decorre da justa e natural aspiração de viver a alegria da vida, numa terra severamente acutilada das asperezas climo-geográficas; e não é senão, por outro lado, produto dessa vivacidade, dessa comunicatividade, desse espírito associativo que tanto caracteriza o cearense.

No Ceará, mais talvez que alhures, o homem desmente a equação de Paulo Prado, no seu *Retrato do Brasil*, segundo a qual o brasileiro é um

triste, escravo, nas suas origens, da fórmula LUXURIA + COBIÇA = MELANCOLIA, fórmula de sociologia imaginosa, que o sociólogo Th. Pompeu Sobrinho irrespondivelmente combateu. (10)

(10) *"Retrato do Brasil"* — Pequenos Retoques, na R.I.C., v. 43-44, ps. 145 a 246.

13–A PLENITUDE BIOLÓGICA

Percebe-se sem esforço que Fortaleza está celeremente avançando, no *quarto período* de sua evolução histórica. É a sua Renascença.

De par com a *função comercial,* como se mostrou de forte inspiração inglesa, vemo-la, desempenhando outra ainda de maior relevo — a *função espiritual,* como base de superiores manifestações da cultura, da inteligência e do rejuvescimento de avelhados costumes e bolorentes preconceitos.

A criação do Liceu do Ceará fora promissor impulso à emancipação de fórmulas arcaicas, rotineiras, cortando novos modelos à instrução da mocidade, que não tarda a encontrar no *Ateneu Cearense,* dos irmãos Araújo Costa Mendes, aqueles mesmos adiantados processos de ensino ideados pelo Barão de Macaúbas, no seu Ginásio Baiano, e unanimemente louvados em todo o Império.

João de Araújo Costa Mendes ocupou, durante dois anos, a vice-diretoria daquela estabelecimento e aplicou no seu instituto, com todo o conhecimento de causa, o método prático do Professor Abílio César Borges, cujo segredo consistia em trazer aos discípulos, empregando estes menos tempo e esforço, resultados muito mais positivos do que esperados apenas da leitura dos livros.

O *Ateneu* foi instalado em 8 de janeiro de 1863 e marcou as pródigas núncias duma era de educadários bem organizados, que não mais deixariam de ofeecer á juventude estudantil as facilidades exigidas para a sua educação intelectual, moral e artística. Da mesma década são o *Seminário Episcopal de Fortaleza* (10 de setembro de 1864) e o *Colégio da Imaculada Conceição,* dirigido pelas Irmãs de São Vicente (15 de agosto do mesmo ano). ''O Ceará adiantou passos agigantados na estrada da inteligência e da cultura, com a presença de ambos e lhes é sumamente agradecido pela enorme soma de mercês que hão derramado, anos a fio, como belos frutos e perfumosas flores caídas da mais excelentes cornucópias.'' (1)

Desse aludido decênio é a abertura da Biblioteca Pública, em 25 de março de 1867, pelo Presidente João de Sousa Melo e Alvim. Contava com 1730 volumes e acomadava-se em edifício na Praça do Patrocínio, no qual

(1) Leia-se *Educandários de Fortaleza*, do autor, Fort., Imprensa Universitária do Ceará.

posteriormente esteve o Quartel do Batalhão de Segurança, e onde 1933, aí funcionou o Departamento de Saúde Pública. Hoje demolido.

No plano material, a cidade também prosperava, recebendo, no governo do Presidente José Bento da Cunha Figueiredo Júnior, grande incremento a pavimentação das ruas e iluminando-se a gás carbônico.

Até então era iluminada, se dessa maneira se pode dizer, a azeite de peixe, serviço inaugurado, em 1 de março de 1848, pelo contratante Vitoriano Augusto Borges. Compunha-se de 44 lampiões de quatro faces, mais largos em cima que em baixo, com fundo e tampa de metal. Eram pendurados em suportes de ferro cravados nas esquinas, para que pudesse a luz distribuir-se em ambas as ruas. Uma corda, passando por duas roldanas, elevava-os até o suporte, depois de convenientemente acesos, e uma caixa de azeite, com um pavio de algodão, completava os interessantes faróis.

Esses mortiços focos, em 1866, foram substituídos por combustores artísticos colocados nos passeios, de cada lado da rua, alternadamente. A altura de 2m,40 e a boa qualidade da luz proporcionavam uma iluminação muitas vezes melhor que a de azeite. A base é o gás carbônico, extraído do carvão de pedra. A empresa que o explorou para o serviço pùblico e para o das residências particulares — a Ceará Gás Co. Ltd, durou até outubro de 1935, quando foi rescindido o seu contrato.

Outro melhoramento de nota é canalização dágua potável destinada a abastecer a Capital. Acanhado e algo precário, era, entretanto, de enorme utilidade. Contratou-o, em 27 de maio de 1863, a firma de Londres — Ceará Water Works Co. Ltd., que o inaugurou em 26 de março de 1867. A despeito de gozar do privilégio por 50 anos, viu-se a empresa obrigada a suspender definitivamente o abastecimento em virtude da seca de 1877, que fez sêcar as fontes captoras. Nem ao menos confiou a outrem os seus interesses, pelo que os seus haveres foram vendidos em hasta pública para pagamento de dívidas. O abastecimento era feito por chafarizes, espalhados em vários logradouros públicos.

É, todavia, a inauguração da estrada de ferro o fato mais importante verificado nessa época. Contrataram a sua construção, em 25 de junho de 1870, o Senador Pompeu e os srs. Joaquim Cunha Freire — Barão de Ibiapaba, Dr. Gonçalo Baptista Vieira — Barão de Aquirás, o Engenheiro José Pompeu de Albuquerque Cavalcante e o inglês Henry Brockhurst.
A iniciatavia fora de João Brígido, advogado e incorporador da sociedade anônima. A ferrovia teria como terminal a cidade de Baturité e essa razão do nome. — Estrada de Ferro de Baturité. Começou o trafego inaugurado-se a estação de Parangaba, em 30 de novembro de 1873. Em junho de 1878, falecido o Senador Pompeu, a propriedade da Estrada foi transferida ao Governo Imperial, resgatadas as respectivas ações, trocadas por apólices do Tesouro. A entrega efetiva realizou-se em 3 de setembro, recebendo-a Carlos Morsing, nomeado Engenheiro-chefe.

Não menos valioso, o aparecimento da Companhi Ferro-Carril, com os bondes de tração animal. Organizada em 3 de fevereiro de 1877, pôs em trilhos os primeiros veículos no dia 23 de abril de 1880. Relembra com bastante fidelidade Raimundo de Meneses: "Constava (a empresa) de 25 bondes. Cada bonde podia conduzir 25 passageiros, destribuídos em 5

bancos. Pequeninos, modestos, dirigidos por um bolieiro quase sempre enfiado num fraque, os primitivos bondes semelhavam caixas de fósforos, tendo umas cortinas que corriam balaustres abaixo, em defesa do calor do sol ou das bátegas da chuva. Dois nédios burros, cabisbaixos, usando uns óculos de couro, puxavam, valentemente, o veículo, vergastados por comprido chicote, e atendendo, humildemente, aos nomes característicos, berrados a plenos pulmões. Trafegavam o dia inteiro, das 6 da manhã às 9 da noite, tendo, como ponto de partida de todas as linhas a Praça do Ferreira. O último deixava aquele logradouro ao tocar da corneta nos quartéis, anunciando o recolher, sendo que o do Alagadiço saía às 8 horas. A passagem custava cem réis.'' (2)

Completando a rede das comunicações, em 23 de fevereiro de 1881 vincular-se-ia a Capital ao Rio de Janeiro, por meio do telégrafo. Ao restante do Sul, ao Maranhão e à Europa, no ano subseqüente, pelo cabo submarino (30 de março), lançado pela American Telegraph and Cable Company.

Os telefones datam de 11 de fevereiro de 1883 e são inciativa de Confúcio Pamplona, homem de larga visão e invulgar capacidade realizadora. A sua Casa Confúcio, na Rua Major Facundo, foi o maior empório comercial daqueles tempos.

Recenseamento geral de 1872 fichara, em Fortaleza, 21.372 habitantes e o de 1877 — 26.943. Havia 72 sobrados, quase todos de um só andar, 4.380 casas térreas e 1.178 choupanas. Quarenta e cinco ruas, 4 boulevards, 16 praças, 10 templos católicos e 25 edifícios públicos eram a cidade de 1880, década que se assinala com as lutas de idealismo da emancipação dos escravos (3) e com o acontecimento inesperado da proclamação da República.

Já se observa, então, indisfarçável o sainete francês, muito particularmente em Fortaleza. Antes de fundada a Casa Boris, em 1869, não tinham sido raros os filhos de França que viveram em contacto com os cearenses, desde o engenheiro Jean Seraine, arquiteto e construtor de grande número de obras indispensáveis ao conforto e embelezamento da cidade. Viera quando da primeira administração do Padre José Martiniano de Alencar (1834—1839).

Outros engenheiros compatrícios de Seraine (4) forneceram posteriormente concurso valioso às coisas do Ceará, merecendo indicação especial Pierre Florent Berthot, contratado para estudar o porto de Fortaleza, Amadé Ernest Barthelemy Mouchez e Emile Gengembre. Berthot procedeu a detidos estudos a respeito das causas de nossa tortura portuária e demorou em Fortaleza quatro anos: de junho de 1858 a maio de 1862. Mouchez, o reputado astrônomo, Diretor do Observatório de Paris, legou-nos uma Carte Routière de la Côte du Brésil, de l'Amazones à Ceará e a Carte Routière de la Côte du Brésil, de Ceará à Bahia, além de outra, La baie du Ceará, adotada, como aquelas, pelo Almirantado inglês. Gengembre fêz

(2) *Coisas que o Tempo levou*, Fortaleza, Edésio Editor, 1938, p. 28.

(3) Leia-se *A Abolição no Ceará*, do autor, Fortaleza, A. Batista Fontenele, 1956.
(4)Ver *Revista da Academia Cearense de Letras*, 1953, p. 72.

parte das duas Comissões de Açudes e Irrigações e revelou-se fervoroso propagandista do plantio da amoreira e da criação do bicho da seda em nosso Estado.

Não poucos cientistas franceses estudaram a nossa fauna, a flora, os minerais, os nossos fenômenos telúricos. F. Chabrillac publicou *Sur quelques poissons fossiles de la Province de Ceará, au Brésil*, incluído nos Comptes Rendus de l'Académie des Sciences de Paris, 1844. Pierre Denis é autor de *Le Ceará*, publicado nos Annales de Geographie de Paris, com interessantes considerações sobre as secas e suas consequências. Paul Walle, em comissão do Ministério do Comércio da França e da Sociedade de Geografia Comercial de Paris, aqui esteve em 1910 e registrou as suas impressões de viagem no livro *Au Brésil, Etsts de Parayba, Rio Grande do Norte et Ceará*, 1912, no qual combate a versão errônea de que o norte do Brasil é insalubre e impróprio à imigração européia. Jacques Brunet, naturalista, viajando a espensas próprias, a despeito de pobre, muito investigou das nossas coisas materiais. Joanny Bouchardet, engenheiro civil, depois de ter percorrido o território cearense, escreveu *O problema do Norte, sua solução* e *Solução radical e científica do Problema das Secas*, Rio, 1915. Por último, pode ser citado Henrique Morize que, embora naturalizado brasileiro, nascera em Beaune, Côte d'Or, tendo feito na França a sua educação primária e secundária: esteve em comissões científicas, no Ceará, em 1893 e 1919, examinando fenômenos astronômicos e instalando estações meteorológicas.

E não é de esquecer L.F. de Tollenare que, aportando em 1816 em Pernambuco, onde passou a morar, fez viagens de observações de ordem comercial e geográfica e as enfeixou nas conhecidas *Notes Dominicales*, encontradas em original na Biblioteca de S. Genoveva, de Paris e, mais recentemente, dadas à publicidade na *Rev. do Inst. Arqueológico, Histórico e Geografico* pernambucano. Tollenare andou quase os mesmos caminhos do inglês Henry Koster, autor de *Travels in Brazil*, tendo visitado Aracati e Fortaleza.

Todavia, relações bem estreitas entre cearenses e franceses mais floresciriam na década de 1870. Efetivamente, em 1868 fundou-se, na Capital, a casa de comércio de Théodore Boris & Irmão, constituída de Alphonse Boris, chegado em 1865, por mar, e de Théodore Boris, que entrou em Fortaleza em 1867, pelo interior, via Icó. Esse estabelecimento de negócios transformou-se, no ano de 1871, na firma Boris Frères, com a admissão dos novos sócios Achille Boris, Adrien Boris e Isaie Boris, tendo Paris como sede. Em 1878 veio residir no Ceará o sócio Isaie, e então a casa grangeou maior prestígio, como que contralizando o desenvolvimento das permutas econômicas da Província, tal o incentivo, o estímulo que pôde e soube introduzir. O nome Boris entra, em cheio, no comentário de todos os dias, sertão a dentro, e sagra-se no conceito geral. tido e respeitado como uma garantia, uma confiança. O espírito popular começou a chamar o Oceano - "açude do Boris" e qualquer dúvida que surgisse num negócio determinado, o gracejo é que ela seria resolvida pelo Boris. À justiça mesma deram a alcunha de "mãe do Boris", para significar que até nos tribunais a Casa era influente. A personalidade de Isaie Boris, já feito Agente Consular,

e, depois, Vice-Cônsul Francês, elevou-se na consideração e estima do comércio, da sociedade de Fortaleza e dos poderes públicos. Quando o govêrno cearense, num gesto de solidariedade nacional, quis organizar o mostruário dos produtos locais para figurar na Exposição Internacional de Chicago, em 1892-93, foi a Isaie que a administração estadual confiou o êxito do certame, apesar de suas ponderações de que, como estrangeiro, não devia caber-lhe a presidência da Comissão Organizadora. E o Catálogo dos Produtos Cearenses na Exposição de Chicago é bem o documento da sua operosidade e do seu poder de cativar afeições.

Com o afastamento de Isaie Boris, continuaram as tradições e o renome da Casa com o Comendador Achille, outra alma de nobreza ímpar. A tal ponto chegou a atuação dos Boris, que não só uma vez teve a Fazenda do Estado de recorrer ao seu financiamento, para atender a momentâneas carências de numerário nos cofres públicos.

Por via dessa ingerência da Casa Boris nos negócios comerciais, dia a dia aumentava entre nós essa influição, que — salienta o cronista Hugo Vítor — se tornou assoberbante, acentuando-se ainda mais com as viagens, à Europa, de várias individualidades cearenses, algumas acompanhadas da família e de preferência procurando a França, onde às vezes se demoravam meses e anos, mandando, não raro, os filhos ali se educarem e até com franceses se casando.'' Muitos são os cearenses que, na França, se graduaram médicos e engenheiros e desposaram damas francesas, como são os casos do Barão de S. Leonardo e do Barão de Camucim. O primeiro, Leonardo Marques Brasil, casou-se com a parisiense Aline Gauthier, que assim veio a ser a Baronesa de S. Leonardo, falecida em 1904, deixando progênie ilustre. O outro, Geminianao Maia, do Aracati, contraiu núpcias também com uma parisiense — Rose Nini Liabastres, que se tornou a Baronesa de Camucim, falecida em 1916, e como aquela, legando-nos uma geração de alta evidência social.

Será de relembrar, neste passo, em forma de parêntese, a figura do Conde Adolphe van den Brule, que viveu longos anos no sul do Estado, no Cariri, e lá morreu. Filho do Conde Ildephonse Pilo Jevaule, um dos diretores do Banco de França, nasceu em Paris, mas pertencia, como titular, à nobreza belga, privilégio que a sua família herdara dos ascendentes, por uma mercê do rei Leopoldo, da Bélgica, em recompensa a serviços deles recebidos. Uma aventura qualquer, talvez jamais esclarecida, fê-lo vir para o Brasil e foi na cidade de Juazeiro do Norte, como amigo do Padre Cícero Romão Batista, que van den Brule contou os últimos lustros da existência.

Também requerem menção especial as atividades, em Fortaleza, do professor Louis Vergeot, como correspondente-redator de *Le Journal*, de Paris e da *Revue Franco-Brésilienne*, nos Estados de Pernambuco, Maranhão e Ceará, bem como delegado da Alliance Française, destinada à propagação da língua francesa nas colônias e no estrangeiro. E as de Norberto Golignac, que mantinha um serviço de carruagens de luxo, para casamentos, passeios e batizados, naquelas eras em que não rodavam automóveis e o transporte urbano se fazia pelos veículos da Companhi

Ferro-Carril, arrastados por burros e, conseqüentemente, nunca saindo dos trilhos por onde corriam as linhas.

Ao lado de outros estabelecimentos que sucessivamente se abriam, tais como os de Gradvohl Fréres, Levy Frères, Benoit Levy & Dreyfuss, Reishofer Frère, Clement Levy & Cia., Félix Liabastres & Cia., — generalizou-se a mania de dar nome francês aos de firmas cearenses, tais como: Au Phare de la Bastille (casa de modas), Louvre (talvez a mais luxuosa nas instalações), Bon Marché, Grande Nouveauté de Paris, Haute Nouveauté de Paris, La Ville de Paris, Notre Dame de Paris, Corbeille de Fleurs, Rendez-Vous des Dames, Rendez-Vous des Amis, Torre Eiffel, Hôtel de France, Hôtel de l'Univers, Art-Nouveau, Café Riche, Farmácia Pasteur, Farmácia Francesa, Garage Elite — todas vendendo artigos da indústia francesa: modas, tecidos, sapatos, chapéus, perfumes, *bijouteries*, conservas, vinhos, bebidas e licores, drogas farmacêuticas, peças de automóvel.

De Fortaleza, estendeu-se a influência ao Aracati. Lá surgiram os irmãos Benoit e Natalino Levy, e também Jacques Klein. Aqueles, os pioneiros da exportação de peles ou courinhos, no Ceará, e este, constituindo-se, em pouco tempo, o nome mais pronunciado da região do Jaguaribe, como comerciante de avantajados haveres. Lá é que, identicamente, se iniciou Myrtil Levy e se firmou Myrtil Meyer que, a princípio empregado de Klein, conseguiu emparelhar-se aos maiores exportadores de Fortaleza. Ainda existe nos arredores de Aracati o sítio Franceses, talvez lembrando essa qualidade de dois irmãos, possuidores de uma pequena indústria de cortume e cujos nomes a tradição perdeu.

Não se restringem, contudo, às esferas mercantis os benefícios que Fortaleza tem recebido de naturais da velha Gália.

Seria cansativa a enumeração de tantos quantos trabalharam no Ceará, porém não se perdoaria o silêncio em torno de dois. Primeiramente, o Dr. Cristóvão Mallet, que exerceu a medicina em Aracati, sempre dando de si em favor dos doentes que socorria, num inexcedível altruísmo. Assegura o Barão de Studart que o Dr. Mallet nunca teve um insucesso em sua clínica obstétrica. Era casado e tinha filhos, porém filhos, na verdade, lhe eram também os seus clientes. Faleceu em 1856, de febre amarela. Não sendo católico, teve de ser sepultado fora do cemitério, ao lado da igreja Matriz, num túmulo raso, com esta lápide muito simples — *Dr. Mallet*. A outra referência deve ser feita ao Dr. Pedro Théberge, também médico, nascido em 1811, em Marcé, na antiga Normandia. Quando resolveu morar no Brasil, trouxe a esposa, Maria Angélica Elisa Théberge, da família Soulé, de Metz, e fixou morada no Recife (1837) Clinicou ali, ao mesmo tempo que mantinha um educandário — o Colégio Espírito Santo, para o sexo feminino. Em 1845 mudou-se para Fortaleza, onde abriu consultório, mas três anos depois transferiu-se para o Icó, cidade então florescente, na qual ficou residindo em definitivo. Amante das coisas cearenses, escreveu ensaios sobre as secas e também sobre as vantagens da fenação e da açudagem.

Levantou uma Carta Corográfica da Provícia do Ceará (1861) e enfrentou, à custa das mais insistentes pesquisas, a primeira tentativa séria de uma compendiação da história do Ceará, publicada, posteriormente. pelo filho, Dr. Henrique Thebérge. Homem empreendedor, incorporou uma

companhia de transportes entre o Icó e o Aracati, por meio de carros puxados a equinos, o que infelizmente não teve efetivação. Construiu o Teatro do Icó, a casa da Câmara Municipal, daquela cidade e executava as obras da construção de um templo católico, quando a morte o surpreendeu em 8 de maio de 1864.

Entretanto, é no terreno espiritual e cultural que vem acentuar-se a estimulação francesa, principalmente graças aos fluxos de duas eficientes instituições de ensino e educação: o Seminário Arquidiocesano e o Colégio da Imaculada Conceição, ambos em Fortaleza.

Já foi dito, muito acertadamente, ser este Seminário "*o hortus conclusus,* onde se cultivam as vocações sacerdotais e se prepram os milicianos para as pelejas da fé, que se espalham por todos os recantos do Brasil, como novos apóstolos da verdade; e foi também neste viveiro que se emplumaram centenas de gerações de intelectuais que honram a cultura cearense e, por que não dizê-lo?, a cultura brasileira." Intituído pelo primeiro Bispo do Ceará, D. Luis Antônio dos Santos, visando ao sanseamento de um clero mal recrutado, decaído daquelas puras virtudes que lhe deviam ser indefectível apanágio, foi confiado aos Padres Lazaristas. Como primeiro Reitor, esteve o Padre Pierre Auguste Chevallier, oriundo de uma família de lavradores e nascido em Saint Riquier, Somme, em setembro de 1831. Quase vinte e sete anos durou a sua gestão — de 1865 a 1892. Morreu com 70 anos de idade e 49 de vocação. Compreende-se, facilmente, como se identificou ao seu Seminário, e ao Ceará, que ele amava extremosamente.

Substituiu-o o Padre Jules Simon, de não menores atributos e talentos. Nascido em Moulons, no mês de outubro de 1856 a 21 de janeiro chegou a Fortaleza. Antecedera-se a sua chegada da notícia de sua bela presença física sua fineza de espírito e sua pujança oratória, de pronto sobejamente confirmadas.

O Seminário entrou em fase de renovação geral, demonstrando que Chevallier tivera um continuador cioso e apto, através dos quinze naos do seu Reitorado. Faleceu no Rio de Janeiro, em maio de 1920.

Ao Padre Simon seguiu-se o Padre Vincent Péroneille, natural de Cette, no sul da França. Em nada desmereceu dos outros, na sua administração começada em 1892. Chamaram-lhe, com propriedade, "o primeiro seminarista". Tal a sua regularidade como mestre e nas funções de Reitor e a sua cordialidade com os discípulos. Transferido, em 1913, para o Maranhão, a fim de reorganizar o Seminário de São Luis, dali seguiu para Petrópolis, onde exerceu cargo de relevo a serviço de sua benemérita Congregação.

Outros clérigos franceses serviram, eficazmente, ao Seminário: o Padre Bertrand Marie Prat, de Pamiers, musicista; Arcadio Dorme, de Fontaines-Demis, Marne, naturalista; Louis Dinet, de Angoulême, historiador; Jean Louis Dumalard, de Marseille; Thiago Palaysi; Emmanuel Dupis, de Mont-de-Marsan; François Couturier, de S. Julien-de-Ribost, perto de Lion; Léon Peyré, de Bayonne; Victor Boullard, de Paris. Em 1914 começou o Seminário a ser dirigido pelo holandês Guilherme Vaessen, que muito fez por ele.

O Colégio da Imaculada Conceição, de sua vez, há produzido admiravelmente. Desde os seus primórdios para ele têm convergido jovens das mais afastadas regiões, haja vista, as do Cariri, de onde, apesar das cem léguas que

o separam da Capital, eram mandadas a estudar, cobrindo penosíssimas viagens. De retorno aos lares, sobremodo concorriam para modificar, no seio da família, muitas noções defeituosas, características dum obscurantismo às vezes atrozmente impermeável.

Receberam-no, desde a fundação, as Filhas de Vincent de Paul, e foi isto em 1865. Eram sete as que vieram primeiramente: Bazet, Gagné, Marie, Cassin, Rouchy, Lecorre e Gonçalves. A sua chegada, no dia 24 de julho, empolgou as atenções, moveu os curiosos, todos querendo observar de perto como seria uma Irmã de Caridade, o seu feitio, as suas vestes. "Vencidas as dificuldades apavorantes do nosso porto, muito maiores do que as de hoje — escreve Mons. Quinderé — as Irmãs dirigiram-se à igreja da Prainha, onde se entregaram a Deus, e dali para a casa, à Rua Formosa, atual Barão do Rio Branco, que lhes estava destinada, sempre acompanhadas dos dois representantes da autoridade eclesiástica: o Padre Chevalier e o Barão de Aratanha. As Irmãs tiveram que suportar as fadigas que lhes causavam os raios do sol a pino e a areia ardente que lhes escaldava os pés. Naquele tempo Fortaleza tinha apenas três ruas empedradas. Grande foi o pasmo do povo ao defrontar-se com aquela estranha gente: uns se ajoelhavam, outros aproximavam-se, tentando tocar-lhes a indumentária. Nas janelas os moradores se aglomeravam e as crianças, adivinhando as carícias do Céu, que lhes traziam aqueles anjos do Senhor, seguiram-nas em álacre cortejo." (5) Como se sabe, somente em 1867 pôde o Colégio instalar-se no prédio em que presentemente se encontra — a antiga Casa dos Educandos, que havia sido levantada para servir de asilo a meninos pobres, as fora fechada pela carência de verbas para a sua manutenção. Em virtude de muitos acréscimos e reformas feitas no edifício, o Colégio da Imaculada Conceição, atualmente, é bem o modelo dos institutos do seu gênero, quer sob o aspecto material, quer no que tange à orientação e natureza dos ensinamentos ali ministrados.

Marguerite Bazet morreu em 1887 e, desde 1882, havia sido substituída por Clemence Therese Gagné, de Dijon, falecida em dezembro de 1917. Foi a Irmã Marie Emile Henriot, parisiense, quem, a partir de fevereiro do ano seguinte, tomou a frente do estabelecimento, retendo-a até a sua morte, em novembro de 1930. Ainda desta vez não se quebraria a sucessão francesa no Superiorato, confiado à Irmã Jeanne Mahieu, de Tourcoing, dotada de excepcional espírito realizador. Até 1935 permaneceu na direção geral do Colégio, que então passou à Irmã Simas, de nacionalidade portuguesa.

À frutífera atuação de Irmã Mahieu deve-se o Patronato da Imaculada Conceição, de Pacoti, sobre a Serra de Guaramiranga ou Baturité, benfazejo reduto de preparação intelectual e moral das meninas e moças daquela zona.

Não seria possível concluir este esquema histórico sem uma alusão a todas aquelas, também discípulas de São Vicente, que devotaram a vida religiosa à Santa Casa de Fortaleza — o velho e, por muito tempo, único hospital da cidade. Quantas mãos francesas não mitigaram, naquelas pobres enfermarias, os sofrimentos de conterrâneos nossos e lhes deram inestimável lenitivo nos agros momentos de dor! Quanta lágrima não enxugaram e que de gratidões não conquistaram no seu anonimato edificante!

(5) Em *O Ceará*, de Raimundo Girão e A. Martins Filho, Fortaleza, Editora Fortaleza, 2ª Ed., 1945, p. 85.

Data de 1861 e até mais recente essa casa de assistência hospitalar que, a partir de 1870, foi orientada por Irmãs Vincentinas. Quatro, as que serviram originariamente: Anne Elizabeth Méric, Eleonor Mathilde Benoit, nascida em Bollene, Anne Lamon, de Clois, e, não francesa, Josefa Nunes.

Méric era natural de Bordéus (1826) e veio como Superiora, tendo sido substituída por Victoire Louise Rouyer, de Neuville, a qual, por seu turno, teve como substituta Jeanne Céline Bernier, da cidade de Lille. A esta sucedeu Marie Chousioux, "admirável mulher" na expressão de Barão de Studart. Nasceu em Felletin, perto de Bordéus, e chegou ao Ceará em 1879. Falecendo em abril de 1901, coube o Superiorato à Irmã Marie Emma Gaboriau, oriunda de Arces, Charrante Interieure. Superiora, até falecer em outubro de 1915.

É quando vem para o afanoso cargo Marie Pauline Duhamel, a quem a nossa terra deve imensos serviços, principalmente por ocasião das secas de 1915 e 1919. Era de Rubaix, nascida em 1866. Ainda outra francesa esteve como Diretora — a Irmã Dieulangard, conquanto onze meses apenas.

Além destas, outras desveladas Filhas de S. Vicente estiveram trabalhando na Santa Casa de Misericórdia: Rosalie Bernard (Irmã Vicência), de Pery, Haute Loire; Marie Madeleine Lamasjon, de Lupersat; Zélie Rose Ossance, de Vitry; Jeanne Marie Mathurine Julienne, de St. Méen; Chatarine Souron, de Achez; Aurélie Pauline Augustine Aubourg, de Boulogne; Marie Celéstine Martin, de Villefranche; Marie Rose Jeanne François Lecoint, de Langrolay; Jeanne Caroline Faione, de Paris; Marie Louise Metz (Irmã Gabriella), de Gotebourg; Hélene Genévieve Aimer Le Sourd, de Croisie, Loire Inf.; Louise Jeanne Marie Corbel, de Tredaniel; Marcadé Leontine Rosalie, de Montigny, Marie Madeleine Grandnat, de Champelase; Firmene Ismerie Beauvais, de Salouel; Elise Lucréce d'Hauteville (Irmã Rafaela), de Cluny; Chatarine Darroux (Irmã Marta), de Granade Landes; Julie Marie Graud, de Bellister.

Era de 35.065 habitantes a população de Fortaleza, pelo censo de 1890. O século atual encontrou-a com 50.000.

14 — SALÕES E CAFÉS

O ser humano não poderia viver sózinho. Robinson Crusoé não é mais que personagem de romance, e ainda assim teve a companhia amiga do seu Sexta-Feira. Efetivamente, "o homem isolado é um mito". Sómente dentro do jogo complexo das influências ambientais — físicas, sociais e culturais — há de ser estudada e compreendida a sua personalidade.

O *grupo* é o seu clima, o seu ar. Desde o grupo primário da família, até o supergrupo da organização política — o Estado ou Nação, através de uma gama de grupos intermediários, cuja classificação varia conforme as concepções dos sociólogos e dos estudiosos da psicologia social.

Uma tendência inata, ou para Mc Dougall, um pseudo-instinto o faz procurar a *convivência,* pois que a só *vivência* não lhe basta: sufoca-o.

Aqueles estudiosos esforçam-se por definir a estrutura dessa aproximação ou identidade social e encontram três fatores que, agindo interderpendentemente, a explicam: a *sugestão,* tida como processo intelectual ou congnitivo; a *imitsção,* o processo ativo ou motor; e a *simpatia,* considerada o processo afetivo.

Sugestão-imitação-simpatia, eis o trinômio da existência em sociedade e seu substratum, numa complexidade que se mistura a profundos processos inconscientes.

Consoante Kimball Young, "a simpatia depende também, da maturidade da imaginação que torna possível o despertar de imagens, emoções e sentimentos similares, e não menos idênticos uns aos outros. Quer dizer que não é sómente a experiência emocional de outra pessoa que faz a simpatia, mas o fato de compreendermos pela imaginação as situações que despertam estas imagens, idéias, emoções e sentimentos." (1)

Como efeito, a simpatia assim reflexiva ou racional é a que traduz essa finalidade, esse dom de congregar pessoas em grupos de caracteres os mais diversificados, ora sujeitos às regras de regulamento ou estatuto, ora sem nenhuma idéia de obrigação, de todo espontâneas.

Poderemos incluir, entre estes últimos, aquelas mais apuradas, transcendendo ao trival pelo esplendor e alto nível e mental, que constituíram os

(1) Citado por Arthur Ramos, *Psicologia Social,* Rio, Liv. José Olímpio — Editora, 1936, p. 144

salões de Paris, tão afamados, principalmente nos séculos XVII e XVIII.

No primeiro deles, *le siècle d'or* da literatura na França, fulguraram requintados e pomposos, entre inúmeros, os salões da Marquesa de Rambouillet, de Mme. Sablé, de Melle. Scudéry, de Mme. Lespinasse, de Mme. Sévigné, de Ninon Lenclos.

L'Hôtel de Rambouillet foi, talvez, o mais notável, dirigido pela inteligência de Catherine de Vivonne, nascida em Roma e casada com o Marquês de Rambouillet, Carlos d'Angennes. Por certo, foi a mais célebre dama da referida centúria. O seu castelo da Rue Saint-Thomas-du-Louvre, com a sua *câmara azul,* era freqüentado pelo que o mundo literário francês possuía de melhor, atraído pela fascinação da Marquesa, sempre preocupada em dar ao seu Salão o cunho do mais fino gôsto artístico e do bom tom. Em polidez e distinção ninguém a superou. Ali se reuniam, habitualmente, o poeta Marquês de Racan, Combauld, o Cardeal de la Valete, Jean Chapelain, Marini — o vate italiano de Nápoles chamado o Paris por Maria de Médicis e criador do "marinismo", Vincent Voiture, Godeau, Bensarad, Gilles Ménage — o gramático, Guez de Balzac — o "Grand Epistolier", reformador da prosa francesa, a festejada Melle. Paulet, *la lione rousse*, assim mais conhecida. Entretanto, os exageros daquelas boas maneiras e do esmero na linguagwm desceram às afetações do *preciosismo,* de que se socorrem ainda hoje muito beletristas vaidosos e que Moliére, sem piedade, tanto depreciaria na comédia *Les Precieuses Ridicules.* Também não faltou ao *Hôtel* o fecundo Valetin Convart que, por seu turno, mantinha salões magníficos, em cujas tertúlias Richelieu deliberou organizar a Academia Francesa (1634).

O Salão de *Mlle. Magdeleine de Scudéry*, sem as austeridades do anterior, não foi menos famoso, graças à cultura e beleza da irmã do poeta Georges Scudéry. Desde muito jovem escritora de renome, a romancista de Le Grand Cyrus e de Clélie, aprendera, na câmara azul dos Rambouillet, os segredos do galanteio. Em 1671, a Academia Francesa conferiu-lhe o prêmio de eloqüência, depois de apreciar o seu "Discurso da Flora". Foi, na realidade, uma das glórias da "sociedade dos preciosos."

Ao de Mme. Sablé, que fora dama de honra de Marie de Médicis, bonita, aventurosa, preferiam, desde 1646, as mulheres mais célebres, como a Duquesa de Longueville, Mme. de Hantefort e cavalheiros de evidência, tais como Montausier, Voiture, o abade Esprit e, *primus inter pares*, o Duque de La Rochefoucauld, que aí teve a idéia de escrever as suas admiráveis Máximas. Muito assíduos, o cavalheiro de Armentiéres e o Marech. de Montmorency... os mais íntimos da anfitriã. Mme. Sablé deixou, igualmente, um livro de *máximas*, publicado em 1678.

Mme. de Sévigné — Marie de Rabutin Chantal, parisiense — constituiu as atrações doutro soberbo salão. Inteligência faiscante, cultivara o latim, o espanhol e o italiano, aprendendo-os de Ménage e Chapelain. Esposando aos 18 anos o Marquês de Sévigné, enviuvou aos 26 anos e celebrizou-se pelas suas *cartas*, escritas a uma de suas filhas, a Condessa de Grignan, nas quais, ao mesmo tempo que abria as janelas de seu coração, mostrando-lhe as alegrias e os conflitos, pintava fielmente o que se comentava e o que se pensava em Paris. Com toda a razão, já foi dito que ela

realizou a perfeição no gênero epistolar, ultrapassando a própria Marquesa de Maintenon, autora de verdadeiros encantamentos numa correspondência literária.

Amiga dileta de Mme. Sévigné era a *Condessa de La Fayette,* que recebia em seu salão ilustres intelectuais e *grands seigneurs:* La Rochefoucauld, Condé, La Fontaine. O seu *La Princesse de Cléves,* saído em 1678, é considerado a obra prima do romance do século XVII, século em que "é a realeza francesa que age na Europa, enquanto no século XVIII quem age é a sociedade."

"O movimento do país — escreve Octave Aubry — não se concentra mais em Versalhes, que se transformou numa crisálida inerte, mas em Paris, ser palpitante, ruidoso que, crescendo todos os dias, cada vez mais, no interior e fora do reino, imprime a sua influência. Aqui a inteligência é rainha. Reuniram-se em Paris a indústria, o grosso comércio, as transações monetárias e, também, os cortesões mais hábeis, a mão de obra de uma delicadeza, de um requinte excepcionais, que nunca são igualados em nenhum país e em nenhum época. Artistas, escritores, pensadores do mundo inteiro afluem para aí. Trinta, cinquenta salões disputam-nos, acariciam-nos, aumentam a sua reputação para com ela glorificar-se e encher sua época. Na verdade, o próprio Paris torna-se um salão universal. É aí que se urdem as idéias, os sistemas, as fantasias do espírito; aí é que exibem o luxo, o gôsto, a moda. A sociedade é brilhante, alegre, fácil, mesclada. As mulheres ocupam o primeiro lugar, como acontece sempre no pináculo das civilizações. A vida é amável e cética. Encontramos nesse ambiente, ao mesmo tempo, cortesia e depravação." (2)

O século XVIII vem ser o das reações contra as idéias religiosas, contra o absolutismo e contra o classicismo, que havia atingido o apogeu com Luis XIV. Os salões acompanham essa inspiração revolucionária e têm eloquentes espécimes em Mme. Geoffrin, Mme. du Deffand, Mlle. Lespinasse, na Marquesa de Lambert e em Mme. Tencin.

Julie Leonor de Lespinasse, que viveu de 1732 a 1776, conquanto sem grande formosura, era dona de muita naturalidade de espírito e bastante instruída. Fez do seu salão quartel dos enciclopedistas: o historiador e poeta Charles Jean Hénault, o economista Tourgot, o matemático D'Alembert, o romancista e teatrólogo Marmontel, a Duquesa de Chatillon. A D'Alembert unir-se-ia mais estreitamente, por muitos anos. Temperamental, amou também o Conde de Gilbert, a quem escreveu as suas ardentes e memoráveis *Cartas.*

De sua vez, *Alexandrine Guérin de Tencin,* irmã do Cardeal de Tencin, arcebispo de Lion, caracterizou-se pelos métodos da intriga e da galanteria, explosão talvez de sentimentos recalcados de seu internamento mo Mosteiro das Agostinhas de Mont Fleury, em Grenoble, onde professara. Viveu com a cavalheiro Destuches e foi mãe de D'Alembert, que enjeitou na roda dos expostos. A sua casa era especioso lugar de freqüência de Marivaux, Fontenelle, Hevétius, Piron e Montesquieu. Cheia de imagi-

(2) *História da França,* trad. de Marília Pederneiras, Inst. Progresso Editor, S. Paulo, 1948, p. 199.

nação e talento, dirigiu ao Duque de Richelieu missivas que ainda hoje são lidas com admiração.

Mas ao lado dos salões, por toda parte, iam surgindo as *maisons de café,* para as quais se deslocavam as *causeries.* Mais de trezentos Cafés se contaram em Paris, assim como numerosos em outras importantes cidades francesas, desde o primeiro, em Marselha, no ano de 1654. Michelet dedicou uma página a *L'Événement du café en France.* O Café destronou o cabaré. *Jamais la France ne causa plus et mieux.*

Muitos desses Cafés ganharam reputação: o *Pomme de Pin,* o *Café de la Régence,* o *Café Procope*, conhecido por "l'antre de Procope." O *Régence,* fundado em fins do século XVII, na Praça do Palais-Royal, era a preferência dos jogadores de xadrez. O *Procope,* inaugurado em 1689, pelo siciliano Francesco Procópio, na Rue des Fossés-Saint Germain, hoje, Rue de l'Ancinne-Comédie, foi o ponto de aproximação, durante o século seguinte, dos mais autorizados homens de pensamento.

Todavia, resistiram ainda os salões, que também esplenderam no século XIX, como o de Mme. de Stal e o de Mme. Récamier.

Aquela — *Anne Luise Germaine Necker*, parisiense, casada com o embaixador sueco, Barão de Staél-Holstein, homenageva, notadamente, os partidários da restauração da monarquia constitucional, o que levou Bonaparte a expulsá-la da pátria. Principalmente com o seu *De l'Allemagne,* produto de suas observações nas viagens do exílio, fez-se um dos precursores da vitória do romantismo, na qual Chateaubriand foi *magna pars.*

A outra, cujo nome era *Jeanne Françoise Bernard* e nascera em Lion, tornou-se admirada pela agudeza de espírito e irradiante beleza física, a adornarem o seu salão, da Abadia dos Bosques. Durante o período da Restauração, para aí convergiam escritores de nomeada do porte de Mme. de Staél, Benjamim Constant, Bernadotte, os Montmorency e, acima de todos, "reinando como um ídolo", o inconfundível autor de "Le Génie de Christianisme." Edouard Herriot biografou-a, com estilo de mestre, em *Mme. Récamier et ses amis.*

* * *

Portugal não foi bom terreno para o fenômeno "salão-literário". A influência italiana levou-o a optar pelas Academias, às quais não esteve indiferente a mulher portuguesa. Uma filha de D. João III fundou uma Academia feminina, de que participaram, além de outras, Luísa e Ângela Sigêa, Paula Vicente, Leonor de Noronha e Ana Vaz. De Luísa sabe-se ter sido poliglota e poetisa. De Paula Vicente, que escreveu uma gramática inglesa e um livro de comédias.

Frei Luís de Sousa, ainda secular, formou outra Academia Literária, e da casa de D. Francisco Manuel de Melo saiu a *Academia dos Generosos,* iniciativa de D. Antônio Álvares da Cunha, Trinchanté-mor de D. João IV. Não menos conhecida, a *Academia dos Singulares,* começada em outubro de 1663, na residência de Pedro Duarte Ferrão, Inquiridor das Causas do Rei. Outras, como a *Academia dos Ambientes* (1615), a *Sertória*

(1630, em Évora), a dos *Anônimos* (1637), as *Conferências Discretas* (1669) na livraria do Conde de Ericeira, onde se juntava, nos domingos à noite, a nobreza de Lisboa. D. João V ofereceu um palácio em Roma à *Academia dos Árcades*. Até que, em 1720, fundaram a *Academia de História Portuguesa*, uma imitação da Academia Francesa, pois ao tempo já era forte o modelo d'além Pirineus. A *Academia Real de Ciências de Lisboa* é de 24 de dezembro de 1779.

Modificava, não havia dúvida, o povo luso, como bem expressa Lord Beckford, uma triste e demorada situação de inércia, dividido Portugal em duas partes — uma que suspirava pelo Messias e a outra que sonhava com a vinda de Dom Sebastião. (3)

A onda do academismo atravessou o Atlântico e veio repontar na Bahia onde, em 1724, no Paço dos Vice-Reis, pela atuação de D. Vasco Fernandes César de Meneses, se instalou a *Academia Brasílica dos Esquecidos*. Assim designados, talvez porque, ao fundar-se, em Lisboa, a Academia de História, não se lembraram os fundadores de incluir, na relação de sócios, nenhum valor cultural deste lado do oceano.

Morta a agremiação e aproveitados os remanescentes, unidos a novos confrades, surgiu, em maio de 1759, outra Academia, a dos *Renascidos*, que entretanto não viveu muito. Nascera sob os auspícios de José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo, Conselheiro de Ultramar, mas sujeitas suas deliberações ao *placet* do Rei, motivo principal do afrouxamento na coesão da sociedade. As academias dos *Felizes*, de 1736, e dos *Seletos*, em 1752, foram organismos nati-mortos.

Daí por diante, de academia literária parece que só veio a cogitar-se em 1894, quando brilhantemente surgiu a *Academia Cearense*, que deste modo antecede de quatro anos à formação da Academia Brasileira de Letras.

A nossa condição de Colônia, com a Metrópole a sugar-nos avidamente numa ímpobra "fiscalidade de carrapato", no pitoresco juízo de Manuel Bonfim, não oferecia ambiente aos faustosos e fidalgos salões à moda francesa. Ainda mais, porque "O sistema de reclusão das mulheres impedia a florescência desses núcleos de cultura, de espírito, de alegria." Foi preciso que D. João VI tivesse de fugir para o Brasil, com a sua corte e o seu luxo, ruminando a idéia de estabelecer um Reino português na América, para sentir a vida brasileira outro clima de civilização, maneiras de dizer e novos estilos.

Já, agora, não se podia afirmar, com relação ao novo século, aquilo que se dizia do século XVIII: que os salões, no Brasil, "foram igrejas, coros e locutórios."

Pelo contrário, com a vinda do Monarca, o Rio de Janeiro passou a diferenciar-se, essencialmente, da Bahia e do Recife: "recepções reais, chegadas, casamentos e batizados de príncipes; aclamações, coroações, cortejos; o luzir dos fidalgos a estadearem pompas algumas vezes com o fim de captar mercês e benefícios da coroa — davam modelos e incitavam imitações. E os que, por serem dinheirudos, almejavam um título para

(3) Ver Teófilo Braga, *História da Literatura Portuguesa*, Introdução, Porto, 1870, Cap. VI.

alardear opulência e gentileza de tratamento, achavam meios de dourar um brasão e esculpir nos portais de sua chácaras coroas de baronato.''.

Construíram-se os palácios de mobiliário rico, e muitas casas que ''antes se contentavam com serões ou partidas noturnas, simples e modestos entretenimentos, passaram a reclamar grandes bailes e recepções.'' Filigranavam-se os hábitos elegantes e apareceram lantejoulados de opulência os salões, alguns dos quais se tornaram de tradição imorredoira, competindo com os dos Paços Imperiais. Os salões da Marquesa de Abrantes, de Joaquim Nabuco, do Barão de Cotegipe, da Condessa de Barral, dos Haritoffs, da Baronesa de Bela Vista, da Viscondessa De Cavalcânti, para citar sómente alguns da Capital do Império, reluziam de magníficas alfaias e trato cativante.

Wanderley de Pinho, ilustre escritor baiano, em seu volumoso e suculento — *Salões e Damas do Segundo Império*, descreve em minúcias curiosas a nobreza e a finura européia desses salões, para mostrar, no entanto, que foram, a rigor, mais políticos e mundanos.

Só um deles, assim notório, viu dominarem as Belas-Letras — o de Francisco Otaviano, coloridas de graça, por D. Eponina, as recepções do marido que, sobre ser homem de salão e poeta, era um Mecenas.

''Bem é que a política foi fenecendo dia a dia na vontade, na energia, na fé, na inteligência de Otaviano, para que seu salão se tornasse cada vez mais literário. Recordar os freqüentadores seria um nunca mais acabar de nomes, Alencar, Macedo. Tavares Bastos, Machado de Assis, Paranapiacaba, Bernardo Guimarães, França Júnior, Pinheiro Guimarães, Rozendo Muniz, Teixeira de Melo, Joaquim Nabuco, Luís Guimarães, Joaquim Serra, José Bonifácio, Taunay, Melo Marais Filho, Salvador de Mendonça... uma academia.'' (4)

Têm-se a impressão de achar-se aí toda a literatura brasileira da época, completada com aqueles que já se conjuravam num círculo ilustre, tão deliciosamente referido por Antônio Sales, também um deles, comensais da Revista Brasileira: Machado de Assis, Nabuco, Taunay, Araripe Júnior, Barão de Jaceguai, Lúcio de Mendonça, Silva Ramos, Graça Aranha, José Veríssimo, Paulo Tavares, Sousa Bandeira, Artur Azevedo, Barão de Loreto, Edurdo Prado, João Ribeiro, Capistrano de Abreu, Inglês de Sousa, França Carvalho, Rodrigo Otávio, Euclides da Cunha . (5) Gerou-se nessa roda sempre animada, ''numa feia e pobre sala da travessa do Ouvidor'', a Academia Brasileira de Letras.

Depois, a roda da *Conquista*, de Coelho Neto, Guimarães Passos, Luís Murat, Bilac, Pardal Malet, Ney e José do Patrocínio, ''o maioral da família boémia'', principiando na Confeitaria Pascoal e terminando na Colombo, de Manuel Lebrão, que, na frase genial de Emílio de Meneses, ''construiu com paus-dágua um imponente catedral.''

A Capitania do Ceará Grande, de tão pobre e esquecida, não soube o

(4) Livraria Martins Editora, São Paulo, 2ª ed., s/d.

(5) *Retratos e Lembranças*, cit., p. 21.

que fosse cultura literária até o advento da administração do Governador Manuel Inácio de Sampaio (1812-1820). Um deserto cultural sem oásis.

Desligada de Pernambuco em 1799, veio dirigi-la o Chefe da Esquadra, Bernardo Manuel de Vasconcelos, que tudo fez pela coisa pública, sem pensar, no entanto, em literatura. Morreu aos 52 anos de idade na plenitude das funções do cargo (novembro de 1802), substituindo-o João Carlos Augusto Oeynhausen, mais tarde Marquês do Aracati. Igualmente operoso, igualmente alheio às Belas-Letras. Governou de novembro de 1803 a fevereiro de 1807.

Há de se dizer o mesmo do 3º Governador — Luís Barba Alardo de Meneses, o qual, embora afidalgado, zelando por certo primor na etiqueta oficial, empregou todo o seu tempo melhorando o progresso da Colônia, muito fazendo para que Fortaleza recebesse o título de cidade.

Sampaio, bem ao invés, tratava com afinco dos negócios administrativos e políticos, porém não desprezava as preocupações de ordem cultural. Moço, "assim dado às armas como às letras," acabou 1º Visconde de Lançada. Culto, era-lhe prazer tertuliar em seu Palácio com os poucos intelectuais da vila, então de 3.000 habitantes. *Outeiros* era o vocábulo que designava aquelas reuniões, em que tomavam parte José Pacheco Espinosa, Antônio de Castro e Silva, Pedro José da Costa Barros, Lino José Gonçalves e Manuel Correia Leal. Castro e Silva e Lino eram padres. Espinosa andava com as musas harmonizando-as com o prosáico mister de Inspetor do Tesouro; era de nacionalidade portuguesa e quase nada fruiu dos outeiros, pois morreu em dezembro de 1814. O Barão de Studart o dá como um dos poetas de mais nomeada no Ceará, no primeiro quartel do século XIX. Costa Barros, político e posteriormente parlamentar, foi o primeiro presidente do Ceará Província. Aracatiense, com boa folha de serviços prestados ao País. Como político, administrador e militar, tenente-coronel do Exército, que era. Governou a Província do Maranhão. Foi Senador, e por dois dias Ministro da Marinha. Escreveu e lia-os durante os *outeiros*, odes e ditirambos de algum mérito, a despeito da louvaminha em que os compunha. O *Florilégio da Poesia Brasileira,* de Varnhagem, enfeixa uma das suas produções — a *Cantata aos anos da Imperatriz Amélia.*

Dolor Barreira pensa terem sido "os poetas, que os célebres *Outeiros* congregavam, os Árcades do Ceará." O certo é que as sessões do modesto palácio do Governador Sampaio configuram o primeiro salão literário cearense, a primeira roda de intelectuais em Fortaleza, conquanto não significavam o início da nossa cultura mental em sua continuidade histórica pois os *Outeiros,* desaparecidos os protagonistas, se guardaram em silência nos arquivos do Barão de Studart e só puderam ser divulgados após o seu falecimento, em 1938.

Quem vai imprimir indelével marca na vida cultural cearense são os mancebos da chamada Academia Francesa do Ceará, de início em 1872. Na realidade, é a nossa primeira *roda* (de espontâneo sentido associativo e sem programa rígido) de que se tem memória, fraternizando estudiosos das letras e ciências. Meio agnósticos, um tanto filosóficos, ardendo em idéias inovadoras, divertiam-se em palestras verdadeiramente espirituais: Tomás Pompeu, Raimundo Antônio da Rocha Lima, Capistrano de Abreu, João



Prédio da Antiga Intendência Municipal, hoje desaparecida

Lopes, Xilderico de Faria e Antônio José de Melo, aos quais foram outros aderindo. Não havia sede, nem aquilo era um sodalício, e sim um círculo de permuta de opiniões, de discussões elucidativas de críticas a doutrinas e obras. Por fim, utilizando o jornal maçônico *Fraternidade*, deram mais corpo e vivacidade ao movimento, sem contudo, transformá-la numa sociedade. O título de Academia Francesa era usado como simples gracejo. Mesmo quando a sobrexcitação evolveu para a fase mais alcondorada das conferências na Escola Noturna, não receberam sistemática estatutária as atividades dos acadêmicos.

Outro grupo confraternal foi o de João Lopes, já este dirigindo o jornal *Libertador,* cuja redação era procurada por aquela juventude de oiro, a que pertenciam Farias Brito, Justiniano de Serpa, José Carlos Ribeiro Júnior, Antônio Dias Martins, Oliveira Paiva, Antônio Bezerra, Martinho Rodrigues, José Olímpio e Antônio Sales. A redação, e também a casa de João Lopes, na Rua Floriano Peixoto, esquina com Pedro Pereira, "naquele lar presidido pela inteligência de Menininha (assim chamávamos à incomparável esposa de João Lopes), onde reinavam a ordem, o asseio e a civilidade, criando um ambiente de conforto e de afeto para todos os que tínhamos a fortuna de freqüentá-lo" — nas palavras de Antônio Sales.

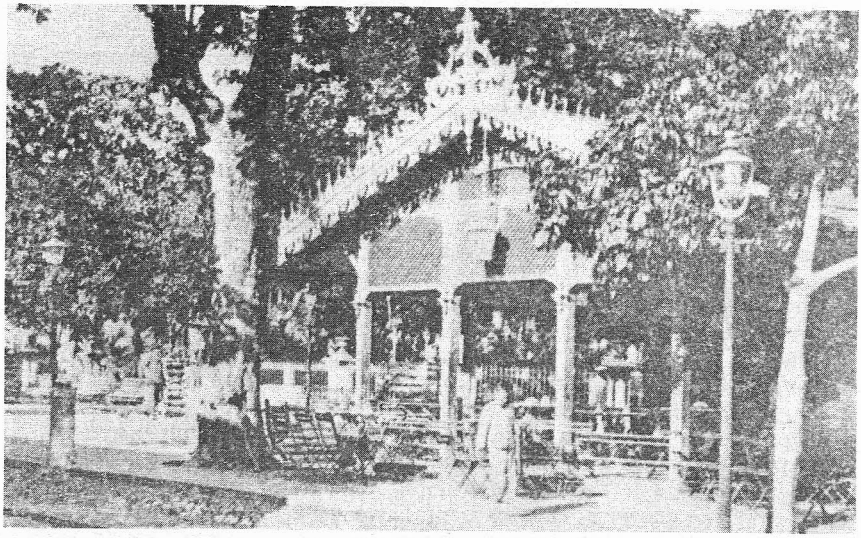
O grupo terminou instalando-se no Clube Literário, em novembro de 1886, com uma revista própria — *A Quinzena.*

Nomeado Presidente do Ceará, em 21 de abril de 1888, o Dr. Antônio Caio Prado entra no exercício das suas funções. Irmão de Eduardo Prado, rico, de família paulista de 400 anos, *charmeur,* de razoável cultura derribou em curto prazo o partido conservalor *miúdo,* do Barão de Aquirás e montou nos postos oficiais os correligionários da facção *graúdo pompeu.* Crivado de censuras, não prestou a isso nenhuma atenção e entregou-se à convivência de intelectuais da terra, principalmente aquêles da *entourage* de João Lopes.

Intelectualizou o Palácio Presidencial, relembrando os idos do Governador Sampaio. A febre amarela, porém, matando-o em três ou quatro dias, trouxe pesado luto à cidade e liquidou, desumanamente, aquêle foco de idealistas, que a retirada de João Lopes, para o Sul, acabou de desfazer.

Mas já entrara a prender as mentes jovens a jocosidade de Mané Coco, sempre a recitar o Dom João, de Guerra Junqueiro, no seu *Café Java*, da Praça do Ferreira. Frequentavam, ruidosos e despreocupados, o interessante quiosque, vários rapazes letrados e pilhéricos, tais como Antônio Sales, Sabino Batista, Ulisses Bezerra, Álvaro Martins, Temístocles Machado, Tibúrcio de Freitas. Também os políticos amavam aquele simpático local e ali faziam parada os senhores deputados, antes e depois dos trabalhos da Assembléia. Justiniano de Serpa, João Lopes, Antônio Martins distinguiam com particular estima o alegre e tão original *barman*. E foi com os espíritos estimulados pelas conversas do Java, que aquela plêiade imaginou uma sociedade também alegre e diferente, assim nos processos como na finalidade. Mais que diferente: cheirando a atrevimento, quase um escândalo, como efetivamente se deu, a tirar pelo nome, sugerido por Antônio Sales.

Apareceu então a *Padaria Espiritual* ao grande público meio atônito em face da novidade. Era um associação de título esdrúxulo, que iria fazer sessões num *Forno* e era constituída de *padeiros,* tendo como jornal *O Pão.*



Café Java

O êxito do grêmio, segundo a confissão de Sales surpreende aos próprios *padeiros,* firmando-se a sua popularidade dia a dia num alarido.

A Padaria já não era sómente uma força mental em nosso meio: era também uma força social pela simpatia que a cercava, conquistando todas as boas vontades e abrindo todos os corações e todas as portas."

Como bem acentuou Soriano de Albuquerque, com a Padaria "o Ceará impôs-se no movimento intelectual brasileiro. *O Pão* foi a eucaristia daquelas almas cheias de fé e de amor pela Arte."

Inúmeros, os escritos e conceitos acerca da "bela e curiosa aventura", nascida das bancas do Java como estuande florescência do mês de maio de 1892 e que só viria murchar em 1898. Mas tudo para demonstrar que ela alcançou inexcedível altitude na vistosa serrania da literatura do Ceará.

A abertura de outros Cafés e de algumas livrarias proporcionou, bem se compreende, a formação de pequenos blocos de *habitués* — intelectuais, boémios, caixeiros, políticos, estudantes, que se compraziam, matando o tempo, em *bate-papo* sem hora marcada, nem ordens-do-dia prefixadas.

Também os bancos dos jardins os atraíam, à cata de momento de silêncio, qual doce refrigério, entre ramagens verdes e meigas e cheirosas flores.

Derramando as saudades d'alma, tentando embalde reconquistar o seu passado fugidio de 1907 a 1910, Gustavo Barroso relembra o *nosso banco no Passeio Público,* "que ficava em frente da velha muralha d'Assunção. Discutíamos ali — deixemos que ele fale — todos os assuntos imagináveis. Daquelas reuniões, que se faziam todas as noites, indefectivelmente, saíram algumas idéias interessantíssimas. Éramos, sem exceção, oposicionistas e atuávamos sempre com a idéia de fazer mal ao governo. Acadêmicos de Direito, preparatorianos, comerciários e outros, todos estavam envenenados pelo espírito de divisão e análise do século XIX. Lembro-me de quase todos os *banqueiros*, como nos apelidávamos por ironia. Pedro Artur de Vasconcelos, era como a minha sombra. Ficava muito tempo sem falar, mas quando dizia uma cousa, dizia com segurança e propriedade. Seu irmão Orígenes não se cansava de nos revelar as belezas de Canaã, de Graça Aranha. Moacir Caminha embebia-se e procurava embeber os outros em seu grande sonho socialista.

Nilo de Morais Brito e seu irmão, Aurélio, que seria longos anos Secretário do Museu Histórico Nacional sob minha direção, contavam histórias do sertão e da política do Piauí, sua terra natal. Luís Elísio de Oliveira, muito vermelho, recitava versos de Guerra Junqueiro. Joaquim Florêncio de Alencar declamava contra a política aciolina. Tomás Carvalho ouvia e comentava baixinho. Edgar Sabóia Ribeiro zombava de tudo. Euclides Aires meditava. E o jovem alfaiate francês, Eugênio Froideval, que não sabíamos de onde tinha vindo nem para onde ía, aperfeiçoava os meus conhecimentos de francês e me instilava o ódio à burguesia e o amor do proletariado, num grande anseio de justiça social, que até hoje ainda se não acalmou em meu espírito. Froideval conviveu alguns meses conosco e desapareceu tragado por um abismo. Deu-me a ler Bakunime e Lasalle, Proudhon e Karl Marx, muito influindo em minha formação mental. Alguns passos do *nosso banco*, reuniam-se noutro alguns senhores idosos, entre os quais o juiz Guaraná, o desembargador João Firmino, o professor

Virgílio de Morais, o engenheiro João Nogueira e Júlio César da Fonseca, secretário da Intendência Municipal, reputado pelo seu saber, que falava em voz alta sobre todos os assuntos. Meu pai, às vezes, tomava parte no grupo. Até nove horas da noite, quando se fechavam os portões de ferro do Passeio, desde o tempo da administração do Pais Pinto, velhos dum lado e moços do outro comentavam a vida segundo o prisma de sua geração. O passado diante do presente ou, melhor, do futuro." (6)

Semelhantemente, na alameda do Jardim 7 de Setembro sentavam-se outros contemporâneos esperançosos, os da *Plêiade*, revista publicada, em 1908, com a intenção de quebrar a apatia e o desalento das letras provinciais, que se seguiram à extinção da Padaria Espiritual. Eram 13, inspirados "na reminiscência da célebre *Plêiade*, de Ronsard", bem o esclarece Mário Linhares: Alfredo Castro, Fiúza de Pontes, Carlos Sá, Hildebrando Acióli, Manuel Augusto de Oliveira, Álvaro Bomílcar, Ábner Vasconcelos, Ludgero Freitas, Domingos Bonifácio, Artur Mota, José Silveira, Henrique Jorge e Soriano de Albuquerquer. A maioria, alunos da Faculdade de Direito. o último, seu professor. Todos, uns triunfadores, Manuel Augusto morreu brutalmente asssassinado, como juiz de direito

Soriano de Albuquerque, lente da Academia de Direito, tinha o pulso de líder e mais o ajudou no conquistar discípulo o avanço das idéias de sociólogo, quase um insulto, neste particular, ao misoneísmo provinciano.

"Imbuído dos novos princípios — fixa-o com precisão Abelardo Montenegro — deixava Soriano de ser simples preletor para assumir a posição de ativista, de propagandista à procura de prosélitos. Não se limitava por isso à exposição da matéria. Familiarizava o aluno com a ciência. Incompatibilizava-o com a rotina, com a prenoção, com o dogma. E o fazia numa humanização do ensino, numa fraternidade intelectual." (7)

Fora da Faculdade, fazia ponto na Livraria Araújo, de Antônio Ildefonso de Araújo, na Praça do Ferreira, lado norte, vizinho paredes-meia à desaparecida Intendência. Alugou Araújo aquele salão de três portas de frente — diz-nos Mons. Quinderé — levantou prateleiras e um pequeno balcão e distribuiu cadeiras no recinto, num de cujos lados estava uma mesa, sobre a qual espalhava papel, caneta e tinta, blocos para telegrama e catálogos de livrarias brasileiras e de outros países, transformando assim o ambiente num centro de interesse aos intelectuais da terra. Folheando os catálogo, estes iam encomendando, por seu intermédio, os livros desejados. O futuro livreiro fazia os pedidos, sempre em mais de um exemplar, e um deles colocava no balcão, como *isca*. Já outros desejavam o livro e qualquer exemplar sobrante era colocado nas prateleiras. Com esse processo, muito cedo o salão era um empório de livros. Servia como empregado o rapazinho Teodoro Cabral, que de tanto ler nas horas vaga se fez o notável cronista que foi, terminando como funcionário do Itamarati, em comissões honrosas no estrangeiro." (8)

---

(6) *O Consulado da China*, Rio, Edit. Getúlio Costa, s/d, p. 192.

(7) *Soriano de Albuquerque, Um Pioneiro da Sociologia no Brasil*, Fort. A. Batista Fontenele, 1957, p. 52.

(8) *Reminiscências*, Fort. Editora A. Batista Fontenele, 1957, p. 211.

O mesmo Teodoro Cabral, autor de amenas crônicas, firmadas com o pseudônimo — *Políbio*, é quem nos informa ser aquele centro de reuniões de intelectuais conhecidos, entre os íntimos, pelo nome de *Cenáculo*, pontualmente visitado por Antônio Augusto de Vasconcelos, Fiúza de Pontes, Alfredo Castro, Manuel Augusto de Oliveira, Carlos Vasconcelos, desembargadores João Firmino e Domingues Carneiro, além de outros. Distraíam-se em verdadeiros prélios lítero-científicos, nos quais, idênticamente, se envolviam Tomás Pompeu, Oscar Feital, Eduardo Sabóia, Valente de Andrade, José Luís de Castro e Júlio César da Fonseca. "Soriano era o primeiro a chegaar. Ao meio dia em ponto, com o indefectível fraque preto e chapéu alto, ele penetrava na Livraria."

Teria sido esta, a primeira *roda de livraria,* no Ceará. Outra, anos mais, reuniu-se na Livraria do Banco do Ceará ex-Libro-Papelaria Bivar, de Militão Bivar, que a adquirira dos herdeiros de Guálter R. Silva, do qual fora caixeiro. Do espólio do Banco do Ceará, transferiu-se para Humberto Ribeiro, com a denominação de Livraria Humberto

Ainda outra, a Livraria Araripe, na mesma Rua Major Facundo (local em que se encontra Hotel Savanah), viria a ser o vértice de convergência de intelectuais sedentos de um convívio mais cheio de sentido.

Os livreiros de então exerciam o comércio do livro com o fito de ganhar dinheiro, e daí se interessarem, quase exclusivamente, na importação de obras didáticas, objeto de maiores lucros. De certos autores, mesmo cearenses, raros lhes conheciam os livros, as mais das vezes obtidos de terceiros, do Sul. A Livraria Bivar, quanto muito, pedia obras de Direito, solicitadas pelos professores da Faculdade.

No domínio da Literatura, a pobreza de aquisição era quase franciscana. A *Araripe*, efetivamente, é que generalizou, em maior escala, o conhecimento das obras de Adolfo Caminha, Araripe Júnior, Eça de Queirós, Camilo, Artur Azevedo, Fialho d'Almeida, Rostand, Rodolfo Teófilo, Juvenal Galeno e outros.

Foi assim que Ocar Araripe, o fundador da Livraria, teve o mérito de concorrer para que ali comparecesse a intelectualidade conterrânea.

Marcou, pode-se assegurar, uma época de maior espiritualidade em Fortaleza, o próprio livreiro sentindo satisfeito o seu velho prazer de lidar com livros. Rodolfo Teófilo era um perene estímulo, com a sua presença. Já velho, sentava numa poltrona. Mais meditava do que conversava, esclarece Oscar Araripe, em achegas que nos ofereceu para composição deste capítulo. Antônio Teodorico da Costa, mestre da Geografia e da Astronomia, quase diáriamente lá estava, pela manhã, acompanhado de um menino —hoje, o Dr. João da Rocha Moreira, Procurador de um dos Institutos autárquicos, no Rio de Janeiro.

A lista dos familiares — recorda Oscar — era grande: entre outros, Irineu Filho, Cruz Filho, Beni Carvalho, Gregoriano Cruz, Mozart Pinto, Alcias Lopes, Henriqueta Galeno e sua irmã Júlia Galeno, José Albano, Joaquim Albano, Raimundo Girão, Américo Porto, Sudá de Andrade, Lauro Vale, Ildefonso Pinto Nogueira, Sales Campos, Sabóia Ribeiro, Herman Lima, Vicente Bonfim, João Hipólito de Azevedo e Sá, Hortêncio Alcântara Filho, Clóvis Monteiro, Amora Maciel, Gilberto Câmara, Leiria de Andrade, José Marinho, Rui Guedis, Francisco Paracampos. Dolor

Barreira. Este, sempre a fariscar novidades livrescas, chegava apressado, abria uma estante, apanhava um livro ao acaso e lia. Ao princípio silenciosamente e, à proporção que a leitura o empolgava, ia alterando a voz, até chegar ao tom de discurso. Depois de ler muitas páginas de Rui Barbosa, certa ocasião gritou para o livreiro: "Oscar, esse Rui é um cavalo!" — expressando, nesse estravazamento, a sua admiração pelo Mestre.

Oscar Araripe fala-nos de outros: de Monte Arrais — "doutrinador admirável, conversador erudito, que discorre sobre qualquer assunto com proficiência"; de Antônio Furtado — "provido de grande inteligência, mas sem o aprumo mental desejado, de andar estabanado, tendo atitudes que não condiziam com um temperamento equilibrado"; do Dr. Floro Bartolomeu da Costa, usando fraque preto e chapéu chile, mais baixo que alto, mais gordo que magro, tendo pela cor do rosto a aparência de que sofre do fígado. Simpática figura a desse baiano, a quem se imputavam crimes ferozes. Tinha um falar brando, voz rouquenha e palestra encantadora." De José Albano — o Albaninho, registra passagens e gestos de indiscutível necessidade para a sua biografia.

Preferindo os bancos do Jardim de 7 de setembro, devem ser lembradas, de tempos mais recuados, as rodas, muito efêmeras, dos que se aninhavam em torno da revista *A Jangada,* publicada a partir de 21 de abril de 1909, e dos componentes da *Academia Rebarbativa.* Daquela, eram partícipes Mário Linhares, o incorregível Mário, criador de revistas literárias; Liberato Nogueira, Genuíno de Castro e Junqueira Guarani. Na mesma colaboraram, inicialmente, Ulisses Bezerra, José Gil Amora, José Lopes de Aguiar, Elcias Lopes Osório Gomes, Jaime Alencar e Moreira de Azevedo. A *Academia Rebarbativa* vem da noite de 7 de setembro do ano seguinte, constituída por José Gil Amora, Carlos Severo, Luís de Castro, Genuíno, João Coelho Catunda, barbeiro e professor de português; Josias Goiana e Lício Camboim. Jovens de costumes boêmios e espírito *blageur*, que se miravam nos exemplos de Paula Nei, Bilac e Emílio de Meneses, troçando da vida e esbanjando talento. A sede da Academia era o banco mesmo onde se sentavam, quando não os botiquins, sendo o Café Iracema o de sua maior eleição. "Discutiam-se letras a esmo" e as libações variavam conforme a *capacidade* dos bolsos. A despeito disso, fundaram os *rebarbativos* a Ceará-Revista, de curta duração e à qual Gil cedia prazerosamente aqueles mesmos poderes de imaginação e habilidades de xilografista, admiràvelmente demonstradas na preparação do jornalzinho O Garoto (1907-1908), tirados nos fundos da Farmácia Albano, de seu tio Antônio Albano. "Alma sensível e fraca diante das durezas da realidade, sucumbida ao desalento e tornara-se byroniano" — é como a ele se refere Gustavo Barroso, que o qualifica de o maior talento de sua geração.

* * *

Por essa época já existia a Maison *Art-Nouveau*, no cruzamento das ruas Major Facundo e Guilherme Rocha, lugar do atual Edifício Granito. Desde 1907.

Fora uma casa de louças e vidros — Casa Almeida, de que era sócio José Rola. Mudando-se esta para a esquina, lado nordeste, das ruas Guilherme Rocha e Barão do Rio Branco, abriu ele naquele cruzamento, um bar-café-confeitaria e um teatrinho onde funcionou o Cinema Di Maio e, depois, o Cinema Riche. A esse incansável cearense muito deve a cidade pelas suas constantes iniciativas, dotando-a de bares e salas de bilhares.

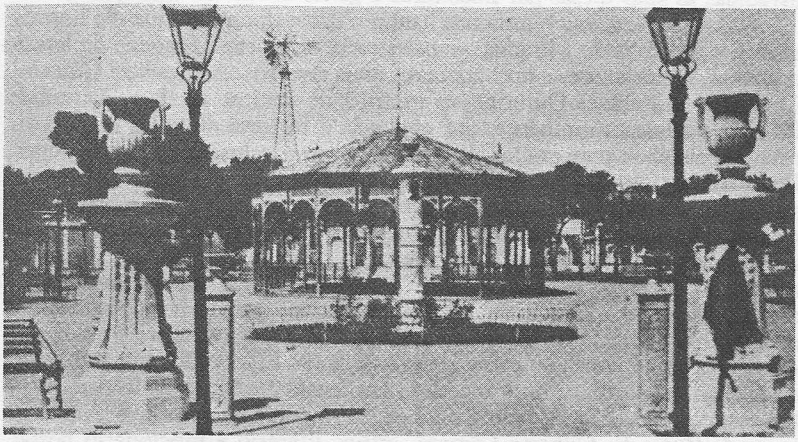
Da *Art-Nouveau* era sócio o seu genro. Augusto Fiúza Pequeno, que, ficando mais ao diante com o negócio, associou-se a Hildebrando Acióli, o futuro luminar das nossas chancelarias e do Direito Internacional, pelos excelentes compêndios que publicou. Esteve a Maison, daí por diante, ora nas mãos do dono, ora nas de arrendatários, até que foi devorada por um incêndio, por volta de 1930. Os dois irmãos Eugênio a exploraram durante largo período — 22 de junho de 1922 a 12 de outubro de 1928, dia em que o traspassaram a Edilberto Góis Ferreira. O russo Jacó Braunstein foi o derradeiro arrendatário.

A história elegante e literária de Fortaleza não pode ser feita sem o exato conhecimento da vida da *Art-Nouveau*, pois veio ela suprir velha lacuna, propiciando ao mundo chique e aos adoradores de Minerva os mais eufóricos encontros, num deleitoso intercâmbio de amizades, camaradagens e trocas de idéias, em boa prosa. Incontáveis, as *rodas* que aí sucessivamente, se formaram, numa expansividade ridente. Até os desafetos não coravam de sentar-se à mesma mesa. Tantas essas *rodas,* que é difícil enumerá-las. Nelas se ombreavam os já feitos e os plumitivos, os valores reais e os medalhões trepados no seu pedestal de empáfia. Rodas que *produziam* com vantagem em benefício dos componentes, mas pouco levavam à caixa do estabelecimento. A abertura do *Café Riche* defronte, abalou sensivelmente o prestígio da *Maison,* porém ela o retomaria, à medida que aquele fracassava, invadidas as suas mesas por malandros e gente de menor aceitação.

"O *Art- Nouveau* reunia nas banquinhas — foi assim que ela impressionou a Ubatuba de Miranda — palestradores, poetas, homens de letras, cronistas, historiadores e humoristas os mais diversos. Ali conheci Quintino Cunha, o inimitável Quintino, o espírito de muitas facetas; Raimundo Ribeiro, professaor eminente, que conhecia a história de todos os povos e revivia episódios temperados de humor e verve esfusiante; Elcias Lopes, literato de prosa amena; Walter Pompeu, paisano, depois militar, reingresso na tropa, irrequieto, desassombrado, muito leal e que tão moço se foi, sacrificado pelo ideal que abraçara; Chamarion, humorista espontâneo, pena aprumada e demolidora; Carlos Câmara, "causeur" de fina estirpe e teatrólogo popular, e mais outros." "O grupo dos intelectuais moços andava ativo — é ainda de Ubatuba. Renato Braga, hoje professor e deputado empregado da Casa de Detenção, já discorria sobre literatura e dissertava sobre temas ou estudos agronômicos; Elias Malmann, inteligência rutilante, aparteava num meeting, em frente à estátua do Imperador, o linguístico e verboso Aluísio Coimbra — o primeiro contra, e Aluísio a favor de Pedro II; Gilberto Câmara, crítico literário e funcionário postal, proferindo substanciosa conferência no Iracema, a respeito de Beethoven, antes de biografar Mata Hari, a bela espiã fuzilada; Sócrates Bonfim, crítico inconoclasta, dissertando sobre filosofia; Moésia Rolim contestando, na



Teatro José de Alencar



Aspecto antigo da atual Praça José de Alencar no lugar do pavilhão está o monumento do notável escritor.

Faculdade de Direito, o título de Redentora, conferido à Princesa Isabel; Josafá Linhares, com os seus arraigados pontos de vista visceralmente anti-clericais, já se ensaiando para economista e sociólogo, que se revelaria anos depois; e Luís de Castro e mais alguns que não me vêm à memória.'' (9)

Paralelamente, ocupavam bancas da *Art-Nouveau* muitos empregados do comércio, que aproveitavam para isso o pequeno intervalo do almoço. Quase todos alunos da Escola de Comércio da Fênix Caixeiral, como, por exemplo, Edigar de Alencar, Josafá Linhares, João Monteiro de Lima, Francisco Falcão, Carlos Barbosa, Aldo Prado, César de Magalhães, José Joaquim de Oliveira Paiva, Francisco Chagas Baima, Raimundo Barbosa, Raimundo da Silva Freitas, Laudomiro de Sousa Pereira, Antônio Ferreira Filho, José Aristides Barcelos e Paulo de Avelar. A eles se incorporavam elementos doutros setores de atividades, mas igualmente interessados no objeto das palestras que, por ocasião das pugnas eleitorais fenistas, se acaloravam. Vários deles, mais afeiçoados às coisas do espírito, destacaram-se como fundadores de grêmios literários. A Academia Fenista, o Ateneu dos Simples e a Academia dos Novos foram suas criações.

O *Café Riche* inaugurou-se em 21 de setembro de 1913, sendo propriedade de Alfredo Salgado e Luís Severiano Ribeiro, o futuro Rei do Cinema no Brasil. Ocupavam o andar térreo do sobrado em cujos pavimentos superiores, dias atrás, se instalara o Hotel Central. Vizinho, não fazia um mês, um casal de americanos havia iniciado a exploração do restaurante *Black and White*, gerenciado por João Quinderé. Porque não pudesse manter-se, encamparam-no os donos do *Riche*, que, deste modo, se ampliou com uma seção de casa de pasto.

O edifício do Café e do Hotel era o sobradão mandado construir, em 1825, pelo Comendador José Antônio Machado. A construção foi confiada ao Engenheiro, Coronel Conrado Jacó de Niemeyer, o frio presidente da Comissão Militar responsável pelo iniquo fuzilamento dos heróis da Republica do Equador. Resolução temerária a sua, de construir uma casa daquelas alturas, num chão de areia frouxa que não a suportaria. Até os pedreiros entraram em receios, mas foram obrigados a levantar a obra com o auxílio dos presos da Cadeia do Crime. E nenhuma construção na cidade enfrentou tão garbosamente as intempéries.

A sua demolição deu-se em 1927, estando o sobrado na posse e domínio do capitalista Plácido de Carvalho. Para isso, no ano anterior, havia-se fechado o *Riche*. Antes, fora habitante dos dois andares de cima a família Gradvohl, ocupados os baixos pela Loja Boa Fé, de Gradvohl & Picar, firma que se transformou em Gradvolhl Fréres e, afinal, em Gradvohl & Fils.

O *Café Riche* apresentava decência, relativo luxo e servia bem, razão por que ia sendo procurado, em prejuízo da *Maison*.

A roda de intelectuais que ali assistia destacou-se pelo bom padrão dos seus integrantes. O poeta José Albano chamava a si as melhores atenções em virtude de sua cultura, das suas excentricidades, do seu belo físico e

(9) *Retrato de Fortaleza* — 2º caderno de Cultura, pub. da Sec. Municipal de Educação e Cultura, Fortaleza, p. 22.

de seus contrastes mentais. Era, realmente, dominadora a sua personalidade, que tanto impressionou a Mário de Alencar : "Barbas densas e grandes de rabi, cenho repuxado pelo monóculo retangular, olhos incisivos que olhavam um pouco de alto e de esguelha, davam-lhe ao rosto, viril e bem-afeiçoado, uma expressão antipática, de desdém e descontentamento dos homens e das coisas, do meio e do tempo. Criticava a todos e a tudo, sem inveja, sem vaidade, apenas porque todos e tudo não lhe correspondiam ao gosto e ao ideal. A sua sensibilidade chocava-se com a natureza brasileira, e aborrecia-lhe o presente por falta de perspectiva."

Durante as reuniões do *Riche,* no juízo de Herman Lima — "o poeta de Comédia Angélica se mostrava em toda a surpreendente revelação de sua verdadeira personalidade dupla, ora duma lucidez admirável, quando dizia os seus versos e discorria sobre literatura francesa, inglesa, espanhola, alemã, íntimo de todos os seus clássicos universais, como dos latinos e portugueses; ora disparatando da maneira mais imprevista, nos mais loucos desvarios." (10)

Quintino Cunha conquistava a admiração de todos pela piada e o repentismo. E cruzavam armas em torneios de inteligências Martinz de Aguiar, Beni Carvalho, Cruz Filho, Irineu Filho, Soares Bulcão, Mozart Pinto, Sales Campos, Dolor Barreira, Clóvis Monteiro, Antônio Furtado, Gomes de Matos, Paula Aquiles, Leão de Vasconcelos, Kerginaldo Cavalcante, Cursino Belém, Sabóia Ribeiro, Herman Lima, Otacílio de Azevedo, Heribaldo Costa, Mário da Silveira, Ivo Bleasby, Clóvis Matos, e a maioria dos que enchiam as rodas da *Art-Nouveau.* Pancrácio de Lima Castro e Carlos Gondim, dois inditosos, também lhes reforçaram a animação. Pelas mãos de José de Castro Monte, foi trazido o poeta Serra Azul. E como alta representação da maturidade e fecundidade literárias, aqui e ali apareciam Rodolfo Teófilo, Antônio Sales e Pápi Júnior.

Para maior bem estar da freguesia, eram colocadas, à tarde, mesinhas desarmáveis num tablado que avançava contra a rua Major Facundo, cobrindo a sargeta e, assim, ampliando a calçada. As mesas internas eram de mármore, octavadas e de tripés de ferro prateado, imitando galhos retorcidos. Na alvura do mármore, quantas poesias não foram escritas, reproduzidas de memória ou ali mesmo improvisadas! Comumente, uniam-se duas ou mais bancas, a fim de acomodar-se a roda, bastante crescidas, de *eventuais* desejosos de partilhar daquele radioso ambiente. No serviço de garçãos, distinguia-se o Chico, veterano do mister, patusco, prestimoso, aquele que lia como *Gemeus* o romance Gêmeos, de Pápi Júnior, e adiantava dinheiro aos poetas mais desprevenidos...

Sílvio Júlio, sulista, professor do Colégio Militar do Ceará, e, como seu colega Domingos Olímpio Filho, assinante do *Riche*, evoca-o sensibilizado: "Estudantes, jornalistas e homens de negócio ali se reuniam cotidianamente. Eu, que já lecionara noutros lugares, ficava espantado de apreciar o gosto dos cearenses pelo estudo. Os rapazes discutiam sobre lógica e história, literatura e política. Conheci jovens de dezesseis anos que liam Virgílio em latim e com facilidade. De certo modo, o Café Riche, com a inquieta pilhéria

(10) *O Povo*, edição de 12 de julho de 1958.

do Quintino Cunha à vanguarda, era uma academia livre. O anedotário constituía o meio de divulgação das idéias, de sorte que naquela escola o poeta de *Pelo Solimões* parecia o pedagogo ideal. Quintino Cunha não parava. Saltava de mesa para mesa e fazia do Café Riche seu escritório de advocacia. Orador fluente e singelo, ele tinha clientela, embora não a procurasse. Suas orações no júri tornaram-se famosas pela originalidade, porém seus apartes circulavam como inimitáveis."

E não recusa este elogio: "Em minha evolução intelectual, o biênio que passei no Ceará desempenhou papel notável. Meu idealismo ativo deu-se maravilhosamente em Fortaleza, que serviu de campo de batalha. A lealdade dos escritores nordestinos agradou-me, tanto quanto a ausência de *esnobismo*, que os particulariza no Brasil. Quatorze anos após, ainda reconheço que existe, entre os cearenses, uma energia equilibrada, que não se encontra entre os demais brasileiros." (11)

Herman Lima, estudando Antônio Sales, também se volta saudoso aos dias de 1918: "Magro, seco, esguio, sempre de terno branco, duma alvura imaculada, chegava-se maciamente, com um sorriso um tanto ou quanto malicioso, embora transparecendo sempre uma cordura igual para todos, abancava-se à nossa roda do Café Riche, quase todas as tardes, para um dedo de prosa, em que nunca faltava o reparo agudo e vivaz, a nota ilustrativa das últimas novidades em matéria de letras nacionais e francesas, alguma gostosa reminiscência de sua vida na metrópole."

O Riche servia igualmente de *antro* ao grupo da Tertúlia, composto de rapazes do comércio que se juntavam para comer e cordialmente expandir os entusiasmos da alegria de viver: Rui Guedis, Genésio Falcão, Francisco Paracampos, Epaminondas Cavalcante, Nelson Studart, Francisco Duarte de Sabóia, João Brasil, todos sob a *presidência* de Oscar Araripe.

E não poucas organizações literárias se geraram dos cavacos richeanos, como a Academia Polimática, estranho assanhamento literatureiro, numeroso, palavroso, estrondoso, imaginado por Euclides César. Iniciando as suas sessões na Rua Barão do Rio Branco, nº 936, passou-se logo para a mesma rua, nº 992, no ano de 1922. Ferveu em discursos, moções, protestos, comemorações cívicas toda aquela avalancha de "espirituais confrades" e era este o seu tratamento mútuo, convencidos, superconvencidos da pujança de sua assembléia imensa, de mais de mil sócios. *A Polimática é um fato* — gritavam aos quatro ventos. *Amemo-nos e eduquemo-nos uns aos outros* — eis o lema que os devia conduzir. Além do Espiritualismo Confrade ou presidente, que era Euclides César, uma caterva de nomes ilustres: Luís de Morais Correia, Cursino Belém, Antônio Furtado, Perboyre e Silva, Eduardo Mota, Caio Lemos, Aníbal Mascarenhas, Rodrigues de Andrade, Elias Malmann, César Magalhães, Sobreira Filho, Moésia Rolim, Rubens Falcão, Wálter Pompeu, Eurico Pinto, Henrique Soares, Hélio Caracas, Sidney Neto, Almeida Genu. Nenhum estatuto, nenhuma regra coatora. Qualquer que fosse o tema, seria tema digno de discussão. Não permitidos, entretanto, os apartes. Que se aguardasse o potencial aparteante para falar depois, livre, à sua vez, de interrup-

(11) *Terra e Povo do Ceará*, Rio, Editoras R. Carvalho & Cia. Ltda., 1936, p. 14.



Monumento José de Alencar, em Fortaleza

ções. Original *academia* essa que, em verdade, como disse Leonardo Mota, assinalou um instante vibrátil na vida fortalezense.

Ainda não declinava o Riche e outro grupo muito singular se formava, a céu aberto, na Praça do Ferreira, para encher longa vida de facécia e, ao mesmo tempo, de correspondente estima entre os seus figurões e figurilhas.

Passara a fase das agitações políticas do *rabelismo* e do *jaguncismo* e a calma retornava aos espíritos, ensejando aproximações mais tranqüilas de pessoas que procuravam derivativo para as canseiras profissionais. Filho desse estado d'alma é O Banco, o "banco da opinião pública", na Praça do Ferreira, em frente à antiga Farmácia Pasteur. Em torno de um dos bancos exteriores do jardim, de duplo assento, todas as tardes, a partir das duas horas, começavam a chegar os *banquistas*: o milionário Antônio Diogo de Siqueira; o gordo Raimundo Cícero, da Marchanteria; o não menos gordo João Quinderé; José Gomes de Moura — o Cônsul do Paraguai; o esculápio Meton de Alencar; o comerciante Vicente de Castro; o espirituoso Tibúrcio Targino, sempre a sustentar que via nitidamente as coisas através dos corpos opacos; o farmacêutico Luís Pacífico Caracas; o professor Guilherme Moreira; o engenheiro João Nogueira; José Rola; Felino Barroso, felino e ferino, em sua eterna irreverência e no seu intransigente ateísmo.

Gustavo Barroso prende a existência d'O Banco àquele grupo *de velhos*, contemporâneo do seu, no Passeio Público: "Depois de minha saída do Ceará, o banco dos moços dissolveu-se. O dos velhos transferiu-se para a Praça do Ferreira e se tornou verdadeira tradição da cidade sob o nome singelo de O Banco. Creio que ainda existe. Meu pai fez parte dele até mudar-se definitivamente para o Rio, em 1934. Era um dos raros sobreviventes dos tempos do Passeio Público."

Talvez, mas o da Praça só apareceu em 1918.

Com o decorrer dos anos, a engraçada instituição ia perdendo *banquistas*, mas alistavam-se outros. E assim nele se integraram: João Mac Dowell Guerreiro Lopes, Manuel Pombo, Demócrito Rocha, João de Almeida, Demóstenes Brígido, Adolfo Siqueira, mestre Ramos — carpinteiro, Carlos de Miranda, Antônio Botelho de Sousa, Manuel Franco Fernandes Vieira — o sempre sorridente octogenário, Antônio Ferreira Braga — o Braguinha, do London Bank, o Des. Avelar Rocha, os professores Luís Costa e Hermenegildo Firmeza, Raimundo Gomes de Matos, o banqueiro Luís Vieira e seu irmão, Des. João Jorge, Pires de Carvalho, Mons. José Quinderé, que era o capelão, Carlos Monteiro Gondim, Eurico Elói de Holanda. Insinuava-se que da parte jurídica d'O Banco eram encarregados o Dr. José Vítor Ferreira Nobre e Carlos Rodrigues — o *Bacharel*, a que também chamavam o *Poliglota*, por ter vivido algum tempo na Europa, de onde trouxera fantásticas histórias.

Joaquim Lima, o "Terror do Acre" e fabricante de calçamentos para a Prefeitura, e Afonso Medeiros, rico proprietário de loteamentos depois de ter sido funcionário da Fazenda, assim como o *Major* Henrique Ellery e o *Capitão* Miguel Soares, raramente perdiam o *ponto*.

Super democrático, O Banco. Freqüência facultativa, livre opinião, respeito às virtudes e aos defeitos dos outros e pleno direito de falar da vida alheia. No tocante aos molhadores da garganta, quem não estimasse a *distinta*, que bebesse pega-pinto. Sem constrangimento. Também respeitado

o direito de não declarar a idade, senão em caráter secreto, por ocasião da admissão como "acionista", para o que eram exigidas algumas condições. Quem estivesse nas vésperas dos 70, dormisse de chambre ou usasse colete ou ceroulas compridas, *ipso facto* estava aceito. O Francisco Furtado — o Cabinho, e o Dr. General Wicar Parente, por demasiadamente palradores, entraram com dificuldade.

A projeção e o renome d'O Banco foram enormes, mesmo fora do Estado. Facilitou muito crédito de jovialidade para as tristezas de muitas almas encanecidas. Na verdade, o seu movimento bancário excedia bastante à capacidade dos encaixes — aquelas duas táboas que o formavam, de um lado e outro, com um encosto comum. A Inspetoria do Trânsito, sem o querer, matou-o, empurrando para ali os estacionamentos de ônibus, com insuportável confusão e filas barulhentas. Desertaram, por isso, os *banquistas*, e d'O Banco, como inútil documento, apenas restou o nome gravado em letras escritas nos mosaicos do piso.

Bem perto deste, mais no centro da Praça, existiu o *outro banco*, que somente funcionava à noite. O espirituoso cronista Oswaldo de Aguiar focou-o nos seus comentários, da *Gazeta de Notícias*. A ocupação do banco verificou-se em 18 de janeiro de 1939, *sem* as formalidades do estilo. Não foi preciso, tal a espontaneidade do ato. Irineu Filho, com o seu inseparável chapéu de palhinha — único dessa espécie, até então ainda não desaparecido da cidade, sentado ao centro, tendo aos lados, ou em pé, João Gaspar Filho, Perboyre e Silva, Clodoaldo Pinto, de tesourinha em punho a acertar as unhas, Valdir Cavalcante, Des. Manuel Santana, Cruz Filho, príncipe dos poetas, Francisco Ponte, João de Castro Bezerra, Manuel Pinheiro de Sousa, Antônio Belo da Mota, Guilherme Sátiro Rabelo, Renato Braga, Ubatuba de Miranda, Alerano Bandeira de Barros, Carlos Braga, Waldemar Queirós, Zacarias do Amaral Vieira, Lauro Vale, Geraldo Lemos, José Cardoso de Alencar, Josafá Linhares, Maurilo Burlamáqui, José Oriano Menescal, Daniel Job. De tudo um pouco, nos temas discutidos. O *presidente*, o negativista Gilberto Flores, autor do ridicularizante *Maricas e Maricões*, repudiou a poesia e não gostava que falassem nela. *Vice*, o Clodoaldo, igualmente ex-poeta — com o pseudônimo de Carlos Pedra, "jurista perigosíssimo, porque provou conhecer mais as leis que regem as pessoas na terra, do que Laplace conhecia as que regem os astros do céu". Complemento respeitável, oracular, era o Dr. Tomás Pompeu Filho, médico e mecânico, tido como doutor muito mais da Engenharia, do que da Ciência de Hipócrates, longilíneo, sereno, algo angelical.

Bem antes do *outro banco*, Jaime Magalhães inaugurara o Café Avenida, na parte térrea e ocidental do Palacete Iracema, em certo tempo conhecido por Palacete da Econimística, por haver aí funcionado uma das celebrérrimas sociedades de pecúlio, vulgarmente chamadas "solidarísticas." Baseavam-se, no respectivo plano, em cálculos matemáticos e resultaram em fragoroso desastre, com sérios danos ao dinheiro do povo e à reputação daqueles que, de boa-fé, acreditaram no êxito do engenhoso empreendimento.

Diáriamente, no Avenida se encontravam os *gros bonnets* da política e os maiorais da literatura, nas mesa distribuidas entre pequenas palmeiras



A antiga Sé. Em seu lugar está a Catedral

que viviam em latas de cores berrantes. Raramente mudavam os personagens, comparecendo com assiduidade o professor Raimundo Arruda, mestre de português, a decifrar etimologias e criticar ferozmente a regência dos verbos; o deputado Francisco Jorge de Sousa, com o busto apertado num colete branco de botões de boa madrepérola e chupando, voluptuosamente, o seu infalível charuto; o Dr. Francisco Gomes Parente, citando, comentando Ferri e Lombroso, ou repetindo, em carretilha, os parágrafos e alíneas do Código Penal Militar; o mestre-escola Joaquim da Costa Nogueira, todo de luto, como um espectro de sofrimento, tentando sorrir para esquecer a imensa mágoa de assassínio do filho; o Dr. José Frota, risonho e bondoso; e o Dr. César Cals, a discorrer, gesticulante, sobre os últimos partos que fizera, dando às mãos a forma de fórceps, para explicá-los mais claramente.

As belas -letras eram o assunto de Leonardo Mota, Soares Bulcão, Beni Carvalho, Matos Ibiapina, além de outros, como Silveira Marinho. Este, muito míope, intercalava nas discursões dictérios impróprios para menores e com eles fazia corar a pudicícia do Des. Ábner Vasconcelos, o que não o livrava do Leota, de afiadas farpas, em revide ao fato de haver-lhe *tomado* rendoso cartório de tabelião, comprando-o a preço mesquinho.

O Avenida de repente desapareceu e no mesmo local, anos decorridos, surgiu o Café Globo, do sr. Edilberto Góis Ferreira. No interregno, esteve a Loja Rosa dos Alpes, especializada em artigos religiosos.

O Globo conservou-se ativo de 1936 a 1955. O seu ambiente era melhor e a roda mais ampla, mais eclética, especialmente aos domingos, ocupando diversas mesas. Pedro Sampaio, mordaz, culto, de uma loquacidade insofreada, pontificava, relatando casos ou explicando coisas de medicina, lendo traduções suas de poetas ingleses e franceses, guardadas ciosamente inéditas, e, sobretudo, motejando, até desarmar o interlocutor, às risadas, teatral, trepidante, visando de preferência o Virgílio de Aguiar que todo enfático, numa austeridade forçada, não se cansava de relembrar a sua casa de Santos, cidade onde clinicara, e de fazer alarde, aliás com fundamento, de muito saber, humanístico e obstétrico. Soares Bulcão, fanhoso, de estatura quixótica, a descobrir bastardias genealógicas e pugnar pelos interesses do seu Arraial nativo (Uruburetama). Romeu Martins e Tompson Bulcão, qual um par de colchetes, nunca separados ou separados tão só no sentido de encarar a vida: o primeiro, maníaco do jogo, sem dar pelos prejuízos, e o segundo a juntar economias para um bom emprego a juros. Carlos Ribeiro, comedido e risonho, ao lado de Pedro Albano — o Pedro d'Aratanha, ouvia-lhe os poemas e sonetos na verdade de apurado lavor. Oswaldo Riedel ainda farmacêutico e depois general, porém já mestre em medicina e no destrinçar origens de palavras difíceis, com a solidariedade do professor Rebouças Macambira, outro maníaco desse complicado ramo da Filologia. Murilo Jaguaribe, bem achado, fazendo do Aseptol, sabão líquido de fabricação do pai, o motivo principal das suas graçolas. Renato Soldon, às voltas com as anedotas do tio Quintino Cunha. Avelar Rocha, desembargador diferente, sem posturas nem distâncias, com a sua memória de anjo citando uma por uma as ruas de Montividéu e Buenos Aires. Olinto Oliveira, Monte Arrais, Alonso Memória, Faustino Nascimento, Djacir Meneses, Raimundo Girão. E, termo médio de tudo isso, o João de Deus Cavalcanti, muito brando, conhecedor do Latim como quem o sabe deveras,

do Alemão, do Inglês, do Francês, do Italiano, mas vítima de uma perniciosa *mosdestite*, que o trazia inibido para as lutas mentais, em que lhe pertenceriam, em muitos casos, os triunfos e os loiros. À sua sombra — o Silveira Marinho, bisbilhoteiro da gramática, o temido autor de *Marteladas*, fazendo ambos dupla siamesa, desiguais em temperamento, qual o branco e o preto e, no entanto, velhos e leais amigos, irmanados, até nos laços de um concunhadio.

Voejavam por aquelas mesas, outrossim, os do Grupo Clã, modernistas e meiomodernistas, católicos, socialistas, moscovitas, todos ainda procurando o sol, para uma definição, para uma realização, o que depressa e seguramente souberam encontrar, sem a demasiada quentura daquelas idéias, mas, bem ao invés, radiante e fecunda.

Esses da roda do Globo, muitos deles eram renasnescentes doutra bastante mais florida, que talvez haja mesmo excedido à do Café Riche.

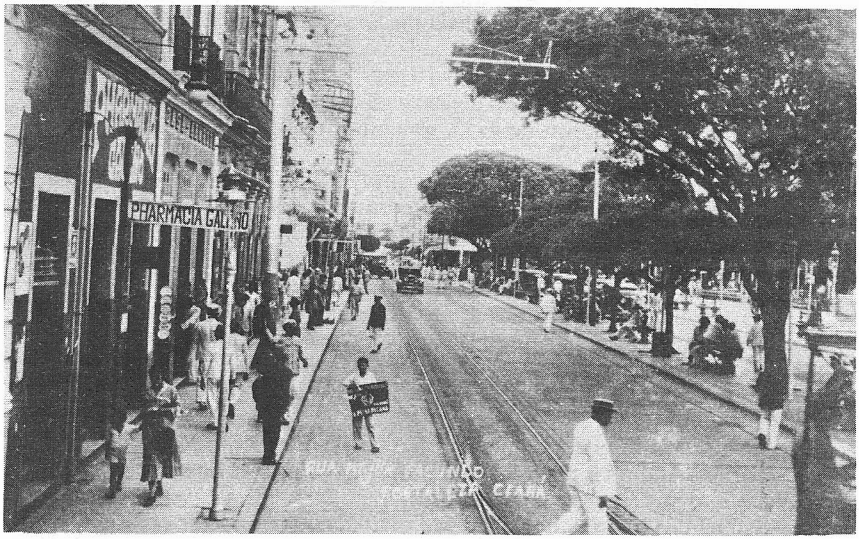
Foi a da Confeitaria Glória, situada na Rua Floriano Peixoto, esquina com a Rua Pará, no andar térreo, parte nordeste, do antigo e desaparecido Paço da Intendência. Pertenceu, de começo, aos Srs. Antônio Martins Filho e André Almeida e, depois de 1935, só a este. Inaugurada em novembro de 1929, permaneceu até 1937.

Constitui-se, de logo, dadas as suas ótimas aparências, ponto de reuniões da gente fina e centro de intensa movimentação intelectual. Da velha guarda do Riche, não poucos passaram a freqüentá-la, com aquela mesma disposição espiritual, a mesma ânsia de comunicar-se em gasalhosa reciprocidade.

As fisionomias de Mozart Pinto, Quintino Cunha, Soares Bulcão, Antônio Furtado tornaram-se ali familiares, como tinham sido nas justas do sobradão do comendador Machado. Familiarizavam-se ao ambiente e a outras fisionomias alegres, comunicativas, que enchiam o vasto salão da Confeitaria.

Silveira Marinho impregnou-se, aí, do irreparável vício da *vida de Café*, centralizando rodinhas que gozavam com a sua prontidão de espírito, as suas malícias e as sua imaginosas aventuras.

Raquel de Queirós, feminilmente máscula, estreando-se com *O Quinze*, era outra estrela em redor da qual desesperadamente gravitava Antônio Furtado, em elogios hiperbólicos, chamando-lhe a *Egrégora*. Jader de Carvalho, também outra — apreciado pela robustez poética e as suas tremendas sátiras, franco-atirador e dispersivo, navalhando o próximo e os não-próximos, ou fossem aqueles que lhe não caíam no agrado. Pedro Sampaio, Otávio Lobo, Carlos Ribeiro, Virgílio de Aguiar e Menininha Cavalcante pareciam uma junta-médica, de tanto se desentenderem nos pontos de vista. Renato Soldon, Henriqueta Galeno, Ermínio Araújo, Dolor Barreira, José Martins Rodrigues, Sobreira Filho o pintor José Carvalho, Pedro Albano, Adauto Fernandes, Gomes de Matos, Moreira de Sousa, Júlio Ibiapina, Pais de Castro, Suzana de Alencar, Aldo Prado, Carlos Ramos, Faustino Nascimento, Júlio Maciel, major Praxedes Góis, Felino Barroso e Leonardo Mota, não ingresso, este, ainda, na existência, que afinal viveu, de abstêmio e católico de comunhão diária.



Trecho da Rua Major Facundo, correspondente à Praça do Ferreira.

Noutras mesas, os tenentes da fatura revolução de 1930, concertando modos e meios de derribar o governo constituído, entregue ao Dr. Matos Peixoto, que, furtando-se, por um momento, às requestras da política, houvera por bem reestruturar a Academia Cearense de Letras, com a inclusão, entre os acadêmicos, do seu petrônico Secretário de Estado, Dr. Joaquim Máximo de Carvalho Júnior.

Foi isto suficiente para que Silveira Marinho e Renato Soldon, como pirraça, pensassem em instituir a *Academia de Letras do Glória,* da qual seria presidente o Mozart Pinto que, sem demora, formulou a legenda do novo *grêmio,* consubstanciado numa fase grega, que acultava fescinina significação. Apesar de ter aceito o cargo, Mozart não compareceu na hora da *instalação solene*, o que levou a ocupá-lo, corrigindo as decepções, o decaníssimo Felino Barroso.

Sem a mobilidade e as atrações das desses Cafés, outras *rodas* se fizeram conhecidas, como a da Rotisserie Sportman, de Efren Gondim, a da Cristal, a da Nice. Na Rotisserie, conversavam políticos, ao tempo da presidência do Des. José Moreira da Rocha — o Moreirinha. Sempre aos domingos, depois da missa. O Presidente gostava da palestra e, como ele, os deputados Moreira da Rocha, Correia Lima, Rubens Monte, Manuel Sátiro, bem como Leiria de Andrade e Carvalho Júnior. À noite, após o cinema, ornava-se a luxuosa casa-de-chá do que Fortaleza contava de mais escolhido, não sendo raro que intelectuais lá se reunissem. Na Cristal, davam nota mais alta Filgueiras Lima, Hugo Catunda, João Jacques Ferreira Lopes, Aristóteles Bezerra, Afonso Banhos, Mário de Andrade, Martins Varela, Sobreira Filho, Suzana de Alencar. Era o grupo *Ponche Azul,* que bebia, em vez da *outra*, à água mineral Hidrolitol fornecida gratuitamente ou, melhor, a troco de quadrinhas feitas pelos poetas para servirem de propaganda do aliás pouco saboroso produto. Aí por 1931.

A Nice, pouco espaçosa, mas de muito bom gosto, teve o seu período áureo nessa mesma época.

Sentia-se, todavia, franca tendência para o declínio do fenômeno *café-assembléia*, superado por outros fatores, que incitavam e forçavam o progresso material da cidade. O pragmatismo da vida moderna é, seria difícil negar, uma devastação do espiritual, irresistível quais vagas do mar revolto.

Porém há resistências, e uma destas foi o Éden-Café, na Praça do Ferreira, de Irineu Moreno e seu irmão. Bem montado e bem aparelhado para atender à freguesia. Nem se compreendia fossem dele ausentes os amigos da Prosa e do Verso, "os quais ainda acreditam na literatura como expressão do humano sobordinado a leis biológicas, sociais e de liberdade nacional."

"Eu acredito — confessava, com veemência, Braga Montenegro em 1958 — e comigo, segundo penso e por ter lido e ouvido deles certas palavras comprometedoras, acreditam nela Fran Martins, Clímaco Bezerra, Aluísio Medeiros, Eduardo Campos, Mozart Soriano Aderaldo, Stênio Lopes, Antônio Girão Barroso, Joaquim Alves, Artur Eduardo Benevides, Mário Barata e outros constantes freqüentadores deste café. Apareciam, uma vez que outra, em nossa roda, Cruz Filho, Moreira Campos, José Júlio Cavalcante, Cândido Meireles, Hugo Catunda, Abdias Lima, Martins

Filho, Raimundo Ivan Oliveira, Pe. Leopoldo Fernandes, Stênio Lopes de Mendonça, José Maria Mendes e, últimamente, os poetas novos Eliardo de Farias e Durval Aires.''

''Mas nem só de palestra se cuidou nas reuniões do Éden-Café — continua Braga. Ali, um dia Girão Barroso apareceu com a idéia do I Congresso Cearense de Escritores, que imediatamente germinou no espírito fecundo de Fran Martins, então presidente do A.B.D.E. Fran, bem instalado na vida e com profundo senso prático das coisas, pesou os prós e os contras e decidiu tomar a frente da organização do Congresso, que brilhantemente levou a efeito com a participação decidida dos seus amigos aflicionados das reuniões do Café. E ali se fizeram a própria A.B.D.E., o Clube de Literatura e Artes, donde saíram o Clube do Livro e as Edições Clã, e nasceu José e a revista Clã, e vem surgindo sempre o apoio intelectual das varias vezes em que se tem instalado o Salão de Abril, iniciativa essa hoje fartamente conhecida em todo o Brasil.'' (12)

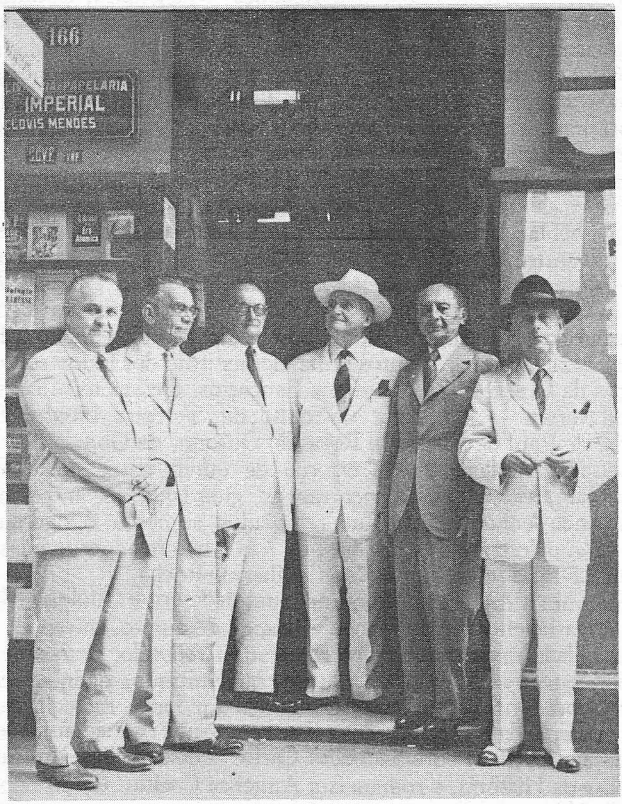
Contemporâneo do Éden era o Café do Comércio, na sua terceira fase existencial, então na Rua Major Facundo, n. 418, prédio no momento ocupado pela Financeira Crédimus. Quando se fechou o Éden em 1947, Mozart Pinto havia muito era o centro de uma roda no Comércio, principalmente de ''chauffeurs'', classe da qual foi toda a vida muito amigo e advogado. Típico era o seu cacoete, soprando as pontas dos dedos, rápida e sutilmente, quando externava o seu pensamento. Outra singularidade sua era o hábito de trautear partes de uma ópera qualquer de sua predileção, ou declamar poesias ou trechos de autores de sua estima, de preferência da literatura francesa, em que era profundamente versado.

Sugeriu, então, Mozart Soriano Aderaldo se transferissem para lá as reuniões do Grupo Clã, e assim foi que este, realmente, se incorporou aos fregueses dos irmãos Uchoa. Concomitantemente, parolava ali outro núcleo, o dos *cientistas*. os professores Manuel Mateus Ventura, Aluísio Pinheiro, Hugo Lopes de Mendonça, Prisco Bezerra, Milton Botelho, Denizard Macedo, Correia de Araújo, Oswaldo Riedel, Francisco Alves de Andrade.

Às vezes, as duas turmas se uniam e, dessa forma, o Comércio tomou ares de uma Arcádia. Até 1954 — ano em que a conta de lucros e perdas do Café mostrou não ser a roda muito perdulária, mesmo com a inclusão de Silveira Marinho e do Dr. João de Deus Cavalcânti, os quais assumiam, quando presentes, a responsabilidade dos pagamentos. Sem esta obrigação, aderiram, aos poucos, Saraiva Leão, Otávio Lobo, Cruz Filho, Pedro Sampaio, Raimundo Girão, Filgueiras Lima, Aderbal Sales. A loquacidade de Pedro Sampaio e as gargalhadas de Joaquim Alves destacavam-se na soada daquele aglomerado de pessoas e idéias.

Falecido Mozart Pinto, em 1948, não sem grande dor para a cidade, a direção do Café cobriu a sua cadeira com uma faixa preta, como preito à sua memória. Era bem a representação ou símbolo da morte dos Cafés, sem mais energias para se oporem aos devastadores ventos do utilitarismo. As confeitarias modernas, também, não mais se amoldam àqueles ajuntamentos tão

(12) *Revista Contemporânea*, Fortaleza, maio de 1948, p. 11.



"Imperial Porta"

proveitosos ao desafogo dos corações e às elucubrações de cérebros ainda não reduzidos a máquinas de ganhar dinheiro.

Uma tantativa de sobrevivência, qual franzina crisálida, rompeu o casulo no Café Belas Artes, do Palácio do Comércio, onde nas manhãs de domingo se comunicavam, em singelas *chats*, alguns amigos comuns: Mário Linhares, Cruz Filho, Silveira Marinho, João de Deus Cavalcânti, Carlos Studart Filho, Raimundo Girão, Mozart Soriano Aderaldo, Manuel Albano Amora, Otávio Lobo, José Rebouças Macambira, Oswaldo Riedel. A esse pequeno *cenáculo*, como ele próprio chamava, nunca era ausente o Prof. Eduardo Girão, trazendo com o seu chapéu e a sua bengala, ao exame do grupinho propondo as suas dúvidas do vernáculo e repetindo para gáudio de todos, e sempre a propósito, alguns dos seus belos pensamentos, que o alcandoraram na arte que consagrou La Rochefoucauld, Vauvenargues e, entre nós, o Marquês de Maricá.

Nesse mesmo local, ao tempo da 2ª Guerra, reuniam-se diversos improvisados *estrategistas*, teleconduzindo as batalhas da Europa, ao mesmo tempo que bebiam café e discutiam longo temário de literatura, de política, filatelia ou outro assunto que surgisse. Eram os poetas Ferreira Nobre, Gomes Moreira, Raul de Freitas, Morais e Silva e Djalma Viana, os guarda-livros Francisco Riquet e Firmino Araújo, o jornalista João Coelho, o farmacêutico José Augusto de Castro, o inspetor de seguros Hamilton Nogueira e mais Abel dos Santos Lima, do Instituto dos Industriários, e José Fernandes da Graça, do Instituto dos Bancários. Dessas tertúlias saíram os livros de versos — Caravana de Sonho, de Ferreira Nobre, Ritmos e Símbolos, de Raul de Freitas, e Rosas do Outono, de Gomes Moreira.

E num derradeiro e vão esforço de quem tenta salvar-se de um naufrágio, alguns teimosos abencerragens, guardando-se, entretanto, de pé à falta de onde sentar-se, quais uns refugiados, alimenta o fogo quase cinza de uma *roda*, palestrando às manhãs, de 7 às 8 não mais, numa das entradas da extinta Livraria Imperial, na Rua Guilherme Rocha.

Formavam a *Imperial Porta*, cuja sumidade era o filólogo Martinz de Aguiar, invariàvelmente de branco e chapéu de quioto, mirando, a instantes, a mocidade sexagenária num espelhinho redondo, desses de reclamo comercial, que trazia sempre ao bolso, ou emitindo, quando reclamado, opiniões sobre linguística ou julgamentos um tanto radicais — oito ou oitenta — acerca dos homens e das coisas, conforme os mediam o seu apreço ou sua desaprovação. Pedro Sampaio, Carlos Studart Filho, um luminar da Geografia e da História, a romancista Angélica Coelho, Raimundo Girão, o engenheiro Hugo Rocha, o cronista Moreira Campos, o gramático Antônio Soares, entusiasta do Piauí, onde nasceu, os advogados Francisco Olavo de Sousa, Marco Antônio Forte, Renê Dreyfuss, Agapito Sátiro e João de Deus Cavalcânti eram os demais componentes. Alguma vez, o arquiteto Alberto Sá, o comerciante Porfírio Maia, o engenheiro Ferreira Antero. Não se molestava com os *porteiros*, ou fazia que não se molestava o bom livreiro Clóvis Mendes, tratando-os com a sua prestimosidade e a sua alegria jamais desmentidas.

Fechou-se a *Imperial Porta* e com ela, desgraçadamente, fechar-se-ia no Ceará, o ciclo das "rodas intelectuais", cuja crônica esboçamos, no só

desejo de oferecer um roteiro a quem, porventura, venha dar-se, amanhã, a estudo mais demorado e capaz de interpretá-las, convenientemente, nos seus tão ricos e curiosos aspectos. Pelo menos teremos concorrido para que a sua notícia de todo não desapareça, ignoradas das novas gerações.

15 — A TRAGÉDIA PORTUÁRIA

Abrir-se-ia bem cedo, interminável duelo de opiniões sobre se o cais da Capital seria em frente do Schoonenborch ou no promontório mucuripano.

A própria composição física da enseada como que predispôs tal duelo. A transcrição de resumo feito pelo Barão de Studart, de termos de um documento escrito ao tempo da administração do Governador da Capitania do Ceará, Manuel Inácio de Sampaio, dá bem a idéia dessa composição: "A vila de Fortaleza de N.S. da Assunção tem uma enseada de 2 léguas de L. a O. e meia légua de N. a S. formada pela ponta do Mocuripe Oriental e pela ponta da barra do rio Ceará Occidental, onde podem ancorar qualquer navio. Fundo de areia e barro. Tem esta enseada três arrecifes de pedra: a pedra da Velha, em fundo de uma braça, situada aos 20º, 21' N.O. e L. Oeste outras tantas; 2ª a que se chama Ocidental tem 200 braças L.O. e 100 N.S.; o fundo braça e meia; está a 25º 21' N.O. distante 326 braças do ponto ocidental do 3º recife; 3ª é a meridional e forma uma caldeira de mais de 20 pés ingleses. Fica a enseada portanto dividida em duas partes: a de Barlavento (que chamam Mucuripe) é desde a ponta ocidental até a pedra da Velha; e a de Sotavento (que chamam de Jacarecanga), que fica próxima a esta cachoeira que serve de aguada, é desde a pedra da Velha até a ponta Ocidental da Enseada." (1)

Na parte de Barlavento achava-se *o porto*, protegido pela ponta do Mucuripe, onde se embarcavam e descarregavam todos os gêneros de comércio entre a Capitania e Pernambuco, a que estava ela sujeita.

Para mais garanti-lo contra ação de aventureiros e piratas, o Governador Bernardo Manuel de Vasconcelos (o primeiro a dirigir a Capitania do Siará Grande depois de seu desligamento administrativo de Pernambuco) fez construir, sob sua imediata direção, um tanto à pressa, três baterias, aliás precariamente armadas, no que se gastou, "com a mais possível economia, a importância de 526$." Já havia o Governador virtualmente concluído o molhe, "que a natureza começou em Mocoripe", o que teria o mérito de ficar a bacia hidráulica ancorando os barcos de maior lotação "como em rio morto." (2).

---

(1) *Geografia do Ceará*, Fort., Tip. Minerva, 1924, p. 238
(2) *Revista do Instituto do Ceará*, v. 3, p. 144

Na coleção de plantas e mapas organizada pelo Barão de Studart e atualmente, ao que parece, destruída, havia uma sem data, mas inegavelmente da época de Bernardo Manuel de Vasconcelos, na qual se descrevem essas baterias (Ver *Geografia do Ceará*, cit. p. 191). Uma quarta bateria foi construída depois, com o nome de S. Pedro — Príncipe. (3).

Da correspondência de Bernardo Manuel de Vasconcelos dirigida ao Ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Visconde de Anadia, consta o ofício no qual o Governador expõe que, sendo de 4 milhas o transporte das mercadorias do porto do Mucuripe à Fortaleza e pela praia, na ocasião das marés cheias fica impedida a passagem de carros, razão por que, de combinação com os habitantes, abrira em linha reta uma estrada, diminuindo-se assim, de meia légua o caminho.'' (4).

Noutro ofício, ocupa-se da ''construção de uma ponte de madeira no porto do Mucuripe, onde é verdade que se embarcam e descarregam continuamente todos os gêneros de comércio mútuo da Capitania com a de Pernambuco, mas cujas águas, rolando às vezes impetuosamente, dificultam o respectivo serviço e danificam as mercadorias'' (*Idem*, p. 158).

O sucessor de Bernardo Manuel, João Carlos Augusto de Oeyhan - sen, também se preocupou com a situação do porto do Mucuripe que — segundo suas palavras - ''até agora tem sido injustamente desacreditado'', acrescentando que ''com pequena despesa se poderá construir nele um cais de madeira, aplicando-se na obra o imposto sobre as aguardentes, como por seu antecessor fora lembrado em Junta de 31 de outubro de 1801.''

Todavia, por força de uma provisão da Junta da Real Fazenda, o que se deu foi o deslocamento das operações portuárias para a praia contígua à vila da Fortaleza, mandando-se construir aí um trapiche próprio para o desembarque das fazendas transportadas pelos navios que principiavam a fomentar o comércio da Capitania. Em dezembro de 1805, foram iniciadas as obras, das quais ''a vila e o comércio com o andar dos tempos receberão certamente grandes vantagens''.

Bem poderemos julgar dessa imprestabilidade relembrando a descrição feita por Henry Koster transcrita no 5º capítulo deste livro.

Contemporânea da visita de Koster é a *Descrição do Porto de Fortaleza* pelo Capitão de Fragata Francisco Antônio Marques Giraldes, da Real Armada, em que, depois de situar geograficamente a Capital do Ceará e dar minúcias quanto à composição da enseada do Mucuripe, na ''sua mor parte com bom fundo e limpa'', inclina-se pela preferência à parte sotavento ou da Jacarecanga da mesma baía, porque o fundo é todo limpo e porque como fica a sotavento de outros recifes a toda hora podem as embargações fundear e fazerem-se de vela, estando mais abrigada do mar, pois que este quebra por cima dos recifes e, portanto, perde parte de sua força. Finalmente, os transportes para aquela enseada são muito mais prontos e cômodos por serem para sotavento; a aguada é muito mais pronta e cômoda pela proximidade da Jacarecanga. Este relatório é datado de 14 de novembro de 1810 e se acha transcrito na *Rev. do Instituto do Ceará*, v. 12, pp. 58-60.

(3) *Revista* cit., v. cit., p. 157
(4) *Revista* cit. idem, p. 143.

Aquele retrato de Koster não mudará pelo resto do século, mesmo com o advento da navegação a vapor trazida ao Ceará pelas companhias inglesas Booth Steam Co. Ltd. e Red Cross Line of Mail Steamens, ambas de Liverpool. A capital progredia, o comércio aumentava e não aparecia qualquer solução melhor para minorar a ingratidão dos embarques e desembarques marítimos.

Nessa mesma confrontação, outro trapiche foi construído, mais tarde, pelo inglês Henry Ellery, o chamado *trapiche do Ellery*, a que se referem os historiadores e cronistas e estava localizado na Prainha, em frente à sua casa comercial na atual rua Senador Almino esquina com a Dragão do Mar. Lei Geral n. 628, art. 11, § 7º, mandou edificar um trapiche no mesmo porto, tendo sido as respectivas obras contratadas pelo Presidente da Província, em 16 de abril de 1852, com Fernando Hitzshky mediante a quantia de 23:836$050 réis, consignada na citada lei, obrigando-se a Província a pagar-lhe mais 1:750$000 réis, correspondentes à diferença verificada no competente orçamento. Tais obras, entretanto, somente foram concluídas e entregues no dia 21 de junho de 1857. Tinha dito trapiche 700 palmos de extensão por 80 de largura, com uma casa de madeira no centro, mas sem demora se deteriorou.

As péssimas condições do serviço de embarque e desembarque pelo mar eram constante preocupação do governo e de pessoas interessadas na solução do delicado problema. Muitos planos, sugestões e projetos sucederam-se com esse objetivo, mas sem efetivação nenhuma.

Resolução Imperial n. 838, de 2 de outubro de 1857 (§9º, tit. 9), autorizou a Presidência da Província a despender o que fosse preciso com estudos para o melhoramento do porto de Fortaleza. Em virtude dessa autorização, veio, e chegou em 7 de julho de 1858, contratado, por intermédio do Dr. Luís de Carvalho Paes de Andrade, pelo Presidente da Província Silveira de Sousa, a esta capital o técnico francês Pierre Florent Berthot, e a 14 de setembro do ano seguinte entregou ao governo uma *Memória* contendo o desenho do porto de Fortaleza e os pontos de um projeto para melhorá-lo. Propunha a elevação do recife do ancoradouro, a construção de um cais e algumas excavações, calculando os serviços em 700 contos de réis. Lembra a construção de uma muralha em Meireles, a fim de obstar a marcha das areias, e, igualmente, o revesitmento das dunas com determinado tipo de grama e outros vegetais adequados. Feitos os melhoramentos aconselhados, com eles se despenderam 13,431$815. A muralha ficou terminada e produziu bons resultados, assim como o plantio da grama, o que infelizmente aos poucos se inutilizou pela descontinuidade de sua conservação e ampliação. Berthot deixou o Ceará em maio de 1862.

No Relatório apresentado pelo engenheiro inglês Sir John Hawkshaw, em 1875, se acham indicados vários desses planos, a começar pelo do Engº. Francisco Antônio Pimenta Bueno, que, em sua *Memória Sobre o Porto do Ceará ou Estudo para a Construção de uma Doca de Embarque e Desembarque na Província do Ceará* (datada de 30 de março de 1869), propunha elevar o recife do Ceará até o nível das marés do equinócio, empregando construção de pedra de 400 ou 500m de extensão, e construir um cais ao longo do litoral, paralelo ao quebra-mar, um molhe em ângulo reto com o cais e uma

muralha para prevenir que a areia de terra invadisse o porto. O custo da obra seria de 225.000 libras.

Outro plano foi o do Dr. Paulo José de Oliveira e Francisco Ferreira Borges e consistia em altear o mesmo recife, construir cais ao longo do litoral e romper um canal entre o recife e a praia, para evitar a acumulação das areias.

Os srs. Coimbra e Kilgelhoeter também surgeriram o alteamento do recife, o rompimento de um canal, a construção de um cais de 350m ao longo da praia e molhes para serviços de carga e passageiros, tudo no valor de 225.000 libras.

O engenheiro cearense Zózimo Bráulio Barroso, Fidalgo Cavaleiro da Casa Imperial, foi encarregado de estudar e projetar o melhoramento do Porto de Fortaleza e apresentar ao Ministro da Marinha, por cuja repartição corria o serviço de melhoramento de portos, um *Relatório*, aconselhando a fixação imediata das dunas do Mucuripe, o grande reservatório de areia que vinha inutilizando as pontes de embraques construídas em frente à Alfândega desde 1820. No seu estudo, além de aconselhar o imediato trabalho de fixação das areias, ele indicava a conveniência de mudar-se o porto para o Mucuripe, ligando-se o porto projetado à Alfândega por meio de uma pequena estrada de ferro.

Esse Relatório é acompanhado do plano de melhoramentos do porto, organizado por Charles Neate e constante de planta, colorida, medindo 0,m 463 × 0,m 695. (Ver cit. *Geografia do Ceará* do Barão de Studart, p. 211). Plano e Relatório estão publicados no jornal *Pedro II*, de Fortaleza, edição de 4 de janeiro de 1871 e seguintes.

O Relatório de John Hawkshaw, de 1875, cujo teor se acha na *Rev. do Instituto do Ceará*, v. 23, pp. 183-188, contém muitos detalhes interessantes, com decisiva simpatia pelo porto do Mucuripe. "Se a costa do Ceará fosse completamente desabitada — afirmou — e se tratasse da escolha do melhor porto, é indubitável que Mucuripe seria o preferido". Mas adverte: "Entretanto, o Ceará (Fortaleza) representa um centro comercial, a cidade, que é asseada e cômoda, já existe e dispendeu-se considerável capital em armazéns, prensas de algodão, repartições e edifícios para o comércio. É por isso que a Associação Comercial do Ceará tem toda razão de opor-se à mudança do porto para Mucuripe. Penso que mui importantes melhoramentos podem e devem ser feitos no porto atual, portanto não recomendo a construção da obra no Mucuripe". E sugere: "Aconselho que execute-se o quebra-mar indicado no plano anexo a este relatório. Esse quebra-mar deve ser constrído, na face interna, de maneira a servir de cais ao longo do qual os navios possam carregar e descarregar. Deve estabelecer-se uma via férrea singela, munida dos competentes desvios. O quebramar ligar-se-á ao litoral por meio de um viaduto aberto fundado em estacas de parafuso e será construído de blocos de concreto feito com cimento Portland e pedra do Mucuripe. Se o caminho de ferro de Baturité transportar granito, até o litoral, por preço razoável, esse material poderá ser utilizado em algumas secções da obra."

"As sondagens praticadas sob minha direção — continua - mostram que a profùndidade dágua indicada no plano dos srs. Barros e Neate, perto

do recife, era maior que a atual. Por conseguinte, tive de alterar a posição das obras propostas, a fim de obter maior profundidade dágua. As perfurações, que pratiquei, mostam que o recife tem pouco mais de um metro de espessura.''

E conclui: ''O antigo molhe deve ser removido, a fim de permitir passagem às areias e não convirá construir molhes perpendicularmente ao litoral. Se o cais que proponho for insuficiente, poderá construir-se um molhe paralelo a ele, ou então será melhor da maior extensão ao cais. Convém estabelecer-se uma linha de trilhos que ligue o porto ao caminho de ferro de Baturité. Recomendo um viaduto aberto no começo do quebramar, para facilitar a passagem das areias; é provável, porém, que apesar disso, formem-se depósitos no ancoradouro; e nesse caso dragagens regulares e periódicas darão ao porto a necessária profundidade. Importa em 220.000 libras o orçamento provável das obras indicadas no plano.''

A execução do plano Hawskhaw, inclusive a construção do prédio da Alfândega, foi confiada a Tobias Laureano de Melo e Ricardo Lange, sendo o respectivo contrato aprovado com o Decreto nº 8943A, de 12 de maio de 1883.

Houve prorrogação do prazo contratual, por via do Decreto nº 10.359, de 14 de setembro de 1889. Até o dia 31 de dezembro de 1890. E outra até 31 de dezembro de 1891. Pela Lei Geral nº 48, de 7 de junho de 1892, se inova o contrato, elevando o capital da companhia para 4.874.000$000 com garantia de juros por 25 anos.

Porém as obras fracassam, e a Lei nº 490, de 16 de novembro de 1897, autoriza o Governo a encampá-las, limitado o preço mínimo da encampação ao valor dos serviços realizados, de acordo com os orçamentos aprovados pelo Governo.

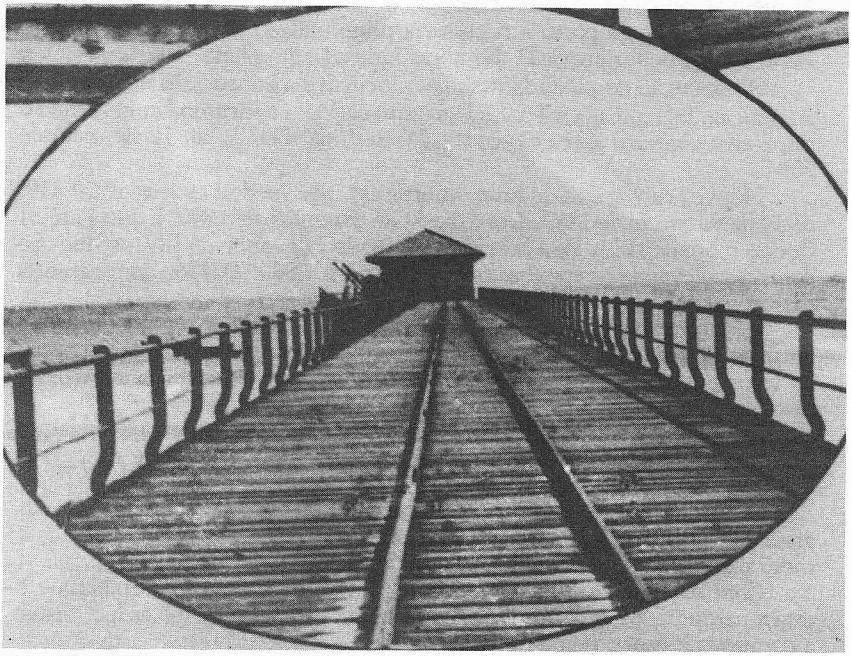
Lei seguinte, nº 6652, de 23 de novembro de 1899, autoriza a aquisição das obras, abrindo-se para tanto o necessário crédito. Esta Lei é executada pelo Decreto nº 3602, de 20 de fevereiro de 1900.

A impetuosidade dos verdes mares e a volubilidade dos ventos e das areias inutilizaram por completo o desafio de Hawkshaw, afinal reduzido a mero paredão sem utilidade, batido impetosamente pelas vagas furiosas.

Continuava bem nítido o retrato de Henry Koster com o embarque e desembarque de passageiros e cargas em praia rasa, entregue o árduo mister a corajosos e experimentados *catraieiros*.

Nova tentativa far-se-ia com o desiderato de minorar tais dificuldades, cada vez mais insuportáveis, dado o progresso da capital.

Coube ao engenheiro Domingos Sérgio de Sabóia e Silva estudar outra fórmula capaz de facilitar, pelo menos, o movimento de volumes e pessoas no porto. Ao tempo do Governo Campos Sales, foi este ilustre técnico encarregado de organizar o plano respectivo e dele apenas resultou a construção de um trapiche, levantado em frente ao novo edifício da Alfândega. Era um viaduto com estrutura de ferro e piso de amdeira, a chamada *ponte metálica*, cuja construção, iniciada em 18 de dezembro de 1902, somente foi entregue ao tráfego em 26 de maio de 1906. Foram responsáveis pela sua montagem o Eng.º Hildebrando Pompeu (1853-1907) , cearense, e Robert Gow Bleasby, escossês que do Pará veio para o



A Ponte Metálica

Ceará, em 1893, aqui se casando e constituindo família. A ponte metálica era dotada de escada móvel para descida e subida de passageiros, não oferecendo por isso a melhor segurança. A carga e descarga de mercadorias era feita por meio de guindastes. Os navios ficavam ao longo, e o percurso até a ponte e vice-versa era efetuado por lanchas, alvarengas e botes. Por cerca de 20 anos ela prestou serviços, mas, deteriorando-se gradativamente, foi reconstruída a 24 de fevereiro de 1928, pelo Engenheiro Francisco Sabóia de Albuquerque.

Todavia não era um cais acostável e a cidade o exigia amplo e franco.

Em 1908, foi criada a Comissão Fiscal Administrativa das Obras do Porto do Rio de Janeiro, sob a direção técnica do Eng.º Francisco de Paula Bicalho, extendendo-se as suas pesquisas aos estudos e construção dos portos brasileiros.

Entre os estudos estavam os de Fortaleza e Camucim, no Ceará, estes chefiados pelo Eng.º Manuel Carneiro de Sousa Bandeira. Constituiam objeto de uma Sub-Comissão, e pode considerar-se sério o seu trabalho -*Porto de Fortaleza de 1910.*

O Plano Sousa Bandeira, inteligentemente sistematizado, tinha como pressuposto aproveitar o que poderia ser aproveitado do plano Hawkshaw, continuando-se a muralha para o lado oeste, constituindo o seu primeiro molhe norte e fechando a bacia do lado leste por uma rampa curva de cimento armado para as pequenas embarcações, onde era situado exatamente o viaduto Hawkshaw, de ligação do quebramar à terra. Do lado leste, era a bacia limitada por um molhe no sentido NS, enraizado em terra e do lado norte por um segundo molhe cuja extremidade ficaria a 200 m. da extremidade oeste do primeiro, formando a única entrada da bacia. Essa entrada era protegida por um quebramar curvo construído sobre o recife da Coroa Grande. Do lado de terra a bacia era limitada por dois alinhamentos retos. Integrava-se assim o plano Bandeira no projeto Hawkshaw, de que aproveitava as linhas gerais (segundo as instruções que recebera do Governo). filiando-se aos *portos artificiais,* em costa aberta e em praias de areia. Pelos estudos do regime a quem então procedeu, compreendeu Sousa Bandeira a importância e imprescindibilidade dos trabalhos de fixação de dunas. Intensificando-se, por isso, o plantio de grandes extensões de grama nos morros do Mucuripe, bem como de uma grande extensão de área compreendida entre o farol e rio Cocó. Pela primeira vez o problema foi posto em seus devidos termos. Infelizmente, porém, não ligou Sousa Bandeira importância à história técnica do porto, que muitas luzes teriam trazido quanto à preferência da melhor localização.''

A execução do plano Sousa Bandeira não teve início, e ainda em 1929, num circunstanciado e severo parecer que publicou (Tiprografia Jandaia, Rua do Sol e S. José, Fortaleza) o Eng.º Vitoriano Borges de Melo considerava inexequível esse Projeto, ''salvo com elevadíssimo dispênio de dinheiro,'' '' não devendo continuar merecedor de cogitação.''

Bem mais tarde, no governo do Presidente Epitácio Pessoa à que, de novo, o porto de Fortaleza foi assunto de atenção maior. Nordestino, quis dar ao cruciante problema das *secas* solução mais positiva e para o Nordeste fez convergir os elementos financeiros e materiais convenientes.

Pelo seu Ministro da Viação, Dr. José Pires do Rio, e mais diretamente pelos seus auxiliares Dr. M. Arrojado Lisboa, Inspetor da I.F.O.C.S. e Lucas Bicalho, Inspetor Federal de Portos (3.1.1920 — dezembro de 1923) tudo fez por que as *obras contra as secas* tivessem efetivação e eficiência.

No contexto dessas obras, obviamente, estava o porto de Fortaleza, base da movimentação da economia cearense. De fato, as vistas da administração federal voltaram-se para ele e o resultado foi confiar a construção do Projeto Lucas Bicalho a uma empresa britânica — a Norton Griffths & Company Limited, cuja reputação se firmara em grandes empreendimentos técnicos na Inglaterra. Dirigida pelo Engenheiro John Norton Griffths, membro do Parlamento inglês, a entidade mandou para a chefia da construção do porto contratada o Engº J.H. Kirwood, tendo como assessores George Ivan Copo, especialista em cimento armado, e Sebastião Fraggeli e Robert Bleaby, estes já radicados no Ceará.

A companhia instalou-se, começou os serviços a que se obrigara, fincando a primeira estaca da obra em março de 1923, com a presença do Presidente do Estado, Dr. Justiniano de Serpa, e outras autoridades, e já ia bem longe na realização de seus desejos quando teve de suspender as atividades em defenitivo (1925), por falta de numerários não pagos pelo Governo, já saído deste o Presidente Epitácio.

Elaborado sem que o autor houvesse, previamente, feito os indispensáveis estudos, pois que resultara a decisão de sua construção de um momento emergencial, o Projeto Lucas Bicalho, tinha como elementos fundamentais uma muralha de 294m em pleno oceano, à profundidade de 10m abaixo da maré mínima e à distância de 800m da praia, ligando citado molhe-ilha, que seria o ancoradouro, à terra firme. Tal muralha seria protegida por um quebramar exterior, de 420m, contra a arrebentação das ondas. Na área do molhe, de 55m de largura, seriam levantados dois abrigos de 80 × 12m e as demais instalações suplementares. Em última análise, constituía dito *porto* mero complemento do Projeto Sousa Bandeira, com a agravante de estar já agora inexequível. Como outro detalhe, diga-se que o viaduto, de 800m, ligarndo o molhe à praia, deveria ser montado sobre estacas de cimento armado, espaçadas, para dar-se livre curso ao movimento do mar, sempre revolto, evitando-se, dessa forma, o tão receado assoreamento.

Conforme o mesmo Borges de Melo, o lógico seria fazer-se "um porto definitivo e único, dando abrigo e atracação a embarcações de qualquer calado até 10 metros, acessível em qualquer maré."

Este Projeto, além do mais, explica Borges de Melo, "não é original, não importa numa inovação; ele é antes uma assimilação do que Vetch propôs para Dovers e foi executado em Rosslare" e no qual o viaduto de ligação ao molhe era de 300m, ao passo que o de Bicalho era de 800m.

Quis a Inspetoria Federal de Portos continuá-lo, mas sem a determinação firme que era de esperar, ficando todo o material e instalações das obras sujeitos às intempéries do abandono.

Em 1929, assumiu o cargo de diretor da Inspetoria dos Portos no Ceará o sr. Augusto Hor Meyel, seu Engenheiro de Primeira Classe, e preocupou-se em trazer para o caso a necessária objetivação.

Embora reconhecendo a vantagem do Mucuripe, organizou projeto de um porto mínimo, com base no de Sousa Bandeira, Qual afirmou ele próprio, "antes de vir a Fortaleza, achava-me imbuído, como aliás os engenheiros da Inspetoria, da exequibilidade do Projeto Bandeira." "De fato, expõe no seu Relatório ou memória, conseguindo-se um pequeno ancoradouro com uma extensão de cais acostável sufuciente para o atual movimetno de Fortaleza, dentro da área do projeto Sousa Bandeira, este não será modificado. Ao contrário, o pequeno melhoramento dando abrigo aos navios que demandam o porto, desafogará o comércio do Estado que desse modo adquirirá um pequeno porto, único ancoradouro dos seus produtos e de acesso à sua importação, permitindo, com o progressivo aumento de sua renda, a execução integral do projeto Sousa Bandeira, com ou sem modificação, num futuro mais ou menos próximo ."E, noutro tópico: "O porto do Ceará sendo um porto todo artificial, em praia de areia, sujeito a assoreamentos produzidos pelo arrasto litoral, vindo do Mucuripe e da costa a leste de Fortaleza, tem contra si a forte agitação marítima das vagas atuando no quadrante NE, tangidas pelos ventos E e ESE, os quais atingem, como se sabe, a velocidade de cerca de 30 metros por segundo. Por outro lado, o banco da Coroa Grande, situado apenas a cerca de 350m do litoral, torna difícil a manobra dos navios."

Para opinar sobre esse plano e a memória, foi designado o Engº. Borges de Melo, que exercia as funções do cargo de Diretor das Obras Públicas do Estado do Ceará, o qual, em longo Parecer, já referido, o critica de modo exaustivo, achando que o seu autor é inseguro e não conclusivo no seu trabalho. Convém a leitura desse Parecer, e o que dele resulta de mais interessante é a sugestão, clara, de que deve ser abandonada a idéia de um porto em frente à cidade e a sua implantação na Ponta do Mucuripe.

Mas depois de ter às mãos a planta hidrográfica levantada em setembro de 1929 pelo Engº. Luís Aires Porto Carreiro, com a cooperação do topógrafo João Machado (Escala de 1:5000), eleborou o Dr. Hor Meyll outro plano de porto, agora em Mucuripe. O seu trabalho é datado do Rio de Janeiro, a 21 de janeiro de 1930. Consiste essecialmente este projeto — em suas palavras mesmas — na construção de um cais acostável disposto paralelamente ao litoral com 1.050m de comprimento, protegido por um quebramar de pedra que, partindo da ponta do Mucuripe, se dirige par NO com cerca de 1500m de extensão. Os 1.050m de cais compreendem 250m para embarcações variando de 3 a 2m de calado e 800m de cais de atracação que julguei e que, a meu ver, deverá ser observada se as condições financeiras permitirem o dispendio de 20.000 contos do orçamento correspondente, o que não é absolutamente exagerado para o Ceará. Nada obsta, entretanto, que sejam construídos os primeiros 400 ou 500m para 8m de calado, o que terá por efeito apenas encarecer um pouco a obra (...) A faixa do cais, com uma rua de 13m, é dotado de 3 linhas férreas servindo, uma para os armazéns e duas para o transbordo das mercadorias. Os armazéns para o projeto completo serão em número de 6, dispostos simetricamente em relação a uma estação de passageiros. Inicialmente bastava um só armazém com uma área de 3.000m2. A avenida do cais corre paralelamente a ele e tem 42 metros de largura, dividida em 3 ruas com 12m. cada uma, separadas por dois refúgios de 3 metros."

E dizia, enfaticamente, o Dr. Hor Meyll: "Ou teremos o porto na enseada do Mucuripe, ou nunca teremos um porto em Fortaleza."

Fortes opositores, como bons defensores, encontrou esse projeto, salientando-se entre aqueles o Dr. Borges de Melo que, partidário do porto-*Mucuripe*, discordava da concepção Hor Meyll, e o Dr. F. V. de Miranda Carvalho. Entre os segundos era figura maior o Dr. Maurício Joppert da Silva.

Em relatório apresentado em 1929 ao Engº. Oscar Weinschenck, Inspetor Federal de Portos, Miranda Carvalho já havia desenvolvido fortes argumentos a favor da continuidade das obras do porto — *Fortaleza* (Projeto Bicalho) e em carta dirigida ao Dr. Pedro Firmeza, então diretor do jornal *Correio do Ceará*, desta Capital, transcrita na edição de 17 de novembro de 1932, 1ª página, os reproduz, em resumo: "O programa que delineei foi a seguinte:

a) prolongar a chamada ponte Bicalho (ponte dos ingleses, assim mais conhecida) por meio de uma estacada de aço, contraventada por tirantes metálicos até atingir a profundidade de 8 metros e construir aí um cais quebramar, de estacas e enrocamento, com 500 metros de extensão para atracação dos navios.

O quebramar construído ao largo, fora da zona de movimentação das areias, como manda a regra do Congresso de S: Petersburgo, não pertubará a marcha incessante desse material e livrará o Ceará de um provável 2º quebramar Hawkshaw que se pretende construir em Mucuripe.

b) sobre o vigamento da ponte e do cais metálicos, correrá uma lage de concreto armado que suportará as necessárias linha férreas para comunicar o cais quebramar com os armazéns de porto em terra.

A lage por sobre o cais quebramar terá a largura suficiente para comportar 3 linhas férreas para estacionamento e manobra dos vagões utilizados na carga e descarga dos navios e mais uma linha de guindastes apropriados.

c) os armazéns do porto serão 3 dos próprios armazéns já existentes no enraizamento da ponte Bicalho, depois de convenientemente adaptados e providos das competentes ligações ferro e rodoviárias.

O programa que venho de esboçar pode ser realizado por um custo muito inferior ao das projetadas obras do Mucuripe, não deslocará o centro comercial da cidade e as repartições satélites do porto como alfândega, capitania, saúde, etc. permitirá aproveitar o trecho já construído da ponte Bicalho, excluirá quaisquer despesas com desapropriações e evitará o transporte de mercadorias entre Fortaleza e Mucuripe.

Além dessas vantagens oferece uma que é capital: não exporá o Estado à possibilidade de uma reedição do fracasso verificado com a construção do quebramar Hawkshaw."

As conclusões do Dr. Miranda Carvalho foram debatidas, calorosamente, na Divisão Técnica do Departamento de Portos e Navegação e no Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, salientando-se neste, como discordantes, os Engenheiros Maurício Joppert da Silva, Hildebrando de Araújo Góis, João Filipe Pereira, Belfort Vieira e outros mestres do assunto, vindo, por fim, a entidade a emitir declaração, na qual "tomando conhecimento do que

se pretende fazer relativamente à construção do porto de Fortaleza, lembra a conveniência de, antes de qualquer solução desse magno problema, ser o mesmo submetido a estudo de laboratório de hidráulica experimental, não só quanto a localização do porto, como quanto aos tipos de obras a serem adotados.''

Nada obstante, o projeto Miranda Carvalho é aceito pelo Diretor do Departamento Nacional de Portos e Navegação, Engenheiro Oscar Weinschenk, e ratificado pelo Decreto federal nº 23.605, de 20 de dezembro de 1933, em cuja conformidade ''ficam aprovados o projeto e orçamento, na importância total de 18.800.000$000, que com este baixam, rubricados pelo Diretor Geral da Secretaria de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas, para a construção do Porto de Fortaleza, no Estado do Ceará, em substituição aos aprovados pelo Decreto nº 14.555, de 17 de dezembro de 1920, revogadas as disposições em contrário'' (Art. único).

Concomitantemente, o Decreto nº 23.606, de igual data, ''concede ao Estado do Ceará autorização para realizar as obras de aparelhamento do porto de Fortaleza, naquele Estado, bem como a exploração do tráfego do porto.'' Dispunha-se aí, também, que ''fica fixado o praxo de seis (6) meses para a assinatura do respectivo contrato, no Ministério de Viação e Obras Públicas, sob pena de ficarem de nenhum efeito as referidas concessões'', e que, para execução desse contrato, o Governo Federal entregará ao Estado do Ceará a importância da renda de 2% ouro, arrecadada pelo porto de Fortaleza, até a presente data.'' Os dois atos são firmados pelo Presidente Getúlio Vargas e referendados pelos Ministros José Américo de Almeida e Osvaldo Aranha, respectivamente da Viação e da Fazenda.

Em 8 de maio de 1934 foi publicado edital de concorrência do porto de Fortaleza, ainda, pois, na gestão administrativa do Interventor Roberto Carneiro de Mendonça, que tudo fez em favor da solução desse problema, e em 28 de março de 1936 o Governo estadual (Governador Dr. Meneses Pimentel) aprovou o parecer da Comissão Julgadora da citada concorrência, na qual era aceita como melhor a proposta da firma Christian & Nielsen, pela importância global de Rs. 16.874.400.

Mandado lavrar o contrato, eis que ''a proponente vencedora, após demoradas demarches se recusou finalmente a fazê-lo'', sob o pretexto de não haver o Estado — depois de ouvida a Comissão Julgadora — se conformado com a majoração daquela importância, pleiteada com a alegação de diferença resultante da variação entre o preço vigente e o da data em que deveria o contrato ser assinado, isto relativamente aos meteriais a serem importados para a mencionada construção.

No parecer da Comissão aludida não constava a classificação dos demais concorrentes, e por isso, consultou-lhe o Governo se podia ele prescindir de nova concorrência e chamar para assinar o contrato umas das outras firmas habilitadas. A resposta foi que de fato só a proposta da Christian & Nielsen obtivera a classificação, e que se via a Comissão na contingência de aconselhar a providência sugerida.

Todavia, e ''considerando que não prevalece mais a concorrência anteriormente encerrada e julgada de vez que a proponente vencedora se recusa a assinar contrato de construção e que as demais não foram classificadas'', resolveu o Governo declarar sem efeito o citado despacho de

28 de março e nula, em consequência, a concorrência anteriormente verificada e, portanto, determinar que se publicasse novo edital abrindo concorrência para a construção do porto de Fortaleza, fixando-se o dia 28 de outubro futuro, às 14 hs., para o recebimento das novas propostas, a serem apresentadas naquela data ao Departamento Nacional de Portos e Navegação no Rio de Janeiro. Este ato governamental é de 17 de setembro de 1936 e teve a sua publicação feita no Diário Oficial da União do dia 24 do mesmo mês.

A esse chamado compareceram as empresas Companhia Nacional de Construções Civis e Hidráulicas (Civilhidro), Companhia Geral de Obras e Construções (Geobra) e Companhia de Mineração e Metalúrgica Brasil. Para julgar as propostas foram designados os Engenheiros José Pio Borges de Castro, Luís Vieira, Henrique Novais, Maurício Jopper da Silva e Fernando Viriato de Miranda Carvalho.

Venceu a primeira, "não só por ter apresentado proposta mais barata, como porque apresentou uma variante, de cujo estudo poderá resultar projeto mais econômico." Em segundo lugar ficou a Companhia de Mineração e Metalurgia Brasil, não sendo classificada a Geobra por estar fora das condições do edital.

Ante o parecer da Comissão, ratificou o Governo (Dr. Francisco de Meneses Pimentel) a classificação feita e ordenou fosse lavrado o competente contrato com a Civilhidro, "pelo preço e condições estipulados em sua proposta, nos termos da minuta que com este despacho vai aprovada."

Causou essa aprovação oficial do projeto do porto de *Fortaleza* a mais forte reação, na qual entre outros se fez corajoso corifeu o Deputado Dr. Humberto de Andrade, que na Câmara Federal pronunciou, logo a partir de 16 do mencionado mês de março, vários discursos alertando as autoridades competentes para o erro do abandono, assim inesperadamente, da solução porto do *Mucuripe*, já tão suficientemente analisada e aconselhada como a melhor. A seu pedido, solicitou a Câmara ao Sr. Ministro da Viação esclarecimentos sobre se o projeto aprovado representa o pensamento da Divisão Técnica do Departamento Nacional de Portos e Navegação.

Afinal, sob a pressão dos fatos, concordou o Engenheiro Oscar Weinschenk em fazer voltar o projeto malsinado ao reestudo daquela Divisão Técnica, isto sem deixar de declarar que na sua exposição ao Ministro ficara "explícita a superioridade do Mucuripe como solução portuária", mas que optara pela solução Fortaleza, porque se convencera da inexequibilidade financeira da obra. Agira levado não por motivo de ordem técnica e sim pelos de ordem econômica, alegando a situação de dificuldades do Tesouro Nacional. Sendo certo — acrescenta — que a solução Fortaleza viria a efetivar-se em menor prazo. Como se dizia, então, o que o Dr. Weinschenk queria era um *arremedo de porto*, um simples desembarcadouro.

A revisão do projeto aprovado foi despachada pelo Ministro Marques dos Reis em abril de 1937, e agora o caso ficaria sob a responsabilidade mais imediata do Engenheiro Frederico César Burlamáqui, Diretor daquele Departamento Técnico. Iria submeter-se às aconselhadas experiências de laboratório hidráulico, em Grenoble, na França, na verdade decisivas.

Enquanto isso, o Governo estadual, as classes empresariais, a imprensa batiam-se pela sua justa e inadiável reivindicação. Surge, então, o atendimento confortador, consubstanciado no Decredo federal nº 544, de 7 de julho de 1938.

A ementa deste Decreto diz que: "Modifica o Decreto nº 23.606, de 7 de julho de 1937, na parte referente à construção do porto de Fortaleza e dá outras providências."

"Fica — diz o art. 1 — transferida a localização do porto de Fortaleza para a enseada do Mucuripe, a que se refere à concessão outorgada ao Estado do Ceará pelo Decreto nº 23.607, de 20 de dezembro de 1933 para a construção, aparelhamento e exploração do referido porto."

Pelo art. 2º, "Fica aprovado, em substituição ao de que trata o Decretou nº 1680 de 25 de março de 1937, o novo projeto e respectivo orçamento, na importância de 38.896.260$000 (trinta e oito mil contos, oitocentos e noventa e seis mil duzentos e sessenta reis) para a construção do porto do Mucuripe, no mesmo Estado."

E mais, pelo art. 3º: "O Estado do Ceará fica autorizado a lavrar termo de aditivo ao contrato assinado com a Companhia Nacional de Construções Civis e Hidráulicas, para a transferência do local de que trata este Decreto, mantido o montante da despesa, na importância de 20.132.414$000 e pelo preço unitário constante do orçamento indicado no art. 2º."

As obras complementares do projeto aprovado pelo art. 2º — está no Parágrafo Único — na importância de 18.763.863$000 (dezoito mil contos, setecentos e sessenta e três mil e oitocentos e sessenta e três réis) serão realizadas, na forma da concessão, mediante concorrência pública, reservada a preferência para o atual construtor, em igualdade de condições."

Venciam assim, após longos e penosos choques de opiniões e interesses, as idéias do Dr. Hor Meyll. Daí por diante empenham-se os governantes cearenses no apressamento e conclusão da tão esperada construção, mas tudo recebia, infelizmente, o selo das procrastinações. Na administração do Prof. José Parsifal Barroso foi criada a Comissão Dinamizadora do Porto do Mucuripe, por ele presidida, procurando-se remover as dificuldades nascidas da falta, "tanto de uma visão global das necessidades do porto, como a que se relacionava com as obras de engenharia hidráulica e a implantação de sua estrutura operacional."

Pôde essa Comissão apresentar ao Sr. Ministro Hélio de Almeida a planta completa do porto do Mucuripe, aprovada, em boa hora, com a garantia do custeio dos serviços pelo Fundo Portuário Naciolnal.

O Governo seguinte, sob a chefia do Cel. Virígilio Távora, emprestou novo alento à construção do cais, contando com o apoio do Ministro Expedito Machado, ao ponto de poder mostrar, em 1965, novecento e vinte e cinco metros de murada acostável, embora ainda sem as condições indispensáveis à exploração racional do empreendimento.

Esse ano de 1965 marca o momento em que, em venturosa inspiração, se resolveu criar a Companhia Docas do Ceará — dia 9 de abril — integrando-se novamente a administração do porto do Mucuripe na área de atribuições do Governo Federal, por seu Ministro dos Transportes. A empresa, de caráter de economia mista, compunha o seu capital com a

maioria de cotas do Governo da União e as demais do Estado do Ceará e, simbolicamente, dos Municípios de Camucim, Caucáia, Maranguape, Fortaleza e Aracati.

Era a primeira organização desse tipo para exploração e administração de portos a surgir no País e o fato se deve à ação persistente do Governador Virgílio Távora em entendimentos com os Técnicos do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis e com a pronta anuência do Marechal Juarez Távora, titular do Ministério da Viação.

Valia como uma audaciosa experimentação, que logrou todo êxito, quase tudo devido a direção dedicada e inteligente do Presidente da nova entidade, o Engenheiro Raul Cabral de Sá, bem assessorado pelos dois diretores — os Engenheiros Rodolfo Langer e Danilo Correia.

Não estaria mais a Capital cearense a revelar aqueles bisonho retrato de Koster e a ter à sua frente as humilhantes e dolorosas perspectivas de portos tentados e fracassados diante da fúria dos verdes mares tão decantados, mas por outro lado tão distruidores. Hor Meyll estará vendo satisfeito o que ideou e, como técnico, reduziu a planta para uma execução que mais tarde se transformaria na realidade de hoje.

O problema era, realmente, empeçoso, mas a solução veio ótima.

16 — 300 ANOS DEPOIS

Em cômputo estatístico somavam 48.369 os maradores da cidade, a crer-se no recenceamento de 1900. E o minuto divisor das duas centúrias, nos regozijos do Novo-Ano de 1901, encontrou-a votivamente de joelhos, rogando aos céus na peroração do discurso de Farias Brito: "Agora mesmo a sombra de Deus perpassa sobre as nossas cabeças. Ajoelhemo-nos!"

O Centro Literário havia preparado o ambiente de luminoso entusiasmo, em sessão memóravel. O Presidente Pápi Júnior — bem se podia ver — era o mágico daquela orgia de ornamentação e de tantas vibrações alvissareiras.

E lá estava, levantada na praça pública, na Praça da Estação (Praça Castro Carreira) a tribuna de onde iria escachoar arrebatadora a eloqüencia do pensador, já em alturas de desmentir Tobias Barreto, quando afirmava que "o Brasil não tem cabeça filosófica." A multidão e os sinos das igrejas, a música do hino nacional e as girândolas e morteiros explodiram em delírio naquela zero-hora centenária.

A cidade abria a vida ao Século que chegava, na esperança de se acalmar de tantas dores sofridas à calidez atroz do ano recém-findo, cujos derradeiros gemidos ainda se ouviam nos degradantes campos de concentração de flagelados. A seca dos *dois zeros* fora mais uma conta aumentada ao rosário das estiagens que atormentam desde o berço o cearense; e a gente esquàlida do sertão, expulsa de sua fazendas longínquas pelo anjo do extermínio, ainda tristemente marcava a areia das ruas de Fortaleza com os rastros do seu infortúnio.

Mas já se habituara a essa aquarela macilenta a cidade distinta como um gravame imposto pelo destino à sua pobreza, à sua simplicidade provinciana de praças ainda sem jardins, antes monótonos quadros de pastagem do gado à solta, de ruas pavimentadas de capim-de-burro, quase bocejando numa existência morna, meio sonolente, acomodados os governantes às bonanças de uma aligarquia que, por sinal, era apenas o retrato, a expressão de um regime político de trancado afilhadismo a estagnar, em todo o norte do País, as administrações e a sufocar ânsias e os impulsos de um progresso mais rápido.

Ao pesado situacionismo dos *cafinfins* fazia obstinada oposição uma pequena elite de *maloqueiros*, mas sem melhores probabilidades de aluí-lo



Prefeito Guilherme Rocha

sequer um centímetro. E o povo assistia descurioso às bulhas jornalísticas, até divertidas, das descomposturas e dos insultos. O velho *Babaquara,* o Dr. Nogueira Acióli, havia firmado o seu prestígio na chamada "política dos Governadores", adotada pelo Presidente Campos Sales, com o intuito de garantir a restauração das finanças nacionais, trocando o apoio dos Estados no Congresso Federal pelos favores e benefícios que do Governo Central necessitavam os mandões estaduais. Tudo por estes e para estes, de sorte que aos oposicionistas só restava o recurso de protestar, não sem aqui e ali se excederem, sujeitos a revides contundentes.

Só a muito custo se fortalecia a oposição, conseguindo adesões de jovens intelectuais que sem demora se viam obrigados a abandonar o Ceará em busca de outras regiões onde pudessem mais facilmente encarreirar-se.

Nesse clima de esterilidade, entretanto, ressalvava-se a atuação producente do administrador municipal, Sr. Guilherme César da Rocha, que desde 1892 exercia o cargo de Intendente (hoje Prefeito). Utilizando bilhetes de crédito, popularmente chamados *borós*, pudera ele, em 1897, construir o Mercado de Ferro para a venda de carnes e peixes, importante melhoramento que veio sanear o sistema primitivista com que se efetuava aquele comércio. Considerado um dos melhores do Brasil, ficou sendo esse mercado uma das vaidades da Capital.

Em 1902 e 1903, o mesmo Intendente inaugurou os belos jardins 7 de Setembro, na Praça do Ferreira, Nogueira Acióli, na Praça Marquês de Herval, Praça Pedro Borges, na Praça Caio Prado, o que modificou sensivelmente para melhor a parte mais central da urbe. Inscrevia, assim, Guilherme Rocha o seu nome como o primeiro remodelador de Fortaleza, no tocante ao aprimoramento dos seus logradouros públicos.

Todavia, outros problemas essenciais não encontravam solução, como o do abastecimento dágua e o da rede de esgotos. Continuava a cidade a suprir-se do precioso líquido retirando-o de *cacimbas* escavadas nos quintais das casas e elevada por moinhos de vento a rodarem desesperadamente dia e noite. Pelo seu crescido número, às centenas, ofereciam esses cataventos sugestivo aspecto a quem observasse a cidade de qualquer ponto mais saliente. Em geral, eram de fabricação norte-americana, quase todos dos tipos Dandy e IXL. A água mais potável, de mais confiança do povo, a água de beber era distribuída pelas residências em cargas de quatro ancoretas ou *canecos*, transportadas por jumentos, o que ao turista dava singular impressão, fazendo-os por em uso as suas codaques para os *flashes* mais interessantes. As fontes do Vilar, na Rua da Assembléia (Rua São Paulo), do Zuca Acióli, na Cachorra Magra (Rua Marechal Deodoro) e o poço da Prefeitura Municipal, hoje Praça da Bandeira, tiveram sua época prestadia.

Quanto ao serviço de esgoto, o processo era por demais grosseiro e inconveniente. A maioria das casas mantinham, no quintal, cloacas fixas, às vezes simples buraco aberto no chão, outras um barril ou um caixão enterrado, servindo de depósito às dejeções domésticas. Não havia W.C. De tempos em tempos, mudava-se o local do depósito, aterrando-se o anterior. Noutras casas, as mais ricas, adotavam-se cloacas móveis. Cubos de ferro ou barricas, com a capacidade média de 50 quilos, eram conservados em lugar discreto e neles depositados os excrementos durante três, cinco, ou mais



O Romão

dias. Assim que repletos, seriam levados à praia e jogado ao mar o conteúdo. "O sistema de remoção desses cubos e o seu despejo, quando outras razões não militassem contra a sua adoção, bastaria para condená-lo, por ser o mais anti-higiênico e incômodo para os infelizes moradores das ruas por onde passava esse cortejo do saneamento tolerado, senão aconselhado por nossa ciência oficial. Os condutores dos barris, recrutados na escória da ínfima classe dos jornaleiros, pela natureza repugnante do serviço, são outros tantos agentes de infecção da cidade. Imundos, asquerosos, mostram nas suas vestes os traços do ofício. Não raro, por : embriaguez ou pelo mau estado dos vasos, despejam os excrementos nas ruas, nas quais permanecem dias e dias, apenas cobertos por tênue camada de areia, sem que a autoridade sanitária mande proceder à desinfecção delas." Era assim que o Dr. Tomás Pompeu de Sousa Brasil apreciava semelhante sistema de saneamento. (1)

Desses pobres carregadores de *cartolas* ou *camburões*, como chamavam àqueles vasos, alguns ficaram mais ligados à crônica cidadina, notadamente o Romão e o Sabão-Mole, muito bem fotografados por Gustavo Barroso: "As dejeções das moradias acumulam-se semanas e quinzenas em barris especiais, de forma cônica, chamados cartolas, cumoas ou cambronnes, em memória do herói do derradeiro quadrado da Guarda Imperial em Waterloo, que são retirados e lançados ao mar pelo Romão e o Sabão-Mole. O Romão é um antigo escravo bestializado pela miséria. Imundo, fedorento e sórdido, anda meio curvo, arrimado a um varapau, rosnando sempre nomes feios. Sustenta-se de cachaça e come vísceras cruas que compra ou lhe dão na Feira, misturadas com farinha de mandioca no fundo do seu fétido chapéu de palha de carnaúba. Quando ferra no sono em um vão de porta, a mulher e as filhas, que o seguem à distância como chacais ao leão, com medo do seu cacete, três negras magras e sujíssimas, vasculham-lhe os bolsos atrás dos níqueis e cobres que sobram da aguardente.

Antigamente, a garotada perseguia-o, gritando-lhe o nome e rimando-o com termos sujos em *ão*. Revidava com as piores obscenidades, rodopiando o varapau. Agora já não fala mais, grunhe como um porco, arrastando-se escorado ao pau, ao longo das paredes. Pobre homem que a Circé da desgraça metamorfoseou em bicho!

Uma tarde, estou no meu rendoso velocípede no Passeio Público, quando ele passa de cartola à cabeça em frente da Santa Casa, rumo à rampa do gasômetro, que leva à praia. De súbito, o apodrecido fundo do barril de imundície cede e afunda, enterrando-se-lhe este pela cabeça até os ombros. A massa horrenda sufoca-o, cobre-o todo e derrama-se pelo chão, empestando a rua. O desgraçado braceja como um cego, enquanto toda a gente foge, sem coragem para socorrê-lo. As Irmãs de Caridade do hospital mandam os jardineiros lhe atirarem alguns baldes de água que o salvam daquela ignóbil situação."

"O concorrente do Romão no sórdido ofício — continua Gustavo — é o Sabão-Mole, mestiço, alto e escavado, cuja face a amarelidão tornou semelhante ao sabão amolecido na água. Anda em companhia duma velha, de cara espapaçada, que parece a sua sombra. A velha acaba abandonando-o. Vagueia solitário a indagar pelas portas das casas:

(1) *O Ceará no Começo do Século XX*, Fortaleza, Tipo-Litografia a vapor — 1909, p. 764.

— Tem limpeza hoje, freguesa?

Junta se um bando de moleques atrás dele, gritando:

— Sabão-Mole, cadê a velhinha?

Esgrime furioso o cajado de jucá lustroso e passa descomponendas nos seus perseguidores. É um mestre no baixo calão. As famílias retiram-se das janelas, batendo vidraças. Às vezes, a polícia intervém e faz justiça a seu modo. Em lugar de prender os moleques que o provocam, porque essa utilíssima criatura não faz mal a ninguém, leva-o aos empurrões e trancafia-o no xadrez.

Quando atravessa a praça do Ferreira, então vasto areal emoldurado de árvores antigas, com um cacimbão de pedra de Lisboa ao meio e um café, um quiosque de madeira a cada canto — o Java do Ovídio Leopoldino, o Iracema do Ludgero Garcia, o do Comércio do José Moreira e o Elegante do Bonates, padre Macaíba, sacerdote virtuoso, mas brincalhão, brada com voz esganiçada, emboscado na Farmácia Pasteur do Eduardo Bezerra:

— Sabão-Mole, cadê a velhinha?

O mísero volta-se, sapateando, e replica com voz estentórea:

— Estou conhecendo esta voz... É do padre Macaíba... Olhe seu padre, só não digo que está em tal lugar (e solta os palavrões) porque o sr. é padre, senão diria...

Padre Macaíba, oculto por trás da porta da farmácia, ri às bandeiras despregadas.''(2)

O serviço oficial de água e esgotos somente em 1926 seria inaugurado. Na gestão governamental do Des. José Moreira da Rocha (3 de maio), isto apesar dos esforços do Presidente João Tomé de Saboia e Silva, que rescindira, por acordo de 30 de setembro de 1918, o velho contrato mantido com o Engenheiro João Felipe Pereira, o autor do projeto das referidas obras. Ao tempo do Comendador Acióli havia sido comprado o material necessário à instalação da rede, a qual, entretanto, nem sequer foi iniciada.

O de transportes ainda se fazia com os mesmos bondes de tração animal, correndo nas mesmas linhas e apresentando a mesma nota pitoresca, mas também a mesma utilidade. Até o *joão cotoco* não desaparecera — o bondinho sem coberta, *a céu aberto*, que aos domingos impreterivelmente rodava pelas diversas ruas, repletos os seus bancos de gente moça, a divertir-se, despreocupada, com o coração todo entregue às expansões tão generosas e alvorecentes da juventude.

Os simplórios tílburis do francês Henrique Golignac, anunciados como *carruagem de luxo*, não resolviam nada, porque mais se prestavam para atos de casamentos e batizados e para passeios domingueiros. Não havia automóveis, pois o primeiro a chegar — um Rambler adquirido em segunda mão nos Estados Unidos, em 1909, viera por uma aventura ou proeza do industrial Júlio Pinto e não, realmente, como solução de um problema. E prestou-se o pobre veículo mais a provocar hilaridades, ante seus constantes fracassos, a despeito de ser dirigido por um hábil mecânico — o português Rafael Dias Marques. ''Sempre na calada da noite — diz-nos o cronista Raimundo de Meneses — realizavam (Alfredo Euterpino Borges e Clóvis

(2) *Coração de Menino*, cit., p. 233.

Meton de Alencar) experiências, ora indo até o Alagadiço, ora à Estação de Bondes. Quase sempre, o Rambler enguiçava, sendo preciso desmontá-lo, em plena rua, para consertá-lo. E toda vez que tal acontecia, fazia-se mister arrancar a *carrosserie*, pois o motor estava localizado sob o veículo. Às vezes, permanecia na oficina improvisada, recebendo os desvelos daqueles dois devotados amadores.''

A iluminação era a mesma da época de sua inauguração — a gás carbônico. Apenas mais ampliada, com o seu desenvolvimento a outras ruas. Luz boa, distribuída em combustores de ferro fundido em caneluras, com mangas de vidro campanuladas e inteiriças e a chama a jorrar do bico em forma de pequeno leque. Posteriormente, foi mudada a cabeça dos combustores por outra de quatro faces, com a parte superior interna esmaltada de branco, para melhor refletir a chama, agora muito mais brilhante e produzida pelas camisinhas encandescentes, de areia monazítica. A iluminação residencial, fornecida pela mesma Companhia do Gás, teve idêntica evolução. As casas mais abastadas primavam pela ostentação de lustres com pingentes de cristal, muitos de admirável riqueza artística. Com a vinda da The Ceará Tramway, Light and Power, Ltd., em 1913, o gás carbônico, nas residências, foi sendo substituido pela eletricidade, que acabou estendida aos logradouros públicos depois da rescisão, em 1934, do contrato da The Ceará Gás Co. Ltd. Aludido serviço passou a ser feito, bem mais tarde, pela própria Municipalidade, com a criação do Serviluz, inaugurado pelo Prefeito Paulo Cabral de Araújo, cuja dinamizada gestão (1951-1954) proporcionou a Fortaleza boa soma de irrefutáveis melhoramentos. Depois, veio a Chesf.

Socialmente, poder-se-iam dizer singelos, porém distintos, os hábitos e reuniões. O povo trajava com esmero e, portanto, sem os abastardamentos do *slack* e da camisa esporte. As senhoras e moças *vestiam-se* e sabiam guardar discrição, da mesma maneira como os cavalheiros, que não esqueciam o fraque ou o jaquetão nos lugares ou ocasiões em que era preciso apresentar-se com algum rigor. Os rapazes do comércio, pois nos misteres do balcão ainda não se empregavam mulheres, formavam classe numerosa, conquanto ainda não organizada em clubes, e não fugiam às regras do bom-tom. As casas comerciais não lhes davam muita folga: abriam às 6 ou 7 horas da manhã e somente fechavam às 7 ou 8 horas da noite, sem nenhuma interrupção para o almoço. Para fazer em casa essa refeição, era preciso alternar as saídas. De clubes recreativos de importância, detinha o Iracema a exclusividade e aqueles que a ele não pertencessem teriam de divertir-se nos bailes ou festas familiares, nos quais não faltavam os famosos *serenos*, ajuntamentos de pessoas que se comprimiam para assistir à entrada dos convidados, apreciar-lhes ou criticar-lhes os vestidos e os modos.

O mais, seria aproveitar as diversões populares — as quermesses, os congos, os fandangos, as pastorinhas, os circos, o bumba-meu-boi, o carnaval, as festas religiosas, as visitas às lapinhas do Natal. As saídas de missa eram, na verdade, um incitamento para a rapaziada, o melhor ensejo para um encontro com as suas eleitas. Por vezes, tinha-se que ir mais longe: aos festejos de Maranguape, em homenagem a São Sebastião e à padroeira Nossa Senhora da Penha, ou aos de Arronches (Parangaba), em honra do

Bom Jesus, com a movimentadíssima e pirotécnica "chegada dos caboclos." Trens da Estrada de Ferro de Baturité faziam viagens e mais viagens, cada vez mais superlotados.

Aos domingos e dias santos, umas *voltinhas* de bonde, até o fim da linha, para olharem ou namorarem as moças, casquilhamente expostas às janelas, aventurando um simples *flirt* ou um futuroso casamento. Ou um passeio a cavalo pelos subúrbios, ao léu, se não em visitas a chácaras amigas.

Às tardes frescas *no lado da sombra,* ou às primeiras horas da noite, as célebres rodas de calçada, genuinamente nordestinas, para animadas palestras ou partidas de gamão, sadias, cordiais, enchendo os passeio ou calçadas com um sem número de cadeiras. Mas, de ordinário, não resistiam ao toque de corneta das 9 horas, vindo do quartel da Polícia, na Praça do Patrocínio (Praça José de Alencar), como aviso convencional para o recolhimento ao leito ou à boa rede e, segundo a pilhéria, para a saída triunfal dos percevejos, os malditos hemípteros que a ciência houve por bem de classificar, latinicamente, de *Cimex lectalarius.*

Revivia-se, ainda sob este aspecto, a Fortaleza de meio século atrás, como nos descreve o historiador Cruz Abreu: "A essa hora, tocava a recolher no quartel do Corpo Fixo e as notas compassadas da corneta, ouvidas distintamente nos pontos mais afastados da pequena cidade que era então Fortaleza, estugavam o passo dos retardatários, em busca de suas habitações; e ouvia-se, na Praça da Carolina, o ruído das portas e o borborinho alvorotado da gente que se retirava e ali estivera, desde 5 horas, no pequeno comércio do peixe fresco e das fressuras vindas à tarde do matadouro."

Rematando tudo, aquele Passeio Público acolhedor e sempre festivo e o Parque da Liberdade, a antiga Lagoa do Garrote, que o engenheiro Romualdo de Barros, em 1890, transformou num lago de maravilhas, com o seu Café Cascata oferecendo à petizada, mediante pequena orquestra a exibir-se de cinco horas da tarde às oito da noite, variados exercícios e jogos, passeios de escaler, tiro ao alvo e joãogalamarte.

A vida econômica traduzia-se num equilíbrio. Não faltava peixe, não faltavam as viandas. E nem os cereais e as frutas. Estas vinham de Maranguape, como os cereais e as rapaduras da zona dos "tabuleiros do Ceará" e da Uruburetama, conduzidos em jumentinhos e muares, que penetravam em sucessivas levas pelo Benfica, o Calçamento de Messejana e o Alagadiço, anunciados pela tilintante música duma infinidade de chocalhos, desde a madrugada. Os funcionários públicos e os caixeiros ganhavam pouco, mas gastavam pouco, porque tudo era barato. Os comerciantes satisfaziam-se com lucros razoáveis, sem ganas de explorar o freguês. Poroaras do Amazonas traziam os seus polpudos dinheiros, animavam as lojas e engordavam as Caixas. Casas importadoras mais influentes, eram Cruz & Irmão, J. Bruno, Filho & Cia., Albano & Irmão, Marques Dias & Cia., Jesuíno Lopes & Filho, Machado Coelho & Cia., Frota & Gentil, Abreu & Irmão, Reishofer Frères, Adolfo Barroso, Conrado Cabral & Cia., Casa Vilar, Marçal Filho, Lopes Sá & Cia., Loureiro, Irmão & Cia. Das exportadoras, três as principais: Boris Frères, Holderness & Salgado e Gradvohl Frères.



Rua Barão do Rio Branco (aspecto antigo)

Na época das safras, passados os fins dágua, a partir de julho, as trocas com o sertão intensificavam-se. Cada casa comercial tinha os seus fregueses certos, *arregimentados*, que hospedavam à sua custa nos pequenos hotéis. Os mais influentes comiam à mesa do patrão, o que lhes era grande honra. Pelas ruas, nas praças, demorava a burralhada dos *comboios*, até que voltassem devidamente carregados. Matutos ensapatados de *carnal* e comboeiros de chapéu de couro trançavam pernas o dia todo e, às tardes, iam ver o mar — o *açude do Boris*. Retornavam ao interior, satisfeitos com a mercadoria comprada a doze meses, o pagamento a ser feito na safra seguinte. De tudo levavam um pouco. Lojas como a Louvre, do Barão de Camucim, a Guarani, de Esmerino Barroso, a Estrela do Oriente, de Arêas & Cia., a Nogueira, J. Nogueira & Irmão, mostravam instalações que impressionavam. Bancos, não mais de dois. O Banco do Ceará, matriz, e o Banco de Pernambuco, agência.

A pequena indústria e o artesanato predominavam. Da grande indústria, apenas três fábricas de tecidos: a de Pompeu & Irmão, a Ceará Industrial, do Banco do Ceará, que pertencera a Holanda & Gurjão, e a de Pompeu & Cia (Fábrica Progresso). Pequenas fábricas de cigarros, de redes de dormir, de óleos e sabão, tipografias e pouco mais.

Hotéis, alguns raros, como o Hotel de France, de Dragaut e Isidoro Braun, e o Internacional, de Emílio Borrócio, mas com este nome só por dizer: a cidade não atraía turistas e daí serem os hóspedes na maioria paroaras e caixeiros-viajantes, pouco exigentes. A ruindade do porto, como um ferrolho, trancava-a aos forasteiros.

Pelo lado de dentro, da hinterlândia, as pessoas de mais projeção vinham hospedar-se em casas de parentes ou amigos; só os mais modestos é que procuravam as pensões ou pequenos hotéis, desconfortáveis e sujos. Pensões *familiares*, com este adjetivo bem destacado nas tabuletas, a fim de evitar confusão com as outras... Os moços do sertão abotelavam-se em repúblicas, muitas das quais se tornaram faladas, como aquele Consulado da China, na Rua Major Facundo, uma espécie de liga de repúblicas confederadas, ideada por Gustavo Barroso e objeto de suas reminiscências nos seus livros de memórias. "Entre as duas janelas, na fachada do Consulado, coloquei uma placa oval, em que pintei, em fundo amarelo, o dragão imperial. Em cima, meia dúzia de letras esgalhadas. Em baixo, a tradução: CONSULADO IMPERIAL DA CHINA. Dominando tudo, um mastro, onde, aos domingos, tremulava o pavilhão do Celeste Império. Pela cidade apareceram outros consulados, unidos ao nosso. O primeiro, numa casa da Rua Formosa, que dava os fundos para a nossa, o Consulado do Japão, fundado por Cirilo Pimenta. Depois, perto da praça do Ferreira, o Consulado do Turquestão, de Rubens Nelson; na rua Senador Pompeu, junto à igreja de São Bernardo, o Consulado da Hotentócia, do Otávio Bonfim; mais adiante, residia Pedro Artur de Vasconcelos, Embaixador da Criméa; na rua da Boa-Vista, entre São Bernardo e D. Pedro, o Consulado do Afganistão, do Caubi Ribeiro; na rua das Flores, esquina da Boa-Vista, onde fora o Hotel Universal, o Consulado de Madagascar, do Luís César de Carvalho.

Todas essas repúblicas se ligavam entre si por uma espécie de federação tácita e serviam para esconder e dar escapula aos perseguidos da polícia, que

costumava procurá-los e surrá-los à noite, nas ruas mal iluminadas da cidade. Do Consulado do Japão, graças à cacimba, facilmente se passava por cima do muro para o da China e vice-versa. Assim, entrava-se pela Major Facundo e saía-se pela Formosa, o que era desconcertante para os esbirros policiais."

No tocante à cultura mental, não era mesquinha a agitação das boas-letras, porém os intelectuais lutavam com enorme dificuldade para a publicação de suas obras, à falta de editores, razão por que pululavam os jornais e revistas, quase sempre de existência passageira. Raro o jovem desse tempo que não tenha feito o jornalismo. Folhas políticas, literárias ou humorísticas germinavam e logo definhavam.

As políticas, ordinariamente, enveredavam-se na oposição ao chamado cesarismo aciolino, que era defendido, contra todas, a unhas e dentes, pelo diário *A República*. Ataque e defesa desgarravam da linha ideal e desciam à intransigência e à perseguição. Mais de um adversário do governo sofreu surra tremenda ou foi obrigado a engolir jornal reduzido a pílulas.

As prevenções geravam dia a dia mais ódio e este o sentimento de revolta, que veio deflagrar, violento, em 1912, apeando do poder o velho chefe de partido, que jamais pensara em cair: no dia 24 de janeiro, depois de três dias de fuzilaria, a cidade aliviou-se do clima opressivo, com a renúncia do confiante oligarca. Vencera o *slogan* — "Franco Rabelo ou Morte!" —, que empolgara todo o Estado, do menino ao velho.

Nunca um movimento de libertação popular chegara a tal afoiteza ou destemor, mas processou-se infelizmente à doida, sem chefia ou com a chefia fragmentada em *chefetes*, o que foi pior. A ausência de unidade e autoridade entre os combatentes, como se podia esperar, coloriu-se das tintas, mais vermelhas ainda, da imoderação, dos desatinos e mudou o alívio em outra asfixiante opressão. Em 9 de novembro — não fazia um ano, a patuléia que ajudara derribar os *tiranos*, novamente ardendo em raiva, transpunha os limites das justas reivindicações e passou a queimar e roubar, em desvario, as casas de família dos vencidos, que nem ao menos puderam ensaiar um simples gesto de repulsa. Espavoridos, apanhados de surpresa, tiveram que fugir com a única roupa do corpo e homisiar-se na Escola de Aprendizes Marinheiros, em Jacarecanga, de onde embarcaram, sem vintém, para a Capital da República.

Depois, muitos mais deprimente ainda, a reação desses elementos escurraçados, agora refeitos e denominados *marretas,* de cambulhada com a caudilhagem do Catete, conduzindo para Fortaleza, em suprema humilhação, a jagunçada do Padre Cícero, aproveitada pela solércia dos politiqueiros de Pinheiro Machado, ávidos de desforra. Grosseiro pretexto de uma dualidade de Assembléia Legislativa foi armado como razão da intentona dos romeiros do *Meu Padim*, que terminaram, *mirabile dictu!*, transformados em agentes da ordem pública, praças dum Batalhão nefando que o próprio sucessor de Franco Rabelo, o enérgico Presidente Benjamim Barroso, viu-se forçado a dissolver, e demitir pelo telefone, sem mais formalidades, o seu botocudo comandante.

Tais fatos, bem se calcula, repercutiam traumaticamente na alma da população e seriamente concorriam para inibir a cidade a mais franco

progresso material e intelectual. A inibição invadia todos os setores de atividades e o panorama urbano conservava-se aquele remançoso, de uma arquitetura sem renovações, as casas de platibandas, colodas umas às outras, rentes com o alinhamento das ruas, sem recuos nem jardins, a mor parte dum só andar. O cimento armado ainda não chegara com a sua revolução.

Contentava-se o povo com aquela tranquilidade que caracteriza a inércia, venturosamente pachorrenta, ainda sem estragar os ouvidos com a estridência irritante das businas, nem triturar os nervos nas disputas de um prosáico lugar nos coletivos superenlatados, como as sardinhas. Não o vexavam tantas preocupações que alucinam o homem moderno, e, por isso, qualquer pequeno fato, qualquer acontecimento menos trivial era apreciado com o mais pueril interesse.

Os chamados tipos-de-rua, por exemplo, alimentavam-lhe gostosamente esse sentimento, misto de maldade e humor, com que costumamos ver as suas excentricidades ou assistir às exteriorizações das suas assimetrias psíquicas.

Ainda representavam eles, inconscientemente, o seu papel de truanazes na livre ribalta das ruas, para diversão de uma platéia desobrigada do preço das entradas.

O *Tostão* era um de tais míseros: moço, de roupa em molambos, imbecil que requeria a quem passasse uma dessas divisionárias já desaparecidas — *100 réis* do sistema monetário antigo e equivalente hoje a 1 centavo. A sua peculiaridade era recitar certo *alfabeto ilustrado*, reunindo em torno dele os basbaques: uma ilustração obscena, uma cantilena aprendida à custa de demorada repetição pela sua retentiva retardia. Só lhe davam a moeda se desfiasse o *abc* de sujeiras, o que fazia maquinalmente, no antegozo estúpido de ganhar tostões.

Antes do *Tostão*, houve a Micaela, que Pedro Sampaio descreve como "negra retinta, varapau de quase dois metros de altura, com passo de soldado alemão, vestida de preto e saia arrastando ao chão. Andava nas ruas pelo calçamento e atravessava as praças em diagonal. Empunhava um grosso porrete, também preto, e a cada esquina parava, olhava para todos os lados e depois continuava o seu caminho. Diziam que ela botava feitiço, que era homem disfarçado em mulher, mas a Micaela, que causava pavor a toda gente, era simplesmente uma inofensiva criatura, que morava sozinha em uma palhoça para os lados do Prado Velho e só saía à rua para revolver as latas de lixo e catar o que comer."

Mulheres tipo-popular foram também a *Teodora*, a *Chica Pinote*, a *Iaiá-tem-ovos*, a *Siri*, a *Mucura*, a *Ferrugem*, a *Mimosa*, sempre alvo dos insultos da molecagem e sempre prontas a revidá-los com as únicas armas ao seu alcance: os gestos feios e as pornofonias arrepiantes. Entes que o próprio Deus esqueceu ou lá nos seus desígnios marcou indelevelmente com o sinal do pior dos sofrimentos — servir de pasto ao escárnio, ao aviltamento desumano, arrastando uma vida de cão vira-lata, sem lar, sem um refúgio, sem qualquer afeto e nem sequer um vislumbre da própria consciência de si mesmos, dementes, paranóicos, esquizóides, ou uma baralhada de tudo isso.

Louco até as reações mais violentas era o *Tertuliano*, pequeno comerciante retalhista que, intimado um dia a comparecer à Polícia, resistiu

ferozmente, sendo ferido e ferindo os soldados que o quiseram prender. Era uma vítima do baixo espiritismo e os sintomas da anormalidade psíquica fixaram-se no fervor religioso, a ponto de adotar o hábito de frade, deixar crescer a barba e assim vestido andar pelas ruas, conduzindo um *registro* do Coração de Jesus e um exemplar da Bíblia. Os seus *sermões* tinham como resposta a galhofa da canalha que o ouvia, provocando-lhe o furor ou, doutras vezes, piadas espirituosas. Ia diariamente às igrejas e gostava de postar-se no Cruzeiro da Sé (já desaparecido), de braços estendidos, dizendo-se o Crucificado. Raimundo de Meneses retrata-o muito bem em *Coisas que o tempo levou* e salienta a sua figura mística, a exigir que lhe chamassem São Tertuliano: "Aos sábados, invariavelmente, metido em sua exótica indumentária de santo, com o quadro do Coração de Jesus dependurado aos ombros, percorria o comércio, indo de porta em porta com ares beatos, para uns, e com ameaças das fúrias do Inferno para outros, na coleta semanal que ele chamava o 'imposto celestial'. E a coleta era grande. Ai, porém, daquele que não contribuísse! Ficava inscrito no livro negro do místico ambulante, que passava a citá-lo, de público, em seus sermões diários, como um dos candidatos que, provavelmente, iria sofrer as torturas de Lúcifer..." Tocou ao extremo de considerar-se o próprio Cristo, imitando-lhe as vestes e, como fez em certa ocasião na igreja da Sé (hoje Catedral), expulsando de chicote em punho os *vendilhões* do templo!

Não louco, mas portador da epilepsia, era o *Casaca de Urubu*, cuja debilidade mental se manifestava de maneira profundamente pragmática. Nunca deixava de tirar proveitos de sua doença. Infundia medo não só pela crença de que a *gota* era transmissível, como pelo modo cínico e impertinente com que perseguia os devedores de conta iliquidáveis, cuja cobrança muito de indústria lhe confiavam. Diante da recusa de pagamento, na casa do devedor relapso, caía ao chão em convulsões, babando, roncando, numa horrorosa cena cuja repetição o *cliente* procurava a todo o transe evitar, efetuando o pagamento... Davam-lhe 50% deste e, mal recebia a sua parte, devolvia a conta ao credor, para que ele tratasse de receber a outra!

Gustavo Barroso risca-lhe o feitio "de cabra de olhos sanguíneos, valentaço, caceteiro e faquista, contínuo do Tribunal da Relação, cobrador terrível de contas perdidas e vendedor de latas de goiabada nas horas vagas. Veste fraques usados que lhe dão os desembargadores e disso lhe vem a alcunha. Epiléptico perigoso. Anda sempre gesticulando, a murmurar coisas desconexas sobre os devedores relapsos e o doce de goiaba. O molecório grita-lhe à passagem, mas de longe, precavidamente: Casaca de Urubu! Bu! Bu! Bu-bu! Ele esperneia em pulos siamescos. Uiva injúrias imorais. Atira pedradas terríveis. Dá socos com toda a força em si próprio, na própria cara. No auge da fúria, vem-lhe o ataque e escabuja pelo chão, espumando, às vezes todo banhado em sangue".

Outro houve desses anormais de boca imunda, engeitados da felicidade, escravos duma para-lógica por demais confusa, tais como o *Palheta*, ébrio, que vivia a fintar o próximo, "impingindo cartões de rifas falsas, entradas de teatro sem valor e bilhetes corridos da loteria, de vender jóias de pechisbeque e de mil pequeninas traficâncias"; o *Mocó-tinim*, o *Papai-abre-o-olho, o Cangulo, o Zeguela*, e, mais recentemente, o *Cheira-dedo*, asqueroso, com



Chagas dos Carneiros

o seu riso alvar e a mania de ter os dedos juntos ao nariz, sentindo-lhes não se sabe que perfume; preferia demorar nas saídas dos cinemas para satisfação de seu desconcertante desejo de olhar senhoras ou moças com que, na sua estupidez, simpatizava.

O *Jararaca*, o *Capitão Pirarucu*, o *De-rancho* fizeram sua temporada. O primeiro, conforme Pedro Sampaio, "pardavasco que tinha jeito e aparência de doutor em disponibilidade; o segundo, "embarcadiço, conhecedor de outras terras e outras gentes e que por isso era um poço de histórias de mil e uma noites"; e o último, um maníaco das ordens militares. Onomatopaicamente, reproduzia os tiros e as rajadas de metralhadora, numa algazarra atordoante. Velhote negro, vendedor ambulante, corria a cidade a gritar sempre: "Preparar, fogo! Descansar, armas! Pra-pra-pra! Bum!", ao que juntava os pregões: "Milho Verde! Abacate!". Chamava-se Jesuíno Rosendo, estivera nas lutas de Canudos e veio para o Ceará trazido pelo General Eudoro Correia, diretor do Colégio Militar.

Sem a jogralidade desses todos, foram sumamente curiosas as figuras do *Chagas dos Carneiros*, do *Manezinho do Bispo*, do *Pilombeta*, do *Zé-Levi* e do *Fabrício*.

Ao Chagas, reservou Gustavoa Barroso um capítulo no seu *Liceu do Ceará*. Apesar de cego, salvou-se do naufrágio do vapor Bahia, em 1887, nas costas de Pernambuco. "Muito alto e muito magro, com as órbitas profundamente encovadas sob o sarçal das sobrancelhas. Vestia um camisolão de algodão branco e ceroulas do mesmo pano amarradas nos tornozelos. Na cabeça, vasto sombreiro de palha de carnaúba em tranças superpostas, vulgarmente chamado *casco de tatu* ou *casco de peba*. Ao pescoço, rosários, terços, escapulários e figas. Numa das mãos, um varapau de jucá envernizado; na outra, o cabresto do carneiro que lhe servia de guia. As costas, um saco cheio de coisas. Em volta, balando e fazendo ressoar os chocalhos, um bando de carneiros pintados de anil, de verde e cor de rosa, cada um com um nome pelo qual atendiam, disciplinarmente." Tal qual, mas o memorialista diz ter ele morrido em 1912, o que não é certo. Até muitos anos depois esteve em Fortaleza, ora desaparecendo no seu nomadismo inquieto, ora ressurgindo. A cidade o estimava e gozava da habilidade com que sabia ensinar os seus carneiros, fazendo-os executar interessante números, bem como da sua gaita de taboca, da qual tirava solos os mais variados e dolentes. Também do varapau ou bastão, esfregando uma das pontas na lage das calçadas, arrancava ele música muito típica, ajudada de certo gargolejo em ajustada afinação. De seu cachimbo de barro sabia tirar sons originalíssimos. Não mendigava, mas à sua sacola nunca deixavam de cair as espórtulas dos assistentes. Antônio Sales, Raimundo de Meneses, Pedro Sampaio dedicaram carinhosas páginas a tão original Panurgo.

Do Manezinho do Bispo, é possível extrair matéria para um grosso livro. Manuel Cavalcante Rocha, ou *literariamente*, M.C. Rocha, eis como se chamava. *Do Bispo*, porque servia como porteiro do Palácio Episcopal. A *filosofia* dos seus escritos, na imprensa e em libretos, e o seu estilo tornaram-se prato delicioso dos espíritos galhofeiros. As suas *Máximas e Pensamentos* tiveram repetidas edições. Já houve quem aventurasse a hipótese de que daí nasceu o futurismo. Manezinho, diz Pedro Sampaio,

"afamou-se não só pela originalidade de sua figura, mas também e, sobretudo, por suas lucubrações literárias, expressão de que se servia quando falava dos opúsculos que publicava, com pensamentos, máximas e mil coisas outras estapafúrdias e ridículas." Aquele seu aludido livro — *Máxima e Pensamentos* — ele o ofereceu a todos os *porteiros* e *eiras* do Universo, e traçou, noutro, a biografia de sua *ex-mãe*, pois que ela já havia morrido...

Sentenças como esta: "todo homem ou mulher *vaidoso* ou *dosa* que pode e não ama a seus pais, eu só comparo com esses bocórios comedores de banana com rapadura" — dão o teor da sua maluquice. Uns pensam que era um espertalhão, haja vista Monsenhor Quinderé, que o conheceu intimamente e afirma, entre outras, que o Manezinho, "quando servia a mesa, ia jeitosamente afastando dos comensais os pratos que mais lhe apeteciam". Desnecessário é examinar-lhe a personalidade depois que lhe fizeram este perfil (Irineu Filho):

"Raquítico, bisonho, esfermiço e amarelo,
Débil corpo atrofiado ao divino cilício;
Amarfanhado rosto imitando um chinelo
Imprestável, caído em já findo exercício...

Alma simples, cristã; coração largo e belo;
Vida pura de santo afeito ao sacrifício
Dos sagrados jejuns... Filósofo singelo:
Porteiro é a sua missão: pensar — seu ofício!...

Literato de escol, pensador incansável:
Biografou sua mãe, editou Pensamentos...
E honra a terra natal com as produções mais ricas...

— É um devoto da Idéia, um gênio inquebrantável,
O melhor escritor dos hodiernos momentos
E o maior Maricão de todos os Maricas!..."

Sem a vocação de *escritor*, sobressaía-se o Pilombeta, mineiro feio, ossudo e narigudo, que deu com as costas no Ceará, onde se fez boêmio e conhecidíssimo. O seu ódio a quem inventou o trabalho dizia-se que era enorme, como supostamente enorme a sua competência de jogador de xadrez e virtuoso do piano. Certo é que "sabia de cor uma meia dúzia de valsas e maxixes, que eram furiosa e desafinadamente mal tocados, assassinando desapiedadamente as suas partituras." Caracterizava-se "pelo tamanho escandalosamente descomunal de pernilongo, destacando-se os seus colossais dois metros de altura em meio da multidão da Praça do Ferreira" — como descreve Raimundo de Meneses. A fim de por em destaque este seu longilinismo quixotesto, era corrente afirmar-se que atravessava as ruas nos dias de chuva sem se molhar, desviando-se dos pingos dágua, entre uns e outros! A despeito de tudo isso, a sua popularidade se firmou, principalmente como pianista do cinema Cassino, de Júlio Pinto, dando certa vida à cena muda naquela improvisada e barulhenta casa de diversão.



O Zé Levy

Igualmente sem queda para escrever asneiras, praticava-as admiravelmente na oratória o Zé Levi. Nunca houve, por certo, quem pronunciasse tantos discursos tolos. Fosse por que motivo fosse, notadamente os da praça pública, defendendo os direitos do povo. A sua logomaquia de rebelado contra os governos era irresistível. O *Coreto* da Praça do Ferreira não arrebentou de tanta vibração retórica porque era um monstro de alvenaria, solidamente ali colocado. Amava a arte fotográfica e era de vê-lo com a sua máquina inseparável. Baixo, com o tórax deformado por forte lordose, de cabeleira farta, não cobria as linhas de um Quasímodo porque não era tão feio. Espirituoso, tagarela, agradava na palestra e ninguém o desestimava. Trajava casimira e o seu jaquetão enfeitava-se com uma infalível rosa na lapela. Grossa corrente de ouro ligada ao cinto sustentava o relógio, colocado no bolsinho da frente da calça. Chapéu de massa de copa dobrada e guarda-chuva. Morreu deixando vácuo ainda impreenchido.

Já o Fabrício, de boa estirpe, tinha como nota especial não só na esquisitice da sua pessoa, estatura mediana, algo trôpego, sempre armado de bengala que mais lhe servia na pronta reação às afrontas dos moleques, como na sua hipermnésia e certa faculdade mnemônica, que o habilitava a dizer, de pronto, a que dia da semana correspondia a data que se lhe propunha, ou, por mais recuado que fosse, o dia do ano. Nada mais seria preciso para verificar a exatidão da resposta do que consultar o calendário. Guardava de memória o dia de festas familiares — casamentos, batizados, aniversários natalícios, com regularidade admirável; e na data certa lá estava para apresentar cumprimentos e trocar por um reforçado prato de bolos e sequilhos o seu discurso arrebatado, muito mais uma série de grunhidos do que palavras ou frases.

Ao lado desses tipos excêntricos, também despertavam as atenções, pelo modo de trajar ou de exteriorizar a personalidade e os seus cacoetes certas personalidades respeitáveis e realmente dignas da maior consideração. Figuras como o professor José de Barcelos, o Dr. Torres Portugal, o delegado Pedro Sampaio, o juiz Francisco Fernandes Vieira o comendador Aquiles Boris, o poeta José Albano, o jurisconsulto Luis de Miranda, os médicos Aurélio de Lavor e Álvaro Fernandes, o Barão de Studart, o comerciante Chico Caminha, o deputado Raimundo Peixoto (Peixotão), o veterano Chico Pedro dos Santos, o coronel Raimundo Guilherme, o repentista Quintino Cunha, o escrivão Felino Barroso, o engenheiro João Nogueira, o padre José Quinderé, o pracista Vicente Roque, — imprimiram selo de original e inconfundível destaque entre os seus co-cidadinos.

O Prof. Barcelos, com o seu chapéu coco invariável e o narigão que Deus lhe deu, "tripartido em montes" e cujo tamanho só se podia comparar ao seu saber da língua Grega e do Latim, causava espécie por onde passase. O fato de conhecer o idioma helênico, no Ceará, àquele tempo, já era uma admiração; mas o que lhe dava marca ostensiva era aquele carnudo apêndice nasal que tanto impressionou a Joaquim Pimenta, ao ser-lhe apresentado quando veio do Tauá para estudar em Fortaleza. Talvez o complexo de fealdade, como insinua Alba Valdez, o haja tornado um "misto de sentimentos contraditórios", esquivo, quiçá um orgulhoso, homem de poucas palavras.

A Torres Portugal, pelo contrário, sublinhava invencível prolixidade, agravada pela fala vagarosa e baixinha. Quando moço, foi diretor do afamado Ateneu Cearense, fundado, em 1863, por João Araújo Costa Mendes, representou o Ceará como Deputado Geral e costumava dar às suas orações tons superafetados. Arredando-se das lidas parlamentares, continuou a ensinar, sem progredir, todavia, nos métodos didáticos, como não progredia no vestuário. "Cédula de cem mil réis recolhida" — definiu-o Felino Barroso. No Liceu, denominaram-no Dr. Fonema, de tanto usar este vocábulo em suas lições de português, em que era realmente mestre. Nas palestras, não soltava o interlocutor, prendendo-o horas a fio, entrando pela noite ou a madrugada! Na velhice, veio-lhe a mania de adquirir trastes já sem uso e mandar reconstrui-los para revender, montando para isso, no alpendre de sua chácara da Jacarecanga, uma oficina de marceneiro.

"Do seu surrado fraque, o fraque avô
Dos demais fraques que não valem nada,
Fez dois *novos* e esplêndidos jalecos...

E, por gostar de tudo o que se usou,
Transformou sua casa de morada
Num museu imoral de cacarecos..." — são os tercetos do seu perfil no *Maricas e Maricões*, de Gilberto Flores (Irineu Filho). Não largava de fumar cigarro amarelo, marca Peito de Vaca, muito proletário. Ao entrar para a sala de aulas, apagava-o e escondia-o em determinado lugar, a fim de reacendê-lo ao sair. Bondoso, educado, causava riso à sua passagem, mas todos o respeitavam.

De aspecto arcaico era, também, o Dr. Fernandes Vieira, juiz de Direito, vulgarmente conhecido por Dr. Tabaquinho. Magistrado honesto e justo, não lhe toavam bem as convenções sociais, a que resistia, primeiro que tudo, o seu indumento passadista, seboso, manchado de esbranquiçadas manchas de degeções de pombos do Reino. Criava-os em grande quantidade na própria residência, que era por eles invadida totalmente, aninhados por todos os cantos. Pousava sobre sua mesa de trabalho, sujando tudo e até os autos processuais que folheava, aquele pombal numeroso. Se alguém batia à porta, assustavam-se e revoavam centenas de columbinos em estrondoso bater de asas. De estatura baixa, míope, falar meio engrolado. Irmão do deputado Afonso Fernandes Vieira, com quem se parecia no físico e nas esquisitices.

Muito diferentes, eram os médicos Aurélio de Lavor e Álvaro Fernandes, cujo esmartismo feria a admiração geral. Impecáveis cópias de Brumel, perfumados, cabelos reluzentes de cosméticos, fraques enluvados ao corpo e calças de listras cobrindo as pernas e caindo bem sobre os sapatos de verniz de alto preço.

O primeiro, de modos diplomáticos, sabendo tratar com as mulheres, enfeitava o rosto com um bigode bem torcido, usava *pince-nez* de lentes sem aro e trazia à lapela, indefectivelmente, um cravo branco. *Monsieur de Laveur*, ironizavam-no explorando o seu gosto de falar o francês.

"Maigre, brun, presomptueux, un peu laid, mais galant,
De mediocre estature et fragile de coeur:
Fragile pour aimer toujours facilement,
Quelque dame jolie qu'il appelle — *ma fleur*!...

O outro também de *pince-nez*, mas de aro circulado, legítimo tartaruga, preso a uma fita de seda preta, cioso do seu bem repartido cavanhaque e mais cuidadoso ainda da sua erudição e da limpeza de sua linhagem genealógica. Repete-se, dele, aquela anedota com Quintino Cunha, que, instado pelo Dr. Álvaro para enunciar, de imediato, uma besteira em quatro palavras, sem demora respondeu perversamente: "Álvaro Otacílio Nogueira Fernandes". Já antes o mesmo Quintino, solicitado a dizer quatro asneiras numa palavra só, de pronto retrucara: "Cerconstamça" (circunstância). Honrou o Dr. Álvaro, como quem mais o tenha feito, a cultura científica cearense.

Abos ilustres e ilustrados, graduados políticos, médicos procurados. Possuiam belos cavalos, sempre nédios, que montavam com os rigores do equestrismo, ora em passeios pelas vias públicas, exibindo euforia e elegância, ora em visitas aos clientes mais distantes. Não havendo transporte doutra natureza, pois os bondes não saíam dos seus trilhos, nem existiam automóveis, era esse o modo como, no mais dos casos, os clínicos podiam chegar aos seus doentes. Quase não havia esculápio que não mantivesse uma cocheira anexa ou próxima a sua residência.

Sem a linha de Petrônio destes dois, chamava as atenções, pelo seu figurão corpulento, cabeleira basta e bigode grosso, outro médico — o Dr. Manuel Moreira da Rocha. Igualmente político de evidência, fez-se notável pela habilidade de vencer os embaraços que por vezes colocavam em beco sem saída o seu grupo partidário. Um *conchavo*, e não era preciso mais... Muito característico o seu pigarrear esturrante e incontido, o que lhe valeu a alcunha de *Moreira Onça*. Em continuadas legislaturas representou o Ceará na Câmara de Deputados.

Entre os militares, alguns tiveram notoriedade pelo faceto das atitudes, tipos engraçados sem fazerem graça, ao contrário, convencidos da severidade de sua missão, do desempenho dos seus cargos, como o Major Sampaio, o Capitão Francisco Pedro dos Santos, o Coronel Raimundo Guilherme.

O Major Pedro d'Araújo Sampaio deixou fama como delegado de polícia crônico. Ex-combatente do Paraguai, recebera ferimentos e as melhores condecorações e, de volta à terra nativa, explorou o comércio e mais tarde ingressou na Polícia Militar do Estado. Por fim, nomeado responsável pela ordem pública da cidade, viveu para ser o *delegado Sampaio*. Trinta e cinco anos de Delegacia, prendendo e soltando! Um verdadeiro anedotário, em torno de sua pessoa e de passagens jocosas do seu *sampaísmo*. Homem forte, enérgico, cumpridor do dever até o desprendimento. Rigoroso, sem ser um Javert. É difícil e espinhosa a função de delegado de polícia, mas soube fazê-la fácil, empregando a justiça de bom varão. Inúmeros os fatos que atestam a sua dedicação e o seu faro policial, ainda hoje citados e comentados. Alguém lhe apresentou queixa de ter sido roubado em um anel de grande valor e logo as suspeitas recaíram sobre o



Idelfonso Albano

empregado da casa, que acabou confessando haver vendido a jóia a um joalheiro muito conhecido. Insinuando o rapaz como devia proceder, levou-o à joalheria e, dizendo que desejava desmascarar o gatuno, pediu ao comerciante mostrasse a bandeja em que expunha à venda os seus anéis. "Mostre qual o anel vendido" — indicou ao rapaz, que prontamente apontou para um solitário que fulgia, no mostruário: "É este..." O joalheiro segurou-lhe o braço e exclamou: "Mentiroso! Ladrão! O anel que você vendeu é este outro" — e tirou de um escrínio a jóia roubada. Caíra no ardil o comprador do furto. De outra feita, o Governador de Minas Gerais oficiou ao do Ceará, pedindo-lhe mandasse alguns homens necessitados de emprego em construções: o delegado Sampaio, querendo ver-se livre da malta de gatunos e vagabundos que infestavam Fortaleza, nesse tempo de seca, remeteu grande leva desses indesejáveis. Algumas semanas depois, veio do Governador mineiro outro ofício, que agradecia o serviço prestado e solicitava lhe mandasse outros homens, contanto que fossem bons e trabalhadores como os da primeira remessa... Atilado sempre, o delegado Sampaio foi, no entanto, demitido porque, segundo se dizia, ao receber ordens dos chefes políticos situacionistas para negar folha-corrida a quem não fosse amigo do governo, isto para os fins de qualificação eleitoral, achou que a imposição era demasiada e passou os atestados a quem considerava decente e idôneo.

O Capitão Chico Pedro, por seu turno, brigara contra Solano Lopez. Fora o primeiro voluntário a apresentar-se no Acaraú, donde partiu com onze companheiros, incorporados, assim que chegaram a Fortaleza, ao célebre 26º Batalhão. Praticou atos de bravura, sofreu as durezas da Campanha e chegou ao Ceará no mesmo Batalhão que se cobrira de glórias e vinha comandado pelo General Tibúrcio. Oficial da Ordem da Rosa, teve reforma compulsória, pois de sua vontade não deixaria a farda. Usava-a habitualmente, ostentando, em certas ocasiões, as medalhas ganhas. Inúmeras medalhas lhe lastravam o dólmã bem engomado. Vê-lo passar, assim, a cavalo, como costumava fazer, era um gosto para o povo e a meninada, que o admirava boqueaberta.

Já o Coronel Raimundo Guilherme brilhava pelo dourado dos alamares que, dum lado para o outro, trançavam-lhe na peitança larga. Não se tem memória de que andasse um dia à paisana. A sua compleição hercúlea não condizia com o paletó. Convicção militar, ou vaidade militar. Entrou para o Corpo de Segurança em 1890 e a partir de 1892 jamais deixou de ser Ajudante de Ordens dos Presidentes do Estado. Ao Comendador Acióli serviu com absoluta fidelidade e era o *factotum* das representações protocolares, porque o velho administrador nunca precisou de secretário particular, nem de oficial de gabinete. Sereno, impassível, sempre dentro do uniforme que o acompanharia até além dos 90, fardadamente vividos.

Como os alamares do Coronel, o croazê e a cartola alta não abandonavam o Barão de Studart, vulto eminente da nossa sabedoria histórica, filho de um inglês e vicê-cônsul inglês e, por isso mesmo, conservador *à outrance*. Era o passado que seivoso se enfiava no presente, espontâneo, sem receios humanos. A sua longa existência de trabalhos e estudos era, só por si, uma edificação, uma veneração; porém a mocidade, que bem pouco a



Prefeito Tiburcio Cavalcante

conhecia, não imaginava o valor, a preciosidade daquele homem baixote, vermelho, de olhos azuis, de óculos século XIX, bigode branco, colarinho duro, de croazê fora do tempo e cartola de pelo desafiando o tempo. Certa vez, ensaiaram-lhe uma vaia, deixando à mostra a quanto pode ir a cegueira dos ignorantes, que diante de uma obra prima se assemelha aos irracionais.

Outro evadido do passado era Felino Barroso, que até a madureza se conservara retilíneo, tido e havido como árbitro da elegância e os anos converteram num eruginoso Matusalém. A juventude, gastou-a como oficial da Polícia na tarefa de engaiolar criminosos no sertão. Depois, fixou-se na Capital como Escrivão de Órfãos e Ausentes, num cartório mofado, nos baixos do meio acocorado sobradão da Rua Major Facundo, em cujos altos morava com a sua viuvez e os filhos. A bem dizer, um só filho: Gustavo Barroso, que não se cansaria, jamais, de rememorar o sobrado e o pai. Numa feita, resolveu deixar ali sozinho o cartório e foi morar em Baixa-Preta, no Benfica, uma herdade que o sogro construira. O tempo destruidor substituiu aquele olhar brilhante de Apolo por um olhar de caolho, com a ptose de uma das pálpebras a restringir-lhe a visão. Matou-lhe, igualmente, os gestos esmerados e no lugar deixou ficar a chã naturalidade. Saía todas as manhãs e tardes de sua chácara do Benfica, trazendo num dos braços em ângulo a mesma cesta de cipó, com frutas para presentear aos amigos ou para comer no cartório, na hora da merenda. Muito lido, tinha memória de anjo. Recitava *Os Lusíadas* de fio a pavio. Agnóstico, espalhava heresias e *boutades* a torto e a direito. A sua prosa de pimenta e alho não respeitava o próprio Cristo, escandalizando não poucos componentes das rodas de amigos ou rodas de café que assiduamente freqüentava. Culminava com histórias iguais àquela da resolução de Deus mandando para Sodoma e Gomorra um querubim mensageiro, e qual o tratamento oferecido, ali, ao divino arauto das esperanças de regeneração da gente impudica.

Com a do velho Felino contrastava a popularidade do Joãozinho Nogueira — Dr. João Franklin de Alencar Nogueira — engenheiro da Estrada de Ferro, muito miúdo e magricela, andar lento, de chapéu de palhinha, paletó de alpaca, o guarda-chuva pendurado ao ombro. Competente, honesto, incapaz dum deslize, era uma reserva moral e ninguém lhe negava tais atributos. Confessava-se — ele mesmo — um "pobre operário", mas na verdade era técnico abalizado. Onde aparecesse, não lhe faltavam os cumprimentos respeitosos. Escrevia com toda espontaneidade crônicas e artigos acerca de assuntos diversos, mas a sua grande paixão, a sua esposa querida era a cidade de Fortaleza, a sua *Fortaleza Velha*, a do passado. Dizia-se também um indiferente religioso, mas devotava funda simpatia à Virgem Mãe de Deus.

Excepcional criatura essa, que se aquerenciara no pavilhão do Passeio Público para saborear, invariavelmente pela manhã e em companhia de algum amigo, uma cerveja gelada e logo em seguida outra em temperatura natural. O café, tomava-o frio, hábito que somente a morte liquidou.

Mas, porventura, ninguém fruiu de maior intimidade na alma do povo do que o Padre Quinderé. A Santa Sé o promoveu a Monsenhor, porém toda a vida foi o *Padre Quinderé*. O seu temperamento de jovialidade e humor era

o segredo da estima em que a cidade o tinha. As virtudes da sua batina, submetidas à mais rigorosa prova dos nove, não lhe bastariam para essas benquerenças, se não fossem a sua verve, as suas gracetas, as suas anedotas, que arrancavam o riso das caras mais sobrecenhadas. "Padre secular, vivendo num meio social que devora pelo ridículo o mais adestrado palhaço de circo, o jovial Quinderé, com a mais austera autoridade, amordaçou o ridículo e transpôs, ileso, a cidade da malícia e da impureza." São estas palavras de Leite Maranhão o seu maior elogio. O Padre, efetivamente, sabia brincar com a alma dos outros, gregos e troianos.

Não tanto, mas andando por aí pertinho, era a alegria comunicativa de Vicente Roque, miúdo, indigente de carnes como o João Nogueira, porém saltitante, um dá-em-tudo irrequieto. Quem disser, em Fortaleza, que não o conheceu, demonstrará a mais supina ignorância. Não se limitava a ser um pracista só de casas que vendem fazendas e panos, e sim o melhor pracista dessa mercadoria inefável com que se cortam as roupagens matizadas do contentamento de viver. As ingênuas crônicas que escreveu nos jornais são o espelho da sua bonomia, do seu coração desarmado de maldade.

Exigiria trabalho penoso evocar quantas demais figuras humanas interessantes que mereciam ser registradas na galeria das originalidades desta cidade oceânica, principal do Ceará. Teriam de ser enfileirados, então, nomes como os de Padre Macaíba, do Padre Barbosa de Jesus, do Barão de Camucim, do abolicionista José do Amaral, do Tenente Correia Lima — o Povo heróico, da mestra de música Elvira Pinho, do Dr. José de Castro Medeiros — o Medeirinho, do *polimático* professor Euclides César, do estapafúrdio escritor Elias Malmann, do camarista José Frederico de Andrade — o da Invicta (Câmara Municipal).

★ ★ ★

Afinal, vivendo dessa forma, a cidade caminhara vinte anos desde aquela zero-hora do discurso de Farias Brito

As obras federais, contratadas com o objetivos de resolver o problema das secas, em 1920, atraíram para Fortaleza um clima de novidades, de feição algo pinturesca. Viu-se, duma hora para outra, a gente prata-de-casa em mistura com dilicocéfalos louros e pretos barbadeanos, americanos, ingleses que, *arrotando fama* de técnicos, vinham fracassar nos serviços da construção do porto de Mucuripe e na do açude Orós, no sertão Eram engenheiros e empregados das firmas Dwight P. Robinson & Co., Inc. e da Norton Griffiths & Co. Ltde, instalando maquinaria e andando para lá e para cá, com as suas roupas e caras diferentes. A presença dos negros de Barbados, bem vestidos e bem calçados, falando idioma incompreendido, deu logo nas vistas e o anedotário enriqueceu. Cidade nada cosmopolita, nenhuma reserva opôs, entranto, *à invasão estrangeira,* prova de que não era, como não é, de modo algum xenófoba.

O fato vinha comprovar que não a incomoda qualquer preconceito de cor, nem de raça. As colônias estrangeiras, aqui sempre pouco numerosas, jamais se isolaram em grupo à parte; ao contrário, identificaram-se com o elemento nativo.

Coincidiria com essa época a posse do Presidente Justiniano de Serpa, antigo batalhador das justas causas cearenses e agora velho parlamentar no Congresso da República, animado de confiança numa transformação dos processos da politicagem e na modificação de métodos do ensino primário, prejudicado, até o absurdo, pelo caciquismo sertanejo. Tentou, realmente, as reformas projetadas; mas a enfermidade o prostrou no meio do caminho, em agosto de 1923. A sua morte, contudo, havia de ensejar ao Vice-presidente Ildefonso Albano outras oportunidades para demonstrar a sua larga visão de administrador, já inequiívocamente evidenciada quando Prefeito da Capital, em 1912-1914.

Fora um reformador àquele tempo, procurando modernizar a cidade, ajardinando novas praças e rasgando avenidas onde só existiam vielas. Fez do antigo Largo do Palácio (Praça General Tibúrcio) atraente logradouro, para o que teve de demolir diversos prédios, com o objetivo de retificar os alinhamentos. A descida do centro da cidade para a praia, então mal empedrada, estreita e tortuosa, foi transformada em larga avenida, arborizada e pavimentada a paralelepípedo — a Avenida Alberto Nepomuceno.

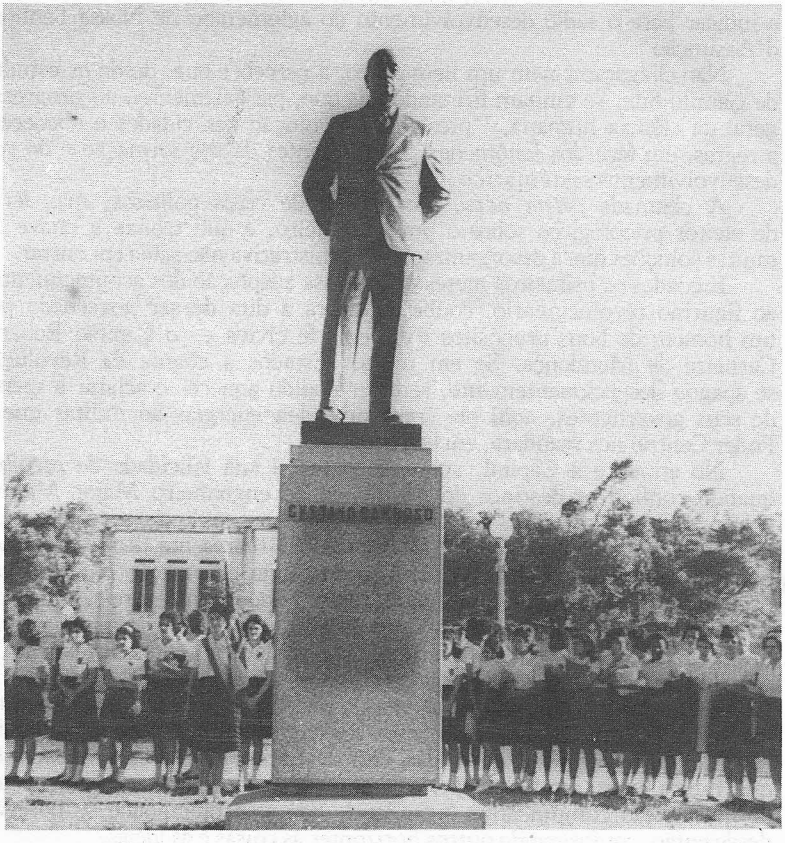
Como dirigente do Estado, dedicava à Capital os seus melhores cuidados: construiu modernos grupos escolares, nos quais introduziu o estilo néo-colonial; melhorou, por via de pontes de concreto armado, como as do Cocó e as de Caucaia, os acessos à cidade; estimulou a adoção do meio fio de pedra ao longo dos passeios; reformou o Parque da Liberdade, embelezando-o e substituindo-lhe a denominação pela de Parque da Independência.

A influência dessas reformas foi benfazeja ao espírito da cidade, que embora não sentisse ainda mais amplamente a repercussão das inovações científicas, correntes lá fora, ensaiava passos para livrar-se do bolorento teorismo do ensino e do exagerado apego ao doutorismo de anel e de canudo.

O Liceu do Ceará continuava a monopolizar a fabricação dos preparatórios exigidos para o ingresso aos cursos superiores. Somente entrando pelas *borboletas* do casarão da Praça dos Voluntários poderiam sair com os certificados miraculosos os alunos dos outros estabelecimentos, como o Colégio Cearense, dos Irmãos Maristas, o Instituto Miguel Borges, do professor Odorico Castelo Branco, o Instituto São Luís, do Dr. Meneses Pimentel. Haviam fechado o Parténon de Lino Encarnação, o Instituto de Humanidades do Prof. Joaquim Nogueira, o Ginásio Cearense do professor Anacleto de Queirós e o Colégio Colombo do Prof. Francisco Gonçalves. A diplomação oficial das moças era privilégio da Escola Normal: não lhe estavam equiparados tradicionais estabelecimentos como o velho Colégio da Imaculada Conceição das Irmãs Vicentinas, como o Colégio de N. Senhora do Sagrado Coração das Irmãs Dorotéias, e o Colégio La Ruche da preceptora suíça-francesa, Madame Emma Gonthier, este desaparecido, faz anos.

Em 1916 criava-se a Faculdade de Odontologia e Farmácia e, em 1919, o Colégio Militar do Ceará, duas inegáveis conquistas. No aludido ano de 1920, a população da cidade atingia, oficialmente, a cifra de 78.536 hbs.

Passada mais uma década, veio a Revolução de 1930 encontrá-la aumentada para 117.452 hbs. e dirigida, municipalmente, pelo Prefeito



Estátua de Gustavo Barroso

Álvaro Weyne, comerciante de senso, que se deslocara dos seus escritórios para o trabalho de ajardinar praças, calçamentar e arborizar ruas, consertar defeitos. Nisto foi inexcedível, e toda honra lhe seja dada. O seu crédito, na folha das contas da cidade, é bastante vistoso. Como Godofredo Maciel, e bem mais que este, foi incansável estimulador do embelezamento de Fortaleza, introduzindo-lhe verdadeiros retoques de cirurgia plástica. Entretanto, não souberam ou não puderam ambos transpor a terminal que os separava do campo dos ensaios mais audaciosos, de maior profundidade e sentido cívico e sociológico, que a moderna ciência do Urbanismo estava a indicar para o sadio desenvolvimento do aglomerado de Nossa Senhora d'Assunção.

Não chegaram, nem um nem outro, a perceber que, desde os estudos de Camilo Site, se vinham firmando leis que, paralelamenteo ao progresso geral da ciência humana, "presidem à evolução das cidades e obedecem a regras, em face dos fenômenos determinantes da sua formação e do seu desenvolvimento sistemático."

A chamada *pátria nova,* tão prenhe de erros políticos, mas fértil de efeitos psicológicos sobre o povo brasileiro, é que trouxe a chave de muitas soluções que a desorganização administrativa não sabia encontrar.

Escoados os primeiros meses de indecisa adaptação dos acontecimentos ao figurino revolucionário, coube ao Ceará a dita de ser governado por um homem de bons propósitos e extrema fé cívica — o Capitão Roberto Carneiro de Mendonça. Se em muitos Estados a chama da Revolução se apagou decepcionantemente, sem ter podido aquecer e aclarar a mente de seus governantes, aqui ela crepitou e deu energias ao militar que o Poder Central nos mandara, em boa hora.

No atinente à Capital, subiu de ponto a sua felicidade de escolha, quando confiou os destinos do Município ao engenheiro Major Manuel Tibúrcio Cavalcânti. *Intus et in cute:* o Interventor conhecia-o, realmente.

Com efeito, a gestão Tibúrcio Cavalcânti representa decisiva entrada naquele campo dos problemas urbanísticos, cuja preparação era inadiável para uma semeadura menos tímida. *Novo período* entreabre-se, indiscutìvelmente, com ele. Soube impor normas e correções aos alinhamentos negligenciados, aos gabaritos arbitrários, aos loteamentos interesseiros, e coibiu as construções anti-higiênicas, sem áreas, escuras, abafadas. O Código de Construções por ele decretado pôde, sem demora, plasmar outra mentalidade caracterizada pelo bom gosto arquitetônico, pelas moradias recuadas e despregadas umas das outras. Enfim, por essa preocupação, que nunca mais arrefeceu, pelo conforto e pela elegância, pela alegria de morar, tão comunicativa e saudável, que sem dificuldade se observa, desde então, conformando outros horizontes às coisas e às idéias.

A cidade, agora, sim, tomava a senda do modernismo, de momento a momento dona de si mesma. Saía da meia-luz dos adorados hábitos e tradições românticas, vendo morrer nalma o lirismo e os encantos de quantas coisas a embalaram suspirosa. Calaram as serenatas, desapareceram os seresteiros, morreram os congos e pastorinhas, os terços do Cruzeiro da Sé, as saídas da missa, os passeios de bonde, as noites de luar macias e sentimentais da Praia de Iracema. Perderam a graça os enforcamentos de bruchos Iscariotes e os *serra-velhos* das vésperas da Epifania.

Caía, empurrada violentamente, mas gostosamente, no *struggle* realista das cidades civilizadas, dir-se-ia melhor, dramatizadas, sincréticas, mergulhadas nos mais contraditórios complexos, com bairros opulentos e bairros mendigos, com arranha-céus insolentes e tugúrios de lataria, com automóveis de luxo em disparada, matando os transeuntes ou abalroando com jumentinhos lerdos carregados de utilidades. Com academias, colégios, Universidades, ao lado de escolas primárias sem bancos e sem ensino; com estações de rádio, televisão, com jornais tirados em rotativas e com a off-set. Com as praias cheias de plástica sensual das garotas ricas, desnudas nos *maillots e shorts* inveja, das mocinhas desafortunadas, nuas de verdade sem ter com que cobrir-se.

Com todas essas coisas, em suma, que tecem os conjuntos humanos superexcelentes: as cidades grandes, cidades imensas, opressoras, triunfo absurdo do Homem contra a Paisagem, do artificioso contra o natural, da ilusão deste mundo de hoje, vítima de reivindicações e distorções, perseguindo uma felicidade de hedonismo e prazer, porém cada vez mais destanciado da obra divina posta à sua disposição, dadivosamente, na majestade dos mares, do firmamento, das florestas, dos rios, de tudo que Deus soube criar.

OBRAS DO AUTOR:

O Fenômeno Freudiano e a Criminologia (Tese de Doutoramento). Fortaleza, Editora Fortaleza, 1937.

A Receita Pública — Aspecto Brasileiro. Fortaleza, Ed. Fortaleza, 1937.

Esboço de Uma Genealogia. Fortaleza, Editora Fortaleza, 1937.

Diretrizes Novas do Conhecimento Financeiro. Fortaleza, Imprensa Oficial do Ceará, 1937.

Fiscalização dos Gastos Públicos. Fortaleza, Ed. Fortaleza, 1937.

O Ceará (em colaboração com Antônio Martins Filho). 1ª ed., 1939; 2ª ed., 1945; 3ª ed., 1966. Fortaleza, Editora Fortaleza (as duas primeiras) e Editora Instituto do Ceará.

O Comendador Machado e a sua Descendência. Fortaleza, separata da Revista do Instituto do Ceará, 1942.

Coronel Tibúrcio Cavalcânti (Biografia). Fortaleza, Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Ceará, 1941.

Cidade da Fortaleza. Fortaleza, Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Ceará, 1945.

História Econômica do Ceará. Fortaleza, Ed. Instituto do Ceará, 1947.

Bandeirismo Baiano e Povoamento do Ceará. Fortaleza, Editora Instituto do Ceará, 1949.

Três Gerações (Ensaios). Fortaleza, Edições Clã, 1950.

A Princesa Vestida de Baile. Fortaleza, Ed. Instituto do Ceará, 1950.

Pequena História do Ceará. Fortaleza, Editora A. Batista Fontenele, 1953 (2ª ed., Fortaleza, Ed. Instituto do Ceará, 1962), (3ª ed., Imprensa Universitária do Ceará, 1971).

A Abolição no Ceará. Fortaleza, Editora A. Batista Fontenele, 1956. 2ª ed. revista, Imprensa Universitária, 1969.

Antologia Cearense. Fortaleza, Imprensa Oficial, 1957 (publicada sob os auspícios da Academia Cearense de Letras).

Geografia Estética de Fortaleza. Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1959.

História da Faculdade de Direito do Ceará. Fortaleza, Imprensa Universitária, 1960.

Matias Beck — Fundador de Fortaleza. Fortaleza, Imprensa Oficial do Ceará, 1961.

História Econômica Geral e do Brasil. Fortaleza, Tip. Minerva, 1964.

Ecologia de um Poema. Fortaleza, separata da Revista Clã, 1966.

Vocabulário Popular Cearense. Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1967.

Montes, Machados, Girões. Fortaleza, Ed. Instituto do Ceará, 1967.
Palestina, uma Agulha e as Saudades. Fortaleza, Imprensa Oficial do Estado, 1972.
Famílias de Fortaleza (Apontamentos genealógicos). Imprensa Universitária do Ceará, 1975.
A Academia de 1894. Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1975.
Botânica Cearense na Obra de Alencar e Caminhos de Iracema. Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1976.
Porto do Mucuripe — Solução ótima para um problema difícil. Fortaleza, Editora Henriqueta Galeno, 1976.
O Senador Pompeu. Fortaleza, Editora Henriqueta Galeno, 1977.
Bichos Cearenses na Obra de Alencar. Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1977.

ÍNDICE

Prefácio à Segunda Edição 3
A Geografia Estética 11
1 - O Rostro Hermoso 17
2 - A Paisagem 27
3 - O Castelo de Schoonenborch 37
4 - A Dança do Pelourinho 45
5 - Em Câmara Lenta 53
6 - Decreto Auspicioso 63
7 - A Disciplina Urbanística 71
8 - O Boticário e Herbster 83
9 - Economia e Comércio 99
10 - Árvores que Falam 107
11 - A Praça do Ferreira 121
12 - A Princesa Diverte-se 135
13 - A Plenitude Biológica 161
14 - Salões e Cafés 173
15 - A Tragédia Portuária 207
16 - 300 Anos Depois 223
Obras do Autor 255
Índice 257